

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Faculdade de Educação – FAGED

Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado

Raça, Gênero e Educação Superior

Delcele Mascarenhas Queiroz

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação

Salvador - 2001

Delcele Mascarenhas Queiroz

Raça, Gênero e Educação Superior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação

Orientador – Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Salvador - 2001

Delcele Mascarenhas Queiroz

Raça, Gênero e Educação Superior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e
Doutorado, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito para
obtenção do grau de Doutor em Educação

BANCA EXAMINADORA

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
Universidade de São Paulo – USP

Nadya Araújo Guimarães
Universidade de São Paulo – USP

Edivaldo Boaventura
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Jocélio Teles dos Santos
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Robert Verhine
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Ubiratan Castro
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Jaci Maria Ferraz de Menezes
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Para meus pais, Delsuc e Celeste.

Agradecimentos

A Antonio Sérgio Guimarães, meu orientador, pela orientação competente e tranqüila, pela confiança e incentivo constantes, que me permitiram cumprir com segurança esta importante etapa da vida acadêmica.

Ao Professor Robert Verhine, que de forma tão generosa e competente, assumiu a tarefa de co-orientação do meu trabalho.

A Maria Ornélia Marques, pelas sábias sugestões na etapa de construção do Projeto de Pesquisa.

A Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos, pelo apoio afetuoso e compreensivo e pelo tempo dedicado à paciente tarefa de me revelar os segredos do SPSS.

A Jocélio Teles dos Santos pelo carinho, apoio e estímulo cotidiano à produção intelectual.

A Wellington Lima Campos, que dentro da sua agenda tão carregada de compromissos, soube inventar um tempo para organizar o banco de dados da pesquisa.

A Márcia Chnaiderman Aquilino, pela inestimável ajuda na revisão preliminar do texto.

A Sílvia Maria Leite de Almeida e a Ana Célia Silva, amigas queridas, pela presença companheira em todos os momentos.

A Marcos Luciano Messeder, pelo convívio fraterno, apoio e incentivo.

Aos colegas do Programa A Cor da Bahia, Paula Cristina Silva e Clóvis Oliveira pelo ambiente de troca e estímulo à reflexão.

A Sonia C. Vieira, bibliotecária da FACED/UFBA, cujo trabalho competente e sério facilitou meu acesso ao material bibliográfico, em todos os momentos que necessitei.

A Nicinha, cuja prestimosa ajuda me permitiu a obtenção de material bibliográfico de difícil acesso.

À Universidade do Estado da Bahia pela bolsa concedida e pela licença para cursar o doutorado.

Ao Programa A Cor da Bahia e à Ford Foundation, pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa, divulgação e publicação dos resultados preliminares.

Ao Centro de Processamento de Dados da UFBA, pelo fornecimento das informações para a pesquisa, em particular, ao apoio dos funcionários Antonio Ribeiro, Maria das Graças Lisboa e Paulo Lopes.

À Secretaria Geral de Cursos da UFBA por permitir a consulta aos seus arquivos e à inestimável colaboração de Ademar Mota

A Valéria, minha filha, e a Branca, minha irmã, pelas presenças constantes, e pelo carinho e compreensão nos momentos difíceis.

A todos os amigos e familiares que durante esse trajeto estiveram presentes apoiando com o seu carinho e incentivo.

Resumo

Esta tese trata das desigualdades raciais e de gênero no ensino superior, elegendo como espaço empírico a Universidade Federal da Bahia. A partir da utilização de dados fornecidos pelos arquivos da UFBA, para os anos 1993, 1994, 1995 e 1997, e de informações coletadas diretamente pelo pesquisador, analisa a participação de estudantes na Universidade, segundo a cor e o gênero, e examina comparativamente categorias e procedimentos de atribuição de identidade racial. Partindo da construção de uma escala de prestígio das carreiras oferecidas pela UFBA, analisa a inserção dos estudantes no curso, considerando a cor e o gênero. Busca verificar o efeito do *status* socioeconômico, da cor e do gênero sobre o desempenho dos estudantes, através do exame dos resultados do vestibular e do rendimento do estudante no curso. Os resultados evidenciam que a UFBA é um território de predomínio de estudantes *claros* (brancos e morenos). A distância entre *claros* e *escuros* (mulatos e pretos) mostra-se mais expressiva nos cursos de elevado prestígio social. A desigualdade se expressa também, de modo significativo, entre os gêneros; mas sobre as mulheres pretas ela se exerce com rigor especial. A análise do desempenho mostrou que os estudantes *claros* e do sexo masculino atingem as mais elevadas médias de ingresso, mas são os *escuros* e as mulheres os responsáveis pelas maiores médias de rendimento no curso. O exame da trajetória das variáveis envolvidas no estudo, demonstrou que a cor tem uma contribuição para a inserção do estudante em cursos de prestígio e para o seu desempenho no vestibular, que não se confunde com o efeito do status socioeconômico e da renda.

ABSTRACT

This thesis addresses racial and gender inequality in higher education, using the Federal University of Bahia as its empirical focus. Utilizing data drawn from files at UFBA, for the years 1993, 1994, 1995 and 1997, along with information collected directly by the researcher, the study analyzes student participation in the university, according to skin color and gender, and comparatively examines categories and procedures for the attribution of racial identity. Employing a scale constructed to denote the prestige of university careers, the investigation also analyzes the insertion of students into courses of study, considering skin color and gender. It attempts to verify the effect of socioeconomic status, of color and of gender on student academic achievement, by analyzing the results from university entrance examinations and the grades obtained in university courses. The study's findings indicate that UFBA's student body is predominantly of light skin color. This tendency is especially apparent among those enrolled in courses of study with high social prestige. Inequality is also evident between gender groups, and it is especially acute in the case of black women. The analysis of entrance examination achievement reveals that students with light skins and those who are male have the highest average scores, but it is the students with darker skins and those who are females who obtain the best course grades. An application of path analysis to the variables in the study demonstrated that skin color significantly contributes to the student's insertion into high prestige courses and to his or her performance on the entry

examination, independent of the effects of socioeconomic status or family income.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	
Resumo	
Abstract	
INTRODUÇÃO	1
<i>Capítulo I</i>	
RAÇA, UM CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO SOCIAL	18
<i>Capítulo II</i>	
RAÇA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	55
<i>Capítulo III</i>	
ACESSO À UNIVERSIDADE, GÊNERO E RAÇA	120
<i>Capítulo IV</i>	
COR, STATUS SOCIOECONÔMICO E DESEMPENHO	195
<i>Capítulo V</i>	
A TRAJETÓRIA DAS VARIÁVEIS	241
CONCLUSÕES	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269
ANEXO METODOLÓGICO	284

LISTA DE TABELAS

Capítulo I

Tabela 1 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a autoclassificação espontânea - UFBA - 1997

Tabela 2 – Distribuição percentual dos estudantes por cor, segundo a autoclassificação induzida

Tabela 3 – Distribuição dos estudantes segundo a autoclassificação espontânea *versus* autoclassificação induzida - UFBA – 1997

Tabela 4 – Distribuição dos estudantes segundo a autoclassificação espontânea *versus* classificação atribuída - UFBA/1997

Tabela 5 – Distribuição dos estudantes segundo a autoclassificação induzida e a classificação atribuída

Tabela 6 – Distribuição dos estudantes segundo a autoclassificação e a classificação atribuída

Tabela 7 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a autoclassificação *versus* classificação atribuída

Tabela 8 – Variáveis observadas a partir do cruzamento entre autoclassificação e classificação atribuída

Capítulo II

Tabela 9 – Distribuição percentual dos estudantes por cor, segundo o ano de ingresso

Tabela 10 – Distribuição percentual da população residente Bahia - 1991

Tabela 11 – Distribuição percentual dos estudantes da UFBA - 1993/1997 e da população do estado da Bahia - 1991

Tabela 12 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o local de residência, o gênero e a cor

Tabela 13 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a faixa de idade e a cor

Tabela 14 - Distribuição percentual dos estudantes segundo as faixas de idade com que concluíram o segundo grau e a cor

Tabela 15 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o número de anos decorridos entre a conclusão do segundo grau e a matrícula na UFBA e a cor

Tabela 16 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o estado civil e a cor

Tabela 17a – Distribuição percentual dos estudantes segundo o número de vezes que prestaram vestibular anteriormente e a cor

Tabela 17b – Distribuição percentual dos estudantes segundo a experiência em vestibular e a cor

Tabela 17c – Distribuição percentual dos estudantes segundo a idade e o número de vezes que prestaram vestibular

Tabela 18a- Distribuição percentual dos estudantes segundo a natureza jurídica do estabelecimento em que cursaram o segundo grau e a cor

Tabela 18b – Distribuição percentual dos estudantes segundo o tipo de estabelecimento em que cursaram o segundo grau e a cor

Tabela 19a – Distribuição percentual dos estudantes segundo o tipo de escola de segundo grau e a renda da família

Tabela 19b – Distribuição percentual dos estudantes segundo o tipo de escola de segundo grau e a renda da família e a cor

Tabela 19c - Médias de renda da família e cor, segundo o tipo de escola freqüentada pelo estudante no segundo grau

Tabela 20 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a natureza do curso freqüentado no segundo grau e cor

Tabela 21 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o tipo de colégio em que cursaram o segundo grau e a cor

Tabela 22 – Distribuição dos estudantes segundo o estabelecimento de ensino freqüentado no segundo grau

Tabela 23 – Médias de aprovação no vestibular, geral e em cursos de *alto* (A) prestígio, por cor, segundo o estabelecimento de ensino freqüentado no segundo grau

Tabela 24 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a condição de ocupação, a jornada de trabalho semanal e a cor

Tabela 25a – Distribuição percentual dos estudantes que fizeram *cursinho* segundo a cor

Tabela 25b – Distribuição percentual dos estudantes que fizeram *cursinho*, segundo a cor e o tipo de escola freqüentada no segundo grau

Tabela 25c – Distribuição percentual dos estudantes segundo a razão de ter feito *cursinho* e a cor

Tabela 26a – Distribuição percentual dos estudantes por área segundo a cor

Tabela 26b - Distribuição percentual dos estudantes na área III segundo a cor

Tabela 26c - Distribuição percentual dos estudantes na área II segundo a cor.

Tabela 26d - Distribuição percentual dos estudantes na área I segundo a cor

Tabela 26e - Distribuição percentual dos estudantes na área IV segundo a cor

Tabela 26f - Distribuição percentual dos estudantes na área V segundo a cor.

Tabela 27 - Distribuição percentual dos estudantes segundo a principal influência na escolha do curso e a cor

Tabela 28 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a ocupação do pai e a cor

Tabela 29 - Distribuição percentual dos estudantes segundo a expectativa com relação à carreira e a cor

Tabela 30 - Estudantes segundo os grupos de prestígio das carreiras e a cor

Tabela 31 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a escolaridade do pai e o prestígio do curso

Tabela 32 – Distribuição percentual dos estudantes cujo pai tem curso superior, segundo a cor e o prestígio do curso

Tabela 33 – Distribuição percentual dos estudantes em carreiras de *alto* prestígio, segundo o estabelecimento de segundo grau e a cor

Tabela 34^a – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Alto* prestígio, segundo a cor

Tabela 34b – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Alto-Médio* prestígio.

Tabela 34c – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Médio* prestígio

Tabela 34d – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Médio-Baixo* prestígio

Tabela 34e – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Baixo* prestígio

Capítulo III

Tabela 35 – Distribuição percentual dos estudantes por gênero, segundo o ano de ingresso

Tabela 36a – Distribuição percentual dos estudantes segundo o gênero e o tipo de estabelecimento freqüentado no antigo 2º grau

Tabela 36b – Distribuição percentual dos estudantes segundo o estabelecimento em que cursaram o segundo grau, o gênero e a cor

Tabela 37 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a renda da família

Tabela 38 – Distribuição percentual dos estudantes por gênero, segundo a renda da família

Tabela 39a – Distribuição percentual dos estudantes oriundos da escola privada, por faixa de renda da família, segundo o gênero

Tabela 39b – Distribuição percentual dos estudantes oriundos de escola de segundo grau privada, segundo a renda familiar, o gênero e a cor

Tabela 40a – Distribuição percentual dos estudantes por gênero, segundo o tipo de curso freqüentado no segundo grau

Tabela 40b – Distribuição percentual dos estudantes por gênero segundo o curso freqüentado no segundo grau

Tabela 40c – Distribuição dos estudantes segundo a natureza do curso freqüentado no segundo grau, a cor e o gênero

Tabela 40d – Distribuição percentual dos estudantes por gênero segundo o curso e o tipo de escola freqüentado no segundo grau

Tabela 41a – Distribuição percentual dos estudantes com experiência em concurso vestibular, por gênero

Tabela 41b – Distribuição percentual das estudantes segundo o número de vezes que prestaram vestibular anteriormente, o gênero e a cor

Tabela 42a - Estudantes por gênero, segundo as área de concentração

Tabela 42b – Distribuição percentual das estudantes por área segundo o genro e a cor

Tabela 43 – Distribuição dos estudantes segundo a razão da escolha da carreira, o gênero e a cor

Tabela 44a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área I por gênero

Tabela 44b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área I por gênero e cor

Tabela 45a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área II por gênero

Tabela 45b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área II por gênero e cor

Tabela 46a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área III por gênero

Tabela 46b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área III por gênero e cor

Tabela 47a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área IV por gênero

Tabela 47b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área IV por gênero e cor

Tabela 48a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área V por gênero

Tabela 48b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área V por gênero e cor

Tabela 49 – Distribuição dos estudantes segundo os grupos de prestígio das carreiras, o gênero e a cor

Tabela 50a – Carreiras voltadas para o magistério por nível de prestígio

Tabela 50b – Nível de prestígio das carreiras voltadas para o magistério, segundo o gênero dos estudantes

Tabela 51 – Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras voltadas para o magistério, segundo o gênero e o nível de prestígio do curso

Capítulo IV

Tabela 52 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o status-socioeconômico e a cor

Tabela 53 - Médias de pontos no vestibular segundo a cor do estudante

Tabela 54 - Médias de rendimento no curso segundo a cor do estudante

Tabela 55 - Médias de pontos no vestibular segundo o *status* socioeconômico da família e a cor do estudante

Tabela 56 - Médias de rendimento no curso segundo o *status* socioeconômico da família e a cor do estudante

Tabela 57 - Médias dos estudantes no vestibular segundo a condição de ocupação, a carga de trabalho semanal e a cor

Tabela 58 - Médias de rendimento no curso segundo a condição de ocupação, a carga de trabalho semanal e a cor

Tabela 59 - Médias de pontos no vestibular e médias de rendimento no curso, segundo a cor e o tipo de escola de segundo grau

Tabela 60 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o colégio privado de segundo grau, a cor e a média de pontos atingida no vestibular

Tabela 61 – Distribuição percentual dos estudantes de *alto status*, vindos da escola privada segundo a média de pontos no vestibular e o rendimento no curso dos

Tabela 62 - Distribuição percentual dos estudantes de baixo status, vindos da escola pública segundo a média de pontos no vestibular

Tabela 63 - Médias de rendimento no curso, dos estudantes de baixo status, vindos da escola pública

Tabela 64 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o *status* socioeconômico e o nível de prestígio da carreira e a cor

Tabela 65 - Médias de pontos no vestibular segundo o prestígio da carreira e a cor do estudante

Tabela 66 - Médias de rendimento no curso segundo o prestígio da carreira e a cor do estudante

Tabela 67 - Distribuição percentual dos estudantes de *alto status* socioeconômico em carreiras de *alto* prestígio segundo a cor e a médias de rendimento no curso

Tabela 68 - Médias de pontos no vestibular dos estudantes em carreiras de *alto* prestígio, cujo pai tem escolaridade superior, segundo a cor

Tabela 68 - Médias de pontos no vestibular dos estudantes em carreiras de *alto* prestígio, cujo pai tem escolaridade superior, segundo a cor

Tabela 70 - Média de pontos no vestibular e rendimento no curso, dos estudantes em carreira de alto prestígio, cujo pai têm escolaridade primária incompleta

Tabela 71 – Distribuição percentual dos estudantes de baixo *status* sócio-econômico em carreiras de *alto* prestígio segundo a cor e a medias de rendimento no curso

Tabela 72 - Médias de ingresso segundo a média mais elevada por carreiras e a cor do estudante

Tabela 73 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a média de pontos mais elevada no vestibular, por prestígio da carreira e cor

Tabela 74 – Distribuição percentual das careiras, por nível de prestígio, segundo a média mais elevada dos estudantes e a cor

Tabela 75a – Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *alto* prestígio, por cor

Tabela 75b - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *alto médio* prestígio, por cor

Tabela 75c - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *médio* prestígio, por cor

Tabela 75d - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *médio baixo* prestígio, por cor

Tabela 75e - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *baixo* prestígio, por cor

Tabela 76 – Distribuição percentual das carreiras segundo a maior média obtida no vestibular e no curso, por gênero

Tabela 77a – Médias de pontos no vestibular e média de rendimento dos estudantes da área I, por nível de prestígio da carreira e gênero

Tabela 78a – Médias de rendimento das estudantes da área I, por nível de prestígio da carreira e cor

Tabela 77b – Médias de pontos no vestibular e média de rendimento dos estudantes nos cursos da área, II por nível de prestígio do curso e gênero

Tabela 78b – Médias de rendimento das estudantes nos cursos da área, II por nível de prestígio do curso e cor

Tabela 77c – Médias de pontos no vestibular e média de rendimento dos estudantes da área III por nível de prestígio da carreira e gênero

Tabela 77c – Médias de rendimento das estudantes da área, III por nível de prestígio da carreira segundo a cor

Tabela 78d – Médias de pontos no vestibular e média de rendimento dos estudantes da área, IV por nível de prestígio do curso e gênero

Tabela 77d – Médias de rendimento das estudantes da área IV por nível de prestígio do curso segundo a cor

Tabela 77e – Médias de pontos no vestibular e média de rendimento dos estudantes da área V por nível de prestígio do curso e gênero

Tabela 78e – Médias de pontos no vestibular e média de rendimento dos estudantes da área V por nível de prestígio do curso e gênero

Introdução

Esta tese trata das desigualdades entre os segmentos raciais e de gênero, no sistema educacional, analisando o ensino superior e tomando como espaço empírico a Universidade Federal da Bahia – UFBA e detecta a existência de consideráveis distâncias entre esses contingentes. Constatou-se que são os homens, dos segmentos branco e moreno, o contingente que se apropria das melhores oportunidades. Assim, são as mulheres e aqueles pertencentes aos segmentos mulato e preto os mais excluídos, tanto numericamente, no caso dos segmentos raciais, quanto no que se refere ao prestígio dos cursos frequentados.

A pesquisa partiu do interesse em conhecer a participação dos segmentos raciais e de gênero no ensino superior. Embora seja pouco significativa a produção de estudos sobre as desigualdades no acesso às oportunidades educacionais, considerando o gênero e a raça, as pesquisas existentes têm se voltado para a educação básica, sobretudo a que trata das desigualdades raciais, por serem

muito alarmantes as taxas de retenção de estudantes negros nesse patamar do sistema de ensino (Teixeira, 2000; Queiroz, 1999).

O acesso desigual dos grupos sociais ao sistema de ensino é um tema que, há décadas, vem ocupando a agenda dos estudiosos no campo da educação. Muitas interpretações têm sido formuladas no sentido de buscar explicar a contribuição do sistema de ensino para as desigualdades presentes na sociedade (Boudelot e Establet 1971; Bourdieu e Passeron 1975; Bowles e Gintis, 1990; Morrow e Torres, 1997). As análises têm buscado demonstrar que o sistema de ensino é um dos espaços de reprodução das desiguais condições de existência dos indivíduos e grupos.

Essa característica do sistema de ensino se expressa sob formas diversas. A escola contribui para a reprodução das desigualdades sociais na medida em que existem duas redes de ensino diferenciadas, uma delas pública, de ensino precário, de baixa qualificação a que estão sujeitos os segmentos empobrecidos da sociedade, entre os quais mulatos e pretos estão mais representados; na medida em que os currículos escolares privilegiam conteúdos da cultura de determinado grupo, deslegitimando a cultura de outros segmentos sociais; na medida em que na escola são reforçados os estereótipos e preconceitos vigentes na sociedade, como as representações sobre o gênero e a raça, responsáveis pela imagem negativa e inferiorizante de certos segmentos sociais.

Desta maneira, ao longo de todo o trajeto pelo sistema de ensino, verifica-se uma seleção em que os estudantes de determinados segmentos vão sendo eliminados, num processo que Bourdieu e Passeron (1973) denominam *mortalidade escolar*. Esse processo atinge com particular intensidade aqueles nos quais se associam várias categorias de exclusão, isto é, quando se associam, por exemplo, características como a classe, a raça, o gênero. Esse processo se torna também mais radical à medida que avança em direção aos níveis mais elevados do sistema de ensino, que são também os mais almejados e, por isso mesmo, alvo de disputas mais acirradas. Isto é, a exclusão se exacerba à proporção que se elevam os graus de escolaridade, ampliando-se, deste modo, a desigualdade entre os segmentos sociais.

O ensino superior mostra-se, assim, um ponto privilegiado para examinar a atuação do sistema de ensino na reprodução das desigualdades sociais. Muitos estudos têm buscado indagar o que se passa nesse espaço, por considerar que aí se reflete, de modo mais evidente, a seleção que se opera ao longo da escolarização anterior. Para Bourdieu (1998a), os “*mecanismos de eliminação*” que atuam durante a carreira escolar, expressam mais claramente seus efeitos nesse nível do sistema educacional. Reflete-se, assim, “... *nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos...*” (idem, p.41), a depender da sua classe, gênero, raça.

No Brasil, as análises sobre o caráter seletivo do ensino superior têm, de modo geral, se centrado no exame dos determinantes econômicos do acesso a esse patamar do sistema de ensino (Brito e Carvalho, 1978; Costa Ribeiro, 1988; Cunha, 1988; Castro e Ribeiro, 1979; Bessa, 1990; Santos, 1997; Zago, 2000). No entanto, os estudos não vêm, com a mesma ênfase, sinalizando para o efeito de outros marcadores sociais como o gênero e a raça que têm, seguramente, uma forte participação na equação que exclui significativas parcelas da sociedade das oportunidades de acesso ao sistema de ensino, sobretudo no seu patamar mais elevado. Examinando as variáveis que afetam o desempenho dos estudantes no vestibular, Barroso e Mello (1975) chamam atenção para uma gama de fatores que determinam os resultados desse exame, tais como o nível socioeconômico da família, o nível educacional dos pais, a vida escolar do candidato e o grau de urbanização do local de residência. Mas a raça não está relacionada entre eles. A ausência, nas instituições de ensino superior, de informações sobre a condição racial dos alunos que freqüentam seus cursos, é um fator que tem contribuído para dificultar a análise da situação dos segmentos raciais nesse espaço do sistema de ensino.

No entanto, algumas análises apontam para os limites da visão, segundo a qual o sistema econômico define a essência da vida social, sugerindo ir além e tratar a sociedade como um campo de contradição, como um conjunto de campos de práticas sociais capazes de suportar distintas relações de dominação e subordinação (Bowles e Gintis, 1990), incorporando dimensões entre as quais estão o gênero e as questões raciais ou étnicas (Giddens, 1982; Apple, 1987).

No Brasil, a invisibilidade da raça como um mecanismo gerador de desigualdades entre os grupos sociais, repousa na crença, amplamente difundida, de que os brasileiros desfrutam de uma situação racial harmoniosa e equilibrada em termos de tratamento e de acesso aos bens sociais, isto é, de igualdade no acesso aos bens materiais e simbólicos. Dessa perspectiva, as desigualdades presentes na sociedade brasileira seriam reflexo de sua estrutura de classes. Como assinala Guimarães (1995a), essa visão se constitui no pós-abolição e reflete o alheamento da elite brasileira em relação às questões que afetam aos negros e ao povo brasileiro em geral.

Até o início dos anos trinta, as relações entre os segmentos raciais foram tratadas no país como uma questão não problemática (Guimarães et. al., 1995c). O Brasil aparece, não apenas internamente, mas também aos olhos daqueles que o visitam, como uma realidade de relações raciais harmoniosas, um “paraíso racial”, em comparação, sobretudo, com o “inferno racial” que eram os Estados Unidos, onde a segregação produzia freqüentes episódios de violência, como distúrbios urbanos e linchamentos, fenômenos desconhecidos no Brasil (Skidmore, 1991). Mesmo entre os abolicionistas, o elemento que galvanizava as preocupações do movimento não eram as relações raciais, mas o que a escravidão representava enquanto obstáculo ao projeto liberal.

Somente a partir dos anos sessenta do século passado, começa a ser questionada, mais fortemente, a visão do Brasil como um país de relações raciais

harmônicas, com os estudos que mostram as barreiras à integração do negro à sociedade (Fernandes, 1978). Nos anos setenta e oitenta, o aprofundamento dos estudos raciais, nessa vertente, irá evidenciar que o tempo decorrido desde a extinção do trabalho escravo já não autoriza invocar a escravidão como fator explicativo da posição social de mulatos e pretos e que as desigualdades existentes no mercado de trabalho, na distribuição de renda, no acesso à educação, são desigualdades entre os segmentos raciais e não apenas de classe; *que a persistência histórica do racismo não deve ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente dominante no presente* (Hasenbalg, 1987:11). Nessa perspectiva, o preconceito e a discriminação funcionam como mecanismos de exclusão da sociedade brasileira no presente; *a raça como atributo adscrito socialmente elaborado, continua a operar como um dos critérios mais importantes no recrutamento às posições da hierarquia social* (idem:180).

Esses estudos irão demonstrar que a perpetuação da estrutura desigual de oportunidades entre brancos e negros na sociedade brasileira se dá, por um lado, em decorrência um padrão de segregação geográfica, condicionado pela escravidão e posteriormente reforçado pelo estímulo à política migratória, que concentrou desproporcionalmente os negros em regiões predominantemente agrárias, e menos desenvolvidas do país, onde as oportunidades econômicas e educacionais eram menores. E, por outro, porque as práticas racistas, abertas e sutis, e a violência simbólica exercida contra os negros impedem sua mobilidade social ascendente, na medida em que os obriga a regular suas aspirações de

acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o “lugar apropriado” para as pessoas de cor (idem: 181).

Para Hasenbalg (op. cit.), embora negros e mulatos estejam sujeitos aos mesmos mecanismos de dominação de classe que atingem outros segmentos da sociedade, *as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial* (p.20). Assim, a cor passa a operar como um elemento que afeta negativamente o desempenho dos indivíduos do segmento negro, nos diversos setores da vida social.

No campo educacional, a condição racial do estudante, como outras categorias de exclusão, irá determinar seu destino escolar. Para mulatos e pretos esse destino se constrói paulatinamente, desde os momentos mais remotos da escolarização, em geral, através de escolas públicas, de baixa qualificação, que os fará chegar às portas da universidade numa condição de enorme desvantagem, para competir com estudantes de outros segmentos raciais, com uma história escolar bastante diferenciada. Aqueles que conseguem “driblar” os obstáculos interpostos no seu trajeto escolar e logram ultrapassar a barreira representada pelo vestibular, seguem ainda prisioneiros deste destino, que lhes reserva um lugar de menor importância dentro das opções oferecidas pelo ensino superior. Nessa perspectiva, dá-se no sistema educacional um processo perverso de inclusão cuja finalidade é excluir de forma “branda”, “contínua”, “invisível”, “despercebida” e, por isso mesmo, eficiente. A propósito desse processo seletivo que se opera no interior do sistema educacional e que, no Brasil, atinge sobretudo aos mulatos e

pretos, são ilustrativas as conclusões de Bourdieu (1998b), resenhadas por Nogueira (1998a). Observa a autora que

Se, até fins da década de 50, a grande clivagem se fazia entre, de um lado, os escolarizados, e, do outro, os excluídos da escola, hoje em dia ela opera, de modo bem menos simples, através de uma segregação interna ao sistema educacional que separa os educandos segundo o itinerário escolar, o tipo de estudos, o estabelecimento de ensino, a sala de aula, as opções curriculares. Exclusão “branda”, “contínua”, “invisível”, “despercebida”. A escola segue pois excluindo mas hoje ela o faz de modo bem mais dissimulando, conservando em seu interior os excluídos, postergando sua eliminação, e reservando a eles os setores escolares mais desvalorizados (p.13).

Também o gênero representa uma dimensão importante na estruturação das desigualdades sociais. Assim como a raça e tantas outras formas de hierarquização social, esta é também um critério usado para definir lugares para indivíduos e grupos na estrutura social. O gênero tem sido o elemento acionado para marcar as diferenças entre homens e mulheres na sociedade. Historicamente, as diferenças puramente biológicas entre os seres humanos foram convertidas em diferenças sociais, em desigualdades, determinando um lugar secundário para a mulher no mundo social. Guimarães (1999) assinala que

a diferença entre os sexos fundou talvez a primeira e a mais duradoura justificativa de desigualdade dando lugar à opressão de ethos sexuais diferentes, na maior parte das vezes em relação assimétrica de poder: o masculino e o feminino (p.197)

O caráter essencialista das diferenças de gênero é apontado por Bourdieu(1995) ao observar que o *sexismo ... visa imputar diferenças historicamente construídas a uma natureza biológica funcionando como uma essência de onde se deduzem implacavelmente todos os atos de existência*. Considera que esta é uma das formas de essencialismo mais difíceis de *desenraizar* porque

o trabalho visando transformar em natureza um produto arbitrário da história encontra neste caso um fundamento aparente nas aparências do corpo, ao mesmo tempo que nos efeitos bastante reais, produzidos nos corpos e nos cérebros, isto é, na realidade e nas representações da realidade, pelo trabalho milenar de socialização do biológico e de biologização do social que, invertendo a relação entre as causas e os efeitos, faz uma construção social naturalizada (os habitus diferentes produzidos pelas diferentes condições sociais socialmente produzidas) aparecer como a justificção natural da representação da realidade (p.145).

As marcas dessas *diferenças* se expressam na delimitação dos espaços sociais para homens e mulheres. Ao longo de sua história as mulheres tiveram sua presença invisibilizada, limitada à esfera do privado, ao mundo doméstico; foram social e politicamente segregadas. Mesmo tendo decorrido mais de um século de

luta organizada das mulheres e contando com os consideráveis avanços na situação de uma parcela significativa do grupo feminino, no que se refere à ocupação de espaços nas instâncias de poder político, no mercado de trabalho e no sistema de ensino, as distâncias entre homens e mulheres são ainda profundas. Embora visões pessimistas sobre a presença da mulher no mercado de trabalho, com o avanço do capitalismo (Saffioti, 1969), tenham sido superadas pela sua expressiva presença hoje na força de trabalho, as mulheres se inserem no mercado de trabalho em condições menos favoráveis que os homens, tanto em termos salariais quanto em relação às posições ocupadas (Bruschini, 1993, Lovell 1992). Apesar da expressiva presença feminina no sistema de ensino, os espaços mais valorizados do ensino superior revelam a permanência da *tradicional divisão de trabalho* entre os sexos (Bourdieu e Passeron, 1973).

A pretensão desta tese é aportar alguma contribuição à compreensão das desigualdades raciais e de gênero no sistema de ensino, buscando demonstrar que brancos e não brancos, homens e mulheres participam desigualmente do ensino superior e contribuir para a constituição de uma base de informações que sirva de subsídio à formulação, nos diversos níveis do sistema de ensino, de medidas de intervenção para correção das profundas desigualdades raciais e de gênero, presentes na educação brasileira.

No Brasil, evidencia-se cada vez com maior nitidez a necessidade de uma atuação política efetiva no combate às desigualdades raciais. As lutas e demandas colocadas pela população negra no sentido da reparação das históricas

desigualdades e da eliminação das marcas do preconceito, têm ecoado na sociedade. Instaura-se, hoje, no país o debate sobre a adoção de medidas que venham corrigir a histórica defasagem a que está submetido um grande conjunto de brasileiros, entre os quais os negros representam uma parcela considerável. As evidências da preocupação com a questão das desigualdades no país estão expressas na discussão sobre a implantação de políticas de *ação afirmativa*. A realização, pelo Ministério da Justiça, em 1996, do seminário “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, no qual foram discutidas formas de melhorar a posição do negro na sociedade brasileira, e a formulação de um Programa Nacional de Direitos Humanos, no mesmo ano, contendo recomendações para atuação junto à população negra, refletem as demandas colocadas pelo movimento social. O Programa fala em uma “mutação cultural” da sociedade, assinalando que o equacionamento dos problemas estruturais que fazem do Brasil uma sociedade ainda profundamente injusta, devem ser objeto de políticas governamentais.

A discussão em torno da implantação de políticas de *ação afirmativa* fundamenta-se na necessidade de reparar a histórica situação de desvantagem a que estão submetidos determinados grupos sociais como negros, índios e mulheres, particularmente nas áreas de educação e mercado de trabalho. No caso brasileiro, a sua importância é tanto mais expressiva, quando se trata da sua admissão por parte das instâncias governamentais, porque implica no reconhecimento das desvantagens a que estão submetidos os negros, realidade sistematicamente negada através da imagem do Brasil como uma democracia racial.

As propostas contidas no Programa contemplam especificamente a situação da população negra e envolvem desde ações de curto prazo, como a inclusão do quesito “*cor*” em todos e quaisquer sistemas de informação e registro sobre a população, até medidas de médio e longo prazos, como a criação de banco de dados sobre a situação dos direitos civis, políticos, econômicos e culturais da população negra e a formulação de políticas que promovam, social e economicamente, a população negra.

Assim, esta tese pretende contribuir para a melhor compreensão da situação dos segmentos raciais e de gênero no sistema de ensino, fornecendo um quadro das desigualdades no ensino superior que possa vir a subsidiar a formulação de políticas educacionais.

Argumentarei, ao longo deste trabalho, que apesar da inexistência de mecanismos formais de discriminação racial no acesso ao sistema superior de ensino, os estudantes mulatos e pretos estão sujeitos a um forte processo de exclusão. As condições de desvantagem a que estão submetidos esses segmentos sociais, representadas por uma escolarização básica realizada predominantemente em escolas públicas, de baixa qualificação, originários de famílias com precários níveis de escolaridade, situadas em baixos patamares de *status* e renda, aliadas a um processo sutil de inferiorização, que deprime sua auto-estima e reduz suas expectativas, entre outras desvantagens, resultam por constituir-se em poderosos obstáculos ao seu acesso à universidade, determinando que eles apresentem um

desempenho mais modesto no vestibular, estejam sub-representados, com relação ao peso dos seus contingentes na população baiana, e aliados daquelas áreas e cursos mais valorizados, que representam futuramente maiores vantagens no mercado de trabalho.

Procurarei também demonstrar que, mesmo ante o significativo avanço na situação social da mulher, sobretudo nas últimas décadas, e apesar da reduzida distância na participação de homens e mulheres na população investigada, os estereótipos de gênero e as expectativas em torno do papel social da mulher seguem ainda determinando o desempenho e direcionando as escolhas femininas. Isto é, determinando que em situação que envolve competição, como o vestibular, as mulheres apresentem um desempenho mais modesto que o masculino, embora na ausência da competição elas possam se mostrar tão ou mais capazes que os homens.

Do mesmo modo, procurarei mostrar que as representações sobre o papel feminino seguem também atuando para manter as mulheres distanciadas dos tradicionais “espaços masculinos”, dirigindo-as, predominantemente, para cursos fortemente identificados com as atividades do mundo privado, reconhecidas como “tipicamente femininas”, que são aqueles de menor prestígio social, que no mercado de trabalho representam menores vantagens salariais e menores possibilidades de acesso a posições de comando.

A escolha da UFBA como espaço empírico decorre da sua condição de universidade pública e gratuita, a mais antiga e considerada de maior prestígio social no estado, com maior diversificação de cursos e que oferece anualmente o maior número de vagas. O prestígio das instituições federais de ensino superior é destacado por Nogueira (2000) quando assinala que a sua superioridade

aparece associada, em primeiro lugar, à qualidade da formação oferecida, a qual, por sua vez, encontra-se ligada a um clima favorável ao desenvolvimento de 'habitus' acadêmico e de uma cultura universitária que seria digna desse nome. Em acréscimo, e em segundo lugar, intervém a vantagem de um ensino gratuito (p.138).

Essas características fazem da UFBA um espaço marcado por fortes disputas. Anualmente concorrem aos cursos uma população aproximada de 50.000 estudantes, para uma oferta de cerca de 3.500 vagas.

A tese se divide em cinco capítulos. O primeiro mostra que há uma construção social da raça que atua para demarcar o lugar de indivíduos e grupos na sociedade. A partir do debate em torno dos distintos modos de classificação racial praticados no Brasil, apresenta e compara os distintos esquemas de classificação racial usados na pesquisa, procurando identificar aproximações e divergências entre eles. Conclui que há uma grande aproximação entre os esquemas de classificação analisados e um relativo consenso no modo como as pessoas se classificam e são classificadas. Mostra, ainda, a interferência nesse processo, de variáveis como o *status* socioeconômico e a renda da família, a escolaridade dos

pais, o tipo de escola freqüentada, a ocupação do estudante e o número de vezes que prestou vestibular, evidenciando que, na realidade brasileira, o *status* do indivíduo interfere na sua classificação racial.

O segundo capítulo examina a participação dos segmentos raciais na UFBA, buscando verificar a associação entre a cor do estudante e aspectos relacionados à sua origem, à sua história escolar e à sua situação atual, como escolarização anterior, local de residência, estado civil, idade, escolaridade dos pais, renda da família, condição de ocupação, área e curso em que se situa e influência na escolha do curso. A análise aponta a UFBA como um espaço segregado racialmente, no qual predominam morenos e brancos. Mulatos e pretos encontram-se sub-representados, tanto relativamente ao seu peso no conjunto da população, quanto no que se refere ao prestígio dos cursos a que têm acesso.

O terceiro capítulo analisa o acesso do contingente feminino à UFBA, a partir do exame das variáveis tipo de escola e curso freqüentado no segundo grau, do número de vestibulares realizados, da sua participação nas áreas e cursos e das razões que determinaram a escolha da carreira. A análise revelou que as representações sobre o gênero seguem orientando fortemente as escolhas e trajetórias de homens e mulheres dos distintos segmentos raciais, no sistema de ensino. Apesar da significativa presença feminina na UFBA, ela é minoritária nos cursos considerados prestigiosos e discreta naqueles tidos como “tradicionalmente masculinos”, como os da área das ciências físicas e de tecnologia. As mulheres de todos os segmentos raciais estão situadas predominantemente nos cursos ditos

“femininos”, aqueles identificados com as tarefas do mundo doméstico e, conseqüentemente, de menor valorização social. A articulação entre gênero e cor mostra que as mulheres negras são o segmento mais sujeito a desvantagens.

O quarto capítulo busca compreender como a cor, o gênero e o *status* socioeconômico, associados a outras variáveis como o tipo de escola de segundo grau, o estado civil, a condição de ocupação, o número de horas trabalhadas, a escolaridade do pai, condicionam o desempenho do estudante, examinando dois momentos do seu trajeto acadêmico: o resultado do vestibular e o seu rendimento, num determinado ponto do curso. Os resultados da análise dão conta de que à UFBA tem acesso um contingente de elevado *status* socioeconômico, no qual se situam predominantemente os brancos e morenos. O desempenho dos estudantes, em ambos os momentos investigados, acompanha o gradiente de cor, mostrando que os estudantes brancos apresentam as médias mais elevadas, cabendo aos pretos as mais baixas. O estudo evidenciou ainda a associação entre o *status* socioeconômico do estudante, o prestígio do curso freqüentado e a cor, revelando que nos cursos mais prestigiosos estão os de mais elevado *status*, entre os quais predominam os brancos e morenos. Os homens apresentam melhor desempenho no vestibular num maior número de cursos. Contudo, as mulheres têm rendimento mais elevado na maior proporção deles, inclusive naqueles considerados “masculinos”, destacando-se o desempenho das mulheres mulatas e pretas, nos cursos de elevado prestígio social.

O quinto capítulo apresenta a descrição da trajetória das variáveis envolvidas no estudo, que são aquelas que demonstraram maior poder explicativo dentro do modelo de análise e que são também aquelas apontadas pela literatura como fatores de maior peso na determinação do fenômeno em exame. A descrição da trajetória das variáveis evidencia a contribuição das variáveis independentes para determinar as variáveis dependentes.

Ao final, encontra-se um Anexo Metodológico que apresenta os procedimentos de construção das variáveis *prestígio do curso* e *'status' socioeconômico da família* e indica os instrumentos utilizados na investigação. O leitor vai encontrar, ainda, um conjunto de tabelas que embora não tendo sido referidas, diretamente, no texto, ilustram os aspectos analisados.

Capítulo I

Raça, um critério de classificação social

Para além dos meros atributos físicos que diferenciam os indivíduos da espécie humana, a raça é um critério construído para demarcar fronteiras, marcar limites, estabelecer distinções e privilégios entre os grupos na sociedade. A raça classifica os indivíduos e nesse sentido é

um fato social referido aos significados atribuídos pelas pessoas a atributos físicos e que servem para demarcar indivíduos e grupos, como uma percepção social que categoriza (Araújo, 1987: 15).

O pressuposto para a construção da ideia de raça é a crença na existência de uma relação entre características biológicas e atributos morais e culturais. No século passado, a preocupação dos cientistas com a construção de esquemas classificatórios e a inexistência de critérios precisos de classificação levou a

Antropologia a produzir inúmeras taxionomias raciais. A criação dessas classificações baseava-se na crença da diferença entre as raças e na superioridade ariana, sendo os negros, índios e mestiços considerados grupos inferiores. A partir de uma série de traços como medidas do crânio (índices cefálicos), cor da pele, tipo de cabelo e certos comportamentos e atitudes, foram construídas as hierarquias raciais.

Nesse momento a elaboração de tipologias torna-se uma característica do academicismo europeu; *uma forte tendência para ordenar todas as coisas do mundo...um desejo de síntese* toma conta do pensamento da época, assinala Banton (1979:40). A diferença de atitude entre os cronistas do século XVI e os naturalistas do século XIX é destacada por Schwarcz (1993), ao observar que enquanto àqueles cabia apenas narrar, esses estavam preocupados em classificar, ordenar e organizar tudo à sua volta. Nesse cenário, os povos passaram a ser vistos como biologicamente diferentes e a humanidade como dividida em raças. Busca-se a explicação dessas diferenças na natureza da raça e desencadeia-se uma rica produção de estudos sobre o tema das diferenças físicas dentro da espécie humana, o que leva, segundo Banton (op. cit.:39), a um processo de *racialização do mundo*.

Muito embora as doutrinas raciais tenham conhecido seu apogeu no século XIX, os estudos mostram que muitos elementos necessários à construção de uma doutrina racial já estavam presentes no pensamento europeu desde os séculos V e VII. Nesse período, contudo, a idéia de raça era usada sem nenhuma conotação

biológica, muito embora referindo-se a distinções naturais; as diferenças, mesmo mantendo-se através de gerações, não eram vistas como sendo fixas. Até o século XIII o termo raça era usado como *linhagem, descendência comum de um conjunto de pessoas* (Banton, op.cit.:39); tinha um sentido “literário” segundo Guimarães (1995a.). A idéia de raça com o sentido de herança física, permanente, é introduzida por Cuvier, no século XIX (Schwarcz, op. cit. :47).

No final do século passado as teorias raciais chegam ao Brasil. Sob sua influência os estudiosos brasileiros, de início, viram na mistura das raças um veneno para os destinos da nação. No entanto, aqui elas terminam por se desenvolver de um modo muito próprio, sofrendo um processo de adaptação às condições do país (Schwarcz op. cit., Guimarães, 1995a). Ao contrário da perspectiva pessimista presente nas idéias dos pensadores europeus, as diferenças inatas, a pureza de raça e o caráter degenerativo da mistura entre estas, que estavam originalmente presentes naquelas concepções, foram modificadas, de modo a atender às necessidades políticas do país naquele momento. Alguns estudiosos chamam atenção para o fato de que, como no Brasil era bastante avançado o processo de mestiçagem, a unidade nacional exigiu um outro modo de construção da idéia de raça, um arranjo no qual a miscigenação adquiriu um sentido positivo, contrariando, os cânones da ciência vigente. O discurso racial se articulou ao projeto de cunho nacionalista. O fato de ser esta uma “nação mestiça”, criava um dilema para os cientistas brasileiros pela defasagem entre as teorias raciais importadas e a realidade racial do país. A construção da identidade nacional exigiu, portanto, uma leitura e uma aplicação peculiares das teorias raciais à

realidade brasileira. Foi preciso, então, buscar uma solução apropriada para a questão racial brasileira e ela foi encontrada na forma de um elogio à miscigenação. Nessa reelaboração da idéia de raça pode-se perceber o caráter aleatório das ordenações sociais baseadas nesse critério.

Na mesma direção vai a interpretação de Skidmore (1976), ao assinalar que o contato entre os grupos raciais, desde as origens da sociedade brasileira, tinha sido de tal ordem que, àquela altura, já não era mais possível adotar um rígido sistema de classificação birracial, como se adotou em outras realidades. A tese do “embranquecimento” e, vinculada a ela, a adoção de um sistema amplo de classificação se apresentaram como a solução possível para o caso brasileiro. A propósito dessa maneira peculiar de entender a mistura racial no contexto brasileiro, é ilustrativo o clássico episódio da participação de João Batista de Lacerda no Congresso das Raças, em Londres, em 1911, relatado por vários estudiosos (Seyfert, 1995; Schwarcz, op. cit.; Skidmore, op. cit.). Apesar de ser um dos mais enfáticos defensores da tese da determinação biológica das características sociais e culturais e adepto de requintados estudos estatísticos que buscavam demonstrar a inferioridade racial dos mestiços, defendeu a tese do “branqueamento” como solução para a questão racial no Brasil.

A expectativa da elite brasileira era que, apesar de ser o Brasil um país de mestiços, o processo evolucionista levaria a um “embranquecimento” da nação. Esse discurso serviu para construir a idéia de uma nação moderna, para demonstrar que o Brasil era um país viável, que poderia embranquecer, civilizar-

se. Sendo o branco o elemento superior, sairia triunfante no processo de caldeamento. Por isso era necessário promover e incentivar a imigração européia. Para Guimarães (1995b), a idéia de “embranquecimento” traduz a racionalização de *sentimentos de inferioridade racial e cultural* (p.37); ela seria produto de *um orgulho ferido* pelo racismo científico, ao pôr em dúvida a capacidade civilizatória da nação brasileira, a capacidade para desenvolver-se economicamente, para industrializar-se.

Desse processo emerge, no Brasil, um sistema de hierarquização social em que se associam elementos como “raça” *status e classe*. Esse sistema obedece a *gradações de prestígio* em que a “cor” é contaminada por outros discriminadores, tais como renda, origem familiar, educação, que atuam empurrando o indivíduo para um ou outro pólo da dicotomia “branco/preto”. Essa dicotomia, que sustentou a ordem escravocrata, serviu desde o início da sociedade brasileira, para demarcar a distância entre privilégios e direitos, deveres e privações (Guimarães, 1995a).

Assim, a crença sobre a natureza das raças serviu para marcar diferenças entre os grupos sociais que constroem não apenas antagonismos, mas também semelhanças, identidades, igualdades, a partir dessas linhas de demarcação. Dessa perspectiva, assinala Gomes (1995), é através da *descoberta, reafirmação ou criação cultural de semelhanças que um grupo social qualquer terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação em uma situação de confronto* (p.39). Desta perspectiva, a raça pode ser um modo de os indivíduos se

perceberem como iguais e se alinharem em oposição a outros. Do mesmo modo que a partir desse critério são demarcadas fronteiras de exclusão, fronteiras de inclusão se constroem com base na idéia de raça. Banton (op. cit.) cita o exemplo da sociedade americana, na qual do mesmo modo que o vocabulário da raça serviu à categoria social dominante como um idioma de exclusão, os negros o utilizaram como uma linguagem de identificação.

Raça é, portanto, um termo que envolve múltiplas interpretações razão pela qual, para muitos autores, deve ser evitado. Para alguns ele não faz sentido porque do ponto de vista da biologia são irrelevantes as características que determinam a raça. Para outros, mesmo que o termo seja empregado com uma conotação não-biológica, ele estaria de tal modo envolto numa ideologia opressiva que o seu uso resultaria por consolidar justificativas naturalistas para as desigualdades sociais.

Para Santos (1996), *geneticamente não há raças, mas freqüências genéticas que diferenciam os grupos humanos, por pura adaptação ao meio*. Para ele, haveria uma única situação em que o termo *raça* poderia ser aplicado adequadamente: quando se trata de fazer referência ao *conjunto de pessoas consangüíneas que guardam parentesco entre si* (p.10). E, nesse sentido, como todos os homens descendem de um ancestral comum, só existiria uma raça, a *raça humana*, cujos membros guardam, entre si, um tal número de semelhanças que seria de todo impossível o estabelecimento de categorias raciais. Salienta o autor que tanto o conceito de raça quanto as classificações raciais são uma *forma dada de percepção* (idem:12) das diferenças morfológicas, sociais e culturais. A existência

de raças seria, assim, uma suposição que levaria à caracterização biológica de fenômenos que são puramente sociais e culturais, e conseqüentemente à atitude que se caracteriza como racismo.

Também Azevêdo (1990), adverte para o caráter impreciso da raça como um critério biológico para delimitar fronteiras entre os grupos humanos, observando que

tanto pela antropologia física como pela genética de populações, através de estudos de frequências gênicas, é impossível delimitar as raças. As variações entre as raças são contínuas e superficiais, não permitindo separá-las biologicamente (p.21)

Harris (1967), ironizando a presunção de cientificidade dos defensores da idéia biológica de raça, adverte: *geneticamente falando, quase que a única coisa que um racista pode ter certeza é de que não passa de um ser humano (p. 86)*. Para o autor, do ponto de vista científico, identidade racial é algo insustentável e, portanto, onde quer que essa idéia se expresse, *podemos ter certeza de que essa sociedade fabricou uma mentira social para ajudar um de seus segmentos a tirar vantagem do outro (p.87)*

Refletindo sobre essa temática, Munanga (1990) admite que a diversidade humana é um fato incontestável, mas considera que a questão torna-se problemática a partir do momento em que os cientistas buscaram dividir ou

classificar o gênero humano em variedades, a exemplo do que se fez com relação aos animais, na Zoologia ou às plantas, na Botânica. Dessas classificações foram tiradas as conclusões a partir das quais se atribuiu aos grupos humanos características raciais e, em nome destas, o homem branco se deu o direito de explorar, dominar e até exterminar outros homens. Ele aponta para a inconsistência científica dos critérios de classificação racial; tomando o exemplo da cor da pele, evidencia como esse é um critério superficial, quando se sabe que somente 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo estão implicados na transmissão dessa característica. Desqualifica o pensamento que concebeu tais delimitações entre os grupos humanos, assinalando que

se os antropólogos tivessem limitado seu trabalho à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles teriam ficado inocentes como seus colegas botânicos e zoólogos (p.51).

Mas ressalta que o fundamental nessa questão é que aos critérios físicos foram associadas características intelectuais e morais e, a partir daí, estabelecida uma hierarquização entre os grupos humanos. Assinalando o caráter ideológico dessa construção, afirma que *é o racista que cria a raça (p.52).*

Outra perspectiva de análise, embora reconhecendo as razões da rejeição do uso do conceito de raça, compreende que na sociedade brasileira justifica-se o seu emprego porque é o termo que consegue dar a verdadeira dimensão do racismo existente. Seu uso serve para demonstrar o caráter discriminatório das práticas e

crenças que fundamentam a desigualdade racial. Aqueles que defendem o uso do conceito consideram que na sociedade brasileira o preconceito não se dá apenas com relação aos aspectos culturais, mas que a discriminação tem como base traços físicos como a cor da pele, o tipo de cabelo, para determinar o que é “bom” ou “ruim” (Gomes, 1995); para incluir ou excluir. No Brasil, a raça é um importante critério para demarcar o lugar dos indivíduos na estrutura social; a cor da pele e o tipo de cabelo são as marcas mais evidentes da construção das categorias de raça, justamente pela sua visibilidade; são esses os critérios mais óbvios de distinção.

Para Guimarães (1995a), na base tanto da recusa ao uso do conceito de raça quanto da sua utilização, está uma atitude que decorre de uma *concepção realista de ciência* (p.46). Isto é, uma atitude baseada na suposição de que os conceitos correspondem a uma realidade concreta, objetiva. O autor compreende que uma definição biológica de raça, tanto camufla o caráter racista das distinções de cor, quanto o seu caráter de construção social e cultural (Guimarães,1995b). Acredita, contudo, que é possível adotar um conceito de raça que não tenha por base nenhuma realidade objetiva, biológica; um conceito *plenamente sociológico*, por considerar que somente uma definição *nominalista*, um conceito que tenha existência apenas enquanto conceito, *seja capaz de evitar o paradoxo de se empregar criticamente (cientificamente) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acrítica (ideológica)* (Guimarães,1995a:46). Respalda no entendimento de que os fatos culturais são construções *mentais, intelectuais e ideológicas* (p.48), considera que *não é preciso reivindicar nenhuma realidade*

biológica das 'raças' para fundamentar a utilização do conceito em estudos sociológicos (p.51) . Na mesma linha de entendimento, Marx (1996) compreende a realidade das raças como construções socio-históricas, assinalando que *a raça não é encontrada, mas 'feita'* (p.10).

É a partir do entendimento da raça como uma construção social referida ao significado conferido pelas pessoas aos atributos físicos como demarcadores dos indivíduos e grupos no mundo social, que essa noção será adotada nesta análise.

O debate em torno dos modos de classificação racial praticados no Brasil

A identidade racial dos brasileiros e os sistemas de classificação racial praticados no Brasil são temas longamente debatidos entre os estudiosos e interessados na questão racial. A miscigenação da população brasileira e a ausência de um sistema único e rígido de classificação como parece ser aquele existente nos Estados Unidos¹, por exemplo, têm produzido muita reflexão em torno da questão da identidade racial e do significado dos sistemas de classificação racial praticados no Brasil. Ao longo do último século, desde a realização do primeiro

¹ A esse respeito, Silva (1994) assinala que a produção recente da Sociologia norte-americana redescobre a noção de "raça social" diferente daquela que se desenvolveu, ao longo do tempo, de base estritamente biológica e genética, que Marvin Harris denominou de "regra da hipodescendência". Segundo essa concepção, não apenas a origem determina o grupo racial a que o indivíduo pertence, mas também o fato de ter um ancestral direto que tenha sido membro de

levantamento de informação sobre raça no Brasil, em 1872, um número significativo de estudos tem sido realizado (Araújo,1987), e os pesquisadores têm buscado apreender o significado da diversidade de termos usados no cotidiano das relações raciais no país. Contemporaneamente, são exemplos desse esforço, entre outros, os estudos de Araújo (1987), Silva (1988, 1994 e 1996), Wood (1991) Maggie (1991 e 1996), Sansone (1994), Harris et. al. (1993), Telles (1996), Hanchard (1995), Fry (1996).

Um dos eixos da discussão sobre os sistemas de classificação utilizadas no Brasil tem sido freqüentemente a crítica à simplificação das categorias de classificação utilizadas pelas pesquisas oficiais, em comparação com a riqueza da terminologia usada pela população para definir sua própria cor. Para muitos analistas, a variedade de termos usados pela população brasileira para se identificar, assim como os significados sociais que ela envolve, invalidaria a “classificação grosseira” (Wood,1991) utilizada pelo censo. Entre outros, Marvin Harris (1963) criticou o uso das categorias censitárias, que no momento da sua pesquisa eram ainda mais reduzidas, - apenas branco, preto e pardo -, por considerar que elas obscurecem justamente aquilo que há de mais característico nas relações raciais brasileiras, que é a grande quantidade de termos utilizados pela população e a ambigüidade que envolve a sua aplicação (apud Silva, 1994). Harris (1967) considera que um dos aspectos mais importantes das relações raciais na América Latina é a *ausência de grupamentos raciais nitidamente definidos* (p.85), assinalando que no

um grupo subordinado. Deste modo, na sociedade norte-americana, as características físicas, aparentes, teriam importância secundária.

Brasil seria possível a um indivíduo mudar de identidade racial durante a vida, porque no cálculo da identidade racial interferem outros critérios como a educação e o nível sócio-econômico. Assim, no Brasil não haveria *grupos raciais* porque não existe na sociedade brasileira papéis definidos para os vários segmentos raciais, especificamente determinados pelo seu pertencimento racial. Observa que

um brasileiro nunca é simplesmente 'um homem branco' ou 'um homem preto'; ele é rico, ou instruído e branco; ou rico e instruído homem de cor; ou pobre e ignorante homem de cor, ou pobre e ignorante branco (p.96).

Para o autor é essa interação entre cor e outros atributos que torna ambíguo o material estatístico brasileiro a respeito das raças. Numa outra interpretação, como aquela freqüentemente observada nos movimentos negros, a grande variedade de termos que aparecem nos levantamentos acerca da condição racial da população indicaria ausência de identidade racial (Teixeira, 2000:57).

De acordo com Maggie (1991), na base da discussão em torno dos sistemas de classificação racial no Brasil estaria a *naturalização da cor*. Para a autora, no pensamento social brasileiro a *cor* aparece como algo *concreto*. Contudo, embora tanto no discurso acadêmico e científico como na fala do senso-comum a cor emerja como algo *natural*, os sistemas classificatórios a partir dos quais os significados são demarcados servem para marcar as distinções presentes no mundo social. Distinções essas que *não estão contidas na natureza das coisas e*

dos seres, mas são produto da construção cultural ou social. Os *signos inscritos na pele* são tão somente *metáforas* para falar de diferenças sociais (p.9-11). É também nesse sentido que Da Matta (1997) assinala que *...não há sistema de valor, moralidade, mitologia que seja 'natural' ou mais próximo de uma natureza humana, pois todos são arbitrários ...*. Observam Telles e Lim (1999) que

as características raciais não são incontroversas ou fatos objetivos, mas quase sempre ambíguas e passíveis de variações de acordo com o classificador, sendo portanto afetadas por critérios não físicos (p.23)

A multiplicidade de termos que falam da cor pode estar apontando para a importância e complexidade da questão da classificação social a partir da condição racial, observa Araújo (1987). Neste sentido conclui que *o debate em torno da 'classificação legítima' estará sempre aberto* (p.15)

Sensível a esse debate, em 1976 o IBGE buscou um modo de verificar em que medida as categorias do censo se distanciavam da terminologia usada no cotidiano. Introduziu no seu levantamento uma questão aberta, que permitia ao informante definir sua condição racial usando os termos do seu cotidiano. Somente depois dessa auto-identificação espontânea, lhes eram apresentadas as opções tradicionais do censo. O resultado do levantamento deu conta de mais de uma centena de termos apresentados espontaneamente pelos informantes, mas mostrou que 57% deles poderiam ser enquadrados nas categorias censitárias. As

demais respostas se distribuíram entre as categorias *morena* (34%), *morena clara* (3%) e *clara* (3%). Isso evidenciou que mesmo que as categorias censitárias limitem a riqueza de termos raciais usados pela população e eliminem seu caráter ambíguo, elas estariam conseguindo expressar o modo como a maior parte dos brasileiros se percebe racialmente.

A partir do interesse no debate em torno dos modos de classificação racial utilizados no Brasil, pretendemos verificar as aproximações e divergências entre distintos modos de classificação, bem como perceber como certas variáveis relacionadas ao *status* socioeconômico, podem afetar a classificação racial das pessoas, como forma de melhor compreender a dinâmica das desigualdades raciais na realidade brasileira.

Classificação racial na UFBA

A investigação da cor ou raça dos estudantes da UFBA, em 1997 (Queiroz, 2000), marca, talvez, o primeiro esforço empírico para mapear as desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. Até aquele momento, o perfil racial dos estudantes do ensino superior era um tema quase completamente ignorado no campo da pesquisa em educação.

Um dos primeiros passos da investigação para revelar esta face da realidade educacional brasileira consistiu na aplicação de um instrumento de coleta de

dados, um questionário, entre os estudantes que estavam ingressando na UFBA no primeiro semestre daquele ano. O instrumento compunha-se de vinte e seis perguntas, abertas e fechadas, abordando diversos aspectos da vida do estudante, entre os quais, suas características pessoais, a escolarização anterior, a escolaridade dos pais, as razões da escolha do curso. No que diz respeito ao levantamento da informação sobre a cor, o instrumento apresentava duas questões. A primeira delas, era uma questão aberta, baseada no procedimento adotado pelo IBGE, na PNAD/76², que permitia ao respondente utilizar o termo que desejasse para identificar sua cor ou raça. A segunda questão utilizou um procedimento de autoclassificação induzida, cujas categorias pré-codificadas eram as mesmas das pesquisas do IBGE: *branca, parda, preta, amarela e indígena*.

Num segundo momento da investigação outra abordagem foi adotada. Como se pretendia que o estudo assumisse maior amplitude, recorreu-se aos dados armazenados no Centro de Processamento de Dados da Universidade, resultantes da coleta realizada anualmente pela ASSPLAN/UFBA³, junto aos estudantes que se candidatam ao vestibular. Contudo, a cor/raça do estudante não constava das informações disponíveis.

A invisibilidade de uma característica dessa natureza num espaço de produção e transmissão de conhecimento sobre a sociedade, como é a instituição universitária, e situada num estado, como a Bahia, com população tão diversa

² PNAD- Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

³ ASSPLAN – Assessoria de Planejamento

racialmente, deveria surpreender, não fosse a crença disseminada de que vivemos, efetivamente, numa “democracia racial”. Essa crença transforma num fato corriqueiro o silêncio sobre a cor nos mais diversos setores da sociedade. Estudos chamam atenção para a inexistência de informações sobre essa característica. Teixeira (1998) relata a dificuldade que teve na universidade por ela investigada, pela inexistência de informação sobre cor, raça ou etnia de alunos ou docentes. Lembra a autora que Thales de Azevedo, em *As elites de cor*, já reclamava da dificuldade do pesquisador em encontrar dados para a investigação da identidade racial. Numa sociedade fortemente hierarquizada, como a sociedade brasileira, de marcante traço senhorial, a idéia da existência de democracia racial talvez se deva justamente à banalização do preconceito da discriminação e da desigualdade ante aqueles que estão na base desta hierarquia. Não é sem razão a observação de Oracy Nogueira (apud Schwarcz e Queiroz [orgs.], 1996), de que *A miséria é menos surpreendente em negros do que em brancos*.

A inexistência de informação sobre a cor ou raça demandou outro procedimento de classificação. Assim, para a construção do perfil racial dos estudantes da UFBA, a informação foi obtida a partir do exame da sua fotografia, existente na ficha de “Identificação Individual”, armazenada nos arquivos da Universidade⁴. A cor foi atribuída pelo pesquisador utilizando as categorias *branca, morena, mulata e preta*.

⁴Embora a UFBA disponha de um considerável acervo de informações sobre seu alunado, coletadas no momento da inscrição para o exame vestibular, só foi possível recuperar a informação sobre a cor do estudante daquele contingente com ingresso na Universidade em 1993/1995 e 1997. Isso porque as fichas de identificação, com a fotografia do estudante, que serviram à identificação racial, existiam apenas para este período. Periodicamente, a Secretaria Geral de Cursos SGC/UFBA procede à microfilmagem dessas fichas, destruindo-as em seguida.

A classificação da cor ou raça do estudante foi efetuada a partir da observação de certos traços fenotípicos como a cor da pele e a forma dos lábios, do nariz e dos cabelos. Defini os *brancos* como aqueles portadores de um máximo desses traços brancóides; como *pretas* aqueles portadores de um máximo desses traços negróides; considerei *morenos* aqueles que se distinguiram dos *mulatos* por terem traços mais brancóides e, portanto, fenotipicamente mais próximos dos brancos, e *mulatos* aqueles que se distinguiram dos *pretos* por terem a pele mais clara, mas que, fenotipicamente, são mais semelhantes a estes⁵. Outros pesquisadores, como Azevedo (1996) e Silva (1996), já haviam lançado mão do procedimento de exame da fotografia para identificação da cor das pessoas. Embora se tratasse de procedimento de auto-identificação, Harris e Kotak (1963) e Harris *et. al.* (1993) recorreram a desenhos de tipos humanos com diferentes características raciais para proceder à identificação racial de seus informantes, em pesquisas realizadas, na Bahia, nas localidades de Arembepe e Rio de Contas, respectivamente.

A decisão de adotar as categorias *morena* e *mulata* em lugar da categoria *parda*, adotada nas pesquisas oficiais, para a análise do grupo formado pelos mestiços ou descendentes de africanos, partiu de suposição de que esse não seria um grupo homogêneo. A esse respeito, Wood (1991) chama atenção para o uso do

Deixamos de analisar os dados referentes aos estudantes que ingressaram em 1996, por não existirem informações sobre este subconjunto no Centro de Processamento de Dados da UFBA, onde estão armazenadas as informações.

esquema *branco, pardo, preto*, alertando que ele pode levar à *fusão de sutis distinções*, ocultando importantes diferenças entre os grupos compreendidos nestas três categorias. Assim, consideramos que o uso destas categorias permitiria apreender melhor as distinções, porventura, existentes no segmento investigado.

A seguir analisarei o modo como os estudantes se percebem racialmente, buscando comparar esta percepção com a do pesquisador, a partir das informações levantadas nos dois momentos da pesquisa, isto é, aquelas resultantes da aplicação do questionário e as coletadas pelo pesquisador nos arquivos da UFBA

A cor segundo a autoclassificação

A classificação de cor ou raça dos estudantes da UFBA evidenciou um dos aspectos que mais intrigam estudiosos e interessados no debate sobre as relações raciais no Brasil, que é a singularidade do modo como se definem racialmente os brasileiros. Os estudantes utilizaram um elenco de vinte e três⁶ categorias de cor para se auto-classificarem, como demonstra a tabela abaixo.

⁵A esse respeito ver Castro, Nadya e Guimarães, A. Sérgio A. "Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho". *Estudos Afro-Asiáticos*, (24) 23-60, 1993.

⁶ A pesquisa direta investigou 3288 casos. Entre estes foram encontradas 24 categorias de cor espontaneamente apresentadas (Queiroz, 2000). Contudo, as informações aqui analisadas resultaram de uma compatibilização destes dados com aqueles coletados pelo CPD/UFBA, para o ano de 1997. Nesse processo algumas informações se perderam, o que resultou na redução do banco de dados para um total de 3054 casos. Nessa operação foi perdida uma das categorias de classificação espontânea, justamente a categoria "moreno pardo". Apenas uma pessoa havia se identificado desta forma, reclassificando-se, posteriormente, como parda.

Apesar da variedade de termos surgidos, 92,9% das declarações de cor concentram-se em apenas seis categorias. São elas: *branco, pardo, moreno, negro, moreno claro e preto* (Tabela 1).

Tabela 1 – Estudantes segundo a autoclassificação espontânea - UFBA - 1997

Cor	%
Branco	50,1
Moreno	13,0
Claro	0,3
Moreno claro	2,2
Pardo	19,7
Negro	6,8
Amarelo	0,9
Mulato claro	0,1
Mulato	0,9
Preto	1,1
Caboclo	0,0
Misto	0,1
Escuro	0,0
Pardo claro	0,4
Castanho	0,0
Mestiço	0,2
Marrom	0,2
Mulato escuro	0,1
Moreno médio	0,0
Moreno escuro	0,1
Branco brasileiro	0,0
Mulato médio	0,1
Indígena	0,0
Sem declaração	3,6
Total	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa Direta

As respostas à questão fechada de autoclassificação induzida pelas categorias de uso do IBGE, apresentadas na Tabela 2, a seguir, evidenciaram que assim como ocorreu com a autoclassificação espontânea, metade do contingente se reclassificou como branco, uma proporção correspondente a 33,9% se reclassificou como pardo e 7,9% como preto. Estão em menores proporções os que se reclassificaram nas demais categorias, isto é, como amarelos e indígenas,

bem como aqueles que deixaram de declarar a própria cor ou raça. Isto significa que se agregarmos, numa única categoria, os que se classificaram como pardos e como pretos, vamos encontrar uma proporção (41,8%) bastante próxima à dos brancos.

Tabela 2 – Distribuição dos estudantes por cor, segundo auto classificação induzida

Cor	%
Branca	50,0
Parda	33,9
Preta	7,9
Amarela	2,8
Indígena	3,3
Sem declaração	2,1
Total	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

O cruzamento das categorias apresentadas na autoclassificação espontânea com aquelas da autoclassificação induzida indica uma elevada concentração de respostas incidindo nas categorias usadas pelo IBGE nas suas pesquisas. A comparação destes resultados com os evidenciados pela Pnad/76⁷, mostra uma concentração mais elevada de respostas incidindo nas categorias censitárias do que o levantamento examinado por Silva (1988). Somando-se os percentuais dos estudantes que se haviam classificado inicialmente usando as categorias censitárias, temos 71,8% dos casos; isto significa que em cada dez estudantes mais de sete definiram a própria cor com a terminologia usada pelo IBGE. Esses

⁷ A análise da Pnad/76 mostra que 95% das respostas dos entrevistados concentraram-se em sete designações, sendo que quatro delas eram comuns às usadas no quesito fechado: branca, preta, parda e amarela (Silva, 1988).

resultados, embora confirmando aquilo que tem sido considerado por alguns autores como o padrão de definição racial da população brasileira, isto é, o uso de uma gama de termos raciais em lugar de dicotomias ou tricotomias encontradas em outras realidades, contraria afirmações de autores como Harris et. al. (1995), Fry (1996) de que o esquema de classificação com um número reduzido de categorias, como aquele utilizado pelo IBGE, por exemplo, não se aplicaria à realidade das relações raciais brasileiras.

A comparação entre as duas formas de autoclassificação mostrou ainda que, daqueles que se classificaram nestas categorias, o segmento que apresenta a maior coerência entre as duas formas de classificação, isto é, a mais elevada consistência, são, surpreendentemente, os que espontaneamente se declararam pardos. Em 97,5% dos casos eles se redefiniram como pardos. Assim, apenas 2,5% mudaram para as outras categorias da questão fechada. Se pensarmos que um elevado grau de coerência indicaria também consistência na consciência da identidade racial, esse resultado em relação aos pardos é instigador, considerando a visão de que essa seria uma categoria extremamente ambígua (Harris et. al.;1995). Por outro lado, com exceção daqueles que se declararam *caboclo*, *escuro*, *moreno escuro* e *indígena*, na categoria pardo se reclassificaram, na questão fechada, em diferentes proporções, pessoas de todo o elenco de categorias apresentado espontaneamente. O mesmo ocorreu com os brancos.

Também aqueles que se declararam brancos mostram um elevado nível de consistência na classificação. Os que se definiram inicialmente como brancos,

posteriormente se classificaram como brancos numa proporção de 92,6%. Os demais autotclassificados espontaneamente como brancos se reclassificaram 4,2% como pardos, 2,4% como amarelos, 0,5% como pretos e 0,3% como indígenas.

O nível menos elevado de consistência está entre os pretos. Os que se declararam pretos se reclassificaram como pretos em 89,2% dos casos. Os demais se reclassificaram como pardos (10,8%). Das três categorias analisadas, preto é a que apresenta o mais elevado nível de inconsistência, apesar de ser também a categoria que, no segundo momento da classificação, menos se dispersou por outras categorias da questão fechada. Assim, a inconsistência se dá com uma categoria próxima, isto é, os pretos se reclassificando como pardos: permanecendo, portanto, no pólo *escuro*. O estudo de Telles e Lim (1999), cruzando autotclassificação das pessoas de distintos grupos raciais com a classificação feita pelo entrevistador, já havia detectado inconsistências no modo como as pessoas se classificavam. Eles mostram que essas inconsistências eram *particularmente expressivas para os não brancos* (p.15). Embora a inconsistência aqui esteja entre os pretos e não entre os pardos, ainda é no pólo escuro que ela ocorre, como no estudo referido.

Embora não existindo a opção *moreno*, no esquema da autotclassificação induzida, a situação dos que assim se classificaram espontaneamente merece um exame mais destacado tanto pela aceitação⁸ que o termo parece desfrutar no Brasil,

⁸ Azevedo (1966) chama atenção para o sentido positivo do termo *moreno* no imaginário da população baiana, através da fala de um informante, mostrando que *a expressão 'moreno' tem*

como pelo amplo debate que envolve o seu uso. Harris et. al. (1995) e Silva (1996) procuram compreender o significado da difundida utilização dessa categoria no Brasil. Assinala Silva (1996) que moreno é um termo de amplo uso entre os brasileiros, lembrando que até *mesmo indivíduos fenotipicamente brancos preferem se auto-denominar morenos* (p.80). Contudo, somente 13% da população por nós examinada se identificou espontaneamente como morena, numa proporção menor, portanto, do que os que se definiram como pardos. Na ausência da categoria moreno no esquema de autoclassificação fechada, aqueles que se haviam classificado inicialmente como *morenos*, em 62,1%⁹ dos casos se reclassificaram como pardos. Uma proporção de 14,9% se reclassificou como indígena, 13,7% como brancos e uma proporção próxima a sete por cento se reclassificaram como pretos. Assim, os que haviam se autoclassificado inicialmente como morenos ou morenos claros, foram os que, em maiores proporções, se espalharam por todo o espectro de categorias da questão fechada. Essa dispersão dos morenos parece reforçar a observação de Silva (1996) de que *o termo moreno parece ser aplicável no Brasil a qualquer tipo físico, com exceção das pessoas loiras e ruivas* (idem). Mais de dois terços daqueles que assim se identificaram tenderam a se escurecer, reclassificando-se como pardos ou pretos, mesmo quando havia a possibilidade de uso de outras categorias, como branca e

ademais um sentido romântico, indicativo de um tipo feminino de pele levemente pigmentada e traços de beleza física...E essa 'morena' pode não ter sangue africano (p. 38).

⁹ Resultado semelhante foi encontrado por Silva (1988) ao cruzar os dados de autoclassificação da Pnad/76. Naquele levantamento 62,9% das pessoas que haviam se definido como morenas, se reclassificaram com pardas.

amarela. Esse resultado parece confirmar a idéia de que o termo moreno é uma forma de evitar o pólo mais escuro na escala de mestiçagem (Tabela 3).

Essas evidências levam a pensar que se, por um lado, não é possível negar a influência da idéia de *branqueamento* na população brasileira, de uma atração exercida pelo pólo mais claro do gradiente de cor, na medida em que os indivíduos mestiços utilizam uma gama de termos para se definir racialmente, como querendo guardar alguma distância do pólo radicalmente escuro do escala de cor, por outro, o elevado nível de consistência na classificação dos pardos, a reclassificação dos morenos como pardos, em maior proporção do que como brancos, a reclassificação dos pretos permanecendo no pólo escuro da escala de cor podem estar indicando o reconhecimento da ascendência africana, isto é, o reconhecimento de uma identidade *não branca*. A propósito de achados análogos, Teixeira (2000) observa que na sua investigação ... *o que se viu foi a afirmação generalizada de uma identidade negra – ainda que não exatamente nos moldes em que é constituída pelos movimentos negros...* (p.57)

Tabela 3 – Estudantes segundo a autoclassificação espontânea x autoclassificação induzida - UFBA – 1997

Autoclassificação Espontânea	Autoclassificação induzida						Total
	%	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	
Branco	50,1	92,6	4,2	0,5	2,4	0,3	100,0
Moreno	13,0	13,7	62,1	6,9	2,4	14,9	100,0
Claro	0,3	33,3	33,3	-	33,3	-	100,0
Moreno claro	2,2	40,3	48,6	1,4	5,6	4,2	100,0
Pardo	19,7	0,5	97,5	0,3	0,3	1,4	100,0
Negro	6,8	0,5	16,4	77,6	0,5	5,1	100,0
Amarelo	0,9	-	3,4	-	96,6	-	100,0
Mulato claro	0,1	-	66,7	-	-	33,3	100,0
Mulato	0,9	3,3	50,0	30,0	6,7	10,0	100,0
Preto	1,1	-	10,8	89,2	-	-	100,0
Caboclo	0,0	-	-	-	-	100,0	100,0
Misto	0,1	-	50,0	-	-	50,0	100,0
Escuro	0,0	-	-	100,0	-	-	100,0
Pardo claro	0,4	-	100,0	-	-	-	100,0
Castanho	0,0	-	100,0	-	-	-	100,0
Mestiço	0,2	14,3	71,4	14,3	-	-	100,0
Marrom	0,2	-	20,0	-	-	80,0	100,0
Mulato escuro	0,1	-	100,0	-	-	-	100,0
Moreno médio	0,0	-	100,0	-	-	-	100,0
Moreno escuro	0,1	50,0	-	50,0	-	-	100,0
Branco brasileiro	0,0	-	100,0	-	-	-	100,0
Mulato médio	0,1	-	100,0	-	-	-	100,0
Indígena	0,0	-	-	-	-	100,0	100,0
S/d	3,6	31,3	39,4	8,1	8,1	13,1	100,0
Total	100,0	51,1	34,6	8,0	2,9	3,4	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

Autoclassificação espontânea versus classificação atribuída

A comparação entre a autoclassificação espontânea e a classificação atribuída pelo pesquisador mostrou que cerca de dois terços daqueles espontaneamente autoclassificados o fizeram nas mesmas categorias presentes no esquema atribuído, isto é, *branco, moreno, mulato e preto*, o que indica uma grande proximidade entre os dois modos de classificação. Daqueles classificados pelo

pesquisador como brancos, uma proporção elevada haviam se definido espontaneamente como *brancos*, 8,2% se definiram como *pardos*, 5,1% se definiram como *morenos*. Dos classificados pelo pesquisador como morenos, mais da metade haviam se definido como *brancos*, cerca de um quinto como *pardos*, 15,5% como *morenos*, 3,0% como *morenos claros*, 1,6% como *negro*. O que mostra que, em proporções bastante elevadas, os que foram classificados no pólo *claro* pelo pesquisador também se haviam definido nesse pólo espontaneamente. Dos que foram classificados como mulatos no esquema atribuído, 40,1% se haviam definido espontaneamente nas categorias do pólo *escuro* como pardos, negros ou mulatos; 31,6% se haviam definido como brancos; 17,9% como morenos, 2,1% como morenos claros, 1,5% como amarelos. Dos classificados pelo pesquisador como pretos, 77,6% se haviam definido nas categorias do pólo *escuro* em diferentes proporções, como evidencia a Tabela 4.

Tabela 4 – Estudantes segundo a autoclassificação espontânea x classificação atribuída - UFBA/1997

Autoclassificação espontânea	Classificação atribuída			
	Branca	Morena	Mulata	Preta
Branco	80,0	54,4	31,6	4,6
Moreno	5,1	15,5	17,9	11,9
Claro	0,1	0,4	0,3	-
Moreno claro	1,2	3,0	2,1	2,2
Pardo	8,2	19,4	31,2	25,7
Negro	0,6	1,6	5,0	41,2
Amarelo	1,4	0,5	1,5	-
Mulato claro	0,1	-	0,2	0,3
Mulato	0,1	0,5	1,8	2,2
Preto	-	0,5	0,7	6,8
Caboclo	-	-	-	0,3
Misto	-	-	0,2	-
Escuro	-	-	-	0,3
Pardo claro	0,4	0,5	0,5	-
Castanho	-	-	0,2	-
Mestiço	-	0,2	0,8	0,3
Marrom	-	-	0,7	0,3
Mulato escuro	-	0,1	-	-
Moreno médio	-	0,1	-	-
Branco brasileiro	0,1	-	-	-
Mulato médio	-	-	-	0,5
Indígena	-	-	0,2	-
Sem declaração	2,4	3,3	5,3	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Direta

Autoclassificação induzida versus classificação atribuída

No esquema de classificação atribuída estão presentes apenas duas categorias, *branco* e *preto*, do esquema censitário adotado na autoclassificação induzida. A comparação entre esses dois modos de classificação mostra que daqueles que se auto-classificaram como brancos, menos da metade, 40,4%, foram também classificados como brancos pelo pesquisador; uma proporção próxima à metade foi classificada como morena, 12,6% como mulata e 1,1 como preta. Assim, os

autoclassificados como brancos foram classificados numa proporção de 86,3%, no esquema atribuído, no pólo *claro* da escala e 13,7% no pólo escuro. A classificação como morenos, pelo pesquisador, de muitos daqueles que se haviam classificado espontaneamente como brancos, reflete a concepção de que no Brasil entre morenos e brancos não haveria diferença de *status*; essas pessoas se considerariam *socialmente brancas* (Telles, 1995). Mais de dois terços dos autoclassificados como pretos foram também classificados como pretos no esquema atribuído; 14,4% foram classificados como mulatos, 13,8% como morenos e 4,2% como brancos. A classificação dos pretos mostra, neste caso, um nível mais elevado de consistência que a classificação dos brancos. No entanto, enquanto apenas 1,1% dos que se definiram como brancos foram classificados no esquema atribuído como pretos, a inconsistência com relação aos pretos mostra-se bem mais elevada, com 4,2% dos que se classificaram deste modo sendo classificados pelo pesquisador como brancos.

Telles e Lim (1999), chegam a resultado semelhante em estudo que compara a autoclassificação com a classificação atribuída pelo entrevistador. Eles encontraram uma proporção de 2,2% de pessoas autoclassificadas como pretos sendo classificadas como brancos, o que lhes parece *surpreendente*, chamando atenção para que as inconsistências não se dão apenas entre categorias próximas mas que elas podem se dar entre as categorias preto e branco, pulando as categorias intermediárias. No nosso estudo a inconsistência é quase o dobro da encontrada pelos autores. Contudo, eles alertam para o fato de que essa inconsistência *não indica necessariamente um erro nas respostas mas antes*

revela que a classificação racial está sujeita a diferenças de percepção social (p.24). Os autodefinidos pardos, também sofreram uma considerável dispersão pelas categorias do esquema atribuído, a exemplo do que ocorreu quando comparamos as duas formas de autoclassificação. Morena e mulata foram as categorias do esquema atribuído que mais absorveram os autodeclarados pardos, o que indica aproximação entre percepções. Cerca de um quarto deles foram classificados como pretos e como brancos (Tabela 5).

Tabela 5 – Estudantes segundo a autoclassificação induzida e a classificação atribuída

	Branco	Moreno	Mulato	Preto	Total	Distribuição
Branca	40,4	45,9	12,6	1,1	100,0	51,1
Parda	10,4	44,1	30,0	15,5	100,0	34,6
Preta	4,2	13,8	14,2	67,9	100,0	8,0
Amarela	27,9	44,2	23,3	4,7	100,0	2,9
Indígena	10,9	41,6	35,6	11,9	100,0	3,4
Total	25,7	42,5	19,8	11,9	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Ainda buscando comparar esses dois modos de classificação, agregamos as categorias do esquema de classificação atribuída em *claros* (brancos e morenos) e *escuros*¹⁰ (mulatos e pretos) e buscamos cruzá-las com as categorias da questão de autoclassificação induzida, isto é, branca, parda e preta; as categorias amarela e indígena agregamos sob o termo outras. A classificação dos que se

¹⁰ Em diversos momentos deste trabalho chamarei de *claros* o contingente formado pelos brancos e morenos, e de *escuros* o contingente formado pelos mulatos e pretos, por considerar que, em muitos aspectos, há uma similitude na situação de brancos e morenos, por um lado, e de mulatos e pretos, por outro.

definiram como brancos mostra, como já havíamos indicado, 86,3% classificados pelo pesquisador no pólo claro e 13,7% como escuros. A classificação dos pardos mostrou um grau muito elevado de inconsistência; aqueles que se definiram deste modo foram divididos em proporções próximas em *claros* e *escuros* no esquema atribuído, numa tendência ao pólo *claro* na classificação pelo pesquisador. Esta comparação confirma aquilo que já haviam evidenciado Harris *et. al.* (1995), ou seja, na ausência do termo *moreno*, a categoria *pardo* divide brancos e negros, quase que igualmente. A classificação dos pretos mostrou também um nível elevado de consistência, próxima à dos brancos, com 82,1% dos que se definiram como pretos sendo classificados no pólo escuro (tabela 6).

Tabela 6 – Estudantes segundo a autoclassificação induzida e a classificação atribuída

Autoclassificação Induzida	Classificação Atribuída		
	Claros	Escuros	Total
Branca	86,3	13,7	100,0
Parda	54,5	45,5	100,0
Preta	17,9	82,1	100,0
Outras	60,0	39,4	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Embora Telles e Lim (op. cit.) argumentem que *a classificação de raça pelo entrevistador é mais apropriada* para os estudos sobre desigualdades raciais porque os efeitos do racismo *dependem da classificação racial atribuída ao indivíduo pelos outros* (p.7), a comparação entre os três modos de classificação mostrou uma relativa aproximação entre o modo como as pessoas se percebem racialmente e o modo como são percebidas e que as categorias dos esquemas fechados, seja do esquema censitário seja do esquema atribuído, ao contrário do

que afirmam alguns analistas, cobrem um espectro considerável das categorias utilizadas pelas pessoas no seu cotidiano. Assim, poder-se-ia falar de um relativo consenso em torno do sistema de classificação praticado no Brasil. Estas constatações confirmam conclusões do estudo realizado por Teixeira (2000), sobre a construção de identidade racial entre estudantes e professores do ensino superior. Seu estudo evidenciou elevada convergência entre os termos ou categorias utilizadas pelo pesquisador e pelo entrevistado, levando a autora a concluir que *a fluidez e aparente ambigüidade desse sistema [de classificação racial] na verdade, opera dentro de um código não tão permissivo quanto parece a princípio ao observador mais descuidado* (p. 58).

Status e cor

Como já foi apontado, os estudos evidenciam que as relações raciais no Brasil estão marcadas por um arranjo em que a raça está intimamente associada a *status e classe*. Nesse arranjo, a cor é contaminada por outros discriminadores, tais como renda, origem familiar, educação, que vão compor *gradações de prestígio*, empurrando o indivíduo para um ou outro pólo da dicotomia “branco/preto” (Guimarães 1995a). Também Telles e Lim (1999) chamam atenção para a contaminação da raça por outros discriminadores, ao evidenciar que a escolaridade teria um efeito significativo sobre o modo como as pessoas se classificam. Assim, as pessoas com um menor nível de escolaridade tenderiam a uma classificação inconsistente, enquanto que pessoas com um melhor nível educacional teriam uma percepção mais consistente da própria identidade racial,

havendo por isso maior probabilidade de coerência entre autoclassificação e classificação atribuída quando se trata de pessoas com escolaridade mais elevada.

No intuito de verificar a articulação entre a cor e outros discriminadores, selecionei algumas variáveis deste estudo - *freqüência à escola privada, freqüência a curso colegial, ter feito vestibular apenas uma vez, não trabalhar, estar em carreira¹¹ de alto prestígio, média de renda da família, ter alto status sócio-econômico, pai com escolaridade superior* - para examinar como elas podem afetar o modo pelo qual as pessoas se classificam ou são classificadas por outros. Tomei os resultados da autoclassificação induzida e os da classificação atribuída e, para efeito de comparação, agreguei as categorias de cada um desses modos de classificação em dois pólos: *claro* e *escuro*, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 - Autoclassificação *versus* classificação atribuída

Autoclassificação	Classificação atribuída		
	Claros	Escuros	Total
Claros	83,6	16,4	100,0
Escuros	47,6	52,4	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Os dados mostram que há uma gradação na situação socioeconômica dos estudantes que corresponde à sua gradação de cor e que coloca aqueles

¹¹ O termo *carreira* está sendo empregado também com o sentido de curso em que se encontra o estudante.

consistentemente classificados como *claros* na situação de maior privilégio, e os classificados consistentemente como *escuros* na situação de menor privilégio.

Dos que se classificaram como *claros*, 83,6% foram também classificados como *claros* pelo pesquisador. Esses são justamente os que apresentam a situação de maior privilégio. São os que formam um contingente que em maiores proporções vêm de famílias com alto *status* socioeconômico, cujo pai têm instrução superior, apresentam maior média de renda familiar. É também o contingente que em proporções mais elevadas está em carreiras de alto prestígio, não trabalha, prestou vestibular uma única vez, veio de uma escola de segundo grau de caráter privado e freqüentou, no segundo grau, um curso de caráter propedêutico. É possível pensar que esses estudantes se vêem como *claros* não apenas fenotipicamente, mas que seu *status* social os faz também sentirem-se socialmente *claros*.

Aqueles 16,4% que se definiram no pólo *claro* e que foram classificados pelo pesquisador no pólo *escuro*, portanto, têm classificação inconsistente, apresentaram uma situação menos favorável que os *claros* classificados consistentemente, mas, ainda assim, exibem uma situação distante daqueles consistentemente situados no pólo *escuro*. Essa distância da situação dos *claros* consistentes pode sugerir que, por ter um *status* social próximo ao dos *claros*, eles se vêem como tal, mesmo que o seu fenótipo seja visto por outros como *escuro*. Os 47,6% que se definiram como *escuros* e que foram classificados como *claros*,

pelo pesquisador, apresentam uma situação ainda menos favorável do que os autodefinidos *claros* classificados como *escuros*.

Aqui se poderia pensar a classificação inconsistente no sentido contrário à do segmento anterior. Porque o *status* social deste segmento está mais próximo dos escuros, eles tenderiam a ver-se como *escuros* mesmo que o seu fenótipo seja *claro*, ao olhar do observador. Finalmente, os que se encontram em situação mais precária são os consistentemente classificados como *escuros*; estes se veriam como escuros não apenas pelo seu fenótipo, mas também pelo seu *status* social e estariam sendo vistos como *escuros* pelo observador (Tabela 8). Essas evidências confirmam a idéia de que no Brasil existe um sistema de hierarquização social em que a cor se associa ao *status* social para definir o lugar das pessoas. Nesse sistema, a cor mais clara está associada ao status mais elevado e cor mais escura ao mais baixo status, isto é, que o dinheiro, assim como a educação, *embranquece*.

Tabela 8 – Variáveis observadas a partir do cruzamento entre autoclassificação e classificação atribuída

Variáveis	Clara x clar.	Clara x esc	Escura x clar.	Escura x esc.
Escola de 2º grau privada	77,7	65,1	62,5	46,9
Curso colegial	80,8	70,8	69,0	53,1
Vestibular uma única vez	34,0	31,8	27,9	27,8
Não trabalha	76,5	75,1	68,5	60,0
Carreira de <i>alto</i> prestígio	45,2	34,3	27,4	22,7
Renda média da família	8,10	7,50	7,48	6,60
<i>Status</i> socioeconômico <i>Alto</i>	38,2	27,2	25,7	16,5
Pai com instrução superior	47,4	33,0	29,2	20,7

Fonte: Pesquisa direta

Clar. - clara

Esc. - escuro

Conclusões

Assumindo a idéia de raça como uma noção construída socialmente, a partir de atributos físicos, que atua na demarcação dos lugares de indivíduos e grupos na estrutura social, e tomando por base o debate em torno dos modos de classificação racial, adotados no Brasil, busquei, por um lado, comparar diferentes modos de classificação racial, mostrando as aproximações e divergências entre eles e, por outro, demonstrar como variáveis relacionadas ao *status* socioeconômico podem contaminar a classificação racial dos indivíduos.

O exame da classificação racial dos estudantes da UFBA, utilizando distintos procedimentos e esquemas classificatórios, confirmou a existência de um modo singular de definição racial no Brasil, que se caracteriza pelo uso de uma vasta gama de termos, mas mostrou também que esses termos podem se concentrar em um número reduzido de categorias raciais: *branco, pardo, moreno, negro, moreno claro e preto*. Indicou, ainda, que uma elevada proporção de estudantes utilizou a terminologia usada pelo IBGE para definir-se racialmente, contrariando as análises que consideram que as categorias oficiais não são apropriadas para uma realidade racial como a brasileira.

A existência de considerável aproximação entre o modo como as pessoas se definem racialmente e o modo como são percebidas indica certo consenso em

torno do sistema de classificação praticado no Brasil e evidencia que esse sistema não é tão anárquico como poderia parecer.

Chamou atenção a adoção de algumas categorias de classificação racial. O termo *pardo*, diferentemente do que têm argumentado alguns estudiosos, evidenciou-se como uma categoria de amplo uso dos informantes. Foi também a categoria que apresentou o mais elevado nível de coerência nas duas formas de autoclassificação. *Moreno*, não se mostrou uma categoria tão amplamente apreciada como sugere a literatura, e se constatou uma significativa dispersão por outras categorias, daqueles que inicialmente assim se definiram, reforçando o entendimento de que *moreno* é um termo que no Brasil se aplica a uma vasta gama de tipos físicos. A reclassificação dos que se definiram como *morenos* tendeu, em grande medida, para o pólo *escuro*, mesmo quando havia a possibilidade de escolha de categorias do pólo claro, confirmando a suposição de que a adoção desta categoria é uma forma de evitar o pólo mais escuro da escala de mestiçagem. *Preto*, foi o termo que apresentou o maior nível de inconsistência entre classificações, mas foi também o que menos se dispersou por outras categorias da questão fechada. A inconsistência na classificação dos *pretos*, ocorre entre categorias próximas e na direção do pólo escuro.

Se, por um lado, as evidências sugerem a persistência da idéia de *branqueamento*, na medida em que os indivíduos recorrem a uma variedade de termos para se definirem racialmente, como querendo manter-se distanciados do pólo mais escuro do gradiente de cor, por outro, a tendência daqueles que se

definiram como mestiços para se reclassificar com categorias do pólo escuro da escala de cor, aponta para o reconhecimento de uma identidade *não-branca*.

A articulação entre cor e variáveis indicadoras de *status* revela que a classificação das pessoas é afetada por estas variáveis, fazendo com que a graduação na situação socioeconômica corresponda a uma graduação de cor. Nesse sistema de hierarquização social em que se combinam cor e *status*, quanto mais clara a cor, mais elevado status e, quanto mais escura, mais baixo o *status*, confirmando as análises que afirmam que no Brasil o dinheiro e a educação contribuem no processo de *embranquecimento*.

Capítulo II

Raça e educação superior

Nos estudos que se propõem a analisar a articulação entre raça e educação, alguns aspectos têm sido privilegiados. Estudiosos como Hasenbalg (1987), Hasenbalg e Silva (1991), Rosemberg (1991), Barcelos (1992), Portela (1997), Teixeira (1998), Queiroz (1997 e 2000) têm se dedicado a investigar a associação entre a condição racial e as desigualdades no acesso às oportunidades educacionais. Outros têm contemplado a análise dos mecanismos de discriminação racial presentes no interior da escola, investigando os preconceitos e estereótipos veiculados pelo livro didático (Silva, 1988 e 2000; Nosella, 1978) ou denunciando a exclusão do currículo escolar, de temas relativos à história e à cultura negra (Santos, 1990).

A partir dos anos oitenta, estudos empíricos vão evidenciar mais enfaticamente as desigualdades entre negros e brancos no acesso às oportunidades educacionais.

As pesquisas sobre acesso e permanência no sistema educacional mostram que há uma forte correlação entre desempenho escolar e nível socioeconômico dos alunos, mas a criança negra, mesmo que de origem idêntica à da criança branca, e freqüentando o mesmo tipo de escola, exibe um desempenho pior que esta, porque a escola institui práticas e desenvolve mecanismos que tem um forte componente de discriminação racial (Hasenbalg, 1987).

As pesquisas pioneiras de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, a partir das estatísticas produzidas pelo IBGE, concluem que pretos e pardos têm níveis de escolaridade sensivelmente inferiores aos dos brancos da mesma origem social. Também concluem que os retornos à escolaridade adquirida em termos de inserção no mercado de trabalho e de renda tendem a ser menores para os negros, o que os leva a afirmar que pretos e pardos estão expostos a desvantagens vinculadas especificamente à condição racial (Hasenbalg e Silva, 1991).

Estudo sobre a segregação racial em escolas paulistas evidencia que aos negros estão reservadas as escolas em condições mais precárias. Há um maior número de negros freqüentando a escola no turno noturno, inclusive na rede particular, em cursos que, no mais das vezes, têm um menor número de horas diárias de aula. Em famílias com o mesmo nível de rendimento, a incidência de atraso escolar é maior entre alunos negros, o que sugere que não apenas a condição econômica nivela a população negra, mas a discriminação têm um peso considerável nesse processo (Rosemberg, 1991, Sampaio *et. al.* 2000).

A análise de Barcelos (1992) a partir de informações das PNADs/1987 e 1988, indica que embora os pretos e pardos tenham sido os segmentos *que mais aproveitaram a melhoria do sistema educacional*, ocorrida nas últimas décadas, os diferenciais na realização educacional dos grupos raciais seguem sendo alarmantes. Os negros são os menos alfabetizados, mantidos nos patamares mais baixos, sendo muito poucos aqueles que conseguem chegar à universidade, o que o leva a concluir que *negro com curso superior completo é um 'sobrevivente' do sistema educacional* (p.48).

Assim, os negros, mesmo aqueles que conseguiram ingressar na universidade, são, de modo geral, pessoas que vêm de uma origem social modesta, que freqüentaram escolas de primeiro e segundo graus de ensino deficiente, cuja escolha da carreira universitária recai, freqüentemente, sobre aquelas menos valorizadas e menos concorridas da área de Humanidades. Essas escolhas são *muitas vezes determinadas por atitudes 'racialistas', condizentes com 'limitações' impostas por uma origem nas classes sociais desfavorecidas, e também marcadas por uma identidade negra com experiência de discriminação*, assinala Teixeira (1998: 247).

A escola é apontada como um espaço em que são reforçados os preconceitos contra o negro na sociedade brasileira, na medida em que naturaliza

características que são socialmente construídas. Santos (1990) assinala que é de forma negativa que na escola

...a questão do negro está permanentemente posta, seja pela sua omissão, seja pela 'fala' preconceituosa do professor quando reproduz ou faz sua 'fala' dos manuais didáticos (p.7).

Nesse sentido, recomenda a introdução na sala de aula da história e da cultura negras, como forma de restabelecer o conhecimento sobre *um processo civilizatório em curso no Brasil, iniciado no exato momento em que diversos povos e culturas ... aqui se encontraram (p.17)*. Assim, trazer o negro para a sala de aula *tem por objetivo 'expor, deixar transparentes, aspectos e alternativas recalcadas' da civilização brasileira ... (p.18)*. Esse conhecimento é importante no combate à imagem estereotipada do negro que é veiculada na escola, de várias maneiras, entre as quais o livro didático é das mais evidentes, como mostra a pesquisa de Silva (1988) sobre os livros de comunicação e expressão das séries iniciais do 1º grau. Ela constata a quase absoluta ausência do negro em tais textos, observando que, quando este aparece, sua imagem está freqüentemente relacionada a situações negativas e desabonadoras. As mensagens veiculadas nestas publicações revelam a presença predominante do branco, da sua história e do seu mundo social e cultural, contribuindo deste modo para

a discriminação contra o negro, o escamoteamento e distorção de sua história e cultura e o alijamento do cotidiano e da experiência da criança negra como forma de inculcação de uma pretensa inferioridade do negro”(p.42).

Em estudo recente, revisitando o livro didático, Silva (2000) identifica *significativas transformações* (p.101) nas representações do negro, embora ainda siga sendo representado como minoria e suas manifestações culturais continuem ausentes. De todo modo, considera que as transformações ocorridas podem contribuir positivamente para o *resgate da auto-estima e identidade da criança negra* (p.129).

A análise baseada nas informações fornecidas pelo Censo de 1991, para a Bahia, aponta para a permanência da desigualdade de acesso dos segmentos raciais ao sistema de ensino (Queiroz, 1999). De acordo com esse estudo, embora nos estágios iniciais da escolarização haja uma situação de relativo equilíbrio entre os grupos raciais, a distância entre brancos e negros vai, no entanto, aumentando à medida da elevação dos níveis de escolaridade, pela *eliminação*¹² que vão sofrendo os negros. Supondo-se uma escala de cor polarizada por brancos e pretos, essa eliminação é tanto mais radical quanto mais se aproxima dos pretos. Considerando as pessoas de dez anos ou mais, quase dois terços (57,3%) contam apenas com o nível de instrução elementar; um quinto atingiu o segundo grau; menos de quatro em cem são portadores de um diploma de nível universitário e os que excedem esse patamar, não chegam a um por cento, no estado. A observação do pertencimento racial do contingente portador de instrução superior mostrou que na população branca oito em cem pessoas tinham chance de chegar

à universidade, na parda as chances eram de duas pessoas em cem e, na preta, menos que isso.

Essas análises sugerem que as condições em que ocorre a educação do negro reforçam a sua história de exclusão, seja porque o impede de ter acesso a graus mais elevados de escolarização, seja por comprometer o processo de constituição da sua identidade. Ao estarem sujeitos a escolas cujas condições de atuação são mais precárias, os retornos à escolaridade adquirida, em termos da inserção no mercado de trabalho, são também menores para os negros.

As pesquisas sobre o acesso às oportunidades educacionais para os negros têm, em geral, focado o ensino básico, que é onde se encontra retida a maioria dos estudantes deste segmento racial (Teixeira, 1998). Na revisão da literatura sobre raça e educação não localizei nenhum trabalho que buscasse mensurar as desigualdades raciais presentes nos níveis mais avançados do sistema educacional. Apenas o trabalho de Teixeira (op. cit.), faz referência à presença de estudantes negros no ensino superior. Deste modo, é pertinente indagar, no que se refere à educação superior, como ocorre a escolarização deste segmento; quais as áreas/cursos freqüentados e que fatores interferem no seu acesso a esse patamar do sistema de ensino.

¹² Utilizo o termo em sentido análogo ao usado por Bourdieu e Passeron (1973:33), para referir-se ao banimento dos estudantes das camadas pobres do sistema escolar superior francês.

Assim, a pretensão deste capítulo é buscar contribuir para o conhecimento da participação dos distintos segmentos raciais no ensino superior, a partir do exame do acesso dos estudantes à Universidade Federal da Bahia. Recorrendo a contribuições da literatura sobre o tema e a dados empíricos sobre a composição racial da população, procurarei perceber se os estudantes dos distintos segmentos raciais estão representados na UFBA em proporções compatíveis com a sua presença no conjunto da população; como estão distribuídos pelas áreas e carreiras; como o tipo de escola freqüentada no segundo grau, a escolaridade e a ocupação dos pais, a renda da família e outras condições de vida do estudante, relacionam com a opção pela carreira em distintos segmentos raciais.

As desigualdades raciais na UFBA

No final dos anos setenta, o estudo de Brito e Carvalho (1978) apontava para o recrudescimento da seletividade na UFBA, onde a desaceleração da oferta de vagas era responsável por uma demanda recusada de vestibulandos da ordem de 84,1%. Hoje essa cifra está em torno de 92%. O dados evidenciam que de cada cem estudantes que anualmente se candidatam a uma vaga na UFBA, apenas oito conseguem ingressar nos seus cursos, o que representa, aproximadamente, três mil e quinhentos estudantes.

A observação segundo o pertencimento racial, revela que a UFBA é um território predominantemente, de *brancos* e *morenos*¹³, como evidencia a Tabela a seguir. Embora se constata uma gradativa redução da presença dos *brancos* no período investigado (1993/1997), os *claros* seguem predominando pelo crescimento da participação dos *morenos*, cujo aumento mais expressivo ocorreu em 1995. Com exceção dos brancos, os demais segmentos elevaram, em alguma medida, a sua participação. Os *mulatos* tiveram sua presença reduzida no meio do período, mas voltaram a aumentar sua participação no último ano. Também os *pretos* experimentaram um decréscimo no meio do período, mas voltaram a se recuperar no último ano da série, e ao final do período superaram o nível de sua participação inicial.

Ao agregar *brancos* e *morenos*, percebe-se que mais de sete em cada dez estudantes pertencem a esse conjunto, enquanto os *mulatos* e *pretos* não chegam a três em cada dez estudantes. Olhando a situação dos *pretos* isoladamente, sua participação não chega a um, em cada dez estudantes.

¹³ Situação que parece não ter se alterado substancialmente desde o estudo de Pierson (1945), que havia encontrado, entre a população de estudantes de curso superior, uma proporção de 86% de brancos, 10,1% de mulatos e 3% de pretos (p.235).

Tabela 9 – Distribuição percentual dos estudantes por cor, segundo o ano de ingresso

	1993	1994	1995	1997	Total
Branca	32,6	29,9	27,3	25,3	28,7
Morena	38,5	48,5	51,1	42,7	45,3
Mulata	18,3	15,6	14,7	19,9	17,1
Preta	10,6	6,0	6,9	12,1	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Claros</i>	71,1	78,4	78,4	68,0	74,0
<i>Escuros</i>	28,9	21,6	21,6	32,0	26,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/ Pesquisa Direta

Talvez se possa buscar alguma aproximação entre os contingentes raciais identificados na UFBA e aqueles identificados pelo Censo/91 no conjunto da população do estado, no sentido de tentar, ainda que de modo bastante impreciso, estabelecer uma comparação entre eles. Mesmo não havendo uma correspondência direta entre as categorias de classificação racial adotadas nesta investigação e aquelas praticadas pelo IBGE (Tabela 10), e tendo, cada uma das pesquisas utilizado distintos procedimentos classificatórios, pode-se fazer corresponder os classificados como brancos e morenos (*claros*) na UFBA, aos autoclassificados como brancos e amarelos no Censo; e os classificados como mulatos e pretos (*escuros*) na UFBA, aos autoclassificados como pardos, pretos e indígenas no Censo. A comparação, mostrada na Tabela 11, vai evidenciar a expressiva vantagem dos *claros*, com relação ao ingresso no sistema de ensino superior. Embora sejam somente 20,4% da população baiana, o contingente formado pelos brancos e amarelos, na UFBA (brancos e morenos), representam 74,0% dos que aí ingressam. Ao contrário, os pardos, pretos e indígenas, que

representam 79,6% da população residente no estado, na UFBA, são apenas 26,0% dos estudantes (*escuros*).

Tabela 10 - População residente Bahia - 1991

Cor	Bahia
Branca	20,3
Parda	69,3
Preta	10,2
Amarela	0,1
Indígena	0,1
Total	100,0

Fonte – IBGE / Censo Demográfico

Tabela 11 – Estudantes da UFBA - 1993/1997 e população do estado da Bahia – 1991

Cor	UFBA	Bahia
Claros/brancos e amarelos	74,0	20,4
Escuros/ pretos, pardos e indígenas	26,0	79,6
Total	100,0	100,0

Fonte – UFBA/SGC e IBGE / Censo Demográfico

Trajória acadêmica anterior, acesso e cor

Na UFBA, constata-se uma elevada concentração de estudantes residentes na Capital, como evidencia a Tabela 12¹⁴. Contudo, as informações disponíveis não possibilitam conhecer, com precisão, o local de origem desses estudantes. Tampouco a localização da escola em que cursaram o segundo grau permitiu aprofundar essa informação, indicando apenas que mais de oito em dez

¹⁴ Ver Tabelas referentes a esse capítulo na página 107

estudantes realizaram o curso de segundo grau em escolas localizadas na Capital, o que apenas permite supor que, se não são oriundos daí, uma parcela considerável encontrava-se na capital há, pelo menos, o tempo de duração do curso de segundo grau.

Ao verificar com quem residem, pôde-se perceber que uma parcela bastante representativa desses estudantes reside com a própria família, o que reforça a idéia de que o grupo é formado por pessoas que, se não são oriundas, já estabeleceram residência na Capital, há algum tempo. Isso evidencia que o acesso à UFBA está marcado por uma seleção que, se não privilegia os oriundos da Capital, pelo menos beneficia aqueles cujas famílias, se residentes no interior, puderam deslocar-se para fixarem residência em Salvador. Seria, no entanto, necessário investigar a procedência do contingente que foi reprovado no exame vestibular, para conhecer melhor a dimensão dessa seleção, o que não foi possível fazer no escopo desta investigação.

No contingente proveniente de fora da Capital, não se percebe variação significativa com relação ao pertencimento racial. Mesmo assim, constata-se que são os pretos, e entre estes as mulheres, o menor contingente oriundo de fora da Capital, o que pode estar sinalizando para uma maior dificuldade dos pretos, sobretudo das mulheres pretas, em deslocar-se para o centro mais urbanizado em busca de escolas básicas consideradas de melhor qualidade.

Idade

Sendo uma universidade de funcionamento, predominantemente, diurno, a UFBA já exclui do seu âmbito uma considerável parcela dos estudantes que não poderão abrir mão do trabalho durante a realização do curso, não surpreendendo, deste modo, que aí esteja presente uma população formada, sobretudo, por pessoas jovens e solteiras. Como apropriadamente chama atenção Nogueira (2000), a idade de entrada na universidade *resume em si mesma a influência de um percurso* (p.128).

Assim, verifica-se que a idade mediana de ingresso no curso é vinte anos. Mais da metade do grupo tinha até vinte anos de idade ao ingressar na Universidade e mais de oito em cada dez o fizeram antes de completar vinte e cinco anos, como evidencia a Tabela 13. Excetuando-se os pretos, todos os demais segmentos raciais apresentam suas maiores concentrações nas faixas de idade que vão até os vinte e dois anos. Até a faixa de vinte anos à graduação de cor corresponde uma graduação na participação do estudante. Nessa ordem, os brancos e morenos situam-se nas melhores posições e os mulatos e pretos nas piores. Nas faixas de idade que estão acima deste patamar, a lógica se inverte. A partir da faixa de vinte e três anos, brancos e morenos, passam a se fazer menos presentes, sendo a presença dos pretos sempre mais elevada que a dos mulatos. Assim, para brancos e morenos a média de idade de ingresso situa-se abaixo da média do grupo, enquanto que para mulatos e pretos a média mostra-se mais elevada. Os pretos ingressam mais tardiamente no ensino superior, como revela a média de

idade mais elevada deste grupo. A evidência de ingresso tardio para maior parcela de mulatos e pretos, indica que eles cumprem sua escolarização básica em condições menos favoráveis que brancos e morenos, confirmando o que apontam os estudos anteriormente citados (Hasenbalg, 1987; Hasenbalg e Silva, 1991; Rosemberg, 1991; Barcelos, 1992; Portela 1997; Queiroz, 1997 e 2000).

A média de idade dos estudantes sugere que, de modo geral, à UFBA tem acesso um grupo que cumpriu a escolaridade básica no tempo esperado. A Tabela 14a evidencia que 92,2% do grupo concluiu o segundo grau com até vinte anos de idade, sendo que cerca de dois terços do grupo o fez com idade entre dezessete e dezoito anos. A observação da idade de conclusão do segundo grau, considerando a cor, evidencia que brancos e morenos têm mais chances de concluir mais cedo esse grau de escolaridade que mulatos e pretos; os pretos, concluem mais tardiamente o segundo grau.

O número de anos decorridos entre a conclusão do segundo grau e o ingresso no curso superior mostra que um terço do grupo teve o seu ingresso na universidade imediatamente após ter concluído o segundo grau. Mas quando se observa esse dado considerando a cor do estudante, se percebe que a proporção de brancos e morenos que ingressam na universidade imediatamente após ter concluído o segundo grau é superior à proporção de mulatos e pretos. Entre os brancos, quatro em cada dez estudantes ingressam no ensino superior logo após ter concluído o segundo grau; entre os morenos são 3,3 em dez; entre os mulatos são 2,9 e entre os pretos são menos de dois em dez. Quando aumenta o número de

anos decorridos entre a conclusão do segundo grau e o ingresso no curso superior, invertem-se as posições de brancos e morenos com relação a mulatos e pretos (Tabela 15). Esse dado evidencia que para mulatos e pretos o ingresso no curso superior pode estar condicionado por fatores como a necessidade de freqüentar um curso preparatório depois de concluído o segundo grau, em decorrência de uma escola básica mais precária, ou da necessidade de ingressar mais cedo no mercado de trabalho, o que pode obrigá-los a reduzir a ambição ou a adiar a aspiração por uma formação mais elevada.

Estado civil

O estado civil da maioria do grupo mostra-se compatível com a sua média de idade. Mais de nove em cada dez estudantes são solteiros, e 84,0% deles reside com a própria família. Embora reduzida a presença de estudantes não-solteiros em todos os segmentos raciais, o menor contingente está entre os pretos, significando, talvez, que para eles são maiores as dificuldades de compatibilizar freqüência à universidade e responsabilidades familiares (Tabela 16).

Experiência em concurso vestibular

A Tabela 17 mostra que pelo menos um terço dos estudantes declarou não contar com nenhuma outra experiência em concurso vestibular; ainda um terço declarou contar com mais uma experiência; dois décimos haviam prestado vestibular até, no máximo, duas vezes. Considerando que o exame vestibular é uma experiência

que envolve elevada dose de competição, o reduzido número de tentativas que caracteriza o conjunto dos estudantes sugere trajetórias escolares realizadas em condições bastante favoráveis, para os quais o curso superior parece se configurar como um horizonte delineado desde muito cedo. Como assinala Nogueira (2000), parece que para esses estudantes a chegada à *universidade é inevitável e está inscrita em seu destino escolar* (p.132). A observação desse contingente considerando a cor evidencia, como no caso da idade de ingresso na universidade, que há uma gradação de cor que corresponde a uma gradação na proporção de estudantes que não possuíam experiência anterior em vestibular. Assim, em primeiro lugar, isto é, com menor número de experiências anteriores, estão os brancos seguidos pelos morenos, depois os mulatos e, finalmente, os pretos. Entre os brancos e os pretos há uma distância de cerca de onze pontos percentuais, significando que os brancos são melhor sucedidos na sua tentativa de ingressar na UFBA. Uma proporção reduzida de estudantes haviam prestado vestibular apenas para obter experiência. Curiosamente esse contingente é mais elevado entre os mulatos e pretos e mais reduzido entre os brancos. Pensando o ingresso no curso superior como a realização de um *destino* escolar¹⁵, pode-se

¹⁵ A idéia de *destino* escolar, adotada neste trabalho, está baseada na análise de Bourdieu (1998) sobre a relação entre a posição social dos indivíduos e a sua atitude frente à escola, à cultura escolar e ao futuro oferecido pelos estudos. Mostra esta análise que a direção tomada pelo estudante, desde as etapas iniciais de sua escolarização, explicada, muitas vezes, como o “objetivo da família”, a “vontade dos pais”, seria, “em grande parte, a “expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à sua posição social”. Aquilo que parece escolha, expressão da vontade, não passa de “aspirações estritamente limitadas pelas oportunidades objetivas”. É como se fosse “a escolha do destino”. Assinala o autor que “tudo se passa como se as atitudes dos pais em face da educação das crianças, atitudes que se manifestam na decisão de enviar seus filhos a um estabelecimento de ensino secundário ou de deixá-lo na classe de fim de

interpretar a maior presença de mulatos e pretos no contingente que se submeteu ao vestibular somente para obter experiência como uma menor segurança, para estes, da inexorabilidade deste *destino*; como se, mais que os outros, precisassem se acercar das providências para que o *destino* se cumpra. Uma outra parcela, também reduzida, havia prestado vestibular, conseguido classificação, mas desejava mudar de curso. Se essa atitude sugere, por um lado, insatisfação com a primeira perspectiva de formação, por outro, mostra a posse de meios para seguir investindo na busca da formação pretendida. Esses estão em maiores proporções entre os brancos e morenos (Tabela 17b).

A informação sobre o número de vezes que o estudante prestou vestibular não deixa claro se isso se refere ao mesmo ano ou à mesma instituição. No entanto, pode-se fazer alguma inferência. Se levarmos em conta que é reduzida a proporção dos que declararam já ter prestado vestibular em outra instituição, o que poderia ter ocorrido paralelamente à experiência da UFBA, pode-se pensar que esse número de vezes refere-se a experiências em anos anteriores. Mesmo assim, em todos os segmentos raciais é reduzida a proporção dos que possuíam um número elevado de experiências, em torno de quatro ou mais, confirmando, assim, a hipótese de que este é um contingente já bastante selecionado, que certamente pôde cumprir sua escolarização anterior em condições mais favoráveis

estudos primários, de inscrevê-los em um liceu (o que implica um projeto de estudos longos, ao menos até o *baccalauréat*) ou em um colégio de ensino geral (o que supõe a resignação a estudos curtos, até os certificados de ensino profissional, por exemplo) fosse, antes de tudo, a interiorização do destino objetivamente determinado (e medido em termos de possibilidades estatísticas) para o conjunto da categoria social a que pertencem" (p. 46-47).

que a maioria da população, o que lhe possibilitou o acesso à universidade nas primeiras tentativas.

Trajatória escolar

A hipótese de que ingressa na UFBA um contingente que vem, de modo geral, de condições bastante favoráveis, já havia sido examinada por Brito e Carvalho (1978) ao concluírem que *o vestibular classifica estudantes de origem sócio-econômica homogênea, predominantemente aqueles pertencentes aos estratos mais elevados ... até mesmo nos cursos de baixa seletividade...* (p.140). Essa evidência se torna mais significativa quando se correlaciona a idade do estudante com o número de vezes que ele prestou vestibular. Nada menos que sete em cada dez haviam prestado vestibular com idade até vinte e dois anos. Uma proporção de nove em dez daqueles que estavam prestando seu primeiro vestibular encontravam-se nesta faixa de idade. Também estavam nesta faixa de idade cerca de 78% dos que declararam ter prestado apenas um exame vestibular anteriormente (tabela 17c).

Os estudos realizados por Lewin (apud Ribeiro e Kleim, 1982) analisando a influência dos fatores sócio-econômicos nas probabilidades de êxito escolar, demonstraram que a idade do estudante, o turno em que estudou durante o segundo grau, bem como a renda da família são fatores que condicionam o desempenho no vestibular. Na UFBA, a média de idade de conclusão do segundo grau, a de ingresso no ensino superior, a reduzida distância que separam estes

dois momentos, bem como o reduzido número de tentativas de ingressar no ensino superior, sinalizam para uma linearidade nas trajetórias escolares da maioria dos estudantes, na escola básica, mesmo que não se possa considerá-los de modo homogêneo, como alerta a situação dos mulatos e pretos.

Em geral, trajetórias escolares com esse perfil sugerem a presença de estudantes oriundos de escolas privadas, freqüentemente melhor dotadas de condições mais propícias à permanência e a uma maior regularidade do seu trajeto escolar; essas são trajetórias escolares chamadas pelos estudiosos de “*circuitos virtuosos*” (Nogueira, 2000). Ao contrário, estudantes oriundos de escolas públicas realizam, não raro, um tipo de caminho dito “*circuito vicioso*” (p.128); suas trajetórias escolares são acidentadas, marcadas por episódios freqüentes de interrupções ou pelo simples abandono do curso¹⁶, seja porque as próprias escolas não reúnem as condições mínimas necessárias à permanência do estudante, terminando por expulsá-lo, seja porque ele necessita arcar com o ônus da própria sobrevivência, ou até mesmo da sobrevivência de outros, abandonando mais cedo a escola para enfrentar o mercado de trabalho, ou simplesmente porque a carreira acadêmica é algo muito distante do horizonte de aspirações do seu grupo social¹⁷. Reprovação e repetência são aspectos destacados pela análise de Portela (op. cit.), como

¹⁶ Observei este fenômeno ao examinar as trajetórias escolares de um grupo de mulheres negras portadoras de instrução de primeiro e segundo grau, ocupadas numa empresa do ramo de comércio, da Região Metropolitana de Salvador (Queiroz 1997).

¹⁷ Teixeira (1998) no seu estudo sobre a trajetória de alunos e professores universitários negros no Rio de Janeiro, observou que “para parte dos entrevistados, a escolha da carreira ou curso não era

traços marcantes do sistema escolar público brasileiro, responsáveis pela permanência do estudante numa mesma série, por anos seguidos.

A análise sobre a evolução do sistema de ensino baiano, a partir de estatísticas produzidas pelo Censo Escolar de 1999, também aponta para a precariedade do ensino público, ao revelar que na rede municipal de ensino, que absorve quase dois terços dos estudantes do primeiro ciclo do ensino fundamental, 18,7% do corpo docente constitui-se de professores leigos. E na rede estadual, há uma concentração bastante elevada de professores ainda com formação média (Santana, 1999). Embora esse dado não surpreenda, por ser relativamente recente a mudança na legislação que prevê a exigência de elevação de escolaridade para o professor do ensino fundamental, ele sinaliza, de todo modo, para a fragilidade da formação a que tem acesso o estudante que frequenta o sistema público no ensino fundamental, o que irá contribuir, fortemente, para determinar a sua reduzida presença na UFBA Nogueira (2000) alerta para esse aspecto quando assinala que *a escolha do estabelecimento (de ensino) constitui o novo e maior fator de manutenção e, até mesmo, de fortalecimento das desigualdades de oportunidades educacionais* (p. 47). Também o estudo de Teixeira (1998), sinaliza para a importância desta “escolha”, ao evidenciar que os estudantes negros que escolhem carreiras valorizadas são aqueles que *possuem uma melhor e mais sólida formação escolar, com alguma passagem por escolas*

para a família uma decisão importante” (p.241). Para eles a necessidade de ampliação dos rendimentos da família se sobrepõe, provavelmente, à ambição de ver um filho na universidade.

particulares mais conceituadas, que lhes permite fazer uma tentativa mais ambiciosa (p.220).

De fato, como mostra a Tabela 18a, quase dois terços dos estudantes que ingressam na UFBA são oriundos de escolas privadas, além um grupo menor, em torno de 8,0%, que, em algum ponto da sua escolarização, freqüentou um estabelecimento de ensino desta natureza, o que eleva o contingente com passagem pela escola privada para 70,3%, uma marca nada desprezível considerando as condições da maioria da população do estado.

A trajetória dos estudantes dos segmentos raciais investigados, indica que é dos brancos e morenos a maior vantagem com relação a esse aspecto. Entre os brancos, a proporção dos que fizeram todo o trajeto escolar numa escola privada é 12,6 pontos percentuais mais elevada que para o conjunto dos estudantes. Somando-se a esses aqueles que, em algum momento da escolarização, freqüentaram uma escola desse tipo, a proporção de brancos eleva-se para 82,0%. Vê-se, então, que são muito poucos, entre eles, os que vivenciaram a experiência de freqüentar uma escola pública; menos de um quinto do contingente branco. A situação dos morenos é próxima à dos brancos. Entre eles o contingente que veio de escolas privadas está em torno de dois terços, elevando-se para 73,6% quando se somam a estes o conjunto dos que, em algum ponto da escolarização, estiveram numa escola desse tipo. Ao contrário, mulatos e pretos estão bastante distantes daquilo que se viu como sendo a situação média do

conjunto dos estudantes, com relação à possibilidade de pagar pelos próprios estudos. Uma proporção de menos da metade dos mulatos e somente de um terço dos pretos, cumpriram todo o seu trajeto escolar numa escola privada. Quando, no entanto, se observam isoladamente os estudantes que tiveram seu tempo de freqüência ao segundo grau dividido entre as escolas privada e pública, percebe-se que entre pretos e mulatos eles são mais numerosos que entre brancos e morenos, o que leva a pensar que os primeiros têm mais dificuldades de manter-se na escola privada durante todo o trajeto escolar. Entre os estudantes que freqüentaram os dois tipos de escola, é sempre mais elevado o contingente com maior tempo de permanência na escola privada, em quase todos os segmentos raciais, exceto entre os pretos. Para estes é maior o tempo de permanência na escola pública, indicando, que são mais poderosas as barreiras que eles têm que enfrentar para manter-se na escola privada (Tabela 18b).

Renda

Embora alguns autores, como Castro e Ribeiro (1979), argumentem que a utilização em pesquisa da declaração do informante sobre o rendimento familiar, não seja um elemento dos mais confiáveis para conhecer a situação sócio-econômica dos indivíduos e grupos, porque nem sempre o declarante é preciso com relação a esse ponto, consideramos que a renda familiar dos estudantes pode revelar algo sobre o esforço das famílias mulatas e pretas para manterem

seus filhos numa escola que ofereça as condições de ensino capazes de garantir a continuidade dos seus estudos.

A faixa de renda que mais concentra estudantes é aquela que se situa entre os dez e vinte salários mínimos. O peso maior nessa faixa corresponde, evidentemente, aos estudantes que vieram da escola privada (Tabela 19a). Mas a observação deste contingente considerando a condição racial, vai evidenciar que ainda que para mulatos e pretos a faixa de renda de maior concentração de estudantes seja também, como para brancos e morenos, aquela dos dez aos vinte salários mínimos, eles estão mais concentrados que esses últimos na faixa de renda que se situa abaixo deste patamar, como era de se supor. Um aspecto relevante a ser aqui observado é que entre os estudantes oriundos da escola privada cujas famílias têm renda entre dois e dez salários mínimos, os mulatos e pretos estão melhor representados. Acima desta faixa os brancos e morenos assumem a dianteira. Essa evidência sinaliza fortemente para o esforço empreendido pelas famílias dos primeiros para afastar seus filhos do destino incerto que seria recorrer à escola pública. Mesmo com níveis mais baixos de renda eles investem na escola privada, como forma de assegurar uma melhor instrução para os filhos (Tabela 19b e 19c).

Curso de segundo grau

O tipo de curso freqüentado no segundo grau sinaliza, de algum modo, para as aspirações, para os projetos profissionais ou, simplesmente, para o *destino* que coube a cada um, o que está dado pelas suas próprias condições de vida, como assinalam Bourdieu e Passeron (1973). Supõe-se, assim, que busquem um curso de segundo grau, de caráter propedêutico, aqueles estudantes cuja aspiração seja a continuação dos estudos, em níveis mais avançados. De fato, dois terços dos estudantes que ingressaram na UFBA, freqüentaram um curso colegial. Esse contingente mostra-se mais elevado entre os brancos e morenos que entre os mulatos e pretos.

Ao contrário, somente um terço de todos os estudantes realizou um curso profissionalizante, isto é, tinha, como objetivo mais imediato para a formação de segundo grau, o ingresso no mercado de trabalho. Esse contingente é mais representativo entre os pretos e mulatos que entre morenos e brancos. Apenas um quarto dos estudantes freqüentou um curso técnico no segundo grau e menos de um décimo veio de um curso de magistério (Tabela 20).

Um aspecto importante a ser observado com relação ao contingente oriundo de cursos técnicos é a contribuição da antiga Escola Técnica Federal da Bahia, atual CEFET, que se evidencia como das mais importantes, por ser um estabelecimento público de ensino de segundo grau que, sozinho, responde por quase um décimo dos estudantes que ingressaram na UFBA (Tabela 21), cifra

mais elevada do que a que atingem os mais conceituados estabelecimentos de ensino privado de Salvador, isoladamente (Tabela 22).

Do CEFET saíram mais de um terço dos estudantes da UFBA que fizeram um curso de caráter técnico, no segundo grau. Tem-se argumentado que as “Escolas Técnicas” tinham se afastado do seu objetivo primeiro, de formação profissional, e vinham atuando como meros estabelecimentos de segundo grau de caráter acadêmico, preparando estudantes para o ensino superior, sobretudo de famílias de melhores níveis de renda, oriundos das escolas privadas de primeiro grau, supostamente capazes de lograr aprovação no exame de seleção para os seus cursos. Contrariando esta interpretação, o que evidencia a análise do rendimento das famílias destes estudantes é que a sua renda média está em torno de seis salários mínimos e uma proporção de 68,0% delas têm renda que não ultrapassa os dez salários mínimos. Um outro aspecto importante a considerar é que este é um espaço de forte presença de mulatos e, sobretudo, de pretos. Enquanto apenas 7,5% dos homens brancos e 10,9% dos morenos são oriundos daí, entre os mulatos são 16,0% e entre os pretos cerca de 20%, o que caracteriza o CEFET como um espaço importante para a estratégia de avanço da situação social de mulatos e pretos, via carreira universitária. Algumas evidências sinalizam no sentido de que a formação aí recebida permite aspirar espaços no ensino superior que não estão, de modo geral, ao alcance dos estudantes oriundo das demais escolas públicas. Estes estudantes têm chances de ingressar em carreiras valorizadas, particularmente da área técnica, tais como Engenharia Civil, Arquitetura, Farmácia, Engenharia Química, Engenharia Sanitária, Engenharia

Mecânica, Processamento de Dados, Matemática, Física, Química, entre outras. De fato, em muitas destas carreiras, a presença de pretos e mulatos oriundos do CEFET pode ser considerada expressiva. Em algumas delas os pretos estão ainda melhor representados que os mulatos; por exemplo, em Engenharia Civil (43,5% e 20,5%), Matemática (39,5% e 37,5%), Processamento de Dados (37,5% e 12,0%), Química (28,6% e 27,5%), Farmácia (26,5% e 20,0%), Arquitetura (26,3% e 12,5%).

Outra evidência que pode apontar para uma situação diferenciada do CEFET com relação aos demais estabelecimentos públicos é a observação das médias de aprovação no vestibular dos estudantes daí egressos. Como revela a Tabela 23, as médias dos estudantes oriundos do CEFET são mais próximas daquelas dos estudantes vindos das escolas privadas, para todos os segmentos raciais. Para os mulatos a média de aprovação dos que vieram do CEFET é ainda mais elevada. Quando se busca a comparação considerando o prestígio da carreira, vê-se que, nas carreiras de alto prestígio, as médias dos estudantes vindos do CEFET são mais elevadas do que as dos oriundos da escola pública, para todos os segmentos raciais.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, particularmente a partir dos anos oitenta, com as conseqüentes alterações nas características requeridas da força de trabalho¹⁸, são apontadas como responsáveis pela mudança no perfil do

¹⁸ Analisando comparativamente informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED/DIEESE/SEPLANTEC, para a RMS, nos períodos 1988-1998, Santos (2000) detecta

ensino técnico. No contexto dessas mudanças, as “escolas técnicas” tiveram que se adaptar à nova proposta de formação profissional, mudando o modelo de ensino praticado. Essas mudanças certamente afetarão o perfil do egresso, com possíveis prejuízos para estudantes que se beneficiavam daquela formação como um canal de acesso aos espaços mais prestigiados do ensino superior, sobretudo os mulatos e pretos.

Trabalho

Cerca de sete em dez estudantes não trabalham e são maioria entre os brancos e morenos; entre os pretos está o menor contingente. Em todos os segmentos raciais, as maiores concentrações dos que trabalham, o fazem em regime de até vinte horas semanais. Eles estão em menor proporção entre os brancos e são mais representativos entre os mulatos e pretos. Entre estes os contingentes que trabalham quarenta horas semanais ou trabalham de turno são significativamente maiores que entre os brancos e morenos, evidenciando que ao dispor de menor tempo para a atividade acadêmica, os mulatos e pretos são aqueles mais expostos a situações que podem redundar em baixo rendimento escolar, atraso na

mudanças nas características da força de trabalho da Região, sobretudo no que diz respeito à escolaridade. O autor constata uma elevação na proporção de trabalhadores portadores de escolaridade de terceiro grau. Neste sentido, é possível pensar que para aqueles postos de trabalho que estavam disponíveis para os trabalhadores com formação técnica, de segundo grau, seja exigida hoje uma formação mais elevada.

conclusão do curso, reprovação ou abandono parcial ou total do curso (Tabela 24).

Freqüência a “cursinho”

Outro aspecto que pode também informar sobre a trajetória acadêmica, a qualidade da educação básica recebida e a condição socioeconômica do estudante é a sua experiência de ter ou não freqüentado um curso preparatório para o vestibular, os chamados *cursinhos*. Por um lado, a freqüência a um curso desta natureza pode significar a busca de reforço por não sentir-se devidamente preparado pela escola de segundo grau, e, desse ponto de vista, é de se esperar que esteja entre os estudantes oriundos da escola pública o maior contingente daqueles que freqüentaram um cursinho. Por outro, como são predominantemente particulares, a freqüência a um deles está condicionada à possibilidade de dispor de recurso para arcar com os custos daí decorrentes, representando um ônus adicional para os que necessitam recorrer a eles. Há discordância entre os analistas no que tange à correlação entre freqüência a *cursinho* e aprovação no vestibular. Embora Teixeira (1998) tenha encontrado correlação estatística entre estas variáveis, outros estudos, como o de Castro e Ribeiro (1979), não encontraram relação entre elas.

Os dados mostram que mais da metade dos estudantes que ingressam na UFBA não passou pela experiência de ter freqüentado um desses cursos. São mulatos e

pretos os que mais freqüentaram um curso pré-vestibular. Como são eles os que têm condições mais desfavoráveis, essa evidência aponta para a dimensão das barreiras que se colocam para esses segmentos, na busca por uma vaga no ensino superior (Tabela 25a).

Buscando correlacionar a freqüência a cursinho à natureza da escola freqüentada no segundo grau, o que se percebe é que, em todos os segmentos raciais, são os estudantes oriundos da escola privada aqueles que, em menores proporções, freqüentaram esse tipo de curso. Essa evidência é também constatada por Nogueira (2000). Ao indagar sobre a dispensa de cursinho a jovens universitários oriundos de *lares altamente diplomados* (p.136), encontrou como justificativa *que o mesmo não se fazia necessário em função de seu bom desempenho escolar anterior* (idem). Ao contrário, a maioria dos que vieram da escola pública recorrem a um curso pré-vestibular. Excetuando-se os pretos, a maioria de todos os demais contingentes raciais freqüentaram um cursinho. A posição dos pretos evidencia que eles são o segmento mais submetido a desvantagens. Mesmo vindo de uma escola mais precária, a maioria deles não dispõe das condições para freqüentar um curso deste tipo, como o fazem os estudantes dos demais segmentos (Tabela 25b).

A correlação entre as variáveis freqüência a cursinho, score no vestibular, cor e sexo, mostrou uma associação negativa, evidenciando, como demonstrou a análise descritiva, que a freqüência a cursinho não determina o melhor desempenho no vestibular, sendo as mulheres e os *escuros* os que mais recorrem

a esta estratégia. No entanto, a observação do contingente de estudantes oriundo da escola pública evidencia que para eles a freqüência a cursinho é uma estratégia útil; 50,7% deles passou por um curso pré-vestibular. Isso se esclarece quando se examina as razões apontadas pelos estudantes para freqüentar um curso dessa natureza.

Entre as razões declaradas pelos estudantes para ter freqüentado um curso desse tipo a mais apontada é o despreparo para enfrentar o vestibular, como decorrência do tipo de escola freqüentada no segundo grau. Entre esses os pretos e mulatos são os que mais se ressentem, o que não surpreende sendo eles a maioria dos que freqüentaram escolas públicas. Uma parcela um pouco menor declarou ter buscado a ajuda de um “cursinho” para aprender os “macetes”¹⁹ que aí são ensinados. Desses, as maiores proporções estão entre os brancos e morenos. É reduzida a proporção dos que declararam ter recebido uma bolsa de estudos para realizar o pré-vestibular; a maior proporção está entre os pretos e mulatos (Tabela 25c). É provável que em universidades menos prestigiadas, onde certamente é mais elevada presença de estudantes oriundos de escolas públicas, sejam encontrados em maiores proporções estudantes com passagem por cursos pré-vestibulares. Outros estudos já haviam chamado atenção para a perda de importância da freqüência a esse tipo de curso entre os classificados no exame de ingresso. Para Brito e Carvalho (1978) *o ingresso parece depender muito mais da*

¹⁹ “Macetes” são as estratégias que os “cursinhos” ensinam aos estudantes para contornar as dificuldades nas provas do vestibular, quando eles não têm domínio sobre o conteúdo tratado.

escolarização anterior em estabelecimento privado, que normalmente constitui um privilégio dos estudantes originários das camadas mais altas ... (p.90).

Participação nas áreas de conhecimento e cor

As análises dos anos 70, período de grande expansão tanto da demanda quanto da matrícula no ensino superior, já apontavam para uma hierarquização das áreas e das carreiras neste nível de ensino, evidenciando o *status* sócio-econômico do estudante como delimitador desses espaços. O estudo de Brito e Carvalho (op.cit.) estabelece uma classificação para os cursos oferecidos pela Universidade Federal da Bahia, a partir da presença de estudantes de alto *status* sócio-econômico. Assim, são considerados cursos de *alta seletividade*, aqueles em que a presença de estudantes de alto *status* é superior a 50,0%; cursos de *média seletividade*, aqueles em que a presença dos estudantes desse nível de *status* varia de 20% a 49% e cursos de *baixa seletividade*, aqueles nos quais eles estão presentes numa proporção inferior a 20%. Embora para os estudos da época a raça fosse uma variável considerada irrelevante para explicar o acesso dos estudantes ao sistema de ensino, ao apontar para os espaços de inserção dos estudantes de *médio* e *baixo status* sócio-econômico, estas pesquisas estavam indiretamente sinalizando para a situação dos mulatos e pretos, que estão predominantemente representados entre a população mais empobrecida.

As informações sobre a participação dos estudantes da UFBA indicam que todos os contingentes raciais têm suas mais elevadas participações na área de Filosofia e Ciências Humanas, área de maior concentração de estudantes da UFBA. Pretos e brancos têm aí participação mais expressiva que os demais segmentos. A participação relativa dos pretos está quase cinco pontos percentuais acima do conjunto dos estudantes da área. O segundo lugar em participação cabe à área de Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia. Nesta área, mulatos e brancos têm a maior presença relativa, mas os pretos têm também uma participação relevante. A área de Ciências Físicas e Profissões de Saúde é a terceira em participação de estudantes. Aí pretos e brancos têm participação menos expressiva que os demais contingentes. Artes e Letras são áreas de reduzida participação. Em Letras, os brancos têm sua menor participação dentre todas as áreas enquanto os pretos são o contingente melhor representado, numa proporção mais elevada que o conjunto dos estudantes. Em Artes os segmentos raciais participam em proporções próximas. Os pretos e brancos são os contingentes com a menor participação relativa (Tabela 26a).

Tabela 26a – Distribuição percentual dos estudantes por área segundo a cor

	Branco		Moreno		Mulato		Preto		Total	
Área III	37,3		35,3		31,7		40,4		35,7	
		30,1		44,7		15,2		10,0		100,0
Área I	27,0		25,0		27,6		26,2		26,1	
		29,7		43,3		18,1		8,9		100,0
Área II	22,0		24,2		24,1		17,7		23,0	
		27,5		47,7		17,9		6,8		100,0
Área V	7,8		8,2		8,9		7,5		8,1	
		27,4		45,5		18,9		8,2		100,0
Área IV	5,9		7,4		7,7		8,1		7,1	
		23,9		47,2		18,7		10,2		100,0
Total	100,0		100,0		100,0		100,0		100,0	

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

O que se pode ver é que, de modo geral, não é muito diferenciada a participação dos estudantes dos diversos segmentos raciais nas várias áreas. Contudo, é importante verificar como se situam estes segmentos, nas carreiras de cada área.

Tomando como critério de valorização o índice da relação candidato/vaga para as carreiras de cada área, em todas elas, a observação da distribuição dos estudantes considerando o pertencimento racial evidencia que, de modo geral, os estudantes brancos e morenos têm participação mais expressiva nas carreiras cuja concorrência por vaga é mais acirrada. Na área III, Filosofia e Ciências Humanas, os *claros* têm participação mais expressiva em Direito, Administração, Pedagogia e Economia, carreiras que são, em sua maioria, de elevada concorrência por vaga. Os *escuros* têm maior participação em Ciências Sociais, Ciências Contábeis e Pedagogia (Tabela 26b). O estudo de Brito e Carvalho (1978), sobre a UFBA, havia apontado Ciências Sociais como espaço de inserção de estudantes de *médio status* sócio-econômico, e Pedagogia e Ciências Contábeis como território dos estudantes de *baixo status*. Como os estudantes

escuros estão mais representados entre aqueles de *status* sócio-econômico menos elevado, é possível pensar que, já naquele momento, esses fossem também espaços de inserção deste contingente.

Na área II, Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, os *claros* têm sua maior concentração em Medicina; aí estão situados mais de um quinto dos brancos e morenos desta área. Em seguida, estão Odontologia e Farmácia. Os níveis de concorrência para estas carreiras são, pelo menos para as duas primeiras, bastante elevados, respectivamente 23,4; 17,4 e 10,8. Medicina tem o mais elevado nível de concorrência entre todas as carreiras oferecidas pela UFBA. Os *escuros* estão melhor situados em Agronomia, Farmácia e Enfermagem, carreiras cuja concorrência e médias de pontuação no vestibular estão em níveis mais baixos do que aqueles das carreiras em que se situam predominantemente os *claros*. Assim, os níveis de concorrência para estas carreiras são, respectivamente, 3,4; 10,8 e 12,6. O que se percebe, nesta área, é que enquanto a carreira com maior concentração de *claros* tem concorrência de vinte e três estudantes para uma vaga, na carreira de maior concentração de *escuros* a concorrência é de pouco mais de três estudantes para uma vaga, isto é, um décimo da concorrência da carreira em que predominam os *claros* (Tabela 26c). A comparação com o referido estudo de Brito e Carvalho, indica que aquelas carreiras onde estão hoje situados predominantemente os *escuros* são, coincidentemente, os espaços de inserção dos estudantes de *médio* (Agronomia) e *baixo status* sócio-econômico (Farmácia e Enfermagem) à época da sua pesquisa.

Na área I, Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia, de modo geral, o nível de concorrência por vaga é pouco elevado, apesar de estarem aí carreiras muito valorizadas socialmente. Excetuando-se Processamento de Dados, em todas as demais carreiras a concorrência não chega a dez candidatos por vaga. É provável que, sendo esta uma área de exigências maiores em termos de conhecimentos matemáticos e de ciências exatas, apenas aqueles que se sentem suficientemente preparados para enfrentar a competição, se candidatem às carreiras mais disputadas, fazendo com que a relação candidato/vaga tenha uma aparência modesta. Assim, nesta área, o índice da concorrência por vaga parece não ser o melhor critério para avaliar a valorização da carreira.

Quanto à distribuição por cor, o segmento formado pelos *claros* está melhor situado em Engenharia Civil, Arquitetura e Engenharia Mecânica, enquanto os *escuros* estão melhor situados em Engenharia Civil, embora em proporção bastante inferior aos *claros* (Tabela 26d). Matemática e Química foram, respectivamente, qualificados pelo estudo de Brito e Carvalho, como espaços de inserção de estudantes de *médio* e *baixo status* socioeconômico.

As áreas IV e V, Letras e Artes, são áreas menos concorridas. Na primeira, tanto os *claros* quanto os *escuros* têm maior concentração em Letras Vernáculas, cuja concorrência é de 3,8 estudantes por vaga. Na área de Artes, os *claros* estão melhor situados, pela ordem, em Artes Plásticas, Desenho e Plástica e Dança, cujos índices de concorrência são, respectivamente, 3,8; 1,6 e 3,2. Os *escuros*

estão mais concentrados nestas mesmas carreiras, numa ordem um pouco diferente: Desenho Plástica, Artes Plásticas e Dança. Como se pode ver, nas áreas menos disputadas parece se reduzirem as distâncias entre os segmentos raciais (Tabelas 26e & 26f). O estudo de Brito e Carvalho chama atenção para um aumento da participação dos estudantes de *baixo status* sócio-econômico na área V, Artes, a partir da década de 70. A esse respeito é possível pensar na inserção nesta área, de menores possibilidades no mercado de trabalho, como uma estratégia de acesso ao ensino superior em busca de prestígio; como uma via de ascensão através da carreira universitária.

Embora os nossos dados não permitam uma comparação mais sistemática com a referida pesquisa de Brito e Carvalho (op.cit), a aproximação entre os dois estudos, pode permitir pensar os mulatos e pretos como inseridos nos segmentos de *médio* e, sobretudo, *baixo status* sócio-econômico naquele estudo, sinalizando, desta forma, para uma permanência, ao longo do tempo, da situação destes contingentes, em termos dos espaços a que eles predominantemente têm acesso em cada área do ensino superior.

A escolha da carreira

A escolha da carreira é uma decisão que está estreitamente ligada à origem social do estudante. O curso superior aparece como horizonte de formação, muito mais para as camadas médias que para as de menores níveis de renda; esta seria uma

vocação de classe; um valor característico de classe média. Para as famílias pobres, esta escolha parece não se constituir numa decisão importante; o valor maior estaria no trabalho, pela necessidade mais imediata de contribuir para a manutenção da família (Teixeira,1998:241). Para Bourdieu (1998), na escolha da carreira, aquilo que aparece como a “vontade” seria a *interiorização do destino objetivamente determinado (e medido em termos de probabilidades estatísticas) para o conjunto da categoria social à qual pertencem os estudantes (p.47)*. Haveria nesta *vontade* uma *estatística intuitiva* ditada pelas condições objetivas que os conduz a desejar o possível ou lhes tira da possibilidade de desejar aquilo que é percebido como impossível. Observa o autor que *até mesmo quando suas escolhas lhes parecem obedecer à inspiração irreduzível do gosto ou da vocação, elas traem a ação transfigurada das condições objetivas (p.49)*.

Ao analisar essa questão, Brito e Carvalho (1979) assinalam que, determinada por fatores de natureza socioeconômica, a opção do candidato ao ensino superior está marcado por uma auto-seleção em que se combinam as aspirações individuais com uma avaliação quanto às condições e possibilidades concretas de acesso. Assim, *ainda que os jovens tenham a ilusão de independência na sua opção profissional (justificada em termos de apelo, vocação ou interesse pessoal), é fácil visualizar-se a influência do grupo familiar ou de convivência (p.39)*. Evidenciando a relatividade desta escolha, tomam de Forachi (1964) a observação de Sprangler de que *“não é o jovem quem escolhe uma profissão, mas pelo contrário é esta quem o escolhe”*. Na mesma linha de considerações, Barroso e

Mello (1975) referem-se a *um senso de realidade* (p.50) revelado nessa escolha, no sentido de uma auto-seleção do estudante.

Esse destino parece se revelar quando se examinam as razões da escolha do curso superior, apresentadas pelos estudantes. Uma parcela expressiva deles admitiu como justificativas para sua opção a adequação do curso às suas “aptidões e interesses”. Essa “aptidão”, embora sugerindo a crença numa destinação natural, numa vocação, que os conduziria, inexoravelmente, para certas carreiras universitárias, reflete, no entanto, as condições mais favoráveis de vida do grupo social e familiar de pertencimento da maioria destes estudantes; a visualização da possibilidade concreta de realização daquilo que é a expectativa do seu grupo social. Talvez, por isso mesmo, apenas uma parcela muito pouco significativa dos estudantes tenha atribuído às “vantagens econômicas” ou ao “prestígio da carreira” a sua escolha. Também surpreendente é a pequena proporção das escolhas justificadas a partir da “pequena concorrência” pelo curso. Essa é uma evidência que parece não corresponder àquilo que tem sido, mais freqüentemente, observado com relação a certas carreiras, sobretudo aquelas consideradas de pouco prestígio como, por exemplo, as voltadas para a formação de professores ou aquelas nas quais o atrativo está justamente em que são de mais fácil acesso, justamente em razão da baixa concorrência, dirigindo-se para elas um grande contingente de estudantes que, por inúmeras razões, não se sentem encorajados a concorrer a carreiras mais disputadas.

A observação desta variável segundo a condição racial revela um quadro muito similar ao observado para a população como um todo. Assim, a razão mais apresentada por todos os segmentos raciais para a sua escolha é também a adequação da carreira às suas “aptidões” e “interesses”.

Em trabalho anterior, investigando também a razão da escolha da carreira para uma parcela destes estudantes - mais exatamente aqueles que ingressaram na UFBA em 1997 - constatei que uma proporção bastante elevada deles declarava ter feito a escolha por “gostar da carreira”. No entanto, a observação deste aspecto, considerando o pertencimento racial, mostrou que entre os que tinham apresentado esta razão para sua escolha, metade eram brancos e cerca de 40% eram negros. Proporções semelhantes eram encontradas quando a razão da escolha eram as vantagens vislumbradas no mercado de trabalho. Os negros, no entanto, aumentavam consideravelmente sua participação quando a razão apresentada era a “menor concorrência” por vaga (Queiroz, 2000).

Quase metade dos estudantes admite não ter sofrido qualquer influência na escolha da carreira. Cerca de um em dez estudantes declarou ter sido influenciado pela leitura de livros ou participação em conferências. Em menores proporções estão os que declararam ter sido influenciados pelos meios de comunicação, tais como jornais, televisão, rádio ou folhetos de informação profissional, por algum membro da família ou por amigos, pelo ambiente de trabalho, havendo também, aqueles que tomaram a decisão após submeter-se a um teste vocacional. Quase

dois décimos apontaram outras influências para a sua decisão. É bastante reduzida a proporção dos que tiveram sua decisão influenciada por professores, por um serviço de orientação ou receberam indicação do “cursinho” (Tabela 27).

Diante da grande concentração de estudantes que declarou não ter recebido influência de ninguém na sua decisão sobre a escolha da carreira, pareceu instigador verificar a relação entre a ocupação do pai e o tipo de carreira escolhida pelo estudante. Mesmo que a forma de coleta da informação sobre a ocupação permita apenas em alguns casos identificar a profissão do pai, é possível chegar a alguma conclusão através do exame do grupo de ocupações em que esta está situada (Tabela 28). Os dados mostram que são filhos de *profissionais liberais* uma parcela considerável dos estudantes que estão em carreiras como Medicina, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Odontologia, Psicologia, Arquitetura. Em Administração, por exemplo, cerca de um em dez estudantes são filhos de *profissionais liberais, administradores, proprietários de médias ou pequenas empresas*, ocupações, em maior parte delas, vinculadas à carreira. Nas profissões menos prestigiosas, como aquelas voltadas para a formação de professores e as da área de artes, não parece haver uma relação entre a carreira dos pais e a escolha do filho. Assim, o que se percebe é que filhos de pais que têm profissões tradicionais e valorizadas socialmente, tendem, em geral, a permanecer no mesmo espaço ocupacional dos pais. Essa evidência aponta para um *processo de transmissão da herança familiar para os filhos* (Romanelli, 2000:104). Essa herança, que envolve a transmissão de diferentes tipos de capital, *inclui, ainda, auxílio material que os pais dão aos filhos para ajudá-los de*

forma direta ou indireta (p.105). Também Nogueira (2000), investigando os itinerários escolares de estudantes universitários pertencentes a famílias de camadas médias intelectualizadas, chama atenção para a influência do “capital cultural” familiar sobre a vida escolar dos filhos, na forma de estratégias postas em prática pelas famílias, que tanto podem ser *fruto de decisões explícitas e racionais*, ou do *processo de interiorização das regras do jogo social*, de uma *intuição prática* (p.122-123). Desse modo, a influência exercida pela família sobre a decisão do estudante pode nem sempre ser percebida por ele como uma conduta explícita, porém sua “escolha” sinaliza para a ação desta influência.

A tendência a que os filhos permaneçam no espaço ocupacional dos pais quando esses têm profissões tradicionais e valorizadas socialmente, se confirma quando se toma para exame o prestígio da carreira em que está o estudante. Dos estudantes que declararam ter sido influenciados pelo pai ou mãe, quase seis em dez estão em carreiras de *alto* prestígio. Em todos os segmentos raciais, as maiores parcelas de estudantes que declararam ter recebido alguma influência admitem que esta veio de informações de jornais, livros, TV, rádio, folhetos, mas são os pretos os que mais admitiram esta influência, justamente o segmento racial em que os pais têm mais baixos níveis de escolarização.

Muito relacionada às razões da escolha estão as expectativas com relação à carreira. A “formação profissional” é o que anima a maioria dos estudantes, em todos os segmentos raciais; são os brancos a maior proporção e são os pretos o menor contingente a demonstrar esta expectativa. Em segundo lugar, os

estudantes declararam esperar do curso a “formação da consciência ...”. Mesmo não havendo uma distância muito relevante entre os segmentos raciais com relação à proporção de estudantes que demonstraram esta expectativa, ela é maior entre os pretos. A explicação para a participação mais elevada dos pretos nessa opção pode estar relacionada à influência do movimento de organização do segmento negro (Tabela 29).

Cor e prestígio das carreiras

Como demonstram as análises sobre o acesso desigual de estudantes ao ensino superior, a uma seletividade que se opera no ingresso do estudante à instituição universitária corresponde uma outra que se dá ao nível da carreira a que ele tem acesso. Mesmo que se evidencie uma tendência à elevação progressiva na participação dos estratos sócio-econômicos mais baixos, a partir dos anos setenta, no interior da universidade os espaços estão demarcados pela origem social do estudante (Castro e Ribeiro, 1979; Zucco, 1990; Teixeira, 1998). Para Santos (1997), *a seletividade social, um fenômeno identificado por diversos autores, também aparece ligado à escolha de determinadas carreiras por candidatos de perfis sócio-econômicos semelhantes* (p.230). Castro e Ribeiro (op. cit.), apontam para a seletividade interna das carreiras segundo o grupo social de pertencimento do estudante, mostrando que à medida que há uma redução da variância dentro de cada grupo, aumenta a variância entre grupos. Comparando, no tempo, os perfis de renda dos estudantes em carreiras de alto prestígio e baixo prestígio,

concluem que por ocasião da inscrição no vestibular há uma pré-seleção na escolha da carreira, fazendo com que as carreiras de elevado prestígio não sejam procuradas por estudantes de baixo desempenho escolar, enquanto que carreiras como Letras e Educação atraem sobretudo esses grupos e tendem a afastar grupos de maior renda, que são justamente os academicamente mais aptos. Assim, como os estratos sociais mais baixos são aqueles de onde se originam, predominantemente, os estudantes mulatos e pretos, é de se supor que eles sejam os que vão contribuir com maior peso para as carreiras mais desprestigiadas em todas as áreas do ensino superior. Analisando a escolha da carreira por negros que chegam ao ensino superior, Teixeira (1998) chama, atenção para a hierarquia interna a cada área de conhecimento. Para a autora *essa hierarquia é importante por ser vista como socialmente dada e, por este fato, exercer influência tanto no sentido de 'atrair' quanto no de 'repelir' as 'escolhas' dos alunos* (p.243).

Sendo a UFBA a instituição de ensino superior mais tradicional e prestigiosa do estado, não surpreende que uma proporção superior a um terço dos seus estudantes situem-se em carreiras de *alto* prestígio social. Agregando-se a estes os que estão nas carreiras de *alto médio* prestígio, essa proporção eleva-se para quase dois terços. A observação deste aspecto, considerando o pertencimento racial, mostra que a distribuição dos estudantes obedece a uma gradação de cor e prestígio na qual o pólo *claro* é identificado com as carreiras de *alto* prestígio e o pólo *escuro* com aquelas de *baixo* prestígio. Assim, dos estudantes situados em carreiras de *alto* prestígio, entre os brancos são 4,7 em dez; entre os morenos

são 3,7; entre os mulatos são 2,4 e entre os pretos são 1,5. Nas carreiras de *médio alto* prestígio, a relação é de 1,9 em dez, entre os brancos, 2,0 em dez entre os morenos, 2,2 entre os mulatos e 2,5 entre os pretos. Nas carreiras de *médio* prestígio, entre os estudantes brancos são 1,7 em dez, entre os morenos são 2,2, entre os mulatos 2,6 e entre os pretos, 2,9. Nas carreiras de *médio baixo* prestígio, enquanto entre os brancos são 1,1 em dez, entre os morenos são 1,2, entre s mulatos 1,5 e entre os pretos 1,6. E, finalmente, nas carreiras de *baixo* prestígio, brancos e morenos não chegam a um décimo dos seus contingentes; os mulatos são um em dez e os pretos são um pouco mais que os mulatos (Tabela 30a).

Tabela 30 - Estudantes segundo os grupos de prestígio das carreiras e a cor

Prestígio	Branca		Morena		Mulata		Preta		Total	
Alto	47,1	37,3	37,7	47,2	24,4	11,6	15,9	3,9	36,2	100,0
Alto-Médio	19,0	26,0	20,8	44,7	22,9	18,7	25,1	10,6	21,0	100,0
Médio	17,5	22,4	22,7	45,7	26,7	20,4	29,1	11,5	22,5	100,0
Médio-Baixo	11,0	24,4	12,5	43,7	15,8	20,9	16,2	11,1	13,0	100,0
Baixo	5,3	20,9	6,3	38,7	10,2	23,8	13,7	16,6	7,3	100,0
Total	100,0		100,0		100,0		100,0		100,0	

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

As informações mostram que têm maiores oportunidades de acesso ao ensino superior os filhos de indivíduos que já adquiriram algum capital escolar. Um terço dos estudantes têm pais com escolaridade de terceiro grau e uma proporção próxima a dois terços completaram o segundo grau. Percebe-se, ainda, uma

associação entre a escolaridade do pai e o nível de prestígio da carreira do filho. Mais da metade dos estudantes cujo pai tem curso superior, estão em carreiras de *alto* prestígio social. Ao contrário, menos de um décimo dos estudantes cujo pai tem até o antigo curso primário, está em carreiras deste nível de prestígio (Tabela 31). A associação entre a escolaridade dos pais e as oportunidades educacionais dos filhos, é ressaltada por Bourdieu (1998). O autor chama atenção para a importância do capital cultural na definição das condutas escolares e atitudes do estudante frente à escola, elementos que concorrem para a *eliminação diferencial* dos estudantes. O *êxito escolar* estaria diretamente ligado ao capital cultural legado pela família. Mas, tão importante quanto o capital cultural, seria a *atitude da família* a respeito da escola o que, na verdade, é função das *esperanças objetivas de êxito escolar* encontradas em cada categoria social. Nesse sentido, o autor aponta para uma *superseleção* a que estão sujeitos os estudantes das classes populares, na qual entram em jogo *obstáculos cumulativos*, ligados justamente às expectativas da família a respeito da escola, assinalando que ... *as crianças das classes populares e médias que obtêm globalmente uma taxa de êxito mais fraca precisam ter êxito mais forte para (que) sua família e seus professores pensem em fazê-las prosseguir seus estudos* (p. 50).

A observação, segundo o pertencimento racial, dos estudantes cujo pai tem escolaridade superior, evidenciou a situação privilegiada dos estudantes brancos e morenos e a desvantagem dos estudantes mulatos e pretos, sobretudo destes últimos. Neste contingente, para cada estudante mulato existem quatro morenos e 3,4 brancos; para cada estudante preto existem 12,8 morenos e 10,5 brancos.

Nesse grupo, embora as maiores concentrações de estudantes, de todos os segmentos raciais, estejam nas carreiras de *alto* prestígio, a posição dos mulatos e pretos é bastante diferenciada da dos brancos e morenos (Tabela 32).

Dos estudantes que estão em carreiras de *alto* prestígio, as maiores concentrações, em todos os segmentos raciais, vieram de uma escola privada. Os maiores percentuais estão entre os brancos e morenos. Para cada preto nessa condição há, praticamente, dois brancos, como evidencia a Tabela 33, a seguir. Assim, estão entre os pretos e mulatos os maiores contingentes oriundos da escola pública.

Desagregando o CEFET dos demais colégios públicos, percebe-se que este estabelecimento é responsável pela participação de uma parcela considerável de estudantes mulatos e pretos, sobretudo de pretos, nas carreiras de *alto* prestígio. Mais de um quarto dos pretos aí situados são oriundos do CEFET, enquanto que os morenos não chegam a um décimo do seu contingente, e a participação dos brancos corresponde a pouco mais da metade da participação dos morenos.

Tabela 33 – Estudantes em carreiras de *alto* prestígio, segundo o estabelecimento de segundo grau e a cor

	Branco	Moreno	Mulato	Preto
Privado	80,5	73,0	61,7	45,1
CEFET	5,1	8,6	17,0	28,3
Outros públicos	2,7	3,3	6,3	12,7
Outros ²⁰	1,7	15,1	15,0	13,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Vê-se, então, que o espaço privilegiado de inserção dos brancos e morenos são as carreiras de mais elevado prestígio social, passando os mulatos e pretos a ocupar os espaços menos disputados, ou seja, as carreiras de menor prestígio. Entre as dez primeiras carreiras, em que os brancos e morenos estão melhor situados, oito são de *alto*²¹ prestígio; são elas: Direito, Psicologia, Odontologia, Medicina, Administração, Arquitetura, Engenharia Civil, Ciência da Computação. Nesse grupo de carreiras, os pretos e mulatos comparecem em menores proporções em Direito, Psicologia e Odontologia. Sua maior participação ocorre em Engenharia Química, o que pode ser reflexo da industrialização recente do estado, sobretudo da indústria Petroquímica, que, mesmo em proporções reduzidas, trouxe alguma mudança na inserção dos mulatos e pretos no mercado de trabalho (Castro e Sá Barreto, 1992; Santos, 2000) [Tabela 34a].

²⁰ Foram chamados de “outros” estabelecimentos de outro estado, outro país, cooperativas e fundações.

²¹ O estudo de Azevedo (1996), examinando a presença de *tipos físicos* em profissões liberais, em Salvador, encontra uma proporção não muito distante da encontrada aqui, apesar de decorridos quarenta anos. No citado trabalho, como advogados eram encontrados 68,8% de brancos, 30% de mestiços e 1,1% de pretos; os médicos eram 81,1% brancos, 16,9% mestiços e 2,0% pretos; os engenheiros civis eram 72,8% brancos, 26,8% mestiços e 0,3% pretos (p.133).

Os mulatos e pretos, além de minoritários no contingente que ingressa na UFBA, estão mais presentes nas carreiras dos níveis inferiores da escala de prestígio. À medida que vai reduzindo o prestígio da carreira, vai aumentando a presença desses segmentos. Assim, no grupo de *médio alto* prestígio, há uma elevação da proporção de carreiras em que mulatos e pretos têm sua participação aumentada (Tabela 34b). Aí eles estão em proporções não menores que um terço em Enfermagem, Ciências Contábeis, Química Industrial e Pedagogia. Dentre todas as carreiras, esses segmentos têm sua maior participação em Estatística, uma carreira considerada de *médio baixo* prestígio, a única das carreiras da UFBA em que comparecem numa proporção superior a cinquenta por cento (Tabela 34d). A sua segundo maior participação é em Biblioteconomia, uma carreira classificada como de *baixo* prestígio social e a 45^a colocada, numa escala de prestígio de quarenta e nove posições (Tabela 34e). Das dez carreiras em que mulatos e pretos estão melhor situados, nenhuma ultrapassa o nível *médio* de prestígio; pela ordem, Estatística, Biblioteconomia, Química, Matemática, Letras com Língua Estrangeira, Desenho e Plástica, Física, Instrumento, Geografia e Licenciatura em Ciências do 1º Grau. Entre as vinte carreiras em que eles comparecem numa proporção superior a um terço, apenas quatro ultrapassam o nível médio de prestígio e nenhuma delas se situa no nível de *alto* prestígio.

Conclusões

A UFBA revelou-se um espaço de predominância de brancos e morenos. Embora representando quase quatro quintos da população do estado, o contingente constituído pelos mulatos e pretos têm aí uma baixa participação, representando um pouco mais de um quarto dos estudantes. Assim, embora os escuros estejam efetivamente sub-representados, são os mulatos os que mostram, de modo mais expressivo, a sua reduzida presença na UFBA

Os estudantes residem predominantemente na Capital, há pelo menos um tempo correspondente ao dos estudos de segundo grau. São os pretos os menos representados entre os que vieram de fora da Capital, indicando que para esses é mais difícil arcar com o ônus do deslocamento do local de origem.

À UFBA tem acesso uma população, em sua maioria, jovem e solteira, indicando uma trajetória escolar bem sucedida. Significativa parcela dos estudantes ingressaram na UFBA até os vinte anos de idade. Até esse patamar há uma predominância de morenos e brancos. Quando, no entanto, se eleva a idade do estudante, reduz-se a presença de brancos e morenos, aumentando a participação de mulatos e pretos. São os pretos aqueles que apresentam a média de idade mais elevada ao ingressar no ensino superior, indicando condições de vida mais precárias para esse segmento.

Expressiva parcela do grupo conta com reduzido número de experiências em concurso vestibular, sugerindo trajetórias escolares realizadas em condições favoráveis, os chamados “circuitos virtuosos” (Nogueira, 2000:128), nas quais o ingresso na universidade parece ser a expectativa mais acalentada. Os brancos e morenos são os que contam menor número de tentativas para ingressar na UFBA. Os mulatos e pretos estão mais representados entre aqueles com maior número de tentativas, evidenciando as fragilidades do seu passado escolar.

Significativa maioria dos estudantes é proveniente de escolas de segundo grau privada. Os brancos e morenos são maioria entre os que vieram desse tipo de escola, enquanto que os mulatos e pretos são maioria no contingente que veio de escolas públicas.

Embora para os estudantes de todos os segmentos raciais a faixa de renda de mais elevada concentração seja a de dez a vinte salários mínimos, nas faixas que estão abaixo desse patamar, os mulatos e pretos predominam. No entanto, um aspecto chama atenção com relação a esse contingente. Entre os estudantes oriundos de escolas privadas que estão na faixa de dois a dez salários mínimos, os pretos e mulatos estão melhor representados, apontando para o esforço que têm que empreender suas famílias na tentativa de manter os filhos numa escola que assegure a continuidade do trajeto escolar, o que ocorre com menor frequência na escola pública, sobretudo para esses segmentos raciais, como evidenciam as pesquisas.

A maioria freqüentou um curso de caráter propedêutico e entre eles a predominância é de brancos e morenos. Ao contrário, é reduzido o contingente oriundo de cursos profissionalizantes, entre os quais os mulatos e pretos são maioria. Chama atenção entre os estudantes que fizeram curso técnico, a contribuição do CEFET, enquanto uma escola pública. Isoladamente respondeu pela mais elevada concentração de estudantes que ingressaram na UFBA, mais elevada inclusive que a dos “grandes colégios privados de Salvador”. É forte a presença de estudantes mulatos e pretos que chegaram à universidade, oriundos do CEFET. Ao contrário dos argumentos de que freqüenta esse estabelecimento um contingente de elevado nível de renda, a média de renda dos seus egressos mostrou-se abaixo da média do conjunto dos estudantes da UFBA. O CEFET é, também, responsável pela presença de considerável parcela de estudantes mulatos e pretos em carreiras de elevado prestígio.

Expressiva parcela dos estudantes não trabalha; entre eles os brancos e morenos são maioria. A maior presença dos pretos e mulatos entre os que trabalham evidencia que eles são mais penalizados, tendo menor disponibilidade de tempo para o estudo.

A maioria não recorreu a um curso pré-vestibular; entre os mulatos e pretos, é maior a parcela dos que o fizeram, o que além de apontar para a precariedade da sua escolaridade básica, mostra o quanto são penalizados ao ter que arcar com os custos dessa estratégia, considerando que estão entre os de menor renda.

As áreas de maior concentração são as de Filosofia e Ciências Humanas; Matemática Ciências Físicas; Tecnologia e Ciências Biológicas e Profissões de saúde. Chama atenção, contudo, a participação dos pretos na área de Ciências Humanas. Sua participação relativa é, nessa área, mais elevada que a dos demais segmentos raciais. Nesse espaço estão muitas carreiras de níveis menos elevados de prestígio. Os pretos têm, também, uma participação relativa superior aos outros contingentes na área de Letras. No geral, pretos, e também mulatos, dentro de cada área, têm participação mais expressiva nas carreiras cuja concorrência por vaga é menor.

Demonstrei que os escuros estão sub-representados na UFBA, mas a distância entre os claros e os escuros se revela ainda mais significativa quando se considera o prestígio das carreiras em que se situam. Embora expressiva parcela dos estudantes esteja em carreiras de elevado prestígio social, à distribuição racial corresponde uma gradação no prestígio da carreira em que a cor mais clara é identificada com as carreiras de mais elevado prestígio, e a cor mais escura com aquelas de baixo prestígio.

Observa-se uma associação entre o nível de escolaridade do pai e o prestígio da carreira em que está situado o estudante. Assim, os pais que têm curso superior têm filhos predominantemente em carreiras de alto prestígio social, enquanto que estudantes cujo pai possui até o curso primário completo, estão mais presentes em carreiras de menor prestígio. Essas evidências apontam para a desvantagem dos mulatos e pretos que são aqueles entre os quais está a maior contingente de pais com nível mais precário de escolaridade. Assim, o espaço privilegiado de inserção de morenos e brancos são as carreiras mais valorizadas socialmente, enquanto que para morenos e pretos estão disponíveis as carreiras menos prestigiadas, conseqüentemente, as que vão resultar em menores ganhos, em postos de menor importância no mercado de trabalho.

Percebe-se, também, uma influência dos pais nas escolhas dos filhos. Quando os pais têm profissão valorizada, os filhos tendem a permanecer em carreiras com nível similar de prestígio, sugerindo que ocorre uma “transmissão da herança familiar” (Romanelli, 2000:104). Entre estudantes que declararam sofrer influência fora da família, os pretos são maioria; esses são predominantemente aqueles cujos pais têm baixa escolaridade.

Tabelas

Tabela 12 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o local de residência, o gênero e a cor

Local	Total	Branca			Morena			Mulata			Preta		
		H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Capital	92,7	93,9	93,1	93,5	91,6	92,5	92,0	91,5	92,6	92,0	94,3	94,8	94,5
Interior	0,8	1,3	0,8	1,0	0,7	0,8	0,7	0,5	1,0	0,7	0,3	0,6	0,5
Outros	6,5	4,8	6,0	5,5	7,7	6,6	7,3	8,0	6,4	7,3	5,4	4,6	5,0
Total	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

H – homem; M – mulher; T- total

Tabela 13 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a faixa de idade e a cor

Faixas de idade	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
17-18	19,5	16,6	11,4	7,4	15,7
19-20	41,2	36,8	34,3	27,3	36,8
21-22	15,8	19,2	22,1	20,7	18,8
23-24	8,4	9,4	11,3	13,6	9,8
25-26	4,5	5,4	7,2	11,1	5,9
27-28	3,0	4,0	4,9	6,9	4,1
29-30	1,9	2,9	2,7	4,2	2,7
31-59	5,7	5,8	6,2	8,9	6,1

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 14 - Distribuição percentual dos estudantes segundo as faixas de idade com que concluíram o segundo grau e a cor

Faixas de idade	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
15-16	2,6	3,1	3,4	3,9	3,1
17-18	72,9	68,9	61,8	51,3	67,3
19-20	19,0	21,1	25,3	28,3	21,8
21-22	4,1	4,7	5,9	11,0	5,3
23-24	0,6	1,0	2,1	3,7	1,3
25-26	0,3	0,5	0,8	0,5	0,5
27-28	0,2	0,3	0,4	0,5	0,3
29-30	0,0	0,0	-	0,4	0,0
31 e mais	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 15 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o número de anos decorridos entre a conclusão do segundo grau e a matrícula na UFBA e a cor

Número de anos	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Um ano	40,7	33,5	26,2	19,4	33,1
Dois anos	22,3	24,6	26,3	23,2	24,1
Três anos	10,6	11,3	13,6	14,2	11,8
Quatro anos	5,5	6,7	7,2	9,3	6,7
Cinco anos	3,5	4,2	5,5	6,0	4,3
Seis anos	2,6	3,3	4,2	4,0	3,3
Sete anos	2,6	2,4	3,2	4,6	2,8
Oito anos	1,7	2,4	2,1	2,9	2,2
Nove anos	1,4	1,7	2,2	3,7	1,9
Dez anos	1,2	1,3	1,8	2,5	1,5
Onze ano ou mais	7,8	8,5	7,8	10,2	8,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 16 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o estado civil e a cor

Estado civil	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Solteiro	94,7	94,0	94,6	94,9	94,4
Não solteiro	5,3	6,0	5,4	5,1	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 17a – Distribuição percentual dos estudantes segundo o número de vezes que prestaram vestibular anteriormente e a cor

Número de vezes	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Nenhuma	39,0	33,2	30,2	28,2	33,9
Uma	31,2	33,2	34,3	33,0	32,8
Duas	18,3	19,5	22,2	24,1	20,0
Três	7,1	8,9	9,0	8,8	8,4
Quatro	4,3	5,0	4,2	5,9	4,8
Cinco e mais	0,1	0,1	0,1	-	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 17b – Distribuição percentual dos estudantes segundo a experiência em vestibular e a cor

Fez vestibular	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Não, nunca prestou vestibular antes	37,1	32,5	28,5	26,4	32,5
Sim, só por experiência	8,8	9,9	12,5	13,1	10,3
Sim, em outra instituição	4,9	5,2	5,4	5,6	5,2
Sim, mas não foi classificado	26,1	28,3	31,9	33,7	28,7
Sim, foi classificado, mas não se matriculou	2,4	3,0	2,9	2,0	2,7
Sim, mas pretende mudar de curso	9,8	9,3	8,5	7,0	9,1
Sim, é formado mas quer outro curso	4,9	4,6	3,4	4,5	4,5
Sim, Outra situação	6,0	7,5	7,0	7,7	7,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 17c – Distribuição percentual dos estudantes segundo a idade e o número de vezes que prestaram vestibular

Faixas de idade	Número de vezes que prestou vestibular						Total
	Nenhuma	1 vez	2 vezes	3 vezes	4 vezes	5 e mais	
17-18	37,1	8,8	1,1	0,1	0,3	-	15,7
19-20	42,1	48,9	24,8	12,2	9,5	0,1	36,8
21-22	10,8	20,2	29,3	24,1	19,9	0,1	18,8
23-24	4,1	8,2	16,1	20,3	15,7	0,2	9,8
25-26	2,1	4,7	9,2	12,2	17,2	-	5,9
27-28	1,1	3,1	6,9	8,9	12,9	-	4,1
29-30	0,8	1,8	4,2	6,7	8,9	0,1	2,7
31-59	1,9	4,3	8,3	15,5	22,5	-	6,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 18a- Distribuição percentual dos estudantes segundo a natureza jurídica do estabelecimento em que cursou o segundo grau e a cor

Estabelecimento	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Escola pública	25,1	35,4	50,3	66,2	37,7
Escola particular	74,9	64,6	49,7	33,8	62,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 18b – Distribuição percentual dos estudantes segundo o tipo de estabelecimento em que cursaram o segundo grau e a cor

Tipo de escola	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Municipal	0,9	1,1	1,5	2,7	1,2
Estadual	9,5	14,4	23,7	34,4	16,3
Federal	6,2	9,4	13,6	16,7	9,8
Particular	75,0	64,6	49,7	33,8	62,3
Comunitária	0,5	0,8	0,9	0,9	0,8
Maior parte em escola pública	2,4	3,3	4,1	5,0	3,3
Maior parte em escola particular	4,7	5,7	5,3	5,1	5,3
Outro	0,8	0,8	1,1	1,4	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 19a – Distribuição percentual dos estudantes segundo o tipo de escola de segundo grau e a renda da família

Faixas	Pública	Particular	Total
Até 1 salário mínimo	1,5	0,5	0,9
1 – 2 salários mínimos	4,4	1,1	2,3
2 – 3 salários mínimos	8,0	2,2	4,4
3 – 4 salários mínimos	10,6	4,2	6,6
4 – 5 salários mínimos	8,6	4,3	5,9
5 – 6 salários mínimos	13,2	6,5	9,0
6 – 10 salários mínimos	23,4	17,8	19,9
10 – 20 salários mínimos	19,2	27,0	24,0
20 – 30 salários mínimos	6,3	16,0	12,3
30 – 40 salários mínimos	2,9	9,2	6,8
Mais que 40 salários mínimos	1,9	11,3	7,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 19b – Distribuição percentual dos estudantes segundo o tipo de escola de segundo grau e a renda da família e a cor

Faixas	escola pública				escola particular			
	B	M	M	P	B	M	M	P
Até 1 salários mínimo	1,3	1,6	1,1	1,7	0,3	0,5	0,8	0,3
1 – 2 salários mínimos	3,2	4,0	6,0	4,6	0,9	1,2	1,0	1,1
2 – 3 salários mínimos	6,8	6,9	9,5	10,5	1,6	1,9	3,4	6,5
3 – 4 salários mínimos	9,8	9,6	12,2	12,4	3,4	4,1	5,8	5,4
4 - 5 salários mínimos	8,5	8,6	8,6	8,7	3,8	4,4	4,9	6,5
5 – 6 salários mínimos	12,5	12,8	13,7	14,6	4,8	6,4	9,9	10,0
6 – 10 salários mínimos	21,9	24,4	21,7	25,0	14,7	18,4	21,6	23,8
10 – 20 salários mínimos	20,3	20,3	18,3	16,0	27,7	27,3	24,6	26,3
20 – 30 salários mínimos	7,8	7,3	4,6	4,4	18,2	15,3	13,9	12,5
30 – 40 salários mínimos	3,8	3,1	2,7	1,4	11,2	9,3	6,0	3,0
Mais que 40 salários mínimos	3,9	1,7	1,6	0,7	13,3	11,4	8,1	4,6
Total	100,	100,	100,	100,	100	100,	100,	100,

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 19c - Médias de renda da família e cor, segundo o tipo de escola freqüentada pelo estudante no segundo grau (em salários mínimos)

Cor	Escola particular	Escola pública	Média geral
Branca	8,15	6,51	7,74
Morena	7,87	6,34	7,33
Mulata	7,42	5,99	6,70
Preta	7,06	5,87	6,27

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 20 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a natureza do curso freqüentado no segundo grau e cor

Tipo de curso	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Colegial	78,4	67,3	54,2	40,3	66,8
Técnico	13,9	22,9	35,1	46,3	24,5
Magistério	6,4	6,3	8,8	11,1	7,2
Supletivo	1,4	1,5	1,9	2,3	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 21 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o tipo de colégio em que cursaram o segundo grau e a cor

Colégio	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
CEFET	5,2	8,4	12,4	15,8	8,8
Outros Públicos	11,4	15,4	25,3	39,9	18,1
Privado	64,8	55,2	42,7	31,2	53,7
Outros*	18,6	21,0	19,6	13,1	19,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

*Colégios de fora de Salvador sobre os quais não se obteve informação se são públicos ou privados.

Tabela 22 – Distribuição dos estudantes segundo o estabelecimento de ensino freqüentado no segundo grau

Estabelecimento	Número	%
CEFET	1086	8,8
Outros públicos	2231	18,0
Maristas	268	2,2
Dois de Julho	297	2,4
Anchieta	471	3,8
Antonio Vieira	398	3,2
São Paulo	367	3,0
Integral	198	1,6
Diplomata	1	0,0
Portinari	1	0,0
Apoio	146	1,2
Outros Privados	4458	36,1
Fundação/Cooperativa	182	1,5
Interior	1853	15,1
Outro estado	349	2,8
Outro país	1	0,0
Total	12364	100

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 23 – Médias de aprovação no vestibular, geral e em cursos de *alto* (A) prestígio, por cor, segundo o estabelecimento de ensino freqüentado no segundo grau

Cor	Escola pública		Escola privada		CEFET	
	Geral	Prestígio A	Geral	Prestígio A	Geral	Prestígio A
Branco	5,60	6,50	6,35	6,92	6,34	6,82
Moreno	5,63	6,66	6,42	6,89	6,29	6,78
Mulato	5,63	6,67	6,37	6,93	6,29	6,73
Preto	5,52	6,42	6,20	6,97	6,05	6,77
Geral	5,60	6,46	6,15	6,93	6,19	6,77

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 24 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a condição de ocupação, a jornada de trabalho semanal e a cor

Jornada	Total	Branco	Moreno	Mulato	Preto
Não trabalha	69,7	75,4	70,8	65,7	53,8
Trabalha 20 h. semanais	11,1	9,6	10,4	12,8	16,7
Trabalha de 20 a 30 h. semanais	6,4	5,5	6,8	6,4	7,7
Trabalha 40 h. semanais	8,4	6,8	7,9	9,8	13,4
Trabalha de turno	4,4	2,7	4,1	5,9	8,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 25a – Distribuição percentual dos estudantes que fizeram *cursinho* segundo a cor

Freqüentou	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Não	57,6	55,0	51,6	53,1	55,0
Sim	42,4	45,0	48,4	46,9	45,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 25b – Distribuição percentual dos estudantes que fizeram *cursinho*, segundo a cor e o tipo de escola freqüentada no segundo grau

Tipo de escola	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
<i>Escola Privada</i>					
Sim	39,2	42,1	45,1	42,5	41,5
Não	60,8	57,9	54,9	57,5	58,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Escola Pública</i>					
Sim	51,9	50,3	51,7	49,2	50,7
Não	49,1	49,7	48,3	50,8	49,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 25c – Distribuição percentual dos estudantes segundo a razão de ter feito *cursinho* e a cor

Razão	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Não fez cursinho	57,9	55,2	51,7	53,4	55,2
O colégio não preparou adequadamente	18,5	21,7	26,9	29,3	22,3
Recebeu bolsa de estudo	2,2	2,6	3,0	4,1	2,7
Para aprender <i>macetes</i>	18,5	17,5	15,0	10,5	16,7
O colégio fez convênio com <i>cursinho</i>	2,9	3,1	3,2	2,8	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 26b - Distribuição percentual dos estudantes nos cursos da área III segundo a cor

cursos	Branca	Morena	Mulata	Preta	Clara	Escura
Ciências Econômicas	6,8	8,4	5,5	6,6	7,8	5,9
Administração	15,2	12,2	9,3	4,8	13,4	7,5
Filosofia	3,2	4,3	4,9	4,1	3,9	4,6
Secretariado	5,2	6,1	6,1	5,7	5,8	5,9
Biblioteconomia	2,7	3,8	7,9	10,4	3,4	8,9
Ciências Contábeis	5,3	8,0	10,6	12,7	6,9	11,4
Museologia	2,0	2,3	2,4	2,9	2,2	2,6
Geografia	2,4	2,6	5,4	3,8	2,5	4,8
Pedagogia	8,5	8,2	9,0	17,9	8,3	12,5
História	2,9	3,8	6,1	5,7	3,4	5,9
Ciências Sociais	7,1	7,2	12,3	11,3	7,2	11,9
Psicologia	6,9	6,5	2,4	3,4	6,6	2,8
Educação Física	2,7	3,1	4,9	3,4	3,0	4,3
Direito	21,8	18,7	7,9	5,2	20,0	6,8
Comunicação	7,2	4,8	5,2	2,3	5,8	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 26c - Distribuição percentual dos estudantes nos cursos da área II segundo a cor

Cursos	Branca	Morena	Mulata	Preta	Clara	Escura
Odontologia	18,7	13,3	7,3	7,4	15,3	7,3
Farmácia	12,7	12,9	13,0	16,7	12,9	13,9
Agronomia	7,7	10,9	15,6	16,7	12,9	13,9
Enfermagem	4,7	8,1	13,3	13,2	6,8	13,3
Medicina Veterinária	11,8	11,1	11,9	4,9	11,4	10,1
Nutrição	6,7	8,7	10,6	7,8	8,0	9,4
Biologia	9,1	9,6	8,1	9,8	9,4	8,6
Medicina	23,8	19,9	13,0	5,9	21,4	11,1
Licenciatura em Ciências do 1º Grau	4,7	5,4	7,3	18,1	5,2	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 26d - Distribuição percentual dos estudantes nos cursos da área I segundo a cor

Cursos	Branco	Moreno	Mulato	Preto	Claro	Escuro
Geofísica	2,0	1,3	2,4	1,7	1,6	2,2
Estatística	2,3	3,1	8,7	8,0	2,8	8,5
Matemática	2,7	6,9	9,6	13,3	5,2	10,8
Física	2,5	5,7	8,1	10,1	4,4	8,7
Engenharia Elétrica	6,4	7,7	5,7	4,2	5,2	7,2
Engenharia Sanitária	5,1	4,1	4,8	7,3	4,5	5,6
Química	2,2	5,8	8,7	9,8	4,3	9,1
Engenharia Química	6,3	6,0	6,3	5,2	6,1	6,0
Engenharia de Minas	2,3	3,4	3,4	4,9	2,9	3,9
Engenharia Mecânica	8,1	7,0	5,0	3,8	7,5	4,6
Química Industrial	2,6	3,2	4,1	4,2	3,0	4,1
Processamento de Dados	8,4	5,0	4,3	2,8	6,4	3,8
Geologia	5,3	5,7	4,5	9,8	5,5	6,2
Engenharia Civil	23,9	17,3	13,4	8,0	20,0	11,6
Arquitetura	19,9	17,8	11,0	6,6	18,7	9,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 26e - Distribuição percentual dos estudantes nos cursos da área IV segundo a cor

Cursos	Branco	Moreno	Mulato	Preto	Claro	Escuro
Língua Estrangeira	37,9	37,4	23,4	32,9	37,6	27,7
Letras Vernáculas	54,4	54,3	68,1	50,6	54,3	60,1
Letras Vernáculas com Língua Estrangeira	7,8	8,2	8,5	16,5	8,1	12,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 26f - Distribuição percentual dos estudantes nos cursos da área V segundo a cor.

Cursos	Branca	Morena	Mulata	Preta	Clara	Escura
Artes Plásticas	25,5	24,3	16,4	14,6	24,8	15,9
Canto	0,4	2,0	0,5	1,2	1,4	0,7
Composição e Regência	6,9	8,3	5,8	4,9	7,8	5,5
Desenho e Plástica	16,7	16,4	31,7	36,6	16,6	33,2
Desenho Industrial	6,5	9,0	5,3	3,7	8,1	4,8
Decoração	9,1	8,6	4,2	2,4	8,8	3,7
Artes Cênicas (Direção)	2,5	1,5	2,6	-	1,9	1,8
Artes Cênicas (Interpretação)	6,5	4,4	7,4	2,4	5,2	5,9
Música	5,1	6,8	8,5	11,0	6,2	9,2
Instrumento	1,8	2,2	3,2	6,1	2,1	4,1
Artes Cênicas (Licenciatura)	3,6	2,9	4,2	4,9	3,1	4,4
Dança	15,3	13,6	10,1	12,2	14,2	10,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 27 - Distribuição percentual dos estudantes segundo a principal influência na escolha do curso e a cor

Influência	Total	Branca	Morena	Mulata	Preta
Pai e/ou mãe	4,0	4,7	4,0	3,4	3,0
Professor	0,8	0,6	0,6	1,1	1,6
Cônjuge, irmão, amigo ou parente	3,4	3,3	3,5	3,6	3,0
Orientação educacional da escola	0,6	0,5	0,6	0,6	0,8
Serviço de teste vocacional	3,4	3,5	3,2	3,3	3,8
Indicação do "cursinho"	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Jornal/TV/rádio/folheto	8,6	9,0	8,5	8,7	8,0
Livro/conferência/palestra	9,1	7,7	9,7	9,3	10,5
Ambiente de trabalho	4,4	4,7	3,8	4,6	5,9
Outras informações	18,3	17,1	18,9	17,7	20,2
Ninguém/nada	47,3	48,8	47,1	47,7	43,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 28 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a ocupação do pai e a cor

Ocupação	Total	Branca	Morena	Mulata	Preta
Profissionais Liberais	18,2	24,3	18,7	11,7	7,7
Proprietários de Pequenas Empresas	10,9	12,3	11,4	9,6	6,1
Administradores	6,1	7,7	6,4	4,8	2,1
Ocupações de Escritório	5,0	4,5	5,4	5,6	3,3
Outras Ocupações não Qualificadas	4,9	3,9	4,7	6,4	6,4
Profissionais e Técnicos de Nível Superior	4,7	4,0	4,8	5,0	6,4
Trabalhadores Diversos não Qualificados	4,5	3,4	4,7	5,3	5,6
Proprietários de Médias Empresas	4,1	6,3	4,1	2,0	1,2
Outras Ocupações	40,0	32,4	38,3	47,6	58,6
Não se aplica	1,6	1,2	1,5	2,0	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 29 - Distribuição percentual dos estudantes segundo a expectativa com relação à carreira e a cor

Expectativa	Branca	Morena	Mulata	Preta
Formação profissional	53,9	49,2	44,9	37,9
Formação da consciência	15,9	16,3	16,1	16,9
Aumento de conhecimento	9,5	11,5	12,2	15,9
Melhoria da situação profissional	5,8	6,5	7,5	8,0
Formação teórica	5,5	7,4	8,7	13,2
Outra	9,5	9,1	10,6	8,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 31 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a escolaridade do pai e o prestígio do curso

Escolaridade	A	MA	M	MB	B	Total
Nunca frequentou	0,4	1,0	1,1	1,9	2,4	1,0
Primário incompleto	3,5	9,0	11,5	9,1	12,2	7,8
Primário completo	3,8	8,0	10,6	9,0	12,6	7,5
Ginasial incompleto	4,4	8,5	10,6	8,9	13,1	7,8
Ginasial completo	4,9	7,7	7,6	8,6	9,4	6,9
Colegial incompleto	4,4	6,1	7,6	5,3	7,4	5,5
Colegial completo	19,7	26,1	27,4	25,0	24,2	23,8
Superior incompleto	6,7	6,0	4,8	6,2	4,8	5,9
Superior completo	52,1	27,4	20,4	26,0	13,9	33,7
Total	36,4	21,0	22,3	12,9	7,3	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

A – alto; MA – médio alto; M – médio; MB – médio baixo; B – baixo

Tabela 32 – Distribuição percentual dos estudantes cujo pai tem curso superior, segundo a cor e o prestígio do curso

Níveis de prestígio	Branca	Morena	Mulata	Preta	Total
Alto prestígio	64,4	55,0	42,8	32,0	56,4
Alto médio	14,8	18,1	20,8	17,7	17,1
Médio	10,4	13,7	20,2	24,5	13,5
Médio baixo	8,8	10,2	10,5	17,7	10,0
Baixo	1,7	3,1	5,7	8,2	3,0
Total	38,4	46,7	11,3	3,6	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 34a– Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Alto* prestígio, segundo a cor

Carreiras	Clara	Escura	Mulata	Preta
Engenharia Química	73,4	26,5	18,9	7,7
Engenharia Elétrica	79,3	21,0	15,4	5,3
Engenharia Mecânica	81,5	18,5	13,4	5,1
Ciência da Computação	81,9	18,0	13,7	4,4
Engenharia Civil	82,4	17,7	13,6	5,1
Arquitetura	84,2	15,9	12,2	3,6
Administração	84,2	15,8	11,8	4,0
Medicina	85,5	14,5	12,5	2,0
Odontologia	86,6	13,4	9,9	3,5
Psicologia	87,6	12,4	7,2	3,1
Direito	73,4	10,4	7,2	3,1

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 34b – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Alto-Médio* prestígio, segundo a cor

Carreiras	<i>Clara</i>	<i>Escura</i>	Mulata	Preta
Enfermagem	61,4	38,6	28,6	10,0
Ciências Contábeis	64,1	35,9	20,1	15,8
Química Industrial	66,1	33,9	22,6	11,3
Pedagogia	66,4	33,6	14,5	19,1
Eng. de Minas	67,0	33,0	19,4	13,6
Eng. Ambiental	68,6	31,4	17,9	13,5
Nutrição	71,4	28,6	22,7	5,9
Medicina Veterinária	77,7	22,3	19,5	2,8
Ciências Econômicas	79,5	20,5	11,5	9,0
Comunicação	81,0	19,0	14,8	4,2

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 34c – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Médio* prestígio

Carreiras	<i>Clara</i>	<i>Escura</i>	Mulata	Preta
Secretariado	74,2	25,8	16,0	9,8
Farmácia	74,0	26,0	17,9	8,1
Agronomia	65,6	34,4	25,2	9,2
Química (licenciatura e bacharelado)	56,3	43,7	28,2	15,5
Educação Física	67,1	32,9	22,6	10,3
Desenho Industrial	81,9	18,1	13,9	4,2
Ciências Sociais	64,2	35,8	22,2	13,6
Artes Plásticas	80,8	19,2	13,8	5,4
Letras Vernáculas	57,4	35,6	21,9	13,7
Letras com Língua Estrangeira.	57,2	42,8	16,3	26,5
Língua Estrangeira	73,0	27,0	12,4	14,6
Matemática	56,7	43,3	25,8	17,5

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 34d – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Médio-Baixo* prestígio

Carreiras	<i>Clara</i>	<i>Escura</i>	Mulata	Preta
Filosofia	71,4	28,6	18,5	10,1
Ciências Biológicas	77,2	22,8	16,0	6,8
Música	64,2	35,8	22,9	12,9
Geologia	70,7	29,3	14,1	15,2
Física	57,5	42,5	26,3	16,2
Geofísica	66,1	33,9	25,0	8,9
Composição e Regência	79,1	20,9	15,3	5,6
Estatística	46,8	53,2	36,7	16,5
Artes Cênicas (Direção)	73,6	26,4	26,4	-
Interpretação	60,4	29,6	25,9	3,7
Artes Cênicas (Licenciatura)	65,7	34,3	22,9	11,4
Dança	78,2	21,8	14,3	7,5
História	63,1	36,9	22,9	14,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 34e – Distribuição percentual dos estudantes mulatos e pretos nas carreiras de *Baixo* prestígio

Carreiras	<i>Clara</i>	<i>Escura</i>	Mulata	Preta
Desenho e Plástica	57,4	42,6	28,4	14,2
Instrumento	57,7	42,3	23,1	19,2
Biblioteconomia	52,9	47,1	25,2	21,9
Canto	83,4	16,6	8,3	8,3
Licenciatura em Ciências do 1º. Grau	41,3	38,7	20,6	18,1
Geografia	61,0	39,0	26,5	12,5
Museologia	71,0	29,0	16,0	13,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Capítulo III

Acesso, gênero e raça na UFBA

A emergência de uma reflexão sobre a condição da mulher na sociedade e o movimento organizado contra a discriminação a que ela está submetida datam do século dezenove. Embora a luta das mulheres contra a opressão tenha sempre estado presente na sociedade, o feminismo, enquanto um movimento social organizado, está ligado à história ocidental recente, e toma forma com o movimento sufragista, movimento de luta das mulheres pelo direito ao voto. Embora fosse esse o objetivo mais visível da luta feminista, naquele momento, a ele foram incorporadas outras reivindicações femininas, ligadas sobretudo à organização da família, à oportunidade de estudo e de acesso a certas profissões (Louro,1997; Costa,1997).

Contudo, os estudos conhecidos como *estudos da mulher* ou, mais recentemente, *estudos de gênero*, somente vão se constituir num campo de interesse acadêmico

a partir dos anos 60 do século passado. Esses estudos têm tratado de compreender criticamente a construção diferenciada dos lugares de homens e mulheres ao longo da história, apontando para a superação das desigualdades entre os gêneros. Como assinala Madeira (1997),

os estudos da mulher, e, mais recentemente, os estudos de relações de gênero sempre tiveram por finalidade conhecer a situação dos indivíduos socialmente discriminados, visando propor e sugerir formas de superação desta condição (p.79).

O momento de emergência dessa nova reflexão sobre a condição da mulher, é marcado pelo inconformismo e pela contestação em muitos campos da vida social, época de desencantamento *em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento* que se desdobra em movimentos específicos e também em eventuais solidariedades (Louro, 1997:16). É neste contexto que surge o campo de estudos conhecido como “estudos da mulher”, produto da militância feminista no mundo acadêmico.

Os estudos feministas vão buscar conferir visibilidade ao mundo feminino, a atores que por longo tempo tinham sido ocultados; visavam tornar sujeitos visíveis

aquelas que foram historicamente mantidas numa condição segregada, social e politicamente, isto é, tidas até aí como não-sujeitos²².

Nessa linha de análises, Souza Lobo (1991) denuncia as *narrativas totalizadoras*, responsáveis pela condição de invisibilidade das mulheres, evidenciando que elas estiveram submersas pelos discursos homogeneizantes e pela unidimensionalidade das categorias e métodos freqüentemente usados nas Ciências Sociais.

Na fase inicial dos estudos sobre a mulher, o trabalho, isto é, a incorporação ao mercado de trabalho, foi o aspecto que mais atraiu a atenção dos estudiosos para explicar ou a sua subordinação ou para valorizar esse espaço como campo de luta. Os anos 70 são apontados como o momento a partir do qual se difundiram, de modo mais amplo, os estudos responsáveis por uma maior visibilidade do trabalho da mulher na esfera da produção (Castro, 1987). Debate-se sobre os aspectos que assumem maior relevância para explicar a relação da mulher com o mundo da produção, como o trabalho doméstico, por exemplo, e sobre as conseqüências do processo de industrialização sobre a participação da mulher na força de trabalho.

²² Louro (op. cit.) Chama atenção para que "...essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizam a esfera do privado, o mundo doméstico, como o 'verdadeiro' universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompido por algumas mulheres" como "as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas... e outras mulheres passaram a ocupar também os escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens..." (p.17).

Entre os estudiosos brasileiros, pertence a Saffioti (1969) o pioneirismo na discussão sobre a incorporação da mulher ao mercado de trabalho. Sua análise procurou demonstrar que o modo de inserção da mulher na sociedade capitalista, colocando em primeiro lugar o seu papel na reprodução, atuaria como um critério de seleção, determinando seu alijamento do mercado de trabalho, ou sua incorporação numa condição periférica. Os estudos mais recentes não confirmaram o prognóstico de uma exclusão da mulher do mercado de trabalho com o avanço do capitalismo; ao contrário, mostram o expressivo aumento da participação da mulher na força de trabalho no Brasil, em todos os setores de produção, particularmente a partir dos anos 70. Esses estudos mostraram que o desenvolvimento capitalista, a urbanização, a industrialização criaram novas possibilidades de incorporação do sexo feminino ao trabalho. Embora a pobreza seja uma das causas apontadas para o ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro em tempos mais recentes, a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade, a aspiração por um consumo mais diversificado também justificam o aumento da participação feminina na força de trabalho (Bruschini, 1993).

Apesar de hoje as análises assumirem uma posição otimista com relação à presença da mulher no mercado de trabalho, a partir do avanço do processo de industrialização, os estudos evidenciam que sua inserção na atividade produtiva segue se dando numa condição subordinada, não apenas em termos salariais, como também do ponto de vista das posições ocupadas. As mulheres ganham

menos que os homens que estão na mesma atividade e têm mais dificuldades de acesso aos cargos de chefia. O não reconhecimento das competências da mão-de-obra feminina, a alocação das mulheres nas ocupações menos prestigiadas do mercado de trabalho, entre outras condições desvantajosas, concorrem para criar um cenário bastante adverso para a mulher (Lima, s/d; Lovell 1992).

Como assinala Brisolla (1982), não é possível deixar de perceber, no entanto, que essa incorporação ao mercado de trabalho tem trazido contribuições no sentido de combater a imagem estereotipada da mulher e modificar as práticas sociais, em relação à divisão sexual do trabalho doméstico e à divisão dos papéis no casal, conduzindo a uma recusa da divisão dos papéis sociais e políticos, baseada na diferenças sexuais. Embora reconhecendo que não se pode *cair num reducionismo de causa* que explicaria a elevação de uma *consciência de mulher* pela sua maior participação no mercado de trabalho, Kartchevsky (1986) compreende que *o trabalho passa a ser um lugar de tomada de consciência mais ampla de uma opressão que não depende apenas de sua 'vida privada'*, (p.15).

Nesse contexto, uma corrente de estudos vai criticar os limites das abordagens analíticas centradas exclusivamente no trabalho feminino, por entender que, ao considerar apenas o trabalho assalariado como a expressão da presença da mulher na esfera *pública*, essas abordagens deixariam de fora um setor importante da vida não apenas das mulheres mas também de homens, que é a esfera do mundo *privado*, negligenciando os vínculos entre essas duas instâncias

(Rosemberg, *et. al.*1990). No sentido de mostrar a articulação entre a esfera do mundo privado com a mundo do trabalho, Kergoat (1990) observa que

pensar a qualificação como fenômeno sexual conduz a quebrar as classificações teóricas vida pública/vida privada, trabalho/fora do trabalho, trabalho assalariado/trabalho doméstico, na medida em que é impossível pensar a qualificação das mulheres operárias (e sua relação com estas qualificações) sem fazer intervir o trabalho doméstico (p.1).

Nesse contexto, emerge um novo recorte teórico procurando dar conta da temática. O olhar que parecia eleger exclusivamente o lugar social das mulheres desloca seu foco para as relações entre mulheres e homens como parte da trama de relações que se dá no contexto social mais amplo. Assim, tem-se buscado compreender a problemática da mulher através de um enfoque relacional; a partir das suas relações com os homens. Rosemberg *et. al.* (1990) observam: *as experiências vividas pelas mulheres ... também compõem uma parte da vida pública ...; e os homens também têm vida privada (p.5).*

É no âmbito destas reflexões que emerge o conceito de “gênero”, buscando evitar o determinismo biológico associado ao uso de termos como *sexo* ou *diferença sexual* e conferindo um caráter relacional à problemática da mulher. O gênero seria, portanto, uma construção social erigida a partir do sexo enquanto característica biológica. Assim, são as *relações de gênero* que interessam a essas novas análises. Para Sorj (1992), *diferentemente do sexo, o gênero é um produto*

social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações (p.15). Stolcke (1991) assinala a importância para os estudos feministas da noção de gênero por considerar que

O conceito analítico de “gênero” se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que “a biologia é destino”. Ele transcende o reducionismo biológico, interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre desigualdades sexuais (p.103).

Os estudos feministas vão, deste modo, buscar contrapor-se ao discurso essencialista, que atribui às distinções biológicas entre os sexos as desigualdades, no plano social, entre homens e mulheres. Esses estudos rejeitam o determinismo biológico, buscando demonstrar que as distinções sociais são construções históricas e não naturais, que as representações sobre homens e mulheres são construídas historicamente a partir do que a sociedade define como sendo *o masculino* ou *o feminino*. Deste modo,

é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino, em uma dada sociedade ou em um dado momento histórico (Louro, 1997:21).

Gênero e Raça

O questionamento das posições essencialistas, das visões dicotômicas, a ênfase no caráter construído das representações sobre a diferença, tão próprios do pensamento contemporâneo, possibilitam uma ampliação do campo de visão para perceber que os projetos e representações sobre homens e mulheres são, não apenas construídos, relacionais, mas também plurais, diversos; que as representações sobre os gêneros e os projetos que daí derivam vão diferir não apenas de sociedade para sociedade e conforme o momento histórico, mas também de acordo com o pertencimento étnico, religioso, racial, de classe dos indivíduos e grupos, constituindo identidades diversas. Rosenberg *et. al.* (1990) chamam atenção para que *a heterogeneidade da experiência feminina ... atravessa todas as categorias através das quais se examina a sociedade e sua história, como a temporalidade, a regionalidade, faixa etária, etnia, estrato socioeconômico etc (24).*

No campo dos estudos feministas uma corrente chama atenção para a diversidade de situações entre as mulheres, apontando também para a existência de uma hierarquia racial na sociedade brasileira. A interação de certas dimensões da vida social, como gênero, classe e raça produzem situações específicas, isto é, faz com que a situação de dominação e subordinação que afeta as mulheres se manifeste de maneiras e intensidades distintas (Castro,1991, Stolcke, 1991,

Sardenberg e Costa 1994). Stolcke (1991) procura assinalar a questão da desigualdade entre as mulheres, observando que apesar da importância da noção de “gênero” como conceito analítico, ele somente implicará numa “*nova e subversiva forma de política de gênero*” (p. 103) não apenas ao desafiar o poder masculino, mas ao atacar todas as formas de desigualdade. Também Louro (1997) busca enfatizar que os sujeitos que constituem as relações de gênero não são apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etnias, cujas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos. Na mesma direção destas reflexões, Castro (1992) observa que na sociedade brasileira, em particular, é possível distinguir sistemas de privilégios com hierarquias próprias, baseados na raça, no gênero, na dimensão generacional, argumentando que esses sistemas de privilégios se entrelaçam produzindo situações específicas, distanciadas dos modelos puros. Por essa razão, considera que, apenas

uma perspectiva de gênero, será pobre para a compreensão das situações de diferentes raças e em distintos ciclos de geração e posição de classe...a vivência de relações sociais racistas com marcas de gênero e código de geração por sexo, leva tanto à fragmentação da identidade por referências exclusivas, unidirecionais, quanto a combinações entre identidades, resultando em significados próprios de construtos básicos de cada sistema de discriminação (p.60-61).

Do seu ponto de vista, somente o conceito de “alquimia de categorias sociais” é capaz de dar conta da situação da mulher negra. Somente a análise que

contemple também a sua condição racial poderia explicar não apenas a sua história na sociedade brasileira como a sua situação hoje marcada pela inserção no mercado de trabalho em condições de maior subordinação, recebendo rendimentos menores e o baixo retorno ao investimento que realiza em educação. Além destes aspectos, a raça particulariza, ainda, a sua inserção no mercado de trabalho contemporâneo ao acionar os estereótipos seculares que atuam na sociedade brasileira, excluindo-a de diversos espaços ocupacionais com base na sua aparência física, através do eufemismo “boa aparência”. Embora atualmente se possa perceber a sua presença em certas atividades como o turismo, o trabalho como modelo, ou num comércio mais sofisticado, nesses espaços a imagem do negro está freqüentemente associada ao extravagante, ao exótico (Queiroz, 1997). E, mesmo aí, a presença da mulher negra é cercada de grande seletividade, por estar balizada por critérios de beleza determinados pela estética branca. Essa é, portanto, uma inclusão que desqualifica, porque apaga as características daquela que “inclui” para refazê-las a seu modo, isto é, conforme o padrão branco de beleza.

Analisando a situação do mercado de trabalho das áreas metropolitanas brasileiras, Telles (1990) ressalta a importância de certos atributos como o gênero e a raça para a inserção no setor formal ou informal nesse mercado. Usando dados do censo de 1980, verifica que o gênero tem um grande peso na explicação da variação de participação num ou noutro setor, enquanto que o efeito da raça seria mais brando, embora “significativamente negativo”, para a inserção do trabalhador no setor formal. Observa, contudo, que quando as dimensões gênero

e raça se associam, há um significativo reforço na situação de desigualdade, determinando uma tendência a que as mulheres negras tenham freqüentemente como destino o setor informal. A conclusão do autor é que a variável raça se exerce mais negativamente para as mulheres do que para os homens, no que se refere à probabilidade de obter um emprego no setor formal.

Comparando os censos de 1960 e 1980, Lovell (1992) constata que, apesar da melhoria na situação educacional do grupo negro em geral, e da mulher negra em particular, o desnível salarial em relação ao segmento branco se mantém inalterado.

Os estudos sobre o mercado de trabalho da RMS indicam que o impulso que recebeu a economia baiana, com a implantação da indústria de refino de petróleo nos anos 50, e, posteriormente, com a instalação do CIA²³ e do Pólo Petroquímico de Camaçari, provocou grandes modificações de estrutura ocupacional no estado. Nesse contexto, ocorreu um aumento da participação das mulheres de todos os segmentos raciais na força de trabalho no período, mesmo que menor do que o verificado para os homens. Para a mulher negra, no entanto, a diversificação da estrutura produtiva resultou numa redução da sua participação, pelo menos, na indústria (Bairros, 1991). Analisando a petroquímica baiana, Castro e Sá Barreto (1992) observam que a seletividade racial e de gênero que estão presentes na indústria se apresenta aí de modo mais contundente, fazendo da petroquímica um campo profissional de acesso bem mais difícil para a mulher negra.

Se o gênero e a cor aparecem como limite à colocação dos indivíduos nas posições mais valorizadas da estrutura ocupacional, na escolaridade parece residir uma das mais importantes barreiras para selecionar o acesso aos alvos buscados como ascensão social, demonstram Castro e Sá Barreto (op. cit.). A escolaridade apresenta um efeito mediador no acesso a posições de comando e chefia, sendo a vantagem dos brancos, que apresentam mais elevados níveis educacionais. As exigências do mercado parecem ser ainda maiores para as mulheres, porque são elas que apresentam médias de escolaridade mais elevadas, tanto no conjunto da população, como na PEA, na indústria etc. Na indústria, um setor onde gênero e cor se apresentam como importantes elementos selecionadores, são as negras as que detêm as mais elevadas médias de escolaridade. O estudo sobre a petroquímica (Castro e Sá Barreto op. cit.) evidenciou que aí as mulheres negras não apenas estão em número relativamente mais reduzido, como apresentam uma escolaridade mais elevada do que a média da indústria e, portanto, mais elevada do que aquela apresentada pelos homens negros e brancos. Esses dados, associados a toda a história de adversidades que caracteriza esse segmento, pode estar a indicar a dimensão do esforço exigido da mulher negra para situar-se nos espaços ocupacionais almejados socialmente.

O enfoque de gênero, articulado a outras dimensões da vida social, possibilita a superação de uma visão unilateral de subordinação e passividade das mulheres, permitindo perceber também os processos de luta e resistência feminina em vários

²³ Centro Industrial de Aratu

âmbitos. O campo educacional, mais especificamente o sistema de ensino, se apresenta como um espaço da luta feminista, porque através de representações e práticas a escola reproduz os estereótipos sobre a mulher e sobre as diferenças de gênero, contribuindo para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. Mas, como assinala Andrade (1998), na medida em que a *educação exerce papel determinante nas relações sociais, familiares, trabalhistas e entre os sexos, (acarreta) modificações nas mulheres e no seu modo de vida* (48).

Gênero e educação

No que se refere à produção brasileira sobre os estudos *de mulher e educação* ou sobre *gênero e educação*, os analistas mostram que até 1975 esse era um campo ainda bastante incipiente. Esse ano se apresenta como um marco significativo nos estudos da temática, momento em que os estes passam a ser desenvolvidos por militantes e pessoas envolvidas com a constituição da área de estudos sobre a mulher (Rosemberg *et. al.* 1990; Rosemberg,1992; Madeira, 1997). A preocupação maior do período era a sensibilização das mulheres com vistas à construção de *uma educação não sexista* (Rosemberg *et. al.*, 1990:1). Os estudos começaram a se desenvolver e conseguiram um grande impulso, mas ocorreu, logo em seguida, *uma paralisia na produção da área*, deixando o Brasil bastante distanciado das reflexões produzidas nos países mais avançados (Madeira, 1997). Essa situação é explicada por uma atitude de *passividade* e, às vezes, até mesmo

de *negação*, que tomou conta dos estudiosos quando as primeiras análises empíricas, baseadas em dados macroscópicos, começaram a mostrar um sistema educacional em que as mulheres eram tão numerosas quanto os homens, sobretudo na escola básica, e, exibiam, por vezes, um melhor aproveitamento escolar. Esses resultados teriam atuado como um *desestímulo à denúncia*, atitude que marcava a área, naquele momento (Rosemberg *et. al.* 1990:2).

O distanciamento entre as temáticas gênero e educação é ainda atribuído à ênfase quase exclusiva, em grande parte das análises, na relação entre reprodução educacional e reprodução de classe, *deixando de lado ... outra esferas da vida* (Rosemberg *et. al.* 1990; 37). Assim, negligenciou-se a importância de outros marcadores sociais, também responsáveis pela produção de desigualdades educacionais. O *fosso* entre os estudos de mulher/gênero e de educação é, ainda, atribuído a aspectos ligados às próprias contradições do sistema educacional brasileiro, ao observar que:

a tragédia do nosso fracassado sistema educacional ... tem envolvido tão profundamente os pesquisadores que a questão da discriminação sexual aparece a seus olhos como dado de importância menor (Madeira 1997: 52).

Para a autora, as conseqüências da falta de interesse pelos estudos educacionais com enfoque de gênero é que *ainda hoje dispomos de pouquíssimos dados oficiais por sexo; do seu ponto de vista, no Brasil, ... a articulação, ainda que preliminar, entre as áreas de estudo de mulher e de educação praticamente não*

aconteceu (p.75), salientando, contudo, que mesmo em outras realidades (americana e européia) em que os estudos de mulher/gênero já experimentaram maior avanço, é reduzido o número de autores que *incorporaram em suas análises as múltiplas contradições que estruturam as relações sociais de gênero e raça* (p.76-77).

As mulheres no sistema educacional brasileiro

Os estudos evidenciam que, no Brasil, as mulheres começam tardiamente a ingressar na universidade. Somente a partir do final do século XIX, as mulheres brasileiras adquirem o direito de ingressar no ensino superior. O pioneirismo do acesso feminino à universidade cabe a uma médica, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1887²⁴.

Em pesquisa realizada nos arquivos das antigas escolas superiores que vieram a constituir, mais tarde, a Universidade de São Paulo, Blay e Conceição (1991), dão conta de que a primeira mulher a diplomar-se em Direito, ali, o fez em 1902. Somente nove anos depois, em 1911, registra-se a presença de mais uma mulher. Em 1918, as primeiras mulheres diplomam-se em Medicina no estado. E a

²⁴ Em 19 de abril de 1879, D. Pedro II faz aprovar uma lei autorizando a presença feminina nos cursos superiores. A decisão do Imperador deveu-se ao episódio vivido por Augusta Generosa Estrela, que tendo se diplomado em Medicina, em New York, em 1876, com uma bolsa de estudos concedida pelo próprio Imperador, foi impedida de exercer a profissão ao retornar ao Brasil (Blay e Conceição, 1991:51).

primeira mulher a freqüentar a Escola Politécnica de São Paulo somente vai fazê-lo em 1928²⁵.

Somente a partir dos anos 40, as mulheres começam a aumentar a sua presença naquelas carreiras tidas como mais “tradicionais” (Blay e Conceição, op. cit.). Cerca de vinte anos depois, no final dos anos 60, um estudo que envolveu três universidades sediadas na cidade de São Paulo – Universidade Mackenzie, PUC e USP -, realizado por Gouveia (1968), ainda constata que *o número de moças que ingressam no curso superior é bem menor que o de rapazes – aproximadamente 1 môça para 2 rapazes ... (p.236).*

No início da década de 70, verifica-se a uma expressiva expansão do ensino superior. O aspecto mais marcante dessa expansão foi a participação feminina, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais, como demonstram diversas análises (Barroso e Mello,1975; Tosi, 1981; Rosemberg,1983, 1994 e 1997). Os estudos vêm apontando para

um amplo e constante acesso das mulheres à educação formal em todos os níveis de ensino, inclusive no superior, durante o século XX, resultando no fato de que encontramos, em inúmeros países, igualdade sexual de acesso e permanência na escola entre estudantes (p.2).

²⁵ No Brasil, em 1907, as mulheres representavam apenas 0,24% dos estudantes do Ensino Jurídico, 3,63% do Ensino Médico e Farmacêutico e 0,47% do Ensino Politécnico. C f. Barroso e Mello (1975:52).

Referindo-se à elevada presença das mulheres no ensino secundário e superior no Brasil, hoje, Rosemberg (1997) interroga sobre o significado dessa participação em termos de *igualdade de oportunidade entre os sexos* (idem.)

Em 1971, algo em torno de metade das mulheres matriculadas no ensino universitário concentrava-se nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia. No entanto, apesar da expressiva presença feminina no sistema de ensino superior, no início dos anos setenta, os estudos da época, influenciados por análises pessimistas sobre a participação da mulher do mercado de trabalho, em decorrência do avanço do desenvolvimento capitalista (Saffioti,1969), revelavam preocupação quanto ao avanço da situação das mulheres, mesmo daquelas que atingiam patamares elevados de escolarização, e ainda que em carreiras consideradas prestigiosas como a Engenharia, por exemplo (Bruschini, 1978).

As análises chamam atenção para a diferenciação por gênero no acesso ao ensino superior, com prejuízo das mulheres. Investigando o sistema de ensino francês, Bourdieu e Passeron (1973), apontam para a existência de *uma tradicional divisão de trabalho (e dos dotes) entre os sexos* (p.31) que, independentemente da categoria social a que se pertença, tende a constituir como masculinas as carreiras científicas enquanto que as mulheres se dirigem sobretudo para as carreiras voltadas para o magistério, conseqüentemente, as menos valorizadas. Estudos mais recentes (Boudelot e Establet, 1992, *apud* Madeira,1997) sobre o sistema de ensino francês confirmaram a persistência da tendência apontada por Bourdieu e Passeron mostrando que apesar do

crescimento do número de mulheres no sistema de ensino, poucas são aquelas que escolhem as carreiras científicas. Ao contrário, mesmo os piores estudantes enfrentam o desafio das ciências exatas. As conclusões do estudo de Tosi (1981) vão nesta mesma direção ao assinalar que, aparentemente, não existem impedimentos ao acesso das mulheres, pelo menos as de classe média de renda alta e média, ao terceiro grau, visto que pelo

modo de recrutamento utilizado no Brasil, baseado no exame de seleção, as mulheres têm acesso, em pé de igualdade com os homens, a quase todas as carreiras científicas e técnicas. Para a autora, a repressão parece ser praticada, ao contrário, e de modo bastante eficaz, através de seu condicionamento social, que orienta as moças para carreiras tradicionalmente “femininas” (p.170).

Haveria, para essas análises, uma tendência do grupo feminino para escolher cursos impregnados de conteúdo humanístico e que desembocam imediata ou posteriormente em profissões tradicionalmente desempenhadas por mulheres, a exemplo de magistério, artes e enfermagem. Para Rosemberg (1983), a *expansão das matrículas femininas no ensino superior está longe de suscitar em nós euforia e alarde* (p.33). Rosemberg e Amado (1992) consideram que *a expansão crescente da educação formal feminina não tem sido suficiente para fazer convergir as carreiras escolares e profissionais seguidas por homens e mulheres* (p.65). Rosemberg (1983) mostra-se preocupada com as conseqüências, no

mercado de trabalho, dessa diferenciação entre carreiras femininas e masculinas.

Para a autora,

se é verdade que ... as mulheres portadoras de diploma universitário têm mais chances de serem absorvidas pelo mercado de trabalho, é verdade também que a abertura do ensino superior às mulheres, ao invés de diversificar o leque de carreiras possíveis, manteve a dicotomização entre carreiras masculinas e femininas. E se sabe que no mercado a dicotomização masculina-feminina corresponde a carreiras consideradas mais privilegiadas (engenharia, por exemplo) e menos privilegiadas (ramos da filosofia, enfermagem e... Psicologia) [p.33-34].

Opondo os conceitos de *qualidade* e *qualificação*, para discutir os distintos critérios de valorização dos atributos da mão-de-obra de homens e mulheres, Kergoat (1990) assinala que as habilidades próprias da mão-de-obra feminina, como *habilidade, destreza, minúcia, perspicácia, fidelidade, paciência, aceitação mais fácil de trabalhos fatigantes*, etc., embora largamente valorizadas pelos empregadores, em termos do seu uso, não são valorizadas na mesma medida que as qualidades da mão-de-obra masculina, no momento do estabelecimento das grades de qualificação das categorias de operários, por serem estas habilidades julgadas inatas, *ligadas intrinsecamente à 'natureza feminina'* (p.1). Para a autora, como este *savoir faire* é atribuído à *'natureza feminina'*, seu caráter social é negado e esse saber é banalizado, inclusive pelas próprias mulheres.

Contudo, as explicações sobre as razões que levam as mulheres a escolher maciçamente as carreiras ditas “femininas”, longe de constituírem um consenso, são objeto de contradição entre os autores. Madeira (1997) chama atenção para esse debate ao contrapor posições como a de Boudelot e Establet, (1992) à de Rosemberg *et. al.* (1990). Para a autora, os analistas franceses estariam expressando *uma visão reproducionista e não conflituosa das relações sociais* (p.69), quando explicam as escolhas das mulheres por fatores como a socialização feminina, dirigida para a reprodução de padrões femininos de conduta, ou pelas próprias características do sistema de ensino, que, no período inicial da escolarização, tem como profissionais, sobretudo, mulheres.

Desse ponto de vista, as mulheres teriam tendência a veicular, através das rotinas escolares, valores sociais considerados femininos, tais como limpeza, bom comportamento e organização. O ambiente constituído a partir destes valores gratificaria as mulheres e as conduziria a identificar-se com funções assemelhadas aos papéis de “mãe” e “dona-de-casa”. A subjetividade constituída a partir desses padrões iria, no entanto, prejudicá-las, mais tarde, na vida adulta, quando necessitassem enfrentar um ambiente competitivo, isto é, distinto daquele para o qual foram formadas.

Assim como esses autores, também Mello (*apud* Rosemberg 1990) considera que profissionais da educação poderiam estar atuando para *reforçar orientações de escolhas sexualmente enviezadas de acordo com estereótipos tradicionais* (p.45) Tudo isso levaria as mulheres a dirigir-se a carreiras “femininas”. A essa visão,

Madeira (op. cit.) contrapõe os argumentos de Rosemberg *et al.* (1992) de que as escolhas femininas exprimiriam uma *racionalidade lógica*; refletiriam *sabedoria de conciliação ou senso de realidade*; uma *estratégia de sobrevivência*, como *resultante de uma negociação dessas mulheres frente às contradições que enfrentam na vida cotidiana*. Nessa interpretação percebe-se a preocupação em construir uma explicação para a conduta feminina que confira um papel ativo às mulheres, evitando aquilo que é denunciado por Rosemberg *et al.* (1990), como um *tom lamurioso*, a respeito da *guetização sexual das carreiras* (p.44) e uma perspectiva que consideraria as mulheres como vítimas.

As análises mais contemporâneas sobre a participação por gênero no sistema de ensino têm confirmado a presença expressiva da mulher nos níveis básicos da escolarização, superando, inclusive, a participação masculina, e mostrando a elevação da sua participação no ensino superior. Santana (1997), comparando informações da PNAD para 1981 e 1995, para a RMS²⁶, aponta para a redução do volume da população analfabeta, sobretudo no contingente feminino e nas faixas de idade mais jovens. Verifica também a diminuição da proporção de mulheres sem instrução ou com menos de um ano de estudo e a elevação do percentual de mulheres portadoras de um maior número de anos de estudo, entre cinco e onze anos. Mostra ainda que embora em menor proporção, cresce o percentual de mulheres no ensino superior, chegando a representar 52,6% das pessoas portadoras de diplomas de nível superior na Região.

O Censo de 1991, por sua vez, revela a maior participação das mulheres (50,7%) entre os portadores de diploma universitário no Estado da Bahia. Investigando a participação por gênero na Universidade Federal da Bahia no período 1974/1994, Passos (1997a 1997b e 1999), também aponta para a sensível elevação do ingresso feminino, em diversas carreiras do ensino superior, mesmo naquelas consideradas tradicionalmente masculinas.

O aumento do contingente de mulheres portadoras de instrução superior é também destacado por Lima (1996). Examinando a situação dos grupos de sexo e cor no mercado de trabalho brasileiro entre 1976 e 1990, a autora constata que o grupo de profissionais liberais experimentou um crescimento expressivo no período investigado. De 309.508 pessoas ocupadas em 1976, o contingente eleva-se para 632.326 em 1990. Esse aumento foi mais expressivo para as mulheres. Em 1976 concentravam-se nesse contingente 0,9% dos homens e apenas 0,4% das mulheres; em 1990, a proporção de homens eleva-se para 1,2%, enquanto que as mulheres vão para 0,8%. Embora os homens sigam tendo maior representatividade neste grupo de ocupações, o crescimento foi mais expressivo para o contingente feminino. Esse crescimento é efetivamente significativo em termos do avanço na situação da mulher, contudo, outras desigualdades se mantêm distanciando os lugares de homens e mulheres na sociedade. Como evidencia a autora, *atualmente as diferenças de gênero são maiores em termos de rendimento que favorece significativamente o grupo masculino* (p.14). Também Santos (1998) chama atenção para um aspecto da diferenciação na inserção de

²⁶ Região Metropolitana de Salvador

mulheres e homens no mundo do trabalho, investigando o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. O autor observou uma diminuição de postos de trabalho sem requisito de escolaridade associada a uma menor desigualdade entre os gêneros, mas observou também que isto somente ocorria quando não entravam em jogo as posições de comando.

Em que pese a preocupação em algumas análises de buscar explicações que evitem visualizar as mulheres como vítimas das armadilhas sociais, estudos como o Rosemberg e Pinto (*apud* Madeira 1997), assinalam que são frágeis os indícios de que a estratificação sexual das carreiras tenda a diminuir. Esses estudos seguem sinalizando para a manutenção da tendência de escolha, pelas mulheres, das carreiras “femininas”, fenômeno que traz como consequência o aprofundamento da estratificação por gênero e atua no sentido de reduzir o efeito democratizador do acesso das mulheres ao ensino universitário.

As informações do censo de 1991 confirmam a referida tendência, ao mostrar a distribuição de mulheres e homens nas carreiras de nível superior. Na área de Letras, a mais “feminina”, as mulheres representam 82,7% dos profissionais; em seguida está a área de Ciências Biológicas e de Saúde, em que as mulheres são 59,2% e, finalmente, a área de Ciências Humanas e Sociais, em que elas representam 55,2%. Os homens, ao contrário, são maioria nas áreas de Defesa Nacional, onde representam 96,4%, Ciências Agrônômicas (86,5%) e Ciências Exatas e Tecnológicas (75%) [Queiroz, 1999]. Contudo, autores como Lewin (*apud* Rosemberg, *et. al.* 1990) e Passos (1997) têm uma atitude otimista com relação à

presença feminina em carreiras “masculinas”, por considerarem que mesmo que em proporção reduzida, essa participação representa um avanço pela possibilidade de ampliação deste pequeno “interstício” aberto no território masculino. Em reforço à sua argumentação, Lewin (op. cit.) chama atenção para o fato de que exatamente nas carreiras “masculinas” as mulheres apresentam melhor desempenho que os homens no vestibular.

Tomando como suporte as análises acima apresentadas, minha pretensão neste capítulo é poder aportar alguma contribuição à reflexão sobre a temática, a partir do exame do acesso ao ensino superior, numa perspectiva de gênero e raça, isto é, numa perspectiva relacional, que se preocupe em compreender a situação da mulher, na sua relação com o universo masculino, tomando em consideração o pertencimento racial. Assim, a partir da análise do acesso dos estudantes à Universidade Federal da Bahia, buscarei perceber como participam homens e mulheres, dos distintos segmentos raciais, das oportunidades no ensino superior, procurando compreender de que modo variáveis como o tipo de escola e o tipo de curso freqüentado no segundo grau, a renda da família, e outros aspectos da história de vida do estudante se associados ao gênero e à cor para determinar a opção do estudante por área e carreira no ensino superior.

A presença da mulher na Universidade Federal da Bahia

A presença feminina na Universidade Federal da Bahia, está ligada à criação do curso de Filosofia, em 1942, evidencia Passos (1997). Mostra a autora que

mesmo que já se pudesse perceber, desde o início do século XX, a presença de algumas mulheres nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, aqueles então existentes, essa participação era muito pouco expressiva para caracterizar o ensino superior como um espaço de livre trânsito das mulheres. No entanto, o curso de Filosofia, embora pretendesse ser um espaço aberto à presença feminina, pouco representou para o avanço da participação social das mulheres. Pelas próprias características com que foi criado, voltado para a realização *desinteressada ...de 'altos estudos' mas que não se opunham à condição feminina'* (p.142), acionava estereótipos sobre a mulher, contribuindo para reforçar a divisão das carreiras por gênero. Estabelecia-se, assim, de modo tácito, que aos homens estariam destinadas as áreas de *'valor social' e possibilidades econômicas* e às mulheres aquelas voltadas à preparação para o *ensino secundário* e à *'cultura humanística'* (*idem*).

A partir dos anos 50 e 60, mudanças profundas ocorrem na estrutura da sociedade baiana, impulsionadas pelos avanços dos processos de industrialização e urbanização, com conseqüências sobre a modificação do perfil da força de trabalho. Ao lado destas transformações, o próprio avanço dos movimentos sociais e do movimento feminista, em particular, vão determinar, mais fortemente, a presença da mulher no mercado de trabalho e impulsionar a busca de novos espaços sociais. As mulheres, que já vinham ampliando sua participação nos níveis mais elementares do sistema educacional, desde os anos 40, passam a disputar espaços no ensino superior, aumentando, assim, sua presença na Universidade Federal da Bahia e *as possibilidades de uma educação mais*

democrática, capaz de promover relações mais igualitárias entre homens e mulheres (Passos, op. cit.:143).

O acesso da mulher à UFBA

A observação por gênero do contingente que ingressou na UFBA, no período investigado, evidencia que as mulheres estão representadas em proporção próxima à dos homens em quase todos os anos da série, conforme mostra a Tabela 35. Contudo, mesmo sendo estatisticamente pouco representativa a diferença entre os dois contingentes, e até se igualando no último ano, a vantagem dos homens na UFBA é significativa quando se constata que as mulheres são maioria no conjunto da população, são também maioria na População Economicamente Ativa e estão melhor representadas que os homens nas estatísticas sobre educação básica. O Censo de 1991 para a Bahia revelou a superioridade das mulheres na educação básica. No antigo primeiro grau, enquanto elas são 19,4% do seu contingente, eles são 18,7%. No antigo segundo grau a diferença é mais elevada; enquanto as mulheres são 22,7%, os homens são 19,1%. Quando, no entanto, se observam os dados referentes ao nível superior, os homens apresentam situação mais vantajosa. Aí, os homens são 4,0% do seu grupo, enquanto que as mulheres são 3,5%.

Tabela 35 - Estudantes por gênero, segundo o ano de ingresso

Ano	Mulher	Homem
1993	49,5	50,5
1994	47,8	52,2
1995	47,9	52,1
1997	50,0	50 0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Gênero, raça e freqüência ao segundo grau

A menor representatividade das mulheres na Universidade Federal da Bahia chama atenção, ainda, por um outro aspecto, além dos acima apontados: a sua maior presença no contingente oriundo da escola de segundo grau de caráter privado (mulheres 64,1% e homens 60,5%). Mesmo que aqui não se trabalhe com informações sobre o contingente que demanda os cursos da Universidade, é possível pensar que, também aí, as mulheres sejam maioria (Tabela 36a)²⁷.

A observação, segundo a raça, evidencia que em todos os segmentos raciais é mais numeroso o contingente de mulheres provenientes da escola privada. A posição mais privilegiada é a das mulheres brancas que freqüentaram escolas privadas numa proporção de 75,7% do seu contingente, e mais uma parcela de 7,3% esteve numa escola privada em algum momento do seu curso de segundo grau. Assim, a proporção de mulheres brancas que estiveram numa escola deste tipo (83,0%) é quase treze pontos percentuais mais elevados que no conjunto dos estudantes. No outro extremo estão os homens pretos, que representam o menor contingente oriundo da escola privada; menos de um terço deles. A situação das

mulheres pretas, embora um pouco melhor que a dos homens do seu contingente racial, não é muito diferente; somente 35,7% delas vieram de uma escola privada e um pouco mais de uma em cada dez, em algum ponto do segundo grau, esteve numa escola deste tipo. A proporção de estudantes pretas que estiveram na escola privada de segundo grau apenas por algum tempo, sem, no entanto, conseguir manter-se nela por todo o curso, é a mais elevada de todos os segmentos analisados. Tendo em conta que elas são, depois dos homens pretos, o menor contingente vindo de escolas privadas, percebe-se a dimensão do esforço das famílias para impulsioná-las através de uma educação de melhor qualidade (Tabela 36b).

Os estudos têm demonstrado que os graves problemas que envolvem o sistema público de educação no Brasil são responsáveis pelo aprofundamento das lacunas na formação dos estudantes oriundos da escola pública, dificultando seu acesso ao ensino superior. Assim, seria de se esperar que estudantes oriundos da escola privada chegassem ao exame vestibular com maior vantagem competitiva, o que deveria favorecer o maior ingresso feminino na Universidade. Consideramos, contudo, que isso não está ocorrendo porque as mesmas representações sobre as diferenças de gênero que estão operando para determinar a maior participação das mulheres na escola privada estão atuando para impedir o seu acesso em níveis mais elevados no ensino superior. Aqui se poderia raciocinar de modo análogo a Rosenberg, para tentar explicar a presença feminina mais reduzida na UFBA, apesar da sua maior representatividade no contingente oriundo da escola

²⁷ Tabelas referentes a este capítulo, página 185

privada. Em busca de explicação para o melhor rendimento escolar de adolescentes mulheres no segundo grau, a autora levanta a hipótese da existência de pressões para que as mulheres não freqüentem o curso noturno *pois, imaginária e concretamente, sua segurança física e sexual é mais ameaçada que a masculina. Desta forma, as secundanistas tendem a freqüentar, mais que os rapazes o turno diurno, que ... apresenta menores índices de perdas* (Rosemberg,1994:10).

No nosso caso, a menor presença feminina no contingente oriundo da escola pública leva a pensar na possibilidade de que também representações sobre as mulheres como pessoas mais frágeis e mais indefesas estejam atuando para determinar a presença mais forte das mulheres na escola privada. É possível pensar que, em muitas famílias, ocorrendo dificuldades que impeçam manter todos os filhos num colégio privado, e tendo que decidir sobre qual deles vai para um colégio público, onde se imagina que as condições sejam mais precárias e mais adversas, se privilegiariam as mulheres. Nesse caso, se apelaria para a suposta maior capacidade dos homens, tanto intelectual como para enfrentar dificuldades outras, como cuidar da própria segurança física, para enviá-los a um colégio público, impedindo, desse modo, que as mulheres fossem expostas a tais condições. Haveria, assim, uma tendência, por parte das famílias, a uma *escolha* do estabelecimento de ensino mais apropriado para as mulheres, com base nessas representações, *privilegiando* as mulheres a partir da sua condição de *maior fragilidade*.

Nogueira (1998), examinando os estudos sobre *escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias* dos estudantes, constata que esse é um processo *multidimensional* no qual diversos fatores, além da classe, vão interferir, não havendo como negar a interferência de dimensões outras como *a raça e o gênero* (p. 47). Com relação aos estudantes da UFBA, pode-se pensar que a escolha do estabelecimento de ensino estaria também perpassada por uma preocupação determinada pelas diferenças de gênero, por um “cuidado” requerido pelas mulheres, não sendo tão somente uma *estratégia de distinção/classificação social*. No entanto, como alertam as análises, não se pode pensar como homogênea a situação das mulheres. Pelas condições de precariedade a que está sujeito o segmento escuro, é mais difícil às famílias das mulheres mulatas e pretas adotar a mesma estratégia que as famílias do segmento branco, embora também, em alguma medida, recorra a ela.

A observação da renda das famílias talvez possa iluminar um pouco a questão da provável influência do gênero na decisão da família sobre o tipo de estabelecimento de ensino escolhido para homens e mulheres. Se pensarmos que a frequência a uma escola privada depende, sobretudo, da capacidade da família de arcar com as despesas de educação dos filhos, vamos esperar que tenham freqüentado uma escola privada aqueles estudantes cujos rendimentos da família são mais elevados. Embora essa população não apresente um padrão de renda muito elevado, considerando que somente metade das famílias dos estudantes possui uma renda superior a dez salários mínimos, pode-se buscar uma

comparação entre a renda familiar dos estudantes e o tipo de estabelecimento de ensino (Tabela 37).

Quando se observa a renda da família, segundo o gênero, mesmo que com pequena diferença, os homens estão em melhor situação que as mulheres; as médias de renda são respectivamente 7,4 salários mínimos para os homens e 7,1 para as mulheres. Assim, nas faixas de renda familiar que vão de um a dez salários mínimos, as mulheres são majoritárias. Aí estão concentradas mais da metade das mulheres e 46,4% dos homens (Tabela 38). Esse padrão de distribuição da renda segundo o gênero se confirma quando se examina o contingente oriundo da escola privada. Aí, a média de renda dos homens é mais elevada (respectivamente 8,0 e 7,7 salários mínimos) e as mulheres que freqüentaram esse tipo de escola estão mais concentradas nas famílias cuja renda vai até dez salários mínimos. Assim, em todas as faixas de renda até dez salários mínimos, o contingente feminino oriundo da escola privada está sempre melhor representado que o masculino, mas a distância entre os dois grupos vai aumentando à medida que se eleva o nível de renda. A partir da faixa de dez salários mínimos, os homens assumem a vantagem de freqüentar uma escola privada (Tabela 39a). Essa evidência sinaliza para um esforço das famílias de menor renda para manter suas filhas distanciadas da escola pública. Mesmo assim, os homens seguem sendo a maioria dos que ingressam na Universidade.

A constatação acima acerca das mulheres escuras, sobretudo as pretas, se reforça com a observação da renda segundo a condição racial. Entre as mulheres

pretas está o contingente mais expressivo de estudantes com renda familiar até seis salários mínimos, que freqüentaram uma escola privada durante o segundo grau. Nessa faixa de renda, enquanto entre os homens brancos a proporção dos que vieram de uma escola desse tipo é de cerca de 1,1 em dez, entre as mulheres brancas são cerca de 1,7, e entre as mulheres pretas a proporção é de mais de três em dez. As mulheres pretas têm, ainda, participação mais expressiva do que qualquer outro segmento, na faixa de seis a dez salários mínimos. A partir deste patamar, como não era difícil supor, o grupo de estudantes oriundos da escola privada vai tornando-se mais masculino e mais *claro* à medida da elevação da renda. Assim, daqueles estudantes cujas famílias têm renda superior a quarenta salários mínimos, entre os homens brancos são mais de quatorze em cem; as mulheres brancas não estão muito distantes disso, com cerca de doze em cem e as mulheres pretas são o contingente com menor concentração, não chegando a duas em cem. Nesta faixa de renda familiar, em todos os segmentos raciais, os homens são o contingente mais representativo de estudantes que freqüentaram uma escola privada (Tabela 39b).

É razoável pensar que apesar da preocupação das famílias com a *preparação* das mulheres, isso não esteja se revertendo em vantagem para elas, porque as imagens e as expectativas sobre os gêneros operem no sentido de provocar o ingresso diferenciado para homens e mulheres. É possível pensar que a situação de competição que envolve o exame vestibular talvez produza maior insegurança nas estudantes, prejudicando o seu desempenho, o que ocorreria em menor

escala com os estudantes, mais treinados, pela sua condição de gênero, para esse tipo de embate.

Como assinala Louro (1997), através de muitas instituições, e práticas, as concepções de gênero são aprendidas e interiorizadas, tornando-se quase *naturais (ainda que sejam fatos culturais) ... um longo aprendizado vai, afinal, 'colocar cada qual em seu lugar'* (p.64). E o lugar da competição termina por revelar-se um lugar masculino. Barroso e Mello (1975) referem-se a estudos que mostram que frente a situações de competição as mulheres tenderiam a assumir uma atitude de *evitar o sucesso*. Estes estudos sugerem que a *socialização do papel feminino* afetaria as *aspirações, expectativas e motivações da mulher em situação de vida adulta*. As mulheres seriam ensinadas *a obedecer e a não disputar com o homem, a assumir um papel secundário para ser amada* (p.74-75).

Curso de segundo grau

Tanto entre as mulheres quanto entre os homens, a maioria freqüentou um curso de caráter preparatório, acadêmico, durante o segundo grau. Embora com pequena diferença, mais mulheres que homens freqüentaram cursos profissionalizantes durante o segundo grau; respectivamente 32,9% e 30,5%. Aqui caberia interrogar as razões da maior proporção de mulheres no contingente oriundas de cursos profissionalizantes. É possível analisar essa questão de duas perspectivas. Da primeira, no sentido de que as mulheres buscam cursos

profissionalizantes porque no seu horizonte estaria sempre a possibilidade de, em algum momento, ter que assumir as atividades da administração da casa, do cuidado com os filhos, o que reduziria sua aspiração a uma carreira profissional de mais longa preparação. De uma outra perspectiva, as mulheres, sobretudo as mulheres dos segmentos mais empobrecidos, poderiam estar buscando cursos profissionalizantes guiadas por um *senso de realidade*, que as orientaria para uma preparação profissional de mais curto prazo (Tabela 40a).

Em todos os segmentos raciais, entre os homens é sempre mais elevada a proporção de estudantes que freqüentaram um curso preparatório, o que pode estar indicando que projetos profissionais mais ambiciosos, que requeiram uma formação mais elaborada ou mais longa, são, ainda hoje, mais comuns entre homens que entre mulheres, apesar dos avanços na situação feminina. A vantagem de freqüentar um curso cujo destino seria o ingresso na universidade pertence aos homens brancos, com quase quatro quintos deles vindo de um curso de caráter propedêutico. O contingente mais reduzido está, no entanto, entre os pretos, tanto entre os homens quanto entre as mulheres; apenas dois quintos desses contingentes freqüentaram um curso desta natureza, o que indica que o ensino superior não era o objetivo primeiro de formação dos estudantes do segmento preto, mas que o mercado de trabalho estava melhor delineado no seu horizonte.

Como era de se esperar, entre os homens foi maior o segmento que freqüentou um curso de caráter técnico; esse segmento é 8,7 pontos percentuais mais

elevado que o encontrado entre as mulheres. Embora reduzido (12,9%), o contingente egresso de um curso de Magistério é predominantemente feminino; aproximadamente nove, em cada dez estudantes que freqüentaram esse tipo de curso (Tabela 40b). Contudo, esse tradicional espaço “feminino” revela-se mais “procurado” pelas mulheres pretas e mulatas, que pelas brancas e morenas. Isso mostra que possivelmente as primeiras são mais levadas, pelas suas condições de vida, a buscar uma formação que, mesmo não sendo prestigiada nem lucrativa, seja mais rápida e ao mesmo tempo permita a conclusão de um grau de escolaridade com caráter de terminalidade, e que também possa assegurar, mais cedo, uma ocupação. É possível pensar que, ainda hoje, para as famílias mais pobres, é importante que suas filhas concluam um curso de magistério, tenham uma “formatura”, mesmo que no mercado de trabalho elas se dirijam para ocupações as mais diversas e distanciadas do exercício do magistério. Para os homens pretos e mulatos, o curso técnico parece cumprir este mesmo papel. Assim, enquanto entre os pretos para cada dez estudantes, mais de cinco vieram de um curso técnico, entre os mulatos são quase quatro, entre os morenos não chegam a três e entre os brancos menos de dois em dez freqüentaram um curso com essa característica, no segundo grau. No entanto, a superioridade do contingente de mulheres oriundas de curso Técnico, em relação ao que veio do curso de Magistério, sinaliza para um redirecionamento das mulheres com relação à carreira profissional, deslocando essas aspirações das profissões tidas como tipicamente femininas. Pelo menos no que se refere a esse nível do sistema de ensino (Tabela 40c).

É bastante reduzida, entre os estudantes da UFBA, a presença daqueles que freqüentaram um curso supletivo. A proporção de estudantes vindos desse tipo de curso é mais elevada entre os homens; cerca de dois terços. Esse é um curso realizado, predominantemente, em estabelecimento de ensino público e, embora os dados não permitam afirmar sobre o turno de funcionamento, supõe-se que, sendo um curso de aceleração de estudos, procurado, de modo geral, por estudantes que não puderam cumprir a escolarização no período regular, o funcionamento desse tipo de curso se dá, freqüentemente, no período noturno. A presença mais reduzida de mulheres, por um lado, confirma as análises que mostram que as mulheres, mesmo no sistema público de ensino, estudam em condições menos precárias que os homens e, por isso, sofrem menores perdas, durante a escolarização básica. Vem, também, reforçar o argumento da possível tendência de um esforço das famílias para poupar as mulheres de situações, que *imaginária ou concretamente*, possam vir a representar uma ameaça a sua segurança física ou emocional, como freqüentar escola pública ou de funcionamento noturno (Tabela 40d).

Gênero e vestibulares realizados

Apesar de se constituírem, como se viu anteriormente, na maior parcela do contingente oriundo da escola privada, o que poderia lhes conferir vantagem na disputa pelo acesso à Universidade, as mulheres estão, mais que os homens, sujeitas ao maior número de insucessos. Assim, elas estão menos representadas

no contingente de estudantes que contam com apenas uma experiência em concurso vestibular. É também reveladora da situação das mulheres quando se observam aqueles segmentos que contabilizam mais de uma experiência em concurso vestibular. Entre as mulheres é mais representativo do que entre os homens o contingente que conta com até duas experiências em concurso vestibular. Eles se igualam quando se trata de prestar vestibular pela terceira vez. Contudo, quando o número de experiências excede a três, diminui o contingente feminino e eleva-se a participação entre os homens. O que pode significar que as mulheres são levadas a desistir mais cedo que os homens, nas suas tentativas de ingressar na UFBA (Tabela 41a). A observação desta variável considerando o gênero e a cor, mostra que a proporção mais elevada de estudantes que ingressaram na universidade na primeira vez que prestaram vestibular, está entre os homens brancos. Ao contrário, o grupo em pior situação é o das mulheres pretas; apenas 26,8% delas conseguem ingressar na universidade na primeira tentativa; numa distância, portanto, de 13,3 pontos percentuais dos homens brancos (Tabela 41b)

Participação nas áreas e carreiras, por gênero e cor

A distribuição de homens e mulheres, pelas diversas áreas de formação da UFBA, indica a atuação de mecanismos que determinam a maior ou menor presença de um segmento ou de outro, a depender da natureza da área, mostrando espaços delimitados por gênero (tabela 42a, a seguir). Assim, na Área I – Matemática,

Ciências Físicas e Tecnologia, os homens têm presença mais expressiva; aí está localizado mais de um terço (37,2%) do contingente masculino. Nessa área, as mulheres são pouco mais de um décimo (14,5%). Essa distribuição não surpreende, por ser a área I considerada território tradicionalmente masculino e onde estão localizadas as carreiras técnicas, mais valorizadas socialmente, consideradas de ponta do mercado de trabalho, por estarem, de modo geral, no setor econômico mais dinâmico. A observação segundo o pertencimento racial confirma o que se viu para o grupo como um todo. Em todos os segmentos raciais, são os homens os que estão em melhor posição nesta área.

Como seria de se supor, as mulheres têm sua maior concentração (38,9%) na Área III – Filosofia e Ciências Humanas, onde estão localizadas muitas das carreiras consideradas *tipicamente femininas*, como Pedagogia, Psicologia, Secretariado, e muitas das carreiras voltadas para o magistério, espaços cativos das mulheres, embora alguns estudos apontem para uma tendência ao aumento da inserção das mulheres também em outros espaços profissionais. Nesta área as pretas têm sua melhor participação, seguidas das brancas. Sua participação está cerca de sete pontos percentuais acima do comparecimento do grupo feminino.

As mulheres estão ainda muito bem representadas na Área II – Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, onde também se localiza um significativo número de carreiras consideradas tradicionalmente femininas, como Enfermagem e Nutrição, duas carreiras voltadas para a formação de professores – Ciências Biológicas e Licenciatura em Ciências do 1º Grau -, e Odontologia que conta,

freqüentemente, com expressiva presença feminina. Entre os homens, somente 19,0%, estão nesta área. As mulheres pretas têm aí também uma participação expressiva, embora em proporções menos elevadas que as mulheres dos demais segmentos raciais.

Nas áreas IV e V, Letras e Artes, encontra-se, aproximadamente, uma em cada dez mulheres que freqüentam a UFBA. Aí a presença masculina é também inferior à feminina. Nestas áreas estão cursos de alta concentração feminina, como Dança e Canto, nos quais a presença feminina ultrapassa os 80%. Na área de Artes, as mulheres de quase todos os segmentos raciais estão representadas em proporções similares. As pretas, no entanto, têm uma participação relativa de pouco mais que a metade do comparecimento das demais; sua participação está mais próxima da masculina. Na área de Letras, constituída de carreiras voltadas ao magistério, portanto de baixa valorização, as mulheres pretas têm participação mais expressiva que os demais segmentos.

A distribuição por gênero nas áreas de concentração do ensino superior, confirma o que já havia sido apontado por outras pesquisas sobre a participação do contingente feminino nas áreas de caráter humanístico, sinalizando para o desdobramento deste padrão de inserção nas carreiras, na incorporação diferenciada por gênero no mercado de trabalho, onde os homens vão estar, de modo geral, melhor representados nas ocupações técnicas, mais valorizadas socialmente; *mais direcionadas às carreiras ditas “tipicamente femininas”, as mulheres tendem a se dirigir para ocupações de menor status e,*

conseqüentemente menores rendimentos (Lima,1990:16). Em se tratando das mulheres mulatas e pretas, mas sobretudo das pretas, essas observações são ainda mais pertinentes. Justamente na área que concentra uma proporção maior de carreiras de baixa valorização, está a mais elevada participação das mulheres pretas.

Tabela 42a - Estudantes por gênero, segundo as área de concentração

Área	Mulher	Homem
I – Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia	14,5	37,2
II – Ciências Biológicas e profissões de Saúde	30,4	21,5
III – Filosofia e Ciências Humanas	38,9	32,7
IV – Letras	6,3	2,2
V – Artes	9,9	6,4
Total	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

O exame das razões apresentadas pelos estudantes para suas escolhas, sinaliza, como aponta a literatura, para uma tendência a que as mulheres façam sua opção pela carreira com base nos estereótipos de gênero. Assim, é possível pensar que são justamente esses estereótipos que se revelam nas escolhas femininas sob a forma das “aptidões” e “interesses”, razões mais apontadas por todos os estudantes, sobretudo pelas mulheres brancas e morenas. Ainda que seja um grupo bastante diminuto o que apresentou a “menor concorrência” como razão da sua escolha, é curioso observar que o contingente mais elevado a fazer esta opção sejam as mulheres pretas, justamente o grupo que vem se revelando, ao longo desta análise, como o mais sujeito a desvantagens. A proporção de

mulheres pretas a apresentar a “menor concorrência” pela carreira como justificativa de sua escolha é cinco vezes maior do que no grupo de mulheres brancas, aquelas que, como se tem observado, dividem com os homens brancos as posições mais privilegiadas (Tabela 43).

A participação por carreira mostra que a presença masculina predomina em 51,9% delas, o que poderia não representar uma grande distância das mulheres, considerando que os homens são a maioria dos que ingressam na Universidade. Contudo, quando se observam as carreiras em que as mulheres estão mais presentes, repete-se o que já havíamos visto com relação às áreas de concentração, elas estão mais representadas nas carreiras de menor valorização social.

Na Área I – *Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia*, a única carreira em que as mulheres são maioria é *Arquitetura*, representando pouco mais da metade dos estudantes. O estudo de Passos (1997) sobre a presença da mulher na UFBA indica um aumento da participação feminina neste curso, ao longo do período por ela investigado (1974/1994). A esse respeito a autora levanta a hipótese de que a percepção de certas similitudes entre a *Arquitetura* e a *Decoração*, essa última uma atividade tida como *tipicamente feminina*, estar influenciando a escolha das mulheres pela carreira, ao tempo em que afasta as escolhas masculinas desta opção. Nas demais carreiras desta área, as mulheres, embora minoritárias, têm participação mais próxima dos homens em *Química* e *Estatística*, duas carreiras pouco valorizadas. A participação feminina é maior justamente em *Química*;

coincidentalmente, uma das poucas desta área, ao lado de *Matemática e Física*, que prepara para o magistério. Também aqui percebe-se que as mulheres estão situadas naquele espaço que a tradição consolidou como *espaço feminino*.

Engenharia Mecânica, Engenharia de Minas e Engenharia Elétrica são as carreiras desta área em que as mulheres estão menos representadas. Na primeira, para cada mulher que consegue ingressar, existem 42,4 homens; na segunda, a relação é de 33,4 homens para cada mulher; e, na terceira, a proporção é de 10,9 para uma. Essa distribuição não chega a surpreender, considerando que as *engenharias* são, tradicionalmente, territórios cativos dos homens, mas indica que as mulheres necessitam percorrer ainda uma longa distância para ocupar posições de maior valorização e, conseqüentemente, de possibilidades de maiores rendimentos no mercado de trabalho, cujo acesso é chancelado justamente por carreiras que seguem sendo, ainda hoje, o quase exclusivo domínio dos homens.

Embora Passos (*op. cit.*) mostre-se otimista com relação ao avanço da participação da mulher no ensino superior, é o estudo da própria autora que evidencia a impermeabilidade de certas carreiras à presença feminina, mostrando, ao lado de outros autores já referidos, que *existem, no imaginário coletivo, e das próprias mulheres, estereótipos que as fazem distanciar-se de algumas ocupações, tradicionalmente tidas como não apropriadas ao seu sexo* (p.143). A autora constata, por exemplo, que no curso de *Engenharia Mecânica*, em 1974, num conjunto de 225 estudantes havia duas mulheres; em 1984 os estudantes

eram 261 e somente três eram do sexo feminino; em 1994 as mulheres eram cinco num universo de 258 estudantes. Esses *estereótipos* parecem se constituir em barreiras suficientemente poderosas não apenas para afastar as mulheres das carreiras ditas *masculinas*, mas para determinar um desempenho inferior das mulheres na competição pelo acesso ao curso (Tabela 44a). Se esta é uma área pouco permeável à presença feminina, para as mulheres pretas ela é ainda mais fechada. Em duas carreiras da área elas estão ausentes - Geofísica e Engenharia Mecânica. Na segunda também não há mulheres mulatas. Suas maiores participações são, em geral, em carreiras voltadas para o magistério, como Química, Matemática e Física. Em Estatística e Geologia, carreiras de baixa valorização, as pretas têm participação mais destacada que as mulheres dos outros segmentos; na primeira, também as mulatas têm participação destacada (Tabela 44b).

Na área II - Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, excetuando-se *Medicina* e *Agronomia*, as mulheres são majoritárias em todas as demais carreiras da área. *Medicina*, na qual as mulheres são apenas um terço do contingente, é considerada a carreira de mais elevado prestígio social, não apenas desta área, como de todo o elenco de carreiras da UFBA (Tabela 45a). Segundo o estudo de Passos (op. cit.), as mulheres já tiveram uma participação mais expressiva no curso de *Medicina*, durante a década de 80, quando chegaram, inclusive, a ultrapassar o contingente masculino. A explicação da autora para esse avanço da presença feminina está numa desvalorização sofrida pela carreira médica, em decorrência do rebaixamento dos níveis de salários e da precarização das

condições de trabalho que passou a sofrer a profissão, nas últimas décadas, provocando o afastamento dos homens, em busca de profissões mais atrativas. O vácuo deixado pela saída dos homens teria sido ocupado pelas mulheres, que aumentaram, deste modo, a sua participação. Esse aumento da presença feminina na carreira médica, que ocorre nos anos 80, já era detectado por Helena Lewin, no final dos anos 70. Num trabalho de 1977 a autora examina a participação feminina nas carreiras de nível superior, e constrói uma “Tipologia das preferências educacionais”, que caracteriza as carreiras como femininas, mistas e masculinas, a partir da proporção das escolhas femininas. *Medicina é considerada naquele momento como uma carreira mista (Lewin, apud Rosemberg, 1994:48).*

A participação masculina em Medicina volta a crescer nos anos 90 e, no período 94/97, os homens passam a representar dois terços dos estudantes que ingressam no curso. A esse respeito é possível pensar que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo a partir de finais dos anos 80, que tiveram como consequência a redução dos níveis de absorção da força de trabalho em todos os patamares da estrutura de ocupações (Santos, 1997; Lavinias 1996) tenham contribuído para aumentar a competição em todos os espaços ocupacionais, fazendo com que alguns deles, que antes estavam disponíveis para as mulheres, voltassem a ser disputados pelos homens, principalmente em se tratando de um espaço tradicionalmente prestigiado, como a carreira médica.

A outra carreira de maior participação masculina da área, *Agronomia*, é considerada um tradicional reduto dos homens; as mulheres são cerca um terço do grupo. Embora tratando-se de uma carreira de *Médio* prestígio, o que não autorizaria a expectativa de uma elevada competição por vaga, não surpreende, de todo modo, a menor presença feminina numa carreira direcionada para as atividades ligadas ao campo e cujo desempenho exige o contato com um mundo, assim como o mundo da fábrica, muito distanciado daquele tradicionalmente concebido como *apropriado* para as mulheres. Aqui não é difícil supor que a exclusão e até mesmo a auto-exclusão das mulheres respalde-se num argumento cuja base é a sua constituição física. Há na sociedade uma expectativa de interesses e desempenhos distintos segundo o gênero, que surge muito cedo na vida das pessoas. A crença de que as mulheres são fisicamente mais frágeis, menos capazes do que os homens e as próprias representações que as mulheres têm de certas atividades como sendo ou não apropriadas para elas, as afasta de certas carreiras (Louro 1997; Guimarães,1990). O jogo destas representações pode, ainda, afastar as mulheres pela percepção de que esse é um mercado de trabalho mais impermeável à presença feminina. No caso particular do curso de *Agronomia* da UFBA, além das características próprias da carreira, um outro elemento pode estar atuando para determinar a menor participação feminina. A localização do curso num *campus* distante da Capital, local de residência para 93,8% das mulheres que freqüentam a Universidade, provavelmente também contribua para afastar as mulheres.

Como anteriormente assinalamos, as demais carreiras da área são de predominância feminina. A maior concentração, contudo, cabe a *Enfermagem*, a segundo carreira de maior presença feminina na UFBA, somente superada por *Secretariado*. Aí, para cada homem existem quase quatorze mulheres. A elevada presença feminina nesta carreira não surpreende por ser esta uma profissão que se constitui associada às tarefas tradicionalmente exercida pelas mulheres, da *maternagem*²⁸ e do ocupar-se dos demais dentro do mundo doméstico.

Analisando a enfermagem enquanto uma carreira massivamente feminina, Danièle Kergoat (1990) chama a atenção para a ambigüidade que envolve a profissão, tanto com relação às qualidades/qualificações demandadas quanto com relação à maneira como as enfermeiras vivem suas qualificações; *os papéis sociais demandados dos trabalhadores são papéis femininos remetidos ainda às qualidades que a uma qualificação e remetidos mais às qualidades individuais* (p.7). Para a autora, essa ambigüidade estaria ligada à própria origem da profissão, exercida até bem pouco tempo por religiosas, o que traz consigo a idéia de *vocação* (idem).

Essa ideologia da *vocação* perduraria até os dias atuais através da noção de *papel profissional*, tal como é evocada no processo de formação ou nos textos jurídicos em que se define o exercício da profissão. Deste modo, *a profissão se*

²⁸ Cf. Carvalho, Marília P. e Vianna, Cláudia P. (1995:33) "A maternagem é o trabalho relacionado ao cuidado e criação dos filhos e que pode ou não ser exercido pela mãe biológica", e que os

determinaria em termos da 'pessoa' da enfermeira que serve de garantia à prática cuidadosa com que se confunde (...), trazendo desvantagens para o reconhecimento material e simbólico das suas competências, na medida em que a profissão é definida muito mais em termos do papel da enfermeira do que em termos do serviço profissional: os cuidados enfermeiros (ibidem), o que é problemático pela dificuldade em codificar as qualidades demandadas na profissão que são atributos morais e individuais, atributos de gênero; ... qualidades tradicionalmente femininas: o desvelo, por exemplo, mas também a minúcia e a destreza ... (p.9). A autora adverte ainda que a definição da profissão não é unicamente um quadro imposto do exterior. É também ... algo largamente interiorizado pelas enfermeiras ... (idem). Depois de Pedagogia, Enfermagem é a carreira de maior concentração de mulheres mulatas e pretas.

Nutrição é outro curso de grande presença feminina nesta área; para cada homem, 10,8 mulheres o escolhem. Assim como Enfermagem, é considerado de alto-médio prestígio social. Mas, apesar disso, a presença masculina não chega a chamar atenção, por uma razão próxima à apontada acima; provavelmente o seu envolvimento com alimentos, atividade considerada própria do mundo doméstico, afaste os homens desta opção (Passos, 1997:144). Esse é um espaço de forte participação de mulheres mulatas e pretas.

estudos brasileiros sobre relações de gênero têm adotado como tradução da palavra inglesa "mothering".

Odontologia é um dos três únicos cursos da UFBA, consideradas de *Alto* prestígio social, em que mulheres estão melhor representadas que os homens. Para Passos (op. cit.) embora seja uma carreira de predominância feminina, esse é um campo que se apresenta atrativo para os homens pela possibilidade de vantagens econômicas e sociais que oferece. A elevada participação das mulheres explica-se pela associação entre gênero e classe. Esse seria, segundo Passos (op. cit.), um espaço de inserção de mulheres *oriundas de camadas média-alta e alta da sociedade, de cursos secundários de boa qualidade* (p.144), em busca de uma carreira que atenda às expectativas de profissionalização do seu grupo social. Aí as mulheres podem encontrar maiores possibilidades de inserção porque, mesmo sendo uma carreira de elevado prestígio, não desfruta da tradição que possui a *Medicina*, essa sim, de preferência masculina, porque vista como conferidora de maior valorização social. A participação das mulheres mulatas e pretas aí ocorre numa proporção de menos de duas para cada cinco mulheres brancas.

Em *Medicina Veterinária*, considerada de *alto-médio* prestígio, as mulheres são 54,1% e os homens 45,9%; embora sendo uma carreira também voltada para o mundo rural, a proporção mais elevada de mulheres aí se deve, provavelmente, à possibilidade de voltar-se para o atendimento a animais de pequeno porte ou a animais domésticos, atividades tidas como mais próximas do que se concebe como o mundo feminino.

As demais carreiras da área desfrutam de menor prestígio social. Em *Farmácia*, considerada de *médio* prestígio, as mulheres representam 57,6% dos estudantes

do curso; *Ciências Biológicas*, de *baixo-médio* prestígio, na qual as proporções de homens e mulheres não estão muito distanciadas, respectivamente 54,8% e 45,2%, e, em *Licenciatura em Ciências do 1º Grau*, a carreira de menor prestígio da área, as mulheres têm a terceira maior participação desta área. Assim como a anterior, esta é uma carreira voltada para o magistério, o que evidencia que as carreiras de menor valorização da área são justamente aquelas voltadas para o magistério e são também de maioria feminina. Aí as mulheres mulatas e pretas, mas, sobretudo, as pretas, estão melhor representadas que as demais.

A articulação entre gênero e raça, analisada a partir da Tabela 45b, revela que as mulheres brancas têm a situação mais privilegiada depois dos homens brancos. Elas representam suas mais elevadas concentrações em Odontologia e Medicina. Também as mulheres morenas estão razoavelmente bem representadas nas carreiras prestigiosas aí situadas. Ao contrário, a carreira de maior concentração de pretas e mulatas é *Licenciatura em Ciências*, uma das última colocada no *ranking* de prestígio das carreiras da UFBA. Um quinto das mulheres pretas e igual proporção de mulatas encontram-se na área de enfermagem. Nutrição é outra carreira em que as mulheres pretas, e mulatas, têm participação expressiva. Complementando o que foi dito sobre o caráter “feminino” dessas profissões, acrescentaria que elas podem ser vistas também como tendo um traço racial. É possível buscar entender a elevada concentração de mulheres pretas e mulatas nesse curso a partir do lugar ocupado tradicionalmente pela mulher mulata e preta no mundo do trabalho, na sociedade brasileira.

Assim, além de estarem ligadas à *maternagem*, essas carreiras podem ainda sugerir um vínculo mais amplo com o trabalho realizado no ambiente doméstico, aquele que sempre foi o espaço ocupacional reservado às mulheres desses segmentos raciais. No entanto, é também possível ver a sua presença nessas carreiras num sentido positivo. Se elas ainda não conseguem se inserir nos espaços almejados, isto é, nas carreiras mais prestigiosas, pela precariedade da formação básica recebida, pela dificuldade de recursos para investir na melhoria da sua formação através de cursos preparatórios, as carreiras superiores a que elas conseguem ter acesso, hoje, não deixam de representar um avanço na luta para superar suas condições de desvantagem; um instrumento capaz de lhes permitir “abrir a porta da frente” e escapar da “cozinha do branco”, como tão bem caracterizou uma entrevistada, numa investigação anteriormente por mim realizada (Queiroz, 1997).

A área III, Filosofia e Ciências Humanas, é a de maior predominância feminina; as mulheres estão mais presentes que os homens em 46,7% das carreiras (Tabela 46a). São majoritárias em *Secretariado, Pedagogia, Biblioteconomia, Psicologia, Museologia, Comunicação e Ciências Sociais*. Destas, *Psicologia* é uma das raras carreiras de *alto* prestígio social da Universidade em que as mulheres são maioria. Em que pese o prestígio da carreira, não é difícil explicar a reduzida presença masculina nesse espaço considerado prestigioso. Como *Enfermagem, Nutrição e Odontologia, Psicologia* está entre as carreiras cujas características guardam certa analogia com as tarefas próprias do mundo doméstico, tidas como tradicionalmente apropriadas às habilidades femininas. Contudo, assim como

Odontologia, é um espaço de inserção das mulheres vindas das camadas mais privilegiadas, que freqüentaram escolas de boa qualidade e que, portanto, podem se permitir disputar uma vaga no ensino superior, num contexto de maior concorrência, em busca de uma carreira, que mesmo pertencendo do “gueto” feminino²⁹, permite a inserção em espaços mais adequados às expectativas de profissionalização do seu grupo social. As mulheres mulatas e pretas têm sua melhor participação em Pedagogia, que embora considerada de *alto-médio* prestígio, enquanto uma carreira voltada para o magistério, não desfruta da mesma valorização que as demais carreiras deste nível de prestígio.

Nessa área as mulheres são ainda majoritárias em duas carreiras de *alto médio* prestígio – *Comunicação e Pedagogia*; em dois terços das carreiras de *médio* prestígio – *Secretariado e Ciências Sociais* - e em dois terços das carreiras de *baixo* prestígio – *Biblioteconomia e Museologia*. Assim, os homens desfrutam da vantagem de estar melhor representados na maioria das carreiras de elevado prestígio social da área – *Administração, e Direito* – e compartilham ainda com as mulheres a participação nas carreiras de *alto-médio e médio* prestígio. Apesar de serem hoje consideradas carreiras prestigiosas, estudo da década de sessenta

²⁹ Rosemberg (1983) ressalta a contribuição da Psicologia para a expansão do ensino superior na década de 70, graças à grande participação feminina. A autora evidencia que no vestibular CESGRANRIO, no período compreendido entre 1973 e 1977, a taxa de feminilidade da carreira se eleva de 80,5% para 86,0%. A autora reiteradamente observa que as mulheres “... escolhem cursos assistenciais, ligados à área de educação ou para-médicos - Psicologia – não apenas porque sua socialização conduziu-as a “preferirem” papéis expressivos; não apenas pelo seu passado escolar que privilegiou as humanidades em detrimento das ciências e da técnica; mas também pelo ajustamento de tais cursos à ambivalência de sua condição. Isso, parece à autora, “... demonstrar o exercício de um poderoso senso de realidade. Uma estratégia de sobrevivência” Assim, “modelar-se, adaptar-se, conciliar seus processos internos são a margem de manobra que lhes resta para dar conta de expectativas suas que não se esgotam na preservação da espécie humana (p.37).

apresenta a Administração, ao lado de *Ciências Econômicas*, como curso de caráter “popular”, pelo nível socioeconômico dos estudantes que aí se inseriam (Gouveia, 1968). Também Direito, hoje participando do grupo de carreiras de *Alto* prestígio social, na mesma época era vista apenas como uma carreira de prestígio “intermediário”, que *havia perdido o caráter de curso de elite* (Gouveia, op. cit.:239). O estudo não traz a distribuição dos estudantes por sexo, nessas carreiras, o que não permite avaliar como se comportou essa distribuição à medida que se modificou a percepção sobre o prestígio social da carreira. No caso de Direito, o estudo de Passos (op.cit.) sobre a UFBA aponta uma elevação da presença das mulheres a partir da década de 80.

O aspecto que mais chama atenção nessa área é a participação majoritária dos homens em 60% das carreiras voltadas para o magistério, tradicionalmente consideradas femininas. Excetuando-se *Pedagogia e Ciências Sociais*, as demais carreiras de formação para o magistério são majoritariamente masculinas. Em seu estudo, Passos (op. cit.) chama atenção para a tendência ao crescimento da presença masculina em certas carreiras antes consideradas femininas. Minha explicação é de que num contexto de desaceleração da atividade econômica, como o atual, com a conseqüente redução dos postos de trabalho, os homens avançam por espaços do mercado de trabalho que eram antes cativos das mulheres. Essa interpretação parece razoável, sobretudo, porque não se trata da disputa por carreiras valorizadas ou em processo de valorização mas, ao contrário, de carreiras voltadas para o magistério que, mais “tipicamente femininas”, são vistas como de pouco valor, tanto econômico como simbólico.

Educação Física é, das carreiras da área III, voltadas para o Magistério, a única tradicionalmente masculina.

Rosemberg (1994) mostra que a educação física, assim como o esporte em geral, é território regido por regras masculinas, em acordo com a ordem patriarcal. Para a autora, *a associação histórica entre esporte, guerra e vida militar – portanto, universo masculino – e o forte preconceito anti-homossexualismo (o medo de virilização da mulher através do esporte) ... impregnam de componentes sexistas este campo de atividade, afastando dele as mulheres, o que se traduz no pequeno número de mulheres atletas oficialmente registradas no País* (p.25). As mulheres representam apenas um quarto dos estudantes deste curso. Também como nas áreas anteriormente analisadas, o privilégio de estar bem representadas nas carreiras mais prestigiosas pertence às mulheres brancas. Enquanto elas estão melhor situadas em carreiras como Direito e Administração, as pretas e mulatas têm suas maiores concentrações em carreiras de baixa valorização, que freqüentemente não apresentam condições atraentes no mercado de trabalho, como Pedagogia e Biblioteconomia (Tabela 46b).

Na área IV, Letras, os três cursos (*Letras vernáculas, Letras com língua estrangeira e Língua estrangeira*), considerados de *médio* prestígio social, contam com expressiva presença feminina, em proporção sempre superior a dois terços (Tabela 47a). Vários estudos têm chamado atenção para a elevada concentração da presença feminina nesta área (Barroso e Mello, 1975; Bourdieu e Passeron, 1973; Maggie, s.d.; Passos, 1997). Além de pouco atrativa para os homens, pela

baixa competitividade no mercado de trabalho, como as demais carreiras voltadas para o magistério, *motivos de ordem prática* também são apontados para a escolha desta profissão pelas mulheres (Passos, op. cit.).

No passado *essa área do saber foi, no Brasil, muito importante, não como profissionalização e sim como um saber que daria valor á formação feminina* (p.145). No entanto, hoje, além daquela que a autora chama de *sua clientela real*, estudantes de ambos os sexos, oriundos de cursos médios de baixa qualidade, haveriam entremeado essa clientela, uma outra composta de *mulheres de camadas sociais abastadas que os procuram pelos motivos alegados no passado ou como forma de se prepararem para viagens e intercâmbio* (idem). Nas três carreiras desta área, as mulheres mulatas e pretas têm participação expressiva (Tabela 47b).

A área V, Artes, é também predominantemente feminina e as carreiras aí situadas são de *médio, médio-baixo e baixo* prestígio social, onde as mulheres são maioria em três quartos delas (Tabela 48a). Os homens são maioria em apenas três: *Instrumento, Desenho Industrial e Composição e Regência*. Para Passos (op. cit.), não surpreende que a primeira e a última tenham sido consagradas pela tradição como profissões masculinas; afinal, são atividades cujo exercício exige, em geral, liderança, força e exercício do poder. Nas demais carreiras da área, em que as mulheres predominam, algumas estão fortemente marcadas por estereótipos, como é o caso da *Dança* que, em certa época, foi vista com reservas até para as mulheres, porque se destinava a uma certa parcela das

mulheres: *aquela que deveria distrair os homens e não estava destinada ao casamento* (Passos, op. cit.:145). *Decoração* é outra carreira da área de grande carga ideológica, associada ao cuidado com o cotidiano familiar, atribuição tipicamente feminina, considerada de menor valor social. É possível pensar que a maior presença feminina em certas carreiras desta área deva-se ao fato destas estarem voltadas para as atividades lúdicas, portanto, aquilo que seria, no imaginário social, e até mesmo das próprias mulheres, mais próximo do mundo feminino que do masculino. *Artes Plásticas* e *Decoração*, que são vistas como de importância menor e até mesmo envoltas em uma certa puerilidade.

Para as mulheres brancas, as Artes Plásticas e a Dança se apresentam como as carreiras mais atraentes, enquanto as mulheres pretas parecem guiadas por aquele *senso de realidade* a que se refere Rosemberg. Desenho e Plástica, que parece ser uma carreira com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho, é aquela de mais elevada concentração de mulheres pretas nesta área; mais de um terço delas estão aí concentradas. Em algumas carreiras, como Desenho Industrial, Direção Teatral e Instrumento, não há mulheres pretas. Na última, tampouco há mulatas. Chama atenção a participação de mulheres pretas nas carreiras que compõem as Artes Cênicas. Embora as mulheres pretas tenham alguma expressão nos cursos de Interpretação Teatral e Licenciatura em Teatro, elas estão ausentes em Direção, uma carreira que, pelo próprio nome, sugere o desempenho de atividade de comando, posição que, no imaginário social e das próprias mulheres *escuras*, não está associada à sua imagem. Aqui, é possível pensar o *senso de realidade*, determine sua auto-exclusão dessas carreiras, vez

que, não sendo alvo de acirradas disputas, a concorrência não justificaria seu alijamento (Tabela 48b).

Gênero, raça e prestígio da carreira

A Tabela 49 indica que o segmento racial que mais concentra estudantes, no grupo de carreiras considerado de *alto* prestígio, são os homens brancos, onde se encontra mais da metade do seu contingente. Em seguida estão os homens morenos, as mulheres brancas, os homens mulatos, as mulheres morenas, os homens pretos, as mulheres mulatas e, finalmente, as mulheres pretas. Assim, as posições mais vantajosas com relação ao acesso a carreiras de alta valorização social cabem ao contingente masculino e às pessoas mais *claras*. Evidencia-se, desta forma, uma articulação entre gênero, cor e prestígio da carreira que determina para a mulher preta a posição mais desfavorável; há mais de 5,5 homens e cerca de três mulheres do segmento branco, para cada mulher preta no grupo de carreiras deste nível de prestígio.

Ao contrário do que se observou anteriormente, no grupo de carreiras consideradas de *alto médio* e de *médio* prestígio, as posições de homens e mulheres se invertem, em todos os segmentos raciais. Chama atenção a situação das mulheres pretas, que aparecem agora na posição mais favorável dentro do grupo de carreiras de *alto médio* prestígio e na segunda melhor posição no grupo de carreiras de *médio* prestígio. Aproximadamente sessenta por cento do seu

contingente situam-se nas carreiras destes grupos de prestígio. Também as mulheres mulatas, que ocupavam posição bastante desfavorável no grupo de carreiras de *alto* prestígio, vão mostrar uma participação mais expressiva nestes grupos de carreiras. Aqui se poderia encontrar como justificativa para a maior presença feminina, a tendência das mulheres a um melhor desempenho durante a escolarização básica. É possível pensar que, operada a primeira seleção, nas carreiras de *alto* prestígio, na qual os homens seriam favorecidos, estaria à disposição das mulheres o espaço das carreiras de *alto médio* e *médio* prestígio, no qual elas poderiam agora competir em melhores condições.

Reduz-se a presença das mulheres e volta a crescer a presença dos homens, de todos os segmentos raciais, no grupo de carreiras de *médio baixo* prestígio. Os contingentes que apresentam maiores participações nesse grupo de carreiras são os homens mulatos e pretos, indicando sua desvantagem frente aos homens brancos e morenos. No grupo de carreiras de *baixo* prestígio, volta a crescer a participação das mulheres, sobretudo das mulatas e pretas, mostrando que é delas a desvantagem de maior participação no grupo de carreiras menos valorizadas, aquelas cuja escolha está vinculada à “menor concorrência” e por serem “menos exigentes”. Essas carreiras em grande parte estão voltadas para o magistério ou para outro tipo de atividade que permite, de certa forma, conciliar o exercício profissional com as tarefas da vida familiar, mais onerosas para as mulheres dos segmentos sociais menos privilegiados.

A escolha da carreira e a formação para o Magistério

Embora já se tenha feito referência, em outros momentos deste capítulo, à forte presença feminina nas carreiras voltadas para o magistério, pelo seu caráter predominantemente feminino, entendo que seria apropriado examiná-las separadamente. Autores como Appel (1995) e Almeida (1998) têm se dedicado a investigar as transformações que levaram o magistério a se tornar um espaço de inserção feminina. Appel (*op. cit.*) considera que a feminização do magistério está relacionada com o crescimento da escolaridade obrigatória e o trabalho feminino. Como os custos da educação eram muito altos, uma maneira de controlar esses custos crescentes foi empregar as mulheres. Para Almeida, no Brasil, esse processo que começa a ocorrer na primeira metade do século XX pode ser explicado pelo crescimento da escolaridade obrigatória, que atinge também as mulheres, e pela retirada dos homens em busca de empregos mais bem remunerados.

Na UFBA, 30,0% das carreiras estão voltadas para o magistério. Conforme anteriormente observado, elas estão, de modo geral, mais concentradas entre aquelas de mais baixo nível de prestígio social (Tabela 50a). Apenas uma delas é considerada de *alto* prestígio; trata-se de *Psicologia*, uma das três únicas carreiras, deste nível de prestígio, em que as mulheres são maioria. Mais uma carreira é considerada de *médio alto* prestígio (*Pedagogia*). Um terço delas estão em níveis de prestígio *médio*, a mesma proporção em *médio baixo* e um pouco mais de um quinto está entre aquelas consideradas de *baixo* prestígio. As

mulheres são maioria em 55,5% destas carreiras. Excetuando-se *Psicologia*, *Língua Estrangeira e Ciências Biológicas*, nas demais carreiras voltadas para o magistério, as mulheres mulatas e pretas têm participação mais expressiva que as mulheres brancas e morenas (Tabela 50b).

Apesar de o magistério ser um espaço de inserção de mulheres, quando as carreiras que aí estão são do campo das ciências exatas, como *Matemática*, *Química* e *Física* ou quando são voltadas para a atividade física, como *Educação Física*, mesmo não sendo consideradas prestigiosas, se mantêm como espaços predominantemente masculinos. *História*, embora considerada pouco prestigiosa, pode estar atraindo um maior contingente masculino pelo fato de poder se voltar para a tarefa de investigação, que poderia conferir maior prestígio, e não exatamente pelo seu caráter de formação para o magistério. *Filosofia* que, nos primórdios da implantação do curso, aparece como uma carreira direcionada às mulheres, revela-se, hoje, uma alternativa para os homens, possivelmente por permitir uma formação mais genérica, atributo que parece estar sendo valorizado em certos setores do mercado de trabalho.

Em parcela considerável destas carreiras a maioria dos estudantes frequentou uma escola pública no segundo grau. Esta evidência leva a pensar que a escolha seja mais orientada pelo baixo nível da concorrência do que, propriamente, por uma preferência pelo magistério. Efetivamente, a procura por esses cursos, expressa nos índices da relação candidato/vaga, excetuando-se *Psicologia*, é, de modo geral, das mais baixas da UFBA.

Uma outra explicação para a maior presença masculina em carreiras voltadas para o magistério pode estar nas condições atuais do mercado de trabalho, em que a redução das oportunidades de ocupação impelem os homens a se lançarem em busca daqueles espaços que eram antes cativos das mulheres (Tabela 51).

Conclusões

Uma das conclusões que emergem desta análise é que a expectativa da sociedade em geral e do grupo familiar, em particular, agindo sobre a mulher, desde muito cedo, direciona suas escolhas para o que é visto como o papel feminino. Assim, não é difícil compreender por que, num mundo em que a participação da mulher é cada vez mais ampla e num espaço onde elas estão representadas quase que nas mesmas proporções que os homens, seguem se distanciando das atividades tradicionalmente desempenhadas por homens e busquem, ainda hoje, carreiras identificadas com as atividades do mundo privado, aquelas reconhecidas como “tipicamente femininas”.

Embora representando a maioria no conjunto da população do estado e na PEA, sendo a maioria dos que concluem a educação básica e que freqüentaram escolas privadas no segundo grau, as mulheres estão presentes na UFBA numa proporção inferior aos homens.

A análise sugere que a maior proporção de mulheres oriundas da escola privada está relacionada à idéia de maior fragilidade feminina e da necessidade de maior proteção. O exame da renda das famílias mostra que embora os homens provenham em maiores proporções de famílias com mais elevado patamar de renda, são as mulheres a maioria daqueles que vêm de escolas que representam maiores gastos para as famílias. Isso sugere que as famílias optam por manter suas filhas afastadas da escola pública. Esse fenômeno é observado, sobretudo, nos níveis mais baixos de renda e isso ocorre, inclusive, com as mulheres pretas, aquelas mais sujeitas a desvantagens. Nas faixas mais elevadas de renda, acima de dez salários mínimos, são os homens a maioria dos que vêm de escolas privadas.

Assim, apesar da vantagem feminina representada pela realização dos estudos de segundo grau numa escola privada, os homens seguem sendo a maioria dos que ingressam na UFBA. Isso mostra que estereótipos e expectativas sobre o gênero atuam diferentemente sobre homens e mulheres. Em situação de competição como a que caracteriza o vestibular, as mulheres menos preparadas para situações de disputa tenderiam a obter menos sucesso que os homens.

Tanto entre os homens quanto entre as mulheres, em quase todos os segmentos raciais, a maioria freqüentou um curso de caráter propedêutico, embora as mulheres o tenham feito em menor proporção que os homens. Apenas entre os estudantes pretos é minoritário, tanto entre homens quanto entre mulheres, o segmento que freqüentou um curso dessa natureza, o que mostra que no

horizonte dos mulatos e pretos o ingresso no mercado de trabalho estava muito mais delineado que a continuação dos estudos num grau mais elevado. Minha interpretação é de que as mulheres, mais que os homens, estariam buscando um curso profissionalizante no segundo grau, por um *senso de realidade*, que as conduziria a uma preparação profissional de mais curto prazo. Isso porque, no seu horizonte, sobretudo em se tratando das mulheres dos segmentos mais empobrecidos, que são aquelas que, em geral, freqüentaram esse tipo de curso, estaria sempre a possibilidade de ter que assumir tarefas no âmbito doméstico, como mães e donas de casa.

O contingente de mulheres oriundas de um curso técnico é superior ao que veio do curso de magistério, o que sinaliza para uma mudança de atitude das mulheres em relação à carreira profissional, deslocando suas aspirações para ocupações que têm sido tradicionalmente espaços masculinos.

A menor presença de mulheres no segmento que veio do curso supletivo reforça a hipótese de uma tendência das famílias de afastar as filhas de uma escola mais precária, explicando, em parte, o melhor desempenho escolar das mulheres.

Apesar de virem de uma escolarização básica realizada em escolas privadas, o que poderia representar uma vantagem para as mulheres na disputa pelo acesso à universidade, elas estão mais sujeitas ao maior número de insucessos. As mulheres são também levadas a desistir mais cedo nas suas tentativas de ingressar na UFBA; elas estão menos representadas no segmento cujas tentativas

de ingresso na Universidade excedem a três. As mulheres pretas são as que estão em posição de maior desvantagem.

A distribuição por gênero nas áreas de concentração do ensino superior, confirma os resultados de outros estudos que já haviam apontado para a participação do contingente feminino nas áreas de caráter humanístico, nas quais se concentra uma proporção maior de carreiras de baixa valorização. Assim, as mulheres estão melhor situadas na área de Filosofia e Ciências Humanas, onde está um maior número de carreiras ditas “femininas”, como Psicologia, Pedagogia e muitas outras voltadas para o magistério, que são tradicionalmente espaços cativos das mulheres. Nessa área as mulheres pretas têm sua mais elevada participação.

As mulheres têm também participação expressiva na área de Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, onde se localizam algumas carreiras tradicionalmente femininas como Enfermagem e Nutrição. As mulheres pretas têm, também aí, uma participação significativa. Nas áreas de Letras e Artes, a participação feminina é também mais elevada que a masculina. Na área de Letras, as mulheres pretas estão melhor representadas que as demais. Na área de Artes, enquanto os homens têm participação mais expressiva em Desenho Industrial e Composição e Regência, as mulheres estão melhor situadas em Artes Plásticas e Decoração, tidas, do ponto de vista do mundo produtivo, como de menor importância e até mesmo envoltas numa certa puerilidade, característica atribuída às mulheres. As mulheres pretas têm nessa área uma participação relativa que corresponde a pouco mais da metade do conjunto das mulheres. Em algumas carreiras, como

Desenho Industrial, Instrumento e Direção Teatral, elas estão ausentes. Na área de Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia, as mulheres têm presença discreta. Apenas em Arquitetura elas têm uma participação levemente superior à masculina.

Em sua maioria, as mulheres apresentaram como razões para a escolha da carreira, as suas “aptidões” e “interesses”. Mas, o que se pode perceber nessas justificativas, é a atuação das representações sobre o que é mais apropriado para as mulheres. Essas representações estão conduzindo suas opções para aquilo que é tradicionalmente o papel esperado das mulheres. Essas “aptidões” e “interesses” estariam levando as mulheres a se afastarem daquelas carreiras “tradicionalmente tidas como não apropriadas ao seu sexo”, como as do ramo da engenharia, por exemplo.

No entanto, é preciso não perder de vista que o acesso das mulheres às carreiras ditas “femininas” tem um significado relevante, porque essa foi a estratégia de que elas dispuseram, durante longo tempo, para inserir-se no mundo do trabalho. Ou seja, foi através destas carreiras que elas puderam construir significativos avanços na sua luta pela conquista de espaço.

Embora consideradas “femininas”, chama atenção a presença masculina nas carreiras voltadas para o magistério, tendência que já havia sido apontada por outro estudo, para as duas últimas décadas. No contexto das transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho contemporâneo, essa tendência pode ser

entendida como um avanço dos homens em espaços antes disponíveis para as mulheres , em decorrência da redução das oportunidades de ocupação em outras áreas.

Assim, o que se pode perceber é que o privilégio da concentração em carreiras de mais elevado prestígio social cabe aos homens brancos pois aí está presente mais da metade do seu contingente. Em seguida estão os homens morenos, as mulheres brancas, os homens mulatos, as mulheres morenas, os homens pretos e por fim, as mulheres pretas, mostrando que há, portanto, uma articulação entre gênero e raça que determina que as melhores posições caibam, ao contingente masculino e às pessoas mais *claras*.

Apesar da presença feminina mais reduzida na área das Ciências Físicas e de Tecnologia, é também possível constatar, como já fizeram outros estudos, que as mulheres estão conseguindo se inserir nesse espaços, tradicionalmente masculinos, que são as carreiras técnicas, rompendo de algum modo as barreiras ao seu acesso a esse *território* masculino.

Tabelas

Tabela 36a – Distribuição percentual dos estudantes segundo o gênero e o tipo de estabelecimento freqüentado no antigo 2º grau

Estabelecimento	Mulher	Homem
Privado	64,1	60,5
Público	35,9	39,5
Total	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 36b – Distribuição percentual dos estudantes segundo o estabelecimento em que cursaram o segundo grau, o gênero e a cor

Tipo de escola	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Particular	74,2	75,7	62,7	66,7	49,4	50,1	32,2	35,7
Maior parte em escola pública	2,4	2,4	3,2	3,3	3,6	4,7	4,9	5,2
Maior parte em escola particular	4,5	4,9	5,7	5,8	5,7	4,9	4,2	6,2
Outro*	18,9	17,0	28,4	24,2	41,3	40,3	58,3	52,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

H – homem; M – mulher

* *Outros*, corresponde a outros tipos de estabelecimento. Como esta informação foi também coletada em outro quesito do Questionário, e havia certa inconsistência entre as duas respostas, considerei mais apropriado utilizar a informação desagregada apenas na tabela 18b, p. 109, onde ela faz mais sentido.

Tabela 37 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a renda da família

Faixas de Renda	%
Até 1 SM	0,9
1 a 2 SM	2,3
2 a 3 SM	4,4
3 a 4 SM	6,6
4 a 5 SM	5,9
5 a 6 SM	9,0
6 a 10 SM	19,9
10 a 20 SM	24,0
20 a 30 SM	12,3
30 a 40 SM	6,8
Maior que 40 SM	7,8
Total	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 38 – Distribuição percentual dos estudantes por gênero, segundo a renda da família

Faixas de Renda	Mulher	Homem
Até 1 SM	0,8	0,9
1 a 2 SM	2,4	2,3
2 a 3 SM	5,0	3,8
3 a 4 SM	7,0	6,2
4 a 5 SM	6,4	5,5
5 a 6 SM	9,6	8,5
6 a 10 SM	20,7	19,2
10 a 20 SM	23,3	24,8
20 a 30 SM	11,5	13,1
30 a 40 SM	6,3	7,3
Maior que 40 SM	7,0	8,6
Total	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 39a – Distribuição percentual dos estudantes oriundos da escola privada, por faixa de renda da família, segundo o gênero

Faixa de Renda	Mulher	Homem
Até 1 SM	0,5	0,4
1 a 2 SM	1,2	0,9
2 a 3 SM	2,4	2,0
3 a 4 SM	4,5	3,8
4 a 5 SM	4,8	3,9
5 a 6 SM	7,5	5,4
6 a 10 SM	19,3	16,3
10 a 20 SM	26,5	27,5
20 a 30 SM	14,7	17,2
30 a 40 SM	8,5	9,9
Maior que 40 SM	9,9	12,7
Total	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 39b – Distribuição percentual dos estudantes oriundos de escola de segundo grau privada, segundo a renda familiar, o gênero e a cor

Faixas	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 6 S M	11,6	17,6	16,1	20,9	24,7	26,9	28,3	31,5
6 – 10	12,9	16,3	17,5	19,4	18,2	25,2	21,5	26,4
10 – 20	29,2	26,5	27,0	27,5	25,1	24,1	27,2	25,2
20 – 30	20,0	16,7	16,4	14,0	15,1	12,6	13,1	11,8
30 – 40	12,1	10,3	9,8	8,7	7,4	4,5	2,6	3,4
Acima de 40	14,2	12,6	13,2	9,5	9,5	6,7	7,3	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 40a – Distribuição percentual dos estudantes por gênero, segundo o tipo de curso freqüentado no segundo grau

Tipo de curso	Mulher	Homem
Acadêmico	65,8	67,3
Profissionalizante	34,2	32,7
Total	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 40b – Distribuição percentual dos estudantes por gênero segundo a natureza do curso freqüentado no segundo grau

Tipo de Curso	Mulher	Homem	Total
Colegial	65,9	67,6	100,0
Técnico	20,0	28,7	100,0
Magistério	12,9	1,8	100,0
Supletivo	1,2	2,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 40c – Distribuição dos estudantes segundo a natureza do curso freqüentado no segundo grau, a cor e o gênero

Curso	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Colegial	80,3	76,7	69,8	68,7	56,9	51,4	40,4	40,2
Técnico	17,3	10,9	26,5	18,7	38,8	31,0	53,0	38,0
Magistério	1,1	11,0	1,9	11,3	1,7	16,4	2,9	20,9
Supletivo	1,3	1,4	1,7	1,3	2,6	1,3	3,7	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 40d – Distribuição percentual dos estudantes por gênero segundo o curso e o tipo de escola freqüentado no segundo grau

Curso	Mulher		Homem	
	Privada	Pública	Privada	Pública
Colegial	89,9	23,0	91,7	30,4
Técnico	4,7	47,4	7,6	61,1
Magistério	4,9	27,1	0,2	4,1
Supletivo	0,5	2,5	0,5	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 41a – Distribuição percentual dos estudantes com experiência em concurso vestibular, por gênero

Experiências em concurso vestibular	Mulheres	Homens
Nenhuma	33,0	34,7
Uma	34,4	31,7
Duas	20,5	19,5
Três	8,4	8,4
Quatro	3,6	5,8
Mais de cinco	0,0	0,1

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 41b – Distribuição percentual das estudantes segundo o número de vezes que prestaram vestibular anteriormente, o gênero e a cor

	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Nenhuma	40,1	38,0	34,2	32,1	30,6	29,7	29,3	26,8
Uma	31,0	31,4	32,0	34,6	31,2	37,7	29,8	36,8
Duas	16,6	19,9	18,7	20,5	23,0	21,4	25,8	22,0
Três	6,8	7,4	8,8	9,1	9,9	8,1	8,4	9,2
Quatro e mais	5,5	3,4	6,3	3,7	5,1	3,2	6,6	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 42b – Distribuição percentual das estudantes por área segundo o gênero e a cor

Áreas	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Área I	38,8	16,6	35,9	12,6	38,7	15,6	36,1	14,4
Área II	21,0	28,5	23,1	32,0	22,5	32,6	14,0	24,2
Área III	33,9	40,5	32,5	38,3	29,2	34,4	36,2	45,4
Área IV	1,3	4,3	2,0	7,0	2,5	6,6	5,4	9,4
Área V	5,1	10,1	6,5	10,1	7,1	10,9	8,3	6,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 43 – Distribuição dos estudantes segundo a razão da escolha da carreira, o gênero e a cor

Razão	Branca		Morena		Mulata		Preta		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1	80,8	84,8	78,1	83,3	74,3	79,8	75	79,8	77,9	82,9
2	4,9	2,9	5,6	3,7	7,4	3,8	6,4	4,8	5,8	3,6
3	2,5	2,5	2,7	2,2	3,0	2,5	2,9	1,8	2,7	2,3
4	2,6	1,2	2,5	1,1	2,3	1,2	1,7	1,4	2,4	1,2
5	1,0	1,5	1,0	1,1	1,0	1,6	1,4	1,4	1,0	1,3
6	0,7	0,4	1,2	0,8	1,3	1,4	1,4	2,0	1,1	0,8
7	7,5	6,7	8,9	7,8	10,7	9,7	11,2	8,8	7,9	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

1. Mais adequado às aptidões e interesses; 2. Útil ao desenvolvimento do país; 3. Permite conciliar outros interesses; 4. Possibilita maiores vantagens econômica; 5. Permite relacionamentos interessantes; 6. Menor concorrência; 7. Outras

Tabela 44a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área I por gênero

	Mulher	Homem	Total
Arquitetura	52,0	48,0	100,0
Engenharia Civil	20,7	79,3	100,0
Engenharia de Minas	2,9	97,1	100,0
Engenharia Elétrica	8,4	91,6	100,0
Engenharia Mecânica	3,3	97,7	100,0
Engenharia Química	21,9	78,1	100,0
Engenharia Sanitária e Ambiental	24,4	75,6	100,0
Física	14,0	86,0	100,0
Geologia	34,2	65,8	100,0
Matemática	26,7	73,3	100,0
Processamento de Dados	26,7	73,8	100,0
Química	48,1	51,9	100,0
Estatística	40,3	59,7	100,0
Química Industrial	28,3	71,7	100,0
Geofísica	17,9	82,1	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 44b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área I por gênero e cor

Carreiras	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Arquitetura	35,7	12,3	36,6	12,0	18,4	8,2	13,9	4,2
Engenharia Civil	19,1	26,2	13,6	18,5	5,7	16,2	6,9	8,4
Engenharia de Minas	0,3	3,3	-	4,4	0,6	4,5	1,4	6,1
Engenharia Elétrica	2,9	8,1	1,2	9,7	2,5	6,8	6,9	5,1
Engenharia Mecânica	1,3	11,5	0,3	9,1	-	6,8	-	5,1
Engenharia Química	5,7	6,5	3,9	6,7	5,7	6,6	4,2	5,6
Engenharia Sanit. e Ambiental	3,8	5,7	4,5	4,0	5,1	4,7	4,2	8,4
Física	1,0	3,3	3,6	6,3	3,2	9,9	6,9	11,2
Geologia	6,4	4,8	6,0	5,5	6,3	3,8	18,1	7,0
Matemática	3,5	2,3	7,6	6,7	10,1	9,4	8,3	15,0
Processamento de Dados	7,0	9,0	4,8	5,1	5,7	3,8	1,4	3,3
Química	4,5	1,1	9,4	4,7	18,4	5,2	18,1	7,0
Estatística	3,8	1,6	4,2	2,7	14,6	6,6	9,7	7,5
Química Industrial	3,5	2,2	3,0	3,3	3,2	4,5	5,6	3,7
Geofísica	1,6	2,2	1,2	1,3	0,6	3,1	-	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 45a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área II por gênero

Carreiras	Mulher	Homem	Total
Agronomia	34,5	65,5	100,0
Ciências Biológicas	54,8	45,2	100,0
Enfermagem	93,3	6,7	100,0
Farmácia	57,6	42,4	100,0
Medicina	34,4	65,6	100,0
Medicina Veterinária	54,1	45,9	100,0
Nutrição	91,5	8,5	100,0
Odontologia	60,8	39,2	100,0
Lic. em Ciências do 1º Grau	73,3	26,8	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 45b- Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área II por gênero e cor

Carreiras	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Agronomia	4,1	13,2	6,7	16,0	9,4	23,9	11,6	22,9
Ciências Biológicas	7,6	11,5	9,8	9,3	8,5	7,7	8,3	12,0
Enfermagem	7,6	0,3	13,8	1,0	20,8	3,2	20,7	2,4
Farmácia	13,2	12,1	13,7	12,0	13,3	12,6	9,9	26,5
Medicina	16,1	35,6	11,6	30,2	6,0	22,3	2,5	10,8
Medicina Veterinária	11,7	12,1	10,6	11,7	10,3	14,2	4,1	6,0
Nutrição	10,9	-	14,1	2,2	16,0	3,2	13,2	-
Odontologia	22,8	12,4	12,8	14,0	5,7	9,3	8,3	6,0
Lic. em Ciências do 1º Grau	5,9	2,9	6,9	3,6	10,0	3,6	21,5	13,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 46a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área III por gênero

Carreiras	Mulher	Homem	Total
Administração	39,5	60,5	100,0
Biblioteconomia	73,7	26,3	100,0
Ciências Contábeis	38,0	62,0	100,0
Ciências Econômicas	36,0	64,0	100,0
Ciências Sociais	56,9	43,1	100,0
Comunicação Social	60,6	39,4	100,0
Direito	43,1	56,9	100,0
Filosofia	32,6	67,4	100,0
História	31,8	68,2	100,0
Museologia	66,0	34,0	100,0
Pedagogia	89,8	10,2	100,0
Psicologia	71,7	28,3	100,0
Secretariado	97,3	2,7	100,0
Educação Física	24,7	75,3	100,0
Geografia	33,1	66,7	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 46b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área III por gênero e cor

Carreiras	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Administração	13,0	18,3	7,4	17,2	7,7	10,9	3,5	6,0
Biblioteconomia	3,4	1,8	5,6	2,0	10,6	5,0	15,4	5,1
Ciências Contábeis	4,3	6,6	5,7	10,3	6,9	14,7	8,8	16,7
Ciências Econômicas	5,4	8,7	5,6	11,3	4,0	7,2	2,2	11,2
Ciências Sociais	7,9	6,0	8,3	6,2	12,9	11,6	9,7	13,0
Comunicação Social	7,7	6,6	6,0	3,6	5,7	4,7	1,8	2,8
Direito	17,2	28,1	15,4	22,2	6,6	9,4	3,5	7,0
Filosofia	2,4	4,4	2,6	6,0	3,4	6,6	0,9	7,4
História	1,7	4,4	2,6	5,1	3,4	9,1	2,6	8,8
Museologia	2,6	1,1	2,7	1,9	3,2	1,6	3,5	2,3
Pedagogia	13,5	1,8	14,5	1,6	15,8	1,6	30,0	5,1
Psicologia	8,7	4,4	9,6	3,3	2,0	2,8	4,4	2,3
Secretariado	8,8	0,4	11,8	0,3	11,2	0,6	11,0	-
Educação Física	1,7	4,1	1,4	4,9	2,0	8,1	0,9	6,0
Geografia	1,8	3,2	1,1	4,1	4,6	6,3	1,8	6,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 47a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área IV por gênero

Carreiras	Mulher	Homem	Total
Letras Vernáculas	74,0	26,0	100,0
Letras c/ Língua Estrangeira	76,6	22,4	100,0
Língua Estrangeira	69,7	30,3	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 47b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área IV por gênero e cor

Carreiras	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Letras Vernáculas	32,1	59,1	37,7	36,7	22,4	25,9	29,8	37,5
Letras c/ Língua Estrangeira	59,3	36,4	54,1	55,0	67,2	70,4	51,1	50,0
Língua Estrangeira	8,6	4,5	8,2	8,3	10,4	3,7	19,1	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 48a - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área V por gênero

Carreiras	Mulher	Homem	Total
Artes Plásticas	63,4	36,6	100,0
Composição e Regência	43,1	56,9	100,0
Dança	89,5	10,5	100,0
Desenho e Plástica	53,1	46,9	100,0
Artes Cênicas (Direção Teatral)	52,6	47,4	100,0
Artes Cênicas (Interpretação)	70,4	29,6	100,0
Artes Cênicas (Lic. em Teatro)	57,3	42,7	100,0
Música	62,9	37,1	100,0
Canto	83,3	16,7	100,0
Instrumento	7,7	92,3	100,0
Desenho Industrial	26,4	73,6	100,0
Decoração	4,1	95,9	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 48b - Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras da área V por gênero e cor

Carreiras	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Artes Plásticas	26,2	23,8	25,0	23,4	18,0	14,1	18,2	12,2
Composição e Regência	4,2	13,1	6,8	10,4	3,6	9,0	3,0	6,1
Dança	20,9	2,4	21,6	2,6	15,3	2,6	15,2	10,2
Desenho e Plástica	16,2	17,9	12,5	21,9	32,4	30,8	36,4	36,7
Artes Cênicas (Direção)	2,1	3,6	0,8	2,6	2,7	2,6	-	-
Artes Cênicas (Interpretação)	7,9	3,6	5,3	3,1	6,3	9,0	6,1	-
Artes Cênicas (Licenciatura)	4,2	2,4	1,9	4,2	4,5	3,8	6,1	4,1
Música	1,0	14,3	4,9	9,4	7,2	10,3	9,1	12,2
Canto	0,5	-	2,7	1,0	0,9	-	3,0	-
Instrumento	0,5	4,8	0,4	4,7	-	7,7	-	10,2
Desenho Industrial	3,1	14,3	3,8	16,1	2,7	9,0	-	6,1
Decoração	13,1	-	14,4	0,5	6,3	1,3	3,0	2,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 49 – Distribuição dos estudantes segundo os grupos de prestígio das carreiras, o gênero e a cor

Níveis de prestígio	Branca		Morena		Mulata		Preta	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Alto	55,8	39,2	46,0	28,2	32,7	15,5	19,4	11,8
Alto-Médio	14,9	22,7	16,4	25,8	18,2	28,0	20,8	30,0
Médio	13,4	21,2	18,6	27,2	23,9	29,8	28,7	29,5
Médio-Baixo	12,0	10,1	13,5	11,4	18,0	13,4	20,4	11,2
Baixo	3,8	6,7	5,2	7,5	7,3	13,3	10,6	17,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 50a – Carreiras voltadas para o magistério por nível de prestígio

Níveis de prestígio	%
Alto	5,6
Alto-Médio	5,6
Médio	33,3
Médio-Baixo	33,3
Baixo	22,2
Total	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 50b – Nível de prestígio das carreiras voltadas para o magistério, segundo o gênero dos estudantes

Níveis de prestígio	Mulher	Homem
Alto	10,0	-
Alto-Médio	10,0	-
Médio	30,0	25,0
Médio-Baixo	20,0	62,5
Baixo	30,0	12,5
Total	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 51 – Distribuição percentual dos estudantes nas carreiras voltadas para o magistério, segundo o gênero e o nível de prestígio do curso

Carreiras	Prestígio	Mulher	Homem
Pedagogia	AM	89,8	10,2
Letras com Língua Estrangeira	M	77,6	22,4
Letras Vernáculas	M	74,0	26,0
Licenciatura em Ciências do 1º Grau	B	73,3	26,8
Psicologia	A	71,7	28,3
Língua Estrangeira	M	69,7	30,3
Artes Cênicas (Licenciatura)	B	57,3	43,7
Ciências Sociais	M	56,9	43,1
Ciências Biológicas	MB	54,8	45,2
Desenho e Plástica	B	53,1	46,9
Química	M	48,1	51,9
Música	MB	37,1	62,9
Geografia	B	33,1	66,7
Filosofia	MB	32,6	67,4
História	MB	31,8	68,2
Matemática	MB	26,7	73,3
Educação Física	M	24,7	75,3
Física	MB	14,0	86,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Capítulo IV

Cor, Status socioeconômico e desempenho

O acesso ao ensino superior está historicamente relacionado ao alcance e manutenção de privilégios, o que explica o seu caráter fortemente seletivo. No Brasil, diversos autores têm desenvolvido esforços para compreender o modo como ocorre a participação dos segmentos sociais nesse nível de ensino (Brito e Carvalho, 1978; Castro e Ribeiro, 1979; Ribeiro, 1981, 1983, 1990; Serpa, 1989; Monteiro, 1990; Bessa, 1990; Zucco, 1996; Santos, 1997; Maggie, s/d; Nogueira, Romanelli e Zago [orgs], 2000). Para Serpa (1986), o caráter seletivo do ensino superior foi reforçado, no Brasil, pelas características que assumiu a criação do sistema educacional:

... no início do século XX, um primeiro sistema educacional considerou livre o ensino primário e estruturou somente os estudos secundários e superiores. Dessa forma, como sistema,

*o ensino superior no Brasil surgiu antes do ensino primário,
trouxe em consequência a elitização do ensino superior...(p.24)*

A grande expansão das vagas nas universidades ocorrida nos anos 60 e 70 não foi capaz de mudar essa característica. A ampliação do acesso não foi acompanhada por um processo de democratização na participação nas áreas e cursos no interior da universidade. No contexto de uma política voltada para promover o crescimento econômico do país, a partir do financiamento externo, tal expansão visava a preparação de recursos humanos para suprir as necessidades futuras de mão-de-obra demandada pelo processo de crescimento, através da formação de cientistas, pesquisadores e técnicos. Esse processo, ao contrário de democratizar oportunidades, parece ter mantido e, até mesmo, aprofundado a seletividade que marca esse nível do sistema de ensino (Brito e Carvalho, 1978).

Ribeiro (1983) considera o sistema educacional brasileiro como um dos mais seletivos do mundo. Estudos têm apontado o aumento da participação de estudantes provenientes de famílias de elevada condição socioeconômica, nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, aprofundando a desigualdade de acesso às oportunidades educacionais. Maggie, (s/d. 3)³⁰ observa que *“na verdade não há propriamente ricos e pobres na universidade, porque para ingressar no sistema universitário é preciso já ter um certo nível de*

³⁰ O trabalho da autora é posterior a 1995, vez que traz referências a publicações desta data.

renda, um capital cultural". Para a autora, o aumento das vagas que permitiu o acesso de um maior contingente de mulheres, negros e estudantes das periferias ao ensino superior revela-se "*um sistema que quanto mais muda, mais permanece o mesmo*" (Maggie, idem). A tendência à seletividade evidencia-se não apenas no acesso ao ensino superior de um contingente melhor aquinhoado em termos de herança familiar e educacional, mas sobretudo nas escolhas de determinadas carreiras por candidatos que apresentam perfis socioeconômicos muito similares. Ribeiro (1987) assinala que

a cada carreira estão associados candidatos com perfis socioeconômicos e culturais extremamente definidos. Forma-se, assim, uma escala de prestígio das carreiras, com implicações extremamente importantes para compreensão das estruturas político-social do país (p.32).

O papel da equidade subjacente ao acesso à universidade, *seu papel de reparar ... as injustiças sociais praticamente não atinge os níveis sociais que na sociedade brasileira são de fato carentes*, observam Castro e Costa Ribeiro (1979: 10). Uma das razões está relacionada a deficiências nos níveis anteriores de ensino. Os "*de fato carentes*" quase não terminam o secundário e, portanto, não são afetados por uma abertura ou um fechamento da universidade. Mesmo constatando uma progressiva elevação na participação dos níveis sócio-econômicos menos elevados na universidade, consideram que *essa tendência é bastante modesta* (idem). Analisando dados do final dos anos setenta, os autores mostravam-se

pessimistas com relação à maior abertura do ensino superior aos grupos economicamente menos aquinhoados: *diríamos não haver evidências de que a universidade se abra para grupos sociais de origem mais modesta* (p.13).

Prior (1984), resenhando estudos realizados nas décadas de 60 e 70 conclui que nesses estudos *as variáveis sócio-econômicas e de origem familiar repontam como sendo as de influência poderosa na determinação do sucesso acadêmico* (p.21). O estudo de Brito e Carvalho (1978), sobre o acesso à Universidade Federal da Bahia, assinala que

pela composição sócio-econômica dos classificados nos exames de seleção da UFBA, conclui-se que a classificação não obedece à distribuição proporcional dos candidatos pelos diversos (níveis de) 'status'... os candidatos de nível sócio-econômico mais alto tendem a ser absorvidos em maior proporção que a sua representatividade de inscritos (p.73).

Observam os autores que quanto mais intensa a competição por vaga, mais os candidatos de status mais alto são favorecidos. As próprias condições e privilégios de seu status levam a que sejam classificados em proporções sempre superiores à sua parcela de inscritos.

O vestibular tem sido freqüentemente um alvo privilegiado por essas análises. No final dos anos 80, Castro e Ribeiro (1979), contrariando a observação pessoal dos

professores de que os alunos que ingressavam na universidade apresentavam um nível melhor do que o de outros tempos, consideravam que a universidade estava recebendo alunos de nível, em média, inferior aos que recebia antes. Para os autores tinha havido uma queda na competência do alunado, sugerindo que os mais fracos de agora seriam ainda mais fracos do que os de antes. Brito e Carvalho (1978) observam a questão de um outro ponto de vista, mostrando que a competência do alunado está relacionada ao seu status socioeconômico. Assim,

os cursos de mais alta seletividade sócio-econômica que em geral também se caracterizam por uma maior competitividade, têm um corpo discente que é composto predominantemente não apenas pelos candidatos de status mais elevado como pelos de melhor qualificação (a julgar pelo desempenho no vestibular) no interior de cada status. Em contrapartida, os cursos de baixa seletividade tendem a recrutar candidatos que se caracterizam tanto por um status sócio-econômico como por uma capacitação pessoal mais precária (p.102).

Como se pode constatar, os estudos sobre o caráter seletivo do ensino superior no Brasil têm se centrado, freqüentemente, na análise dos determinantes econômicos desse processo, sem levar em conta o efeito de outros elementos como o gênero e a cor que, assim como o *status*, são responsáveis pela exclusão de considerável parcela da população das oportunidades de acesso ao ensino superior no Brasil. Por considerar a relevância dessas categorias no processo de

seletividade social que se verifica no sistema de ensino superior, é que foco a atenção na análise do desempenho dos estudantes, em dois pontos importantes do seu trajeto escolar, nesse nível de ensino.

Este capítulo examina o desempenho dos estudantes segundo a cor, o gênero e o *status* socioeconômico. Tomando dois momentos do trajeto acadêmico: o vestibular e o terceiro semestre do curso³¹, buscarei perceber a associação entre as variáveis acima referidas e a escolarização anterior, a escolarização do pai, a condição de ocupação do estudante, enquanto determinante do desempenho acadêmico.

Status, cor e desempenho na UFBA

Confirmando as evidências dos estudos referidos na seção anterior, também na UFBA o contingente mais representativo é pertencente a famílias de *alto status*³²

³¹ Para exame do desempenho do estudante foram considerados dois momentos da vida acadêmica: o vestibular, através da pontuação atingida pelo estudante, e o terceiro semestre do curso, considerando o seu coeficiente de rendimento. Como os dados referentes ao resultado do vestibular só eram comparáveis para alguns anos da série, a saber, 1993, 1994 e 1995, tomarei apenas as informações referentes a esse período para a análise apresentada neste capítulo, ficando excluídos os anos de 1996 e 1997. O terceiro semestre foi estabelecido como marco para análise do rendimento do estudante, pela necessidade de tomar o desempenho de todos no mesmo ponto do curso. Os estudantes do último ano da série, 1997, encontravam-se justamente no terceiro semestre no momento da coleta dos dados.

³² O *status* socioeconômico do estudante foi determinado pela associação entre ocupação e escolaridade do pai. Ver anexo metodológico.

sócioeconômico. Quase três em dez estudantes que freqüentam a Instituição pertencem a esse segmento social. Embora em menor proporção, é também representativo o contingente oriundo de famílias de *status médio e médio superior*, aproximadamente dois em dez estudantes, em cada um destes estratos. A Universidade, portanto, não se apresenta como um espaço favorável a presença de estudantes de *baixo status* socioeconômico

A associação entre *status* e cor evidencia que os brancos e morenos são os contingentes de mais elevado *status* socioeconômico, com quase seis em dez estudantes brancos e quase a metade morenos. Ao contrário, os mulatos e pretos estão melhor representados nos grupos de *status médio e baixo*, confirmando o que já se conhece a respeito da situação socioeconômica desses segmentos raciais, na realidade brasileira. A metade dos pretos é oriunda de famílias de *status médio inferior e baixo superior* e é pouco expressiva a proporção de estudantes provenientes de famílias de *status baixo inferior*, mesmo entre os pretos, o que tampouco surpreende, em se tratando de uma universidade com o perfil da UFBA. Contudo, eles têm maior presença entre mulatos e pretos, como mostra a tabela abaixo (Tabela 52).

Tabela 52 – Distribuição percentual dos estudantes segundo o status-socioeconômico e a cor

	Total	Branca	Morena	Mulata	Preta
Alto	26,2	35,8	26,0	17,3	9,9
Médio superior	21,0	23,0	21,7	17,6	16,4
Médio	20,8	21,4	21,1	20,9	15,4
Médio inferior	15,8	11,5	15,6	20,5	24,4
Baixo superior	12,4	6,3	11,6	18,0	29,3
Baixo inferior	3,9	2,8	4,0	5,0	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

O exame do desempenho no vestibular considerando a condição racial evidencia que, como em outros aspectos observados, ao gradiente de cor, corresponde uma gradação na média de pontos atingida pelos estudantes, que coloca os brancos como detentores da maior média e os pretos na situação menos favorável, conforme indica a Tabela 53.

Tabela 53 - Médias de pontos no vestibular segundo a cor do estudante

Branca	5,99
Morena	5,87
Mulata	5,60
Preta	5,46

Fonte: Pesquisa direta

sig.: $\infty < 0,1$

A análise evidenciou uma associação entre cor e rendimento no curso. Do mesmo modo que se observou com relação à média de ingresso, ao gradiente de cor, corresponde uma gradação na média de rendimento que determina para os brancos a média mais elevada e para os pretos a mais baixa (Tabela 54).

Tabela 54 - Médias de rendimento no curso segundo a cor do estudante

Branca	5,76
Morena	5,57
Mulata	5,39
Preta	5,35

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.: $\infty < 0,1$

O exame do desempenho considerando o *status* socioeconômico da família e a cor do estudante revela uma associação entre estas duas características, evidenciando que as médias mais elevadas pertencem aos mais *claros* e de mais elevado *status*. Em quase todos os níveis de *status* se observa, como para o conjunto da população, uma gradação em que os brancos estão melhor situados e os pretos atingem as médias mais baixas. Contudo, no nível de *status* menos elevado, no segmento de *status baixo inferior*, essa regularidade é alterada e os pretos vão apresentar uma média de aprovação no vestibular próxima à dos morenos (Tabela 55).

Examinando isoladamente o contingente preto localizado no grupo de *status* baixo inferior, constata-se que eles são 8,7% dos estudantes desse nível de *status*. Nesse segmento, a escolaridade dos pais não ultrapassa o curso colegial incompleto e, mais de oito em dez, têm somente o curso primário incompleto. Um pouco menos de dois terços dos pais são trabalhadores não qualificados e a outra parcela é composta de trabalhadores do setor primário. A renda mediana da família é de seis salários mínimos. Os homens representam uma proporção próxima a três quartos desse grupo de estudantes e mais de quatro quintos do

contingente são solteiros. Dezenove anos é a idade mediana com que esse segmento conclui o segundo grau, embora somente vá ingressar na universidade aos vinte e três anos. Uma proporção de cerca de 93% têm sua origem na escola profissionalizante de caráter público, e o CEFET foi responsável pela formação de mais de dois quintos. Mais de um terço estão em carreiras de *alto* ou *médio alto* prestígio. Essa parcela é responsável pela elevação da média do grupo, vez que, como se verá adiante, as mais altas médias de ingresso estão nas carreiras de elevado prestígio, embora a variância da média não se mostre significativa.

A comparação com o segmento branco mostra que mesmo pertencendo ao grupo de *status* baixo inferior, os pretos acumulam maiores desvantagens. Os brancos representam mais de um quinto do contingente de *baixo status* socioeconômico. Também nesse segmento os pais atingem uma escolaridade de até o colegial incompleto, e é mais reduzido que entre os pretos o grupo de pais cuja escolaridade não ultrapassa o primeiro grau incompleto. A ocupação do pai restringe-se também a duas categorias que são a dos trabalhadores do setor primário, onde estão situados quase três quartos deles, e a dos trabalhadores diversos não qualificados. A idade mediana de conclusão do segundo grau é menos elevada (18 anos) e a idade de ingresso na universidade é também inferior (22 anos). A renda mediana da família é superior à dos pretos (6 salários mínimos). Diferentemente dos pretos, nesse grupo as mulheres são majoritárias. Apesar de terem idade menos elevada, os brancos apresentam um contingente maior de casados, o que sugere que eles dispõem de condições de arcar mais cedo com as responsabilidades familiares. A maioria deles frequentou uma escola pública no

segundo grau, mas em proporção menor que os pretos; é também menor o contingente que buscou uma formação profissional durante o segundo grau (58,8%), indicando que, para uma parcela maior deles, a expectativa de profissionalização não se esgota nesse ponto do processo de escolarização. Menos de um décimo deste segmento veio do CEFET, indicando que, mais para os pretos que para os brancos, este é um canal importante para o acesso dos estudantes do nível menos elevado de *status*, nas carreiras valorizadas. Os brancos deste nível de *status* estão melhor situados nas carreiras de elevado prestígio (*alto* e *médio alto*); metade deles, enquanto os pretos são apenas 36%.

O exame do grupo de *baixo status* socioeconômico, considerando os claros e os escuros em seus respectivos conjuntos, mostra que em diversos aspectos a situação dos últimos é mais desfavorável. Isso evidencia que há uma desvantagem nesse segmento que só pode ser atribuída à sua condição racial.

Os estudantes que trabalham são maioria nesse grupo de *status*, mas os claros são maioria entre os que não trabalham, sendo os escuros maioria entre os que trabalham, embora essa relação não se mostre significativa. A renda mediana da família entre os claros é de seis salários mínimos, enquanto entre os escuros reduz-se para cinco. Um nível de renda mais elevado permitiu a esse segmento freqüentar um “cursinho” pré-vestibular, em maior proporção que os escuros, embora também aqui a relação não tenha se mostrado significativa. A escolaridade mediana do pai no contingente claro é o curso primário incompleto.

No entanto, nos níveis de primário completo e colegial incompleto eles estão melhor situados que os escuros, que se concentram mais no nível de até primário incompleto. Nesse grupo de *status*, as mães têm escolaridade mais elevada que os pais; embora a escolaridade mediana seja o primário completo, há uma proporção reduzida de mães que têm o curso superior completo. Esse grupo de mães é 1,2% entre os escuros e 5,4% entre os claros. Nesse grupo de *status* os claros (21,3%) estão também melhor situados que os escuros (8,4%) nas carreiras de *alto* prestígio. Essas evidências mostram que mesmo em condições socioeconômicas similares, os escuros estão submetidos a maiores desvantagens.

Tabela 55 - Médias de pontos no vestibular segundo o *status* socioeconômico da família e a cor do estudante

	Geral	Branca	Morena	Mulata	Preta
Alto	6,24	6,30	6,27	6,00	5,82
Médio Superior	5,90	6,08	5,88	5,65	5,55
Médio	5,81	5,90	5,86	5,64	5,47
Médio Inferior	5,65	5,77	5,70	5,53	5,42
Baixo Superior	5,57	5,67	5,64	5,54	5,37
Baixo Inferior	5,60	5,70	5,65	5,34	5,63

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ <0,1

A análise do rendimento do estudante no curso, considerando o status sócio-econômico da família e a cor, mostra que, entre os estudantes de alto status socioeconômico, as médias mais elevadas são dos estudantes brancos e morenos; os estudantes mulatos têm média mais elevada no grupo de status médio inferior e os estudantes pretos têm sua maior média no grupo de status baixo inferior (tabela 56).

Tabela 56 - Médias de rendimento no curso segundo o *status* socioeconômico da família e a cor do estudante

	Geral	Branca	Morena	Mulata	Preta
Alto	5,88	6,06	5,88	5,24	5,63
Médio Superior	5,57	5,79	5,49	5,28	5,63
Médio	5,56	5,62	5,64	5,34	5,11
Médio Inferior	5,38	5,42	5,32	5,72	5,12
Baixo Superior	5,14	5,79	5,59	5,66	4,99
Baixo Inferior	5,63	5,75	5,57	5,34	6,23

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Sig. : $\infty < 0,1$

Trabalho

Ser ou não trabalhador revelou-se uma condição que interfere no desempenho do estudante. Os estudantes que não trabalham têm maior média de ingresso do que os que trabalham. O exame do desempenho no vestibular, considerando a condição de ocupação e a cor, mostra que em ambos os contingentes, isto é, tanto entre os que trabalham quanto os que não trabalham, quanto mais elevada a média, mais *claro* o estudante. Ou seja, os brancos têm as mais elevadas médias e os pretos as menores. Considerando a carga de trabalho semanal e a cor, percebe-se que entre todos os segmentos raciais, surpreendentemente, a média mais elevada é a dos estudantes que trabalham maiores quantidades de horas semanais; entre os brancos e os pretos, as maiores médias são as dos estudantes que não trabalham e as dos que trabalham *quarenta horas* semanais; entre os morenos e mulatos são as dos estudantes que não trabalham e daqueles que trabalham *de turno* (tabela 57).

Não surpreende que os que não trabalham tenham média mais elevada, porque são eles que dispõem de mais tempo para o estudo. No entanto, chama atenção que a segunda média mais elevada em todos os segmentos raciais seja justamente daqueles que têm maior jornada. A observação da idade desses estudantes mostra que a mediana dos que não trabalham é vinte anos, enquanto que a dos que trabalham *quarenta horas* semanais e daqueles que trabalham *de turno* é vinte e cinco anos. Isso pode explicar, em parte, as médias mais elevadas nesses grupos, por se tratar de pessoas com maior maturidade e, portanto, maior compromisso com seu projeto profissional e com maior urgência de concluir mais rápido a formação, pelas próprias responsabilidades que a idade mais madura vai impondo.

Tabela 57 - Médias dos estudantes no vestibular segundo a condição de ocupação, a carga de trabalho semanal e a cor

	Branca	Morena	Mulata	Preta
Não trabalha	6,10	6,00	5,71	5,59
Trabalha	5,62	5,57	5,40	5,31
Trabalha 20 h. semanais	5,60	5,56	5,40	5,31
Trabalha de 20 a 30 h. sem.	5,64	5,62	5,41	5,26
Trabalha 40 h. semanais	5,66	5,53	5,36	5,34
Trabalha de turno	5,63	5,65	5,45	5,29

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.: $\infty < 0,1$

Com relação ao rendimento no curso, em todos os segmentos raciais, também se observa uma relação direta entre a condição de não-trabalhador e médias mais elevadas. Dos que trabalham, entre os mulatos e brancos as médias mais

elevadas são as dos que trabalham *vinte horas* semanais; entre os morenos e pretos os que trabalham *quarenta horas* (Tabela 58).

Tabela 58 - Médias de rendimento no curso segundo a condição de ocupação, a carga de trabalho semanal e a cor

	Branca	Morena	Mulata	Preta
Não trabalha	5,96	5,84	5,69	5,67
Trabalha	5,13	4,90	4,87	4,99
Trabalha 20 h. semanais	5,21	5,14	5,24	4,99
Trabalha de 20 a 30 h. sem.	4,94	4,46	4,87	4,40
Trabalha 40 h. semanais	5,19	5,17	4,80	5,57
Trabalha de turno	4,95	4,77	4,24	4,66

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig. :∞ <0,1

Escola de segundo grau

O exame do desempenho no vestibular, considerando o tipo de escola freqüentada no segundo grau, indicou que os estudantes oriundos da escola privada, em todos os segmentos raciais, exibem melhor desempenho que os oriundos de uma escola pública. O mesmo se observa com relação ao rendimento no curso; também os estudantes vindos da escola privada apresentam médias mais elevadas que os que vieram de escolas públicas, embora com diferença menos significativa.

O desempenho segundo a cor, mostrado na Tabela 59, evidencia que os estudantes da escola pública têm rendimento muito homogêneo. Com relação aos que vieram da escola privada as distâncias são um pouco mais perceptíveis; aí o

rendimento dos estudantes acompanha o gradiente de cor, de modo que a média mais elevada é a dos brancos e a mais baixa a dos pretos. É possível pensar que essa diferença se deva a tipos diferenciados de escola privada freqüentada pelos distintos segmentos raciais (Tabela 59).

Tabela 59 - Médias de pontos no vestibular e médias de rendimento no curso, segundo a cor e o tipo de escola de segundo grau

	Pública		Privada	
	Escore	Rendimento	Escore	Rendimento
Branca	5,57	5,47	6,13	5,86
Morena	5,57	5,32	6,06	5,72
Mulata	5,43	5,29	5,79	5,50
Preta	5,36	5,30	5,67	5,50
Geral	5,51	5,34	6,04	5,74

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

A verificação do tipo de estabelecimento de ensino de onde são oriundos os estudantes demonstra que os brancos e morenos estão melhor representados entre os que vieram dos colégios privados de Salvador que desfrutam de maior prestígio, enquanto que os pretos e mulatos estão melhor representados entre aqueles cuja origem são “outros colégios privados” isto é, aqueles menos conhecidos. É possível pensar que esses estabelecimentos sejam de menor qualidade, não oferecendo ao estudante a preparação adequada e que isso se reflita no desempenho dos estudantes no curso superior (Tabela 60).

Tabela 60 – distribuição percentual dos estudantes segundo o colégio privado de segundo grau segundo a cor e a média de pontos atingida no vestibular

	Total	B	%	M	%	M	%	P	%	Total
Maristas	6,57	6,61	3,8	6,56	2,4	6,46	1,0	5,79	0,1	2,4
2 de Julho	6,18	6,24	2,4	6,17	3,1	6,15	1,8	5,91	0,8	2,5
Anchieta	6,65	6,61	5,6	6,72	3,7	6,49	1,5	6,13	1,0	3,7
Antonio Vieira	6,48	6,52	5,6	6,46	3,4	6,22	1,0	5,82	0,1	3,4
São Paulo	6,49	6,52	5,2	6,51	3,0	6,13	1,1	6,16	0,7	3,2
Integral	6,21	6,61	2,0	6,13	1,6	6,68	1,6	5,77	0,3	1,6
Diplomata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apoio	5,95	5,83	1,0	6,07	1,1	5,77	1,0	6,12	0,6	1,0
Outros Privados	5,86	6,20	38,2	5,88	36,1	5,67	30,5	5,59	25,2	35,0
Total	-	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ < 0,1

B – Branca; M – morena; M – mulata; P - preta

A observação do desempenho no vestibular do grupo de estudantes de *alto status* sócio-econômico oriundos da escola privada evidencia que os morenos seguidos dos brancos têm as maiores médias de ingresso, sendo dos pretos a mais baixa. Contudo, quando se observam as médias de rendimento no curso, se percebe que uma vez passada a situação de competição característica do vestibular, os pretos passam a ocupar uma posição melhor do que a dos mulatos aproximando-se da posição dos morenos (Tabela 61).

Tabela 61 - Médias de pontos no vestibular e rendimento no curso, dos estudantes de *alto status*, vindos da escola privada

	%	Escore	Rendimento
Branca	42,6	6,35	6,11
Morena	46,7	6,32	5,96
Mulata	8,5	6,16	5,49
Preta	2,2	6,03	5,91

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ < 0,5

Entre os estudantes de baixo *status* vindos da escola pública, os pretos, justamente os que estão mais sujeitos a desvantagens, apresentam média mais elevada tanto de ingresso quanto no curso, embora a relação não se revele significativa. É possível entender o melhor desempenho dos pretos nesse grupo, como fizeram outros autores (Andrews,1998), a partir de um empenho maior desse segmento para superar sua situação mais desfavorável. Talvez para os pretos, mais que para outros segmentos raciais, o curso superior represente alguma possibilidade de ascensão social, sobretudo se tratando de estudantes oriundos da escola pública (Tabela 62).

Tabela 62 - Médias de pontos no vestibular dos estudantes de baixo status, vindos da escola pública

	%	Escore
Branca	20,9	5,50
Morena	46,9	5,57
Mulata	20,9	5,33
Preta	11,2	5,61

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ > 0,5

Tabela 63 - Médias de rendimento no curso dos estudantes de baixo status, vindos da escola pública

	Rendimento
Branca	5,29
Morena	5,31
Mulata	5,60
Preta	6,27

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ >0,5

Prestígio da carreira e desempenho

O status sócio-econômico do estudante tem uma determinação sobre o nível de prestígio da carreira em que está situado. Como evidencia a Tabela 64, mais da metade dos estudantes de elevado *status* sócioeconômico (*status alto* e *médio superior*) estão em carreiras de elevado prestígio social (*alto* e *alto médio*). Os que estão em carreiras de *baixo* e *médio baixo* prestígio não chegam a um terço. Dos estudantes de *baixo status*, pouco mais de um décimo estão situados em carreiras de *alto* e *médio alto* prestígio. Eles estão mais concentrados nas carreiras de *médio* e *baixo médio* prestígio.

Tabela 64 – Distribuição dos estudantes segundo o *status* socioeconômico e o nível de prestígio da carreira e a cor

Status/prestígio	A e AM	M	MB e B
Alto	33,6	19,8	13,4
Médio Superior	21,9	22,8	18,4
Médio	19,9	20,0	22,6
Médio Inferior	12,8	16,7	21,8
Baixo Superior	9,1	15,3	18,2
Baixo Inferior	2,7	5,1	5,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa direta

sig.: $\infty > 0,5$

A – *alto*; AM – *alto médio*; M – *médio*; MB – *médio baixo*; B – *baixo*.

A análise do desempenho no vestibular, considerando o prestígio da carreira, mostra que quanto mais prestigiosa esta, maior a média de pontos do estudante no vestibular, sinalizando para o padrão da disputa por vaga na UFBA. Em todos os níveis de prestígio, evidencia-se o melhor desempenho dos brancos e morenos (tabela 65).

Tabela 65 - Médias de pontos no vestibular segundo o prestígio da carreira e a cor do estudante

	Geral	Branca	Morena	Mulata	Preta
Alto	6,57	6,59	6,59	6,48	6,38
Alto Médio	5,60	5,63	5,62	5,56	5,44
Médio	5,42	5,46	5,42	5,37	5,36
Médio Baixo	5,34	5,36	5,40	5,23	5,19
Baixo	5,07	5,07	5,03	4,97	4,95

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ < 0,1

As maiores médias de rendimento são as dos estudantes que estão em carreiras de *alto* prestígio social, embora as menores não sejam aquelas dos estudantes em carreiras de *baixo* prestígio, como, inversamente, se poderia supor. Ao contrário, entre os pretos e mulatos os estudantes que estão em carreiras de *baixo* prestígio têm médias relativamente elevadas (tabela 66).

Tabela 66 - Médias de rendimento no curso segundo o prestígio da carreira e a cor do estudante

	Geral	Branca	Morena	Mulata	Preta
Alto	6,50	6,61	6,49	6,19	6,23
Alto Médio	5,47	5,49	5,33	5,59	5,85
Médio	4,96	4,89	4,99	4,99	4,96
Médio Baixo	4,33	4,28	4,32	4,53	4,15
Baixo	5,49	5,24	5,42	5,65	5,82

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ < 0,1

O exame do rendimento do grupo de *alto status*, em carreiras de *alto* prestígio revela que é dos pretos a maior média de rendimento no curso, como evidencia a Tabela 67.

Tabela 67 - Médias de rendimento no curso dos estudantes de *alto status* socioeconômico em carreiras de *alto* prestígio segundo a cor

	%	Rendimento
Branca	45,5	6,71
Morena	45,1	6,59
Mulata	7,9	5,90
Preta	1,7	6,75

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ < 0,1

Entre os estudantes do grupo de carreiras de alto prestígio, cujos pais têm escolaridade superior, as maiores médias de ingresso e de rendimento são os morenos e brancos (Tabelas 68 e 69).

Tabela 68 - Médias de pontos no vestibular dos estudantes em carreiras de *alto* prestígio, cujo pai tem escolaridade superior, segundo a cor

	%	Escore
Branca	30,3	6,63
Morena	52,6	6,66
Mulata	14,5	6,60
Preta	2,6	6,51
Total	100,0	6,64

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ > 0,5

Tabela 69 - Médias de rendimento no curso dos estudantes em carreiras de *alto* prestígio, cujo pai tem escolaridade superior, segundo a cor

	Rendimento
Branca	6,60
Morena	6,59
Mulata	6,01
Preta	6,36

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ < 0,1

Os estudantes das carreiras de *alto* nível de prestígio, cujo pai não completou o antigo curso primário, têm médias de ingresso e de rendimento inferiores às das dos estudantes cujo pai tem escolaridade superior, evidenciando o efeito da escolaridade do pai sobre o desempenho do estudante. É dos brancos a média mais elevada, seguida da dos pretos. Pretos e mulatos têm as maiores médias de rendimento no curso (Tabela 70).

Tabela 70 - Média de pontos no vestibular e rendimento no curso, dos estudantes em carreira de alto prestígio, cujo pai tem escolaridade primária incompleta

	Escore	Rendimento
Branca	6,73	5,85
Morena	6,49	6,00
Mulata	6,37	6,23
Preta	6,70	6,52

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

sig.:∞ > 0,5

O exame do rendimento no curso, dos estudantes de *baixo status* sócio-econômico, em carreiras de *alto* prestígio social evidencia um quadro peculiar, embora a relação não seja significativa. Mesmo sendo dos pretos a menor média, os mulatos apresentam o melhor desempenho. O feito dos mulatos nesse contingente é surpreendente, quando se sabe que eles, ao lado dos pretos, são os

que estão sujeitos às condições mais desfavoráveis. Sua situação corresponde à daqueles estudantes de famílias populares que ingressam em universidades públicas em carreiras *altamente selecionadas e supervalorizadas socialmente*, analisada por Portes (2000). Esses estudantes, considerados *superselecionados*, são vistos como uma *improbabilidade estatística*, por conseguirem superar a desvantagem inicial decorrente da *atmosfera cultural do seu meio* (46). No caso dos estudantes mulatos e pretos, a essa desvantagem, que decorre da sua condição socioeconômica, associam-se os efeitos da discriminação racial, constituindo-se em barreiras poderosíssimas a serem superadas, aumentando para eles, portanto, a *improbabilidade*. A esse respeito, Andrews (1998), comentando depoimentos de negros que atingiram posições valorizadas no mercado de trabalho, observa que para essas pessoas *os obstáculos são considerados tão enormes que aqueles que continuam a lutar contra eles acham que a única maneira de triunfar é se transformando em super-humanos* (p.271).

Tabela 71 - Medias de rendimento dos estudantes de baixo *status* socioeconômico em carreiras de *alto* prestígio segundo a cor

	%	Rendimento
Branca	28,0	6,73
Morena	58,0	6,52
Mulata	4,0	7,31
Preta	10,0	6,11

Fonte: Pesquisa direta

Sig. :∞ >0,5

Desempenho segundo a carreira e cor

O exame do desempenho do estudante por carreira de *per se* revela que os estudantes brancos obtêm maiores médias de ingresso em quase a metade das carreiras. Os morenos têm médias mais elevadas em pouco mais de um terço, os pretos em 9,5, e os mulatos em 7,5. Assim, os *claros* têm médias mais elevadas em mais de quatro quintos das carreiras (Tabela 72).

Tabela 72 - Médias de ingresso segundo a média mais elevada por carreiras e a cor do estudante

	%
Branca	49,0
Morena	43,0
Mulata	7,5
Preta	9,5
Total	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Sig. : $\infty < 0,1$

Tabela 73 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a média de pontos mais elevada no vestibular, por prestígio da carreira e cor

	A	M A	M	M B	B
Branca	63,7	10,0	50,0	53,8	57,1
Morena	18,1	50,0	25,0	46,2	28,6
Mulata	9,1	20,0	8,3	-	-
Preta	9,1	10,0	16,7	-	14,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Nas carreiras de todos os níveis de prestígio, os *claros* têm médias ingresso mais elevadas numa maior proporção que os *escuros*. Assim, eles obtêm maiores médias em mais de quatro quintos das carreiras de *alto* prestígio; sete décimos nas carreiras de *médio alto* prestígio; quatro quartos das carreiras de *médio* prestígio; na totalidade das carreiras de *médio baixo* prestígio e em mais de quatro quintos das carreiras de *baixo* prestígio. Ao contrário, quando se trata do rendimento no curso, eles têm maior proporção de médias mais elevadas apenas nas carreiras de alto prestígio. Nas carreiras dos demais níveis, a maior proporção de médias mais elevadas é dos *escuros*, como mostra a Tabela 74.

Isso mostra que é pelas carreiras de *alto* prestígio que se trava a disputa mais acirrada entre os segmentos raciais, porque são essas que vão conferir maiores vantagens, tanto no mercado de trabalho quanto como elemento de distinção social.

Tabela 74 – Distribuição percentual das carreiras, por nível de prestígio, segundo a média mais elevada do estudante e a cor

	Escore					Rendimento				
	A	MA	M	MB	B	A	MA	M	MB	B
Claros	81,8	70,0	75,0	100,0	85,7	54,4	30,0	25,0	30,7	28,6
Escuros	18,2	30,0	25,0	-	14,3	45,4	70,0	75,0	69,3	71,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Embora seja dos *claros* a situação mais privilegiada, chama atenção no grupo de carreiras de *alto* prestígio o desempenho dos mulatos e pretos em *Medicina*, a

carreira mais prestigiada de todo o *ranking*. O fato de apresentarem médias mais elevadas de rendimento, ao lado da sua reduzida presença na carreira, aponta para a dimensão da seletividade aí presente, indicando que apenas aqueles de desempenho excepcional entre os mulatos e pretos se sentem encorajados a competir pelos cursos mais valorizados (tabela 75a)³³.

Sendo minoritários na UFBA, e representando o grupo racial mais sujeito a desvantagens, chama atenção a situação dos *escuros* com relação ao rendimento nas carreiras das demais áreas, sobretudo quando se trata de carreiras altamente prestigiadas, em que pese o melhor desempenho dos brancos e morenos (Tabelas 75 b,c,d,e).

Desempenho no vestibular, rendimento no curso, gênero e cor

Analisando resultados obtidos por estudantes em exames vestibulares, Barroso e Mello (1975) constatam que os homens obtêm melhores resultados que as mulheres, em áreas diversificadas. Resultados diferentes são, no entanto, encontrados por Lewin (*apud* Rosemberg,1994), cujo estudo evidenciou um melhor desempenho das mulheres no vestibular.

³³ Tabelas ao final do capítulo.

Na UFBA, em quase todas as áreas é dos homens a maior proporção de médias mais elevadas no vestibular. Ao contrário, as mulheres atingem maiores médias de rendimento no curso (Tabela 76).

Em todas as carreiras de *alto* prestígio da área I, onde estão as carreiras técnicas, consideradas *território masculino*, as mulheres são minoritárias e apresentam menor média de pontos nas provas do vestibular. Contudo, quando se observa o seu rendimento no curso, a vantagem é, sem dúvida, delas. As mulheres atingem, freqüentemente, maiores médias de rendimento que os homens, o que indica que, uma vez ultrapassada a barreira da disputa pelo acesso, elas podem revelar-se tão, ou mais, capazes que os homens. Excetuando-se *Engenharia Químicas*, *Engenharia Minas* e *Geofísica*, esse mesmo padrão de desempenho repete-se nas demais carreiras da área I (Tabela 77a).

Embora o melhor desempenho global seja dos homens, em certas carreiras valorizadas desta área, as mulheres têm médias mais elevadas que eles. Assim, o melhor desempenho no vestibular em *Engenharia Mecânica*, *Engenharia Química* e *Geofísica* pertence às mulheres brancas; em *Engenharia Elétrica* e *Química*, as médias mais elevadas são das mulheres morenas; as mulheres mulatas têm médias mais elevadas em *Engenharia Civil*, *Física* e *Estatística*; as mulheres pretas têm média mais elevada em *Geologia* (Tabela 78a).

Na área II, as mulheres, no seu conjunto, têm melhor desempenho no vestibular em *Enfermagem* e *Medicina Veterinária*, nas demais a superioridade é masculina,

mas elas têm médias de rendimento no curso mais elevadas que os homens em todas as carreiras da área (Tabela 77b). As mulheres brancas têm desempenho superior aos homens em *Odontologia* e *Biologia*; nesta última, as morenas têm desempenho similar às brancas. O melhor desempenho no curso, nesta área, é das mulheres pretas, que têm média superior às demais em *Medicina*, *Odontologia*, *Enfermagem* e *Nutrição*. As mulatas têm maiores médias em *Medicina Veterinária* e *Biologia*, as morenas em *Farmácia* e *Licenciatura em Ciências* e as brancas em *Agronomia* (Tabela 78b).

Nas carreiras da área III, as mulheres têm média de ingresso mais elevada apenas em *Administração* e de rendimento em todas as carreiras (Tabela 77c). As mulheres morenas têm médias de ingresso mais elevadas que o segmento masculino em *História* e *Filosofia*; as brancas têm melhor desempenho em *Educação Física* e *Biblioteconomia*; as pretas têm desempenho superior em *Psicologia*, uma carreira de *alto* prestígio. Com relação ao rendimento no curso, as pretas têm o melhor desempenho, com médias mais elevadas, em *Direito*, *Psicologia*, *Comunicação*, *Educação Física*, *Secretariado*, *Ciências Sociais* e *Biblioteconomia*; em seguida estão as mulatas, com maiores médias em *Administração*, *Pedagogia*, *Ciências Econômicas*, *História*, *Filosofia* e *Geografia*; as morenas têm médias mais elevadas em *Museologia* e *Ciências Contábeis* (Tabela 78c).

Na área IV, mantém-se o padrão de melhor desempenho dos homens no ingresso e melhor rendimento das mulheres no curso (Tabela 77d). Em duas das três carreiras da área as mulheres têm desempenho no curso superior aos homens. As mulheres brancas têm médias de ingresso iguais às dos homens em uma carreira e mais elevadas em duas (Tabela 78d).

Na área V, embora os homens tenham, no vestibular, desempenho superior às mulheres em uma proporção maior de carreiras, em mais de dois quintos delas as mulheres têm médias de ingresso mais elevadas. Assim, as mulheres morenas têm médias de ingresso superior aos homens em *Direção Teatral* e *Canto*; as mulatas têm média mais elevada em *Desenho Industrial*, e as pretas têm maior média em *Licenciatura em Teatro* (Tabela 77e). Quanto ao de rendimento no curso, as mulheres pretas têm maiores médias em *Artes Plásticas*, *Licenciatura em Teatro*, *Dança e Composição e Regência*; as morenas em *Desenho e Plástica*; e *Direção Teatral*; as mulatas em *Desenho Industrial*; e as brancas em *Interpretação Teatral* (Tabela 78e).

A análise evidenciou que a situação do vestibular, caracterizada pela competição, pela disputa, tem sobre as mulheres um efeito mais negativo que sobre os homens, o que faz com que apresentem desempenho inferior ao masculino, sobretudo nas carreiras mais valorizadas. Contudo, passado esse momento inicial, elas apresentam um desempenho similar ou até mesmo superior ao dos homens, refletindo a sua melhor escolarização durante o segundo grau. A atuação feminina

evidencia ainda que as mulheres estão superando o padrão de socialização que as mantinha atreladas a atividades profissionais mais assemelhadas ao mundo privado, rompendo, ao mesmo tempo, o bloqueio à sua presença nos espaços que, ao longo do tempo, estiveram reservados aos homens. Apesar da sua reduzida presença, destaca-se o desempenho das mulatas e pretas em carreiras de elevado prestígio, o que aponta uma mudança na representação que relaciona as mulheres pretas e mulatas às ocupações menos valorizadas do mercado de trabalho.

Conclusões

À UFBA tem acesso um contingente de elevado *status* socioeconômico (*alto e médio superior*). Nesse patamar estão situados quase seis em dez estudantes do segmento branco e quase a metade dos morenos. Assim, esse é um espaço que se mostra menos permeável à presença de estudantes dos níveis inferiores de *status* socioeconômico, nos quais os mulatos e pretos estão mais representados.

A análise do desempenho dos estudantes segundo a condição racial e o *status* socioeconômico revelou que ao gradiente de cor corresponde uma gradação no desempenho do estudante, evidenciando que o melhor desempenho cabe aos brancos e aos de mais elevado *status*.

A comparação dos segmentos preto e branco no nível de *baixo status* evidenciou que, mesmo em condições socioeconômicas similares, os pretos estão sujeitos a maiores desvantagens. A presença dos brancos é mais expressiva; entre eles é mais reduzida a proporção de pais com escolaridade menor que o segundo grau; as idades medianas de conclusão do segundo grau e de ingresso na Universidade são menores entre os brancos. Entre os pretos, a renda mediana da família é inferior à dos brancos; em maiores proporções freqüentaram uma escola pública no segundo grau e é também maior entre eles a proporção dos que freqüentaram um curso profissionalizante. Essa evidência demonstra que para eles a expectativa de profissionalização tinha como horizonte o segundo grau. O CEFET se revelou um espaço importante para a inserção dos pretos, deste nível de *status*, nas carreiras de elevado prestígio social, embora seja dos brancos a melhor posição nessas carreiras. Em que pese seu bom desempenho, os pretos aí situados têm situação mais desfavorável que os demais segmentos raciais em diversos aspectos, o que só pode ser atribuído às desvantagens relacionadas à sua condição racial.

Ser ou não trabalhador mostrou ser uma condição que interfere no desempenho do estudante, determinando que aqueles que não trabalham obtenham médias mais elevadas, nos dois momentos examinados. Entre os que trabalham, em todos os segmentos raciais, as maiores médias de ingresso são as dos que têm cargas de trabalho mais elevadas, o que pode ser explicado tanto pela maior maturidade desses estudantes, vez que eles têm uma idade mediana também mais elevada, quanto pela necessidade de concluir mais rapidamente a formação.

Os oriundos da escola privada, em todos os segmentos raciais, apresentam melhor desempenho que os da escola pública, em ambos os momentos. As médias acompanham o gradiente de cor, de modo que as mais elevadas são as dos brancos, ficando com os pretos as menores. Os *claros* estão melhor representados entre os que vieram dos colégios privados de Salvador, que desfrutam de maior prestígio, enquanto que entre os *escuros* a proporção é relativamente menor. Eles estão mais representados entre os que vieram de “outros colégios privados”, aqueles menos reconhecidos, que podem ser de menor qualidade, não oferecendo ao estudante a preparação adequada, afetando o seu desempenho no vestibular.

No grupo de *alto status* socioeconômico, vindo da escola privada, as médias de ingresso acompanham o gradiente de cor, cabendo a mais elevada aos brancos. A análise do rendimento mostra que embora as maiores médias sejam as dos brancos e morenos, os pretos têm média mais elevada que os mulatos, aproximando-se dos morenos.

Entre os estudantes de baixo *status* vindos da escola pública, o melhor desempenho dos pretos sinaliza para um forte embate para superar as fragilidades da escolarização anterior e aponta para uma valorização do curso superior como possibilidade de mudança da sua situação social.

O *status* socioeconômico e a cor do estudante estão associados ao prestígio da carreira. Assim, nas carreiras que desfrutam de maior prestígio estão melhor representados os mais *claros* e de *status* mais elevado. O desempenho no vestibular considerando o prestígio da carreira evidenciou que quanto mais valorizada, maior a média do estudante; aí os brancos e morenos estão melhor representados. Chama atenção o melhor rendimento dos pretos de *alto status* em cursos de *alto* prestígio.

A escolaridade do pai tem efeito sobre o desempenho do estudante, mostrando que os estudantes cujos pais possuem escolaridade superior têm maiores médias que aqueles cujo pai não completou o antigo curso primário. Entre os estudantes de baixo *status* que estão em carreiras de alto prestígio, embora a menor média seja dos pretos, os mulatos têm um excelente desempenho, mais elevado que o dos demais segmentos raciais. O bom desempenho de mulatos e pretos de *baixo status* sugere um forte embate desses indivíduos com as condições de vida do seu grupo social, em que se associam uma precária situação material aos efeitos do racismo. Por essa razão, esses estudantes podem ser também considerados *uma improbabilidade estatística*, como sugere Portes (2000:46), referindo-se aos estudantes pobres que ingressam em universidades públicas em carreiras prestigiadas.

Os estudantes *claros* têm médias de ingresso mais elevadas num maior número de carreiras, em todos os níveis de prestígio mas, quando se trata do rendimento, apesar de terem melhor desempenho na maior proporção das carreiras de *alto*

prestígio, nos demais níveis são os *escuros* que atingem médias mais elevadas no maior número de carreiras. Isso evidencia que é pelas carreiras de *alto* prestígio que se trava a disputa mais acirrada entre os segmentos raciais. Chama atenção o desempenho dos pretos e mulatos, no curso de *Medicina*, a carreira mais prestigiosa do *ranking* de prestígio, indicando que apenas aqueles estudantes de excepcional desempenho se sentem encorajados a competir por esse espaço.

A observação do desempenho considerando o gênero mostrou que em todas as áreas, os homens atingem maiores médias de ingresso, num maior número de cursos, enquanto as mulheres atingem médias mais elevadas de rendimento. Nas áreas II e III, elas têm melhor rendimento em todos.

Confirmando que a área I é espaço cativo dos homens, as mulheres não somente são minoritárias, como atingem, em geral, menores médias de ingresso. Contudo, elas têm rendimento superior ao masculino em oito de dez cursos da área. Até mesmo naqueles em que os homens obtêm maior rendimento global, as mulheres de alguns segmentos raciais superam o desempenho masculino.

Reafirmando conclusões de outros estudos, a análise revelou que as mulheres têm desempenho inferior ao masculino em situação de competição, como a do vestibular, mas, passado esse momento, elas apresentam um rendimento superior ao masculino, em quase todas as áreas. Esse desempenho também reflete a escolarização realizada em escolas privadas por uma parcela maior de mulheres. O desempenho das mulheres em muitas das carreiras ditas “masculinas” aponta

para a tendência à superação de um padrão de socialização feminina que conduzia as mulheres para carreiras profissionais mais assemelhadas às atividades do mundo privado. O destacado desempenho das estudantes do segmento *escuro* em cursos prestigiados indica uma mudança nas representações que associam a imagem da mulher mulata e preta a ocupações de baixa valorização.

Tabelas

Tabela 75a – Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *alto* prestígio, por cor

	Escore					Rendimento				
	T	B	M	M	P	T	B	M	M	P
Medicina	5,48	5,64	5,54	5,20	5,32	7,31	7,24	7,33	7,48	7,49
Processamento de Dados	6,80	6,69	6,95	6,76	6,69	5,80	5,88	5,54	5,41	6,92
Engenharia Elétrica	6,92	7,01	6,94	6,74	6,64	6,20	6,27	6,23	5,97	6,00
Direito	6,73	6,74	6,74	6,66	6,50	6,98	6,87	7,11	6,89	6,65
Odontologia	6,60	6,62	6,61	6,55	6,50	7,13	7,31	7,03	6,54	7,54
Psicologia	6,33	6,32	6,35	6,20	6,44	6,86	7,03	6,90	5,84	6,95
Engenharia Civil	6,47	6,54	6,45	6,30	6,41	5,98	6,15	5,81	5,26	5,23
Engenharia Mecânica	6,43	6,51	6,46	6,18	6,27	5,22	5,21	5,47	4,19	5,66
Engenharia Química	6,36	6,46	6,37	6,33	6,06	4,97	5,30	5,13	4,47	4,19
Administração	6,13	6,17	6,17	5,85	6,06	6,31	6,43	6,17	6,47	6,78
Arquitetura	6,11	6,08	6,11	6,26	5,99	6,43	6,57	6,41	6,05	6,18

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Sig. : $\infty < 0,1$

Tabela 23b - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *alto médio* prestígio, por cor

	Escore					Rendimento				
	T	B	M	M	P	T	B	M	M	P
Comunicação	6,38	6,38	6,40	6,29	6,27	6,40	6,53	6,47	5,42	7,35
Ciências Econômicas	5,88	5,94	5,86	5,90	5,82	4,88	5,46	4,33	6,01	4,85
Ciências Contábeis	5,73	5,69	5,75	5,70	5,74	3,89	3,86	3,64	4,20	4,72
Medicina Veterinária	5,62	5,64	5,64	5,52	5,68	5,43	5,42	5,47	5,31	5,44
Enfermagem	5,43	5,51	5,44	5,40	5,29	6,39	6,18	6,51	6,27	6,54
Engenharia Sanitária	5,42	5,38	5,46	5,39	5,42	3,89	3,86	3,64	4,20	4,72
Nutrição	5,43	5,42	5,46	5,40	5,39	5,76	5,74	5,67	5,87	6,22
Química Industrial	5,48	5,36	5,52	5,55	5,54	3,45	3,90	3,51	3,22	1,53
Engenharia de Minas	5,35	5,31	5,39	5,32	5,26	2,79	3,37	2,63	2,55	2,85
Pedagogia	5,21	5,20	5,25	5,29	5,10	6,16	5,83	6,08	6,65	6,57

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Sig. : $\infty < 0,1$

Tabela 75c - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *médio* prestígio, por cor

	Escore					Rendimento				
	T	B	M	M	P	T	B	M	M	P
Letras Vernáculas com Língua Estrangeira	5,73	5,72	5,74	-	-	5,45	5,00	6,36	-	-
Desenho Industrial	5,95	6,03	5,90	5,91	6,23	5,79	3,98	6,32	5,77	7,72
Farmácia	5,70	5,68	5,70	5,74	5,71	5,07	5,02	5,26	4,74	4,87
Educação Física	5,33	5,39	5,35	5,31	5,83	5,16	3,96	5,26	5,45	6,82
Ciências Sociais	5,56	5,62	5,56	5,49	5,54	4,91	4,70	4,28	5,44	6,08
Língua Estrangeira	5,83	5,94	5,86	5,61	5,75	4,31	4,28	4,35	3,49	4,97
Artes Plásticas	5,39	5,42	5,40	5,24	5,30	6,08	6,00	5,95	6,36	7,41
Matemática	5,44	5,49	5,44	5,46	5,40	3,43	3,36	3,27	3,96	3,03
Letras Vernáculas	5,44	5,57	5,40	5,40	5,27	5,11	4,83	5,04	5,61	4,69
Química	5,27	5,30	5,34	5,18	5,12	2,64	3,38	2,66	2,38	2,19
Agronomia	5,02	5,02	5,04	4,96	5,03	4,80	4,38	4,95	5,04	4,38
Secretariado	5,08	5,11	5,08	4,99	5,08	6,76	6,48	6,86	6,64	7,11

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Sig. :∞ < 0,1

Tabela 75d - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *médio baixo* prestígio, por cor

	Escore					Rendimento				
	T	B	M	M	P	T	B	M	M	P
Artes Cênicas (Interpretação)	5,43	5,56	5,42	5,27	-	5,79	6,11	5,77	5,42	-
História	5,80	5,87	5,81	5,77	5,71	5,62	5,19	5,61	5,93	5,89
Ciências Biológicas	5,44	5,52	5,42	5,33	5,35	4,67	4,31	4,56	5,78	4,56
Física	5,37	5,46	5,38	5,39	5,24	2,13	1,56	2,43	2,13	1,62
Filosofia	5,45	5,32	5,61	5,30	5,33	4,97	4,18	4,90	6,45	4,94
Música	5,29	5,28	5,57	5,04	4,73	6,56	7,48	5,99	7,37	6,33
Artes Cênicas (Direção)	5,32	4,98	5,73	5,13	-	6,08	5,93	7,25	4,52	-
Geofísica	5,48	5,64	5,54	5,20	5,32	3,08	2,91	3,72	1,99	3,94
Artes Cênicas (Licenciatura)	4,94	4,72	5,21	4,80	5,02	6,80	5,19	7,26	6,90	8,15
Dança	5,03	5,13	5,09	4,75	4,83	5,11	5,13	5,05	4,77	5,89
Composição										
Regência	5,31	5,36	5,32	5,33	4,86	6,39	6,88	6,09	6,00	7,26
Geologia	5,11	5,08	5,14	5,06	5,11	2,94	2,63	2,76	3,48	3,76
Estatística	4,97	4,95	5,04	4,93	4,91	2,00	2,16	2,03	1,91	1,93

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Sig. :∞ < 0,1

Tabela 75e - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular e rendimento em cursos de *baixo* prestígio, por cor

	Escore					Rendimento				
	T	B	M	M	P	T	B	M	M	P
Instrumento	5,12	5,17	5,52	4,92	4,65	6,94	6,17	7,36	6,27	8,33
Geografia	5,39	5,46	5,42	5,27	5,43	4,71	4,90	4,31	5,39	4,01
Canto	5,18	4,90	5,33	-	4,41	5,70	5,03	6,10	-	3,61
Museologia	5,15	5,21	5,20	5,05	4,91	5,37	5,15	5,63	4,65	6,14
Biblioteconomia	4,99	5,04	5,00	4,98	4,93	6,16	5,12	6,18	6,41	6,97
Desenho e Plástica	4,88	4,98	4,85	4,90	4,77	5,87	5,08	5,73	5,94	5,68
Licenciatura em ciências 1º grau	4,84	4,86	4,82	4,79	4,94	4,89	4,69	4,85	4,90	5,20

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Sig: 0,0

Tabela 76 – Distribuição percentual das carreiras segundo a maior média obtida no vestibular e no curso, por gênero

	Escore		Rendimento	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Área I	13,3	86,7	80,0	20,0
Área II	22,2	77,8	100,0	-
Área III	6,7	93,3	100,0	-
Área IV	100,0	-	66,7	33,3
Área V	57,1	42,9	40,0	60,0

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 77a – Médias de pontos no vestibular e médias de rendimento dos estudantes da área I, por nível de prestígio da carreira e gênero

	Escore no vestibular		Rendimento no curso	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
<i>Alto prestígio</i>				
Eng. Elétrica	6,77	6,94	7,31	6,10
Eng. Mecânica	6,56	6,43	6,20	5,19
Arquitetura	5,99	6,22	6,91	5,96
Engenharia Civil	6,45	6,47	6,52	5,54
Processamento de Dados	6,77	6,81	6,32	4,90
Engenharia Química	6,34	6,37	4,87	5,00
<i>Alto-Médio prestígio</i>				
Química Industrial	5,49	5,48	4,37	3,09
Eng. Sanitária	5,38	5,44	4,70	3,64
Eng. de Minas	5,18	5,35	1,77	2,88
<i>Médio prestígio</i>				
Química	5,24	5,29	2,96	2,33
Matemática	5,35	5,48	3,85	3,28
<i>Baixo médio prestígio</i>				
Geologia	5,09	5,12	3,57	2,54
Física	5,27	5,39	2,14	2,13
Geofísica	5,42	5,49	2,46	3,19
Estatística	4,96	4,97	2,97	1,42

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 78a – Médias de rendimento das estudantes da área I, por nível de prestígio da carreira e cor

	Escore				Rendimento			
	B	M	M	P	B	M	M	P
<i>Alto prestígio</i>								
Eng. Elétrica	6,65	7,26	6,52	6,61	7,45	7,30	7,46	5,99
Eng. Mecânica	6,63	6,29	-	-	6,20	6,18	-	-
Arquitetura	6,01	5,98	6,07	5,61	6,93	7,06	6,17	6,08
Engenharia Civil	6,52	6,34	6,70	6,30	6,67	6,24	7,27	7,29
Processamento de Dados	6,70	6,89	6,78	6,49	6,27	6,03	6,84	6,00
Engenharia Química	6,53	6,22	6,29	6,05	5,07	4,51	5,10	4,85
<i>Alto-Médio prestígio</i>								
Química Industrial	5,37	5,46	6,00	5,88	4,16	4,59	4,35	0,0
Eng. Sanitária	5,39	5,34	5,47	5,38	4,09	4,62	5,68	6,75
Eng. de Minas	5,23	5,13	-	-	2,39	1,16	-	-
<i>Médio prestígio</i>								
Química	5,25	5,35	5,17	5,03	3,89	3,45	2,01	1,80
Matemática	5,33	5,42	5,29	5,22	4,47	3,94	3,26	3,63
<i>Baixo-Médio prestígio</i>								
Geologia	4,97	5,14	5,11	5,17	2,93	3,53	3,89	4,30
Física	5,20	5,19	5,45	5,37	3,61	2,11	2,75	0,65
Geofísica	5,55	5,16	-	-	2,27	2,85	-	-
Estatística	4,97	4,98	5,04	4,75	1,69	3,14	3,73	3,69

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 77b – Médias de pontos no vestibular e médias de rendimento dos estudantes nos cursos da área II por nível de prestígio do curso e gênero

Curso	Escore no vestibular		Rendimento no curso	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
<i>Alto prestígio</i>				
Medicina	7,23	7,35	7,49	7,23
Odontologia	6,58	6,62	7,36	6,81
<i>Alto-Médio prestígio</i>				
Enfermagem	5,43	5,38	6,40	6,25
Nutrição	5,42	5,57	5,86	4,00
Medicina Veterinária	5,63	5,61	5,62	5,21
<i>Médio prestígio</i>				
Farmácia	5,64	5,79	5,29	4,75
Agronomia	4,95	5,05	5,08	4,67
<i>Baixo-Médio prestígio</i>				
Ciências Biológicas	5,44	5,45	4,95	4,37
<i>Baixo prestígio</i>				
Licenciatura em Ciências	4,78	5,00	5,08	4,42

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 78b – Médias de rendimento das estudantes nos cursos da área II por nível de prestígio do curso e cor

	Escore				Rendimento			
	B	M	M	P	B	M	M	P
<i>Alto prestígio</i>								
Medicina	7,23	7,23	7,32	6,89	7,46	7,45	7,88	8,03
Odontologia	6,64	6,54	6,48	6,33	7,36	7,39	6,73	7,15
<i>Alto-Médio prestígio</i>								
Enfermagem	5,51	5,44	5,41	5,29	6,14	6,45	6,39	6,67
Nutrição	5,42	5,44	5,38	5,39	5,74	5,90	6,02	6,22
Medicina Veterinária	5,70	5,63	5,50	5,68	5,65	5,63	5,77	4,19
<i>Médio prestígio</i>								
Farmácia	5,60	5,68	5,66	5,44	5,40	5,54	4,65	4,89
Agronomia	4,99	4,93	4,94	4,96	5,53	5,02	5,15	4,36
<i>Médio-Baixo prestígio</i>								
Ciências Biológicas	5,46	5,46	5,36	5,29	4,83	4,53	6,29	5,18
<i>Baixo prestígio</i>								
Licenciatura em Ciências	4,77	4,77	4,77	4,81	5,13	5,14	5,11	4,75

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 77c – Médias de pontos no vestibular e médias de rendimento dos estudantes da área III, por nível de prestígio da carreira e gênero

Curso	Escore no vestibular		Rendimento no curso	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
<i>Alto prestígio</i>				
Direito	6,68	6,76	7,29	6,77
Administração	6,15	6,12	6,68	6,05
Psicologia	6,30	6,40	7,12	6,33
<i>Alto-Médio prestígio</i>				
Comunicação	6,35	6,41	6,93	5,64
Ciências Contábeis	5,69	5,76	6,34	5,53
Pedagogia	5,20	5,33	6,19	5,87
Ciências Econômicas	5,81	5,93	4,93	4,85
<i>Médio prestígio</i>				
Secretariado	5,06	5,72	5,82	4,99
Educação Física	5,32	5,33	5,22	5,14
Ciências Sociais	5,50	5,64	5,07	4,70
<i>Médio-Baixo prestígio</i>				
História	5,79	5,81	5,69	5,59
Filosofia	5,35	5,49	5,82	4,58
<i>Baixo prestígio</i>				
Biblioteconomia	4,96	5,04	6,37	5,70
Geografia	5,30	5,43	5,06	4,52
Museologia	5,00	5,43	5,54	5,03

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 77c – Médias de rendimento das estudantes da área III por nível de prestígio da carreira segundo a cor

	Escore				Rendimento			
	B	M	M	P	B	M	M	P
<i>Alto prestígio</i>								
Direito	6,69	6,69	6,58	6,62	7,29	7,21	7,55	7,62
Administração	6,14	6,18	5,98	6,13	6,48	6,75	7,37	7,16
Psicologia	6,29	6,32	6,10	6,49	7,06	7,26	5,92	7,68
<i>Alto-Médio</i>								
Comunicação	6,36	6,40	6,23	6,20	6,83	7,25	6,18	7,93
Ciências Contábeis	5,64	5,71	5,74	5,63	5,86	6,73	6,67	6,22
Pedagogia	5,21	5,22	5,26	5,08	5,89	6,07	6,77	6,60
Ciências Econômicas	5,81	5,81	5,83	5,84	5,59	4,18	5,84	5,29
<i>Médio prestígio</i>								
Secretariado	5,08	5,06	5,35	5,16	6,46	6,94	6,75	7,11
Educação Física	5,38	5,25	5,34	5,38	5,02	4,88	6,12	7,30
Ciências Sociais	5,60	5,51	5,34	5,50	4,72	4,54	5,93	6,00
<i>Médio-Baixo prestígio</i>								
História	5,78	5,82	5,76	5,62	5,81	5,59	6,33	3,80
Filosofia	5,22	5,53	5,33	4,92	5,44	5,92	6,41	5,80
<i>Baixo prestígio</i>								
Biblioteconomia	5,06	4,97	4,94	4,91	5,38	6,35	6,60	7,06
Geografia	5,42	5,26	5,23	5,37	4,94	4,73	5,35	4,94
Museologia	5,03	5,06	4,86	4,92	4,85	6,35	4,54	6,34

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 78d – Médias de pontos no vestibular e médias de rendimento dos estudantes da área IV por nível de prestígio do curso e gênero

Curso	Escore no vestibular		Rendimento no curso	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
<i>Médio prestígio</i>				
Letras com Língua Estrangeira	5,72	5,74	5,00	6,36
Letra Vernáculas	5,40	5,58	5,14	5,01
Língua Estrangeira	5,77	5,98	4,46	3,97

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 77d – Médias de rendimento das estudantes da área IV por nível de prestígio do curso segundo a cor

	Escore				Rendimento			
	B	M	M	P	B	M	M	P
<i>Médio prestígio</i>								
Letras Vernáculas com Língua Estrangeira	5,72	-	-	-	5,00	-	-	-
Letra Vernáculas	5,50	5,35	5,41	5,21	5,26	4,94	5,37	5,65
Língua Estrangeira	5,89	5,81	5,46	5,66	4,65	4,58	3,29	4,85

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 77e – Médias de pontos no vestibular e médias de rendimento dos estudantes da área V por nível de prestígio do curso e gênero

Curso	Escore		Rendimento no curso	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
<i>Médio prestígio</i>				
Desenho Industrial	5,95	5,95	6,36	5,58
Artes Plásticas	5,33	5,49	6,11	6,04
<i>Médio baixo prestígio</i>				
Artes Cênicas (Licenciatura)	4,94	4,94	6,79	6,81
Artes Cênicas (Direção)	5,15	5,47	5,90	6,25
Artes Cênicas (Interpretação)	5,50	5,29	5,75	5,86
Dança	5,05	4,91	5,11	5,08
Composição e Regência	5,33	5,29	6,21	6,55
<i>Baixo prestígio</i>				
Canto	5,25	5,29	4,89	8,54
Desenho e Plástica	4,89	4,88	6,32	5,27
Instrumento	5,12	-	6,94	-

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Tabela 78e – Médias de pontos no vestibular e médias de rendimento, dos estudantes da área V, por nível de prestígio do curso e gênero

	Escore				Rendimento			
	B	M	M	P	B	M	M	P
<i>Médio prestígio</i>								
Desenho Industrial	6,12	5,83	6,10	-	5,09	6,65	7,60	-
Artes Plásticas	5,38	5,35	5,16	5,20	6,04	6,09	6,07	6,88
<i>Médio baixo prestígio</i>								
Artes Cênicas (Licenciatura)	4,84	5,18	5,85	5,18	5,19	7,99	6,90	8,65
Artes Cênicas (Direção)	5,06	5,67	4,74	-	4,83	7,67	5,74	-
Artes Cênicas (Interpretação)	5,64	5,32	5,43	-	6,30	4,94	5,66	-
Dança	5,14	5,08	4,79	4,83	5,04	5,11	4,87	6,44
Composição e Regência	5,46	5,29	5,26	5,17	6,28	5,91	6,93	7,75
<i>Baixo prestígio</i>								
Canto	4,90	5,49	4,41	-	5,03	5,12	-	3,61
Desenho e Plástica	4,92	4,83	4,93	4,87	6,23	6,46	6,32	6,10
Instrumento	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: UFBA/Pesquisa direta

Capítulo V

O peso da cor: trajetória das variáveis

Na etapa anterior de análise procurei examinar a associação entre as variáveis contempladas neste estudo. Entre estas, foram selecionadas aquelas apontadas pela literatura como fatores de maior peso na determinação do fenômeno em exame, eliminando-se as que não demonstraram poder explicativo, aquelas com coeficientes padronizados baixos e as fora do nível de confiança estabelecido.

Nesta etapa busquei detectar qual a contribuição das variáveis independentes para determinar a variável dependente. Num primeiro momento foram realizadas equações de regressão com as variáveis que se apresentaram estatisticamente significativas quando verificada a associação entre elas, apresentando níveis de confiança abaixo de 5%. Recorri então a modelos lineares de regressão para verificar qual o efeito das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes, na busca de estabelecer uma equação que melhor interpretasse a relação funcional entre as variáveis dependentes e independentes.

O modelo analítico que se mostrou mais adequado foi aquele em que o desempenho de estudante no exame vestibular, o nível de prestígio da carreira a que ele tem acesso e o seu rendimento no curso foram explicados pelas variáveis independentes cor, gênero, renda e *status* socioeconômico da família, escola freqüentada no 2º grau e trabalho. A partir deste modelo, procuramos verificar o efeito das variáveis independentes sobre a variável dependente, com atenção para o desdobramento deste efeito, verificando tanto o efeito direto quanto o efeito mediado.

Prestígio da carreira

No que se refere aos níveis de prestígio das carreiras escolhidas pelos estudantes, as variações desse fenômeno foram explicadas, diretamente, pelas oscilações nas variáveis *trabalho*³⁴, *escola*, *renda das famílias* e *gênero*. As demais variáveis incluídas no modelo, *cor* e *status* socioeconômico das famílias, embora apresentando coeficientes de determinação um pouco mais baixos, mostraram-se significativas.

A maior contribuição direta para determinar o prestígio da carreira foi dada pela variável *trabalho*, cujo coeficiente foi de 0.191, significando que estudantes que não trabalham durante o curso de 2º grau têm maiores chances de ingressar em

³⁴ A variável *trabalho* refere-se à associação entre a condição de estudante e de trabalhador durante a escolarização de segundo grau e foi assim codificada: 1 – não trabalhou durante o segundo grau e 0 – trabalhou durante este grau escolar.

carreiras de prestígio mais elevado. A segunda maior contribuição direta para determinar o prestígio da carreira deveu-se à variável *escola*, com um coeficiente de 0,174, mostrando que os estudantes que freqüentaram uma escola privada têm maiores chances de acesso a uma carreira de elevado prestígio social do que os que vieram de uma escola pública. A terceira variável de maior peso para a determinação do nível de prestígio da carreira foi a *renda* da família, que apresentou uma contribuição direta de 0,131, indicando que os estudantes de renda mais elevada são também aqueles que ingressam em carreiras mais prestigiadas.

O *gênero* teve uma contribuição de 0.119 na determinação do prestígio da carreira, mostrando que é dos homens a vantagem de ingressar em carreiras de mais elevado prestígio. A *cor*³⁵ aportou uma contribuição de 0,074 para determinar o prestígio da carreira, maior, portanto do que o *status* socioeconômico das famílias, com uma contribuição de 0.070 para a determinação da variável dependente, evidenciando que estudantes *claros* e provenientes de famílias de mais elevado *status* socioeconômico têm maiores oportunidades de ingressar em carreiras de elevado prestígio do que os mais escuros e de *status* socioeconômico mais baixo.

A análise de trajetória mostra-se esclarecedora na medida em que capta a natureza cumulativa das variáveis, Assim, como já assinali, além do seu impacto

direto, algumas variáveis exercem um efeito mediado sobre a variável dependente. As variáveis *cor*, *gênero* e *status socioeconômico* exercem impacto indireto sobre o nível de prestígio das carreiras, através do efeito direto que elas exercem sobre as variáveis *trabalho* e *escola*. Nesse caso, a variável que exerceu o maior efeito indireto sobre o nível de prestígio da carreira foi o *status socioeconômico* das famílias (0.062), indicando que os estudantes oriundos de famílias de status socioeconômico mais elevado são aqueles que freqüentaram escolas privadas durante o segundo grau e que não trabalharam durante esse grau de ensino. Eles são também os que têm acesso a carreiras mais prestigiadas. Em seguida, quase com o mesmo peso, estão as variáveis *escola* (0.060) e *renda* (0.058). A variável *escola* tem seu efeito indireto sobre o nível de prestígio da carreira mediado pela variável *trabalho*, evidenciando que os estudantes que freqüentaram uma escola privada são aqueles que não trabalharam durante o 2º grau e que ingressaram em carreiras de mais elevado prestígio. Esta situação guarda coerência com o que acaba de ser afirmado sobre o *status socioeconômico*; são estudantes de renda mais elevada os que têm acesso a uma escola privada, são também os que não trabalharam durante o 2º grau e que estão em carreiras mais prestigiadas.

A *cor* oferece uma contribuição indireta (0.030) para determinar o nível de prestígio da carreira mais modesta que as variáveis anteriormente examinadas, mas ela mantém-se significativa, no modelo. Assim, são estudantes claros

³⁵ A variável *cor* foi dicotomizada em 1 – claros (morenos e brancos) e 0 (mulatos e

(brancos e morenos) que freqüentaram escolas privadas e não trabalharam durante o 2º grau, os que se dirigem para as carreiras de mais elevado prestígio social.

O *gênero* apresenta uma contribuição indireta negativa sobre o nível de prestígio da carreira (-0.029). Apesar desta variável ter uma relação positiva com o nível de prestígio da carreira, mostrando a vantagem masculina, sua contribuição indireta é negativa em virtude de estar mediada pelo seu efeito sobre a *escola*, variável sobre a qual exerce um impacto direto negativo. Isto significa que embora as mulheres tenham uma posição privilegiada entre os que freqüentaram uma escola privada, é dos homens a vantagem do acesso a carreiras de elevado prestígio.

O efeito total de cada uma das variáveis independentes sobre a variável dependente indica que a *escola* é a variável que mais contribui para a variável dependente, um efeito total da ordem de 0.234, evidenciando, com isso, que ter freqüentado uma escola privada é, entre os aspectos examinados, a condição mais determinante para o acesso a uma carreira de elevado prestígio. A contribuição da variável *renda* (0.190), considerada elevada dentro do modelo, confirma o que indica a literatura sobre o tema. Este é aspecto dos mais relevantes para o ingresso numa carreira valorizada. O efeito total da variável *trabalho* sobre o nível de prestígio da carreira é bastante expressivo, apresentando uma contribuição de 0.191, o que mostra a vantagem dos

pretos).

estudantes que puderam dedicar-se inteiramente aos estudos durante o 2º grau, sem necessidade de engajar-se no mercado de trabalho. O *status socioeconômico* da família teve um impacto total de 0.132 sobre o nível de prestígio da carreira, indicando a vantagem dos estudantes de *status* elevado.

O efeito total da cor (0.104), embora menos elevado que o das variáveis antes examinadas, representa uma contribuição importante, sobretudo quando comparada ao impacto de fatores como renda e *status*, mostrando que para o acesso a carreiras de elevado prestígio, o fato de ser claro (branco ou moreno), tem isoladamente um peso não tão distante do fato de pertencer a família de renda e de status elevados. Ao mesmo tempo permite constatar que a cor tem uma contribuição independente que não se confunde com o efeito do *status* socioeconômico e da renda da família, confirmando a hipótese de que a cor é um fator importante na determinação do acesso a carreiras valorizadas.

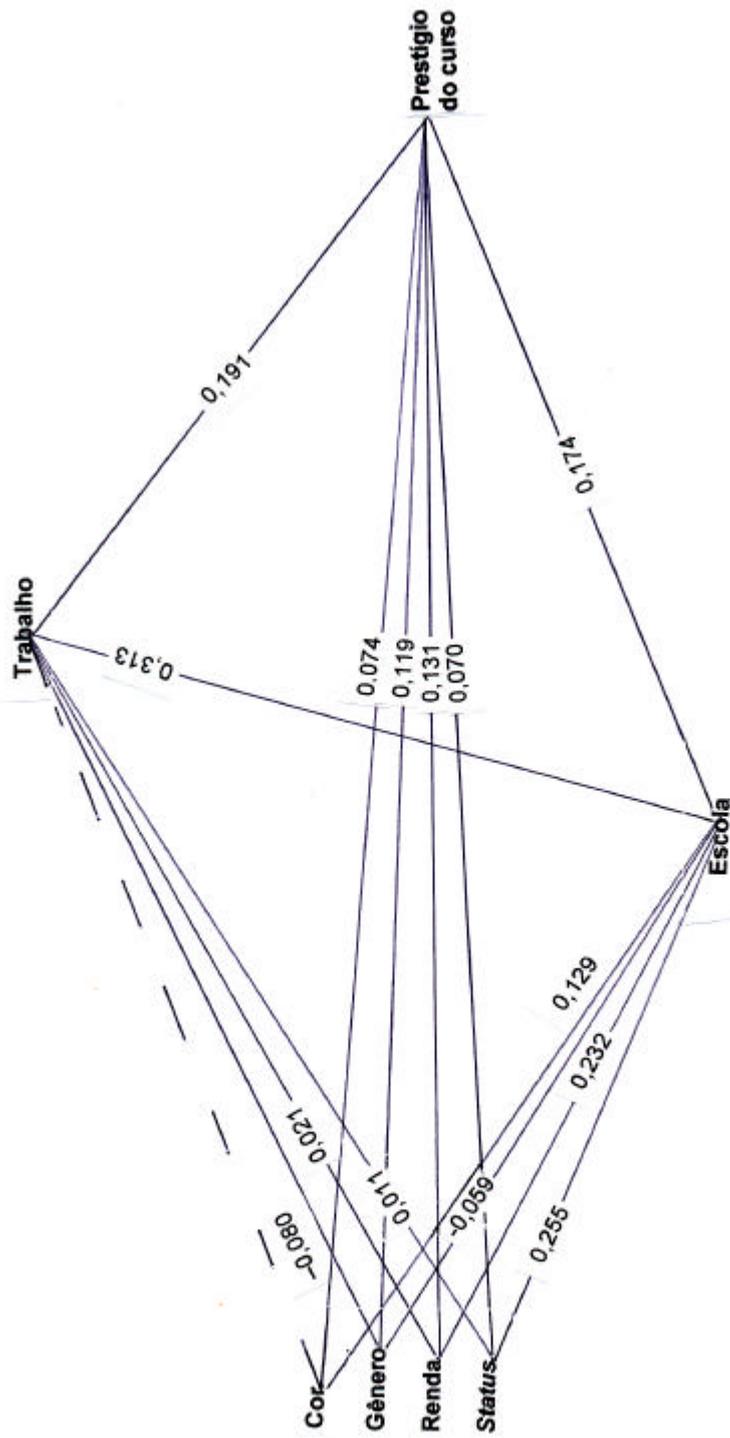
O gênero foi a variável que apresentou o menor efeito total (0.090) porque, como se pôde ver anteriormente, ela tem sua contribuição mediada pela escola de 2º grau. Assim, embora seja dos homens o privilégio da inserção em carreiras de elevado prestígio, é das mulheres a vantagem da procedência de uma escola privada.

Cor

Tratando-se de um estudo cujo interesse foi investigar a importância da cor do estudante para a sua inserção em carreiras prestigiosas e para o seu desempenho acadêmico, buscarei examinar a contribuição desta variável, *tomando agora de per se* suas categorias, a saber, *branca, morena, mulata e preta*, como novas variáveis independentes, para verificar qual o impacto de cada uma delas, isoladamente, sobre a variável dependente. A verificação do impacto de cada uma dessas, tomadas de modo isolado, apresentou coeficientes mais baixos, até mesmo não significativos, do que quando foi tomada dicotomizada em claros e escuros. Assim, a cor apresentou para os brancos um coeficiente de determinação de 0,061, indicando que é deles as maiores chances de ingressar em carreiras de mais elevado prestígio; ser moreno não é uma condição determinante para a inserção na carreira; aí a relação não se mostrou significativa. Para os mulatos a cor tem um efeito negativo de -0.050 , indicando que quanto mais elevado o prestígio da carreira, menores as suas oportunidades de acesso. O mesmo ocorre com os pretos; também para estes a cor tem um efeito negativo no que se refere à inserção em carreiras de prestígio. Eles têm ainda menores chances que os mulatos de ingressar numa carreira de elevado prestígio social; o coeficiente desta relação é $-0,043$.

Embora se observe uma gradação da cor com relação ao nível de prestígio da carreira a que o estudante tem acesso, determinando a maior desvantagem dos pretos, existe uma linha demarcatória da desigualdade que se coloca entre os

FIGURA 1



$R^2 = 0.19$

claros e os *escuros*, isto é, colocando brancos e morenos de um lado e mulatos e pretos do outro. Assim, quanto mais claro o estudante, maiores as suas oportunidades de acesso a carreiras de elevado prestígio, sendo o contrário, evidentemente, também verdadeiro.

O poder explicativo do modelo como um todo para os determinantes do acesso à carreira foi de apenas 19% do fenômeno. Este valor, embora não possa ser considerado elevado, tem, no entanto, uma considerável dimensão explicativa, se levamos em conta a complexidade do mundo social. Isto significa que há o concurso de muitos outros fatores, além dos aqui selecionados, para determinação deste fenômeno; fatores outros, de natureza individual, psicológica, ligados à história de vida de cada um, têm maior poder de explicação do fenômeno examinado (Quadro 2).

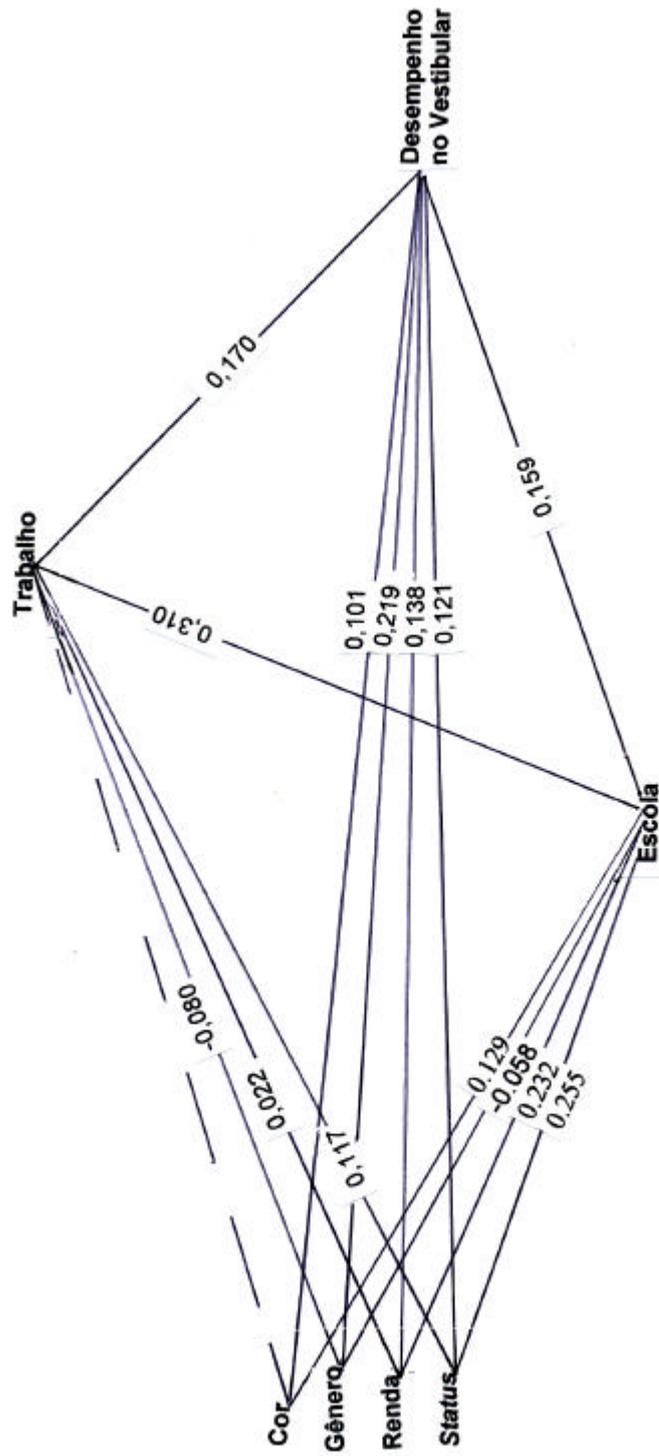
Desempenho no vestibular

A busca de explicar o desempenho do estudante no exame vestibular mostrou que *renda* da família, *escola* de 2º grau, *gênero* e *trabalho* foram as variáveis que deram as maiores contribuições; *status socioeconômico* da família e *cor* deram uma contribuição menor. A maior contribuição direta para explicar o desempenho do estudante no vestibular deveu-se ao gênero (0.219), indicando que homens atingem maiores pontuações que mulheres no exame vestibular. O trabalho

aportou a segunda maior contribuição direta (0.170), evidenciando que os estudantes que não trabalharam durante a escolarização básica são aqueles que atingem mais elevadas pontuações no vestibular. Também o tipo de escola freqüentada no segundo grau mostrou-se uma variável significativa para explicar o sucesso do estudante, com uma contribuição de 0,159, evidenciando que são dos oriundos da escola privada as maiores chances de aprovação no vestibular. O impacto da cor (0,101), embora menos ponderável que o das outras variáveis do modelo, mostrou-se significativo na explicação do fenômeno. Assim, é o grupo *claro*, formado pelos brancos e morenos, o que obteve as mais elevadas pontuações no vestibular.

Do mesmo modo como no exame do impacto das variáveis independentes sobre o prestígio da carreira, aqui também busco examinar o impacto da cor, tomando cada uma de suas categorias, isoladamente, como novas variáveis, para verificar qual a contribuição que aporta cada uma delas para explicar o desempenho do estudante no vestibular. Deste modo, verifiquei que o impacto direto da cor para branco é de 0.075; a categoria moreno não apresentou valor significativo na equação; o impacto direto das categorias mulato e preto é negativo, -0.068 e -0.062, respectivamente. Assim, também com relação ao desempenho no vestibular, observa-se uma linha demarcatória da desigualdade entre os grupos raciais, que se coloca, com maior nitidez, entre *claros* e *escuros*, embora se perceba a correspondência entre cor e desempenho de modo que, quanto mais claro, melhor o resultado no vestibular (Quadro 3).

FIGURA 2

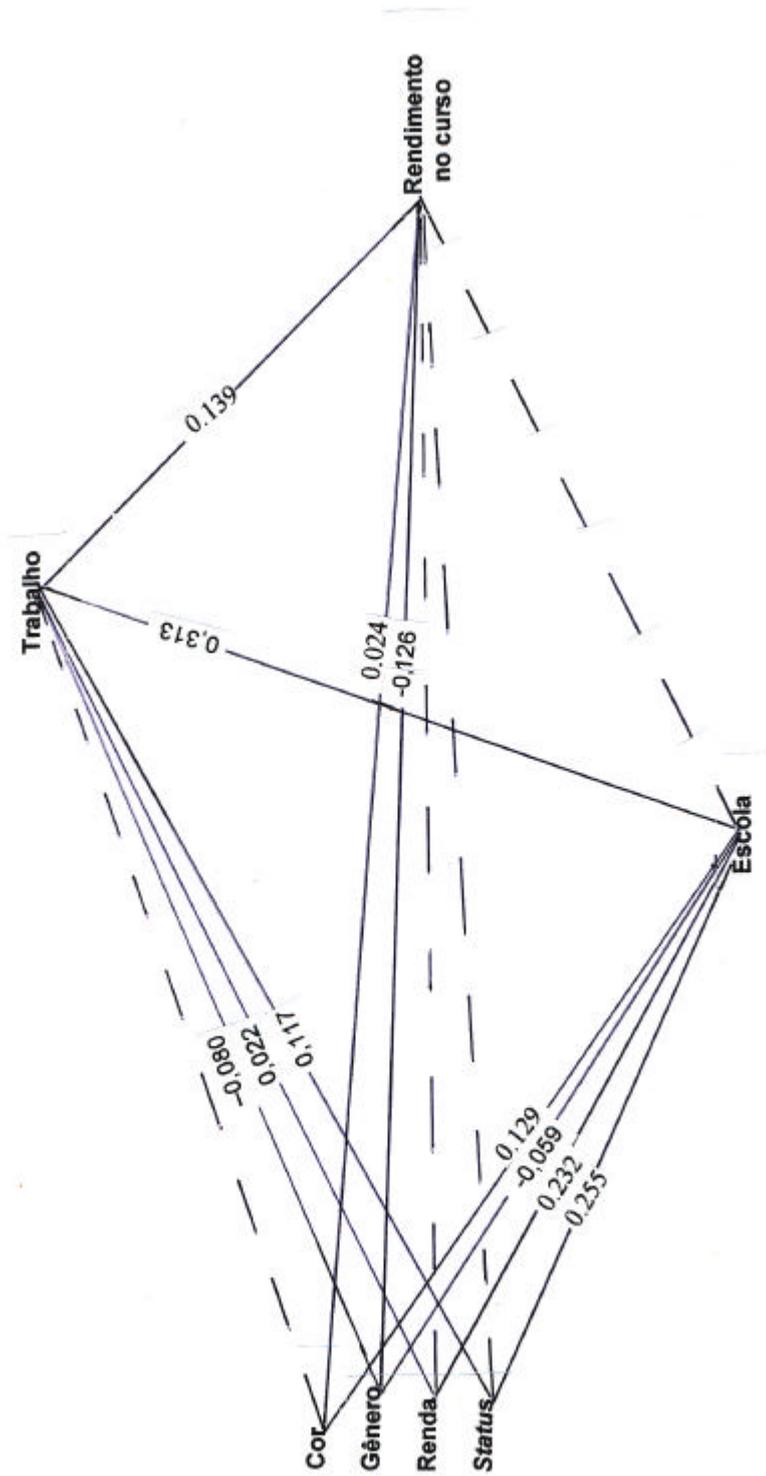


$R^2 = 0.19$

Rendimento no curso

É reduzido o poder do modelo para explicar o rendimento do estudante no curso. O valor de R² foi de apenas 0,041. A cor apenas apresenta uma contribuição significativa quando dicotomizada nas categorias *claros* e *escuros*. Assim, a cor apresentou uma determinação direta de 0,024 para o rendimento do estudante no curso. O gênero teve um efeito direto negativo, porém elevado dentro da equação, para determinar o rendimento do estudante no curso (-0,126), e seu efeito total foi de -0,130. Esse resultado confirma o que já havia sido demonstrado quando da análise bivariada. Isto é, as mulheres que estavam em desvantagem tanto no que se refere à pontuação atingida no vestibular quanto ao nível de prestígio da carreira escolhida, apresentam um rendimento superior ao dos homens durante o curso. A renda da família, o *status* socioeconômico e a escola de segundo grau não aportam contribuição direta para o rendimento do estudante no curso. As contribuições do *status* e da renda, mediadas pela escola e pelo trabalho são bastante reduzidas, respectivamente 0,010 e 0,011. Embora também reduzido, a escola de 2^o grau demonstrou um efeito um pouco mais elevado para o rendimento (0,044) que as demais variáveis examinadas. Dentro do modelo, a variável trabalho foi a que mais contribuiu para explicar o rendimento do estudante no curso (0,139), indicando que estudantes que puderam realizar sua escolarização básica distanciados do mercado de trabalho apresentam maior rendimento no curso (Quadro 4).

FIGURA 3



R² = 0.04

Conclusões

A análise demonstrou que embora as variáveis renda e *status* socioeconômico da família tenham apresentado, dentro do modelo de análise, uma contribuição mais elevada que a cor para o desempenho do estudante no vestibular e para o seu acesso a carreiras prestigiadas, a cor tem uma contribuição independente que não se confunde com o efeito das demais variáveis, indicando que os estudantes morenos e brancos exibem um melhor desempenho no vestibular, assim como têm maiores chances de acesso a essas carreiras. Essa evidência é significativa porque contraria a idéia segundo a qual a desvantagem que atinge os negros advém da sua precária situação socioeconômica. A análise demonstrou, desta forma, que os mulatos e pretos estão sujeitos a uma desvantagem específica, que está associada diretamente à sua condição racial. Assim, foi possível identificar uma linha demarcatória da desigualdade no acesso às carreiras de elevado prestígio que se coloca entre *claros* e *escuros*. Contudo, é necessário observar que, como já havia demonstrado a análise bivariada, há uma gradação de cor e prestígio que coloca os brancos na melhor situação e os pretos na situação mais desfavorável. O modelo de análise demonstrou reduzido poder para explicar o rendimento do estudante no curso.

Quadros

Quadro 1: Estratos ocupacionais, valores médios e ocupações representativas.

Grupo Ocupacional	Estrato	Ocupações Representativas	Iss Médio
1	Baixo inferior: trabalhadores rurais não-qualificados.	Produtores Agropecuários autônomos; outros trabalhadores na Agropecuária; Pescadores	2,90
2	Baixo superior: trabalhadores urbanos não qualificados.	Comerciantes por conta própria; Vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas.	6,49
3	Médio inferior: trabalhadores qualificados e semi-qualificados.	Motoristas; Pedreiros, Mecânicos de veículos; Marceneiros; Carpinteiros; Pintores e caiadores; Soldadores; Eletricistas de Instalações.	8,68
4	Médio Médio: Trabalhadores não-manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários.	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; Praças das Forças Armadas.	17,01
5	Médio Superior: Profissionais de nível médio e Médios Proprietários.	Criadores de gado bovino; Diretores, Assessores e chefes no Serviço Público; Administradores e gerentes na Indústria e no Comércio; Chefes e encarregados de seção; Representantes Comerciais.	27,19
6	Alto: Profissionais de Nível Superior e Grandes Proprietários	Empresários na Indústria; Administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; Engenheiros; Médicos; Contadores; Professores de Ensino Superior; Advogados; Oficiais das Forças Armadas.	44,06

Quadro 2 - Variável dependente – Prestígio da carreira

Variável explanatória	Efeito Direto +	Efeito Indireto =	Efeito Total
Cor	0.074	0.030	0.104
Gênero	0.119	-0.029	0.090
Renda	0.131	0.058	0.190
Status	0.070	0.062	0.132
Escola	0.174	0.060	0.234
Trabalho	0.191	-	0.191

Branca	0.061	-0.003	0.058
Gênero	0.121	-0.029	0.092
Renda	0.133	0.061	0.194
Status	0.071	0.085	0.156
Escola	0.179	0.060	0.239
Trabalho	0.191	-	0.191

Morena	-	0.008	0.008
Gênero	0.138	-0.028	0.062
Renda	0.138	0.066	0.204
Status	0.077	0.089	0.166
Escola	0.189	0.060	0.249
Trabalho	0.192	-	0.192

Mulata	-0.050	-0.015	-0.065
Gênero	0.118	-0.030	0.088
Renda	0.135	-0.053	0.081
Status	0.074	0.088	0.081
Escola	0.181	0.061	0.162
Trabalho	0.193	-	0.192

Preta	-0.043	-0.020	-0.063
Gênero	-	-0.024	-0.024
Renda	0.135	-0.014	0.121
Status	0.074	0.084	0.158
Escola	0.238	0.059	0.297
Trabalho	0.191	-	0.191

Quadro 3 - Variável dependente - desempenho no vestibular

Variável explanatória	Efeito Direto +	Efeito Indireto =	Efeito Total
Cor	0.101	0.027	0.128
Gênero	0.219	-0.026	0.193
Renda	0.138	0.053	0.191
Status	0.121	0.074	0.195
Escola	0.159	0.053	0.212
Trabalho	0.170	-	0.170
Branca	0.075	0.023	0.098
Gênero	0.223	-0.023	0.199
Renda	0.141	0.047	0.188
Status	0.123	0.202	0.324
Escola	0.168	0.053	0.222
Trabalho	0.171	-	0.171
Morena	-	0.007	0.007
Gênero	0.215	-0.023	0.192
Renda	0.146	0.051	0.197
Status	0.131	0.089	0.220
Escola	0.175	0.054	0.229
Trabalho	0.172	-	0.172
Mulata	-0.068	-0.054	-0.122
Gênero	-0.217	-0.025	-0.242
Renda	0.142	0.069	0.211
Status	0.127	0.085	0.212
Escola	0.169	0.054	0.223
Trabalho	0.172	-	0.172
Preta	-0.062	-0.031	-0.093
Gênero	0.216	-0.031	0.185
Renda	0.143	0.047	0.190
Status	0.126	0.082	0.208
Escola	0.168	0.053	0.221
Trabalho	0.170	-	0.170

Quadro 4 - Variável dependente – rendimento no curso

Variável explanatória	Efeito Direto +	Efeito Indireto =	Efeito Total
Cor	0.024	0.001	0.025
Gênero	-0.126	-0.014	-0.130
Renda	-	0.010	0.010
Status	-	0.011	0.011
Escola	-	0.044	0.044
Trabalho	0.139	-	0.139

Branca	0.075	0.023	0.098
Gênero	0.223	-0.023	0.199
Renda	0.141	0.047	0.188
Status	0.123	0.202	0.325
Escola	0.168	0.054	0.229
Trabalho	0.139	-	0.139

Morena	-	0.007	0.007
Gênero	0.215	-0.023	0.192
Renda	0.146	0.051	0.197
Status	0.131	0.089	0.220
Escola	0.175	0.054	0.229
Trabalho	0.139	-	0.139

Mulata	-0.068	-0.054	-0.122
Gênero	-0.217	-0.025	-0.242
Renda	0.142	0.069	0.211
Status	0.127	0.085	0.212
Escola	0.169	0.054	0.223
Trabalho	0.140	-	0.140

Preta	-0.062	-0.031	-0.093
Gênero	0.216	-0.031	0.185
Renda	0.143	0.047	0.190
Status	0.126	0.082	0.208
Escola	0.168	0.052	0.220
Trabalho	0.139	-	0.139

Conclusão

Esta tese buscou analisar as desigualdades entre os segmentos raciais e de gênero no ensino superior, a partir da realidade da Universidade Federal da Bahia.

Partindo das informações fornecidas pelo Centro de Processamento de Dados e pelo cadastro de estudantes da Secretaria Geral de Cursos da UFBA para os anos 1993, 1994, 1995 e 1997, de dados coletados diretamente através de questionário aplicado entre os estudantes que ingressaram na Universidade em 1997 e do exame da literatura sobre o tema, busquei verificar hipóteses acerca do sistema de classificação racial dos brasileiros e da participação e do desempenho dos segmentos raciais e de gênero no ensino superior.

Confirmei a existência de um modo singular de classificação racial adotado no Brasil, caracterizado pelo uso de uma gama de termos raciais. Contudo verifiquei que essa grande variedade de expressões usadas para identificar a cor ou raça, pode ser agregada em um número reduzido de categorias - *branco, pardo, moreno, negro, moreno claro e preto* –, indicando que a classificação racial dos brasileiros não é tão anárquica como se poderia supor. Constatei a existência de certa aproximação entre o modo como as pessoas se percebem e como são percebidas racialmente, concluindo que se pode, deste modo, falar num relativo consenso em torno dos sistemas de classificação praticados no Brasil.

Considero que embora a variedade de termos usada pelos indivíduos para se definir racialmente sugira a busca por distanciar-se do pólo mais escuro do gradiente de cor, indicando a persistência da idéia de *branqueamento*, a tendência daqueles que se definiram como mestiços para se reclassificar com categorias do pólo escuro, de certa forma, sugere o reconhecimento de uma identidade *não-branca*.

O exame da articulação entre a cor e outros discriminadores, confirmou a hipótese de que no Brasil existe um peculiar sistema de hierarquização social em que a cor se associa ao *status* social para definir o lugar das pessoas. Nesse sistema a cor mais clara está relacionada ao *status* mais elevado e a cor mais escura ao mais baixo *status*, isto é, que o dinheiro assim como a educação, *embranquece*.

Detectei a presença de fortes desigualdades na UFBA, partindo da constatação de que sendo esta uma universidade de funcionamento, predominantemente, diurno, já exclui do seu âmbito uma considerável parcela daqueles estudantes que não poderão abrir mão do trabalho durante a realização do curso. Assim, à UFBA tem acesso um contingente constituído sobretudo de estudantes jovens e solteiros, residentes na Capital, provenientes de escolas privadas e de cursos de caráter propedêutico, com reduzida experiência em cursos pré-vestibulares, em concursos vestibulares e no mercado de trabalho, sugerindo trajetórias escolares realizadas em condições favoráveis, ditas “circuitos virtuosos”, características que indicam que na vida escolar desses estudantes o ingresso na universidade foi a

expectativa mais acalentada. A parcela mais expressiva é oriunda de famílias com renda superior a dez salários mínimos, cujos pais têm escolaridade de nível superior e, numa proporção elevada, são Profissionais Liberais, Proprietários de Pequenas Empresas, Administradores e Profissionais e Técnicos de Nível Superior. A história escolar dos estudantes e os indicadores de *status* familiar confirmam, portanto, a hipótese de que à UFBA tem acesso um contingente bastante privilegiado em relação às condições gerais de vida da população brasileira.

Apesar da ausência de mecanismos formais de discriminação racial, no acesso ao sistema de ensino, a Universidade Federal da Bahia revelou-se um território de predomínio de brancos e morenos. Embora se constituindo no contingente mais expressivo da população baiana, os mulatos e pretos têm aí uma baixa participação. Está entre eles o contingente com mais elevada média de idade, vindo da escola pública e de curso profissionalizante, que associou trabalho e estudo na sua trajetória pela escola básica, que freqüentou um curso pré-vestibular e conta com maior número de tentativas para ingressar na Universidade, aspectos que revelam a fragilidade do passado escolar desses estudantes, para quem a universidade provavelmente não foi, desde início, o principal objetivo a ser alcançado. Mas, a proporção entre eles de estudantes oriundos de cursos profissionalizantes, sugere a urgência de buscar um espaço no mercado de trabalho. É também predominante, entre os estudantes mulatos e pretos, aqueles cuja família têm renda abaixo da faixa de dez salários mínimos e cujos pais têm baixa escolaridade e ocupações não qualificadas.

Mas, se os *escuros* estão aí sub-representados, a sua distância dos *claros* mostra-se mais significativa nos cursos de elevado prestígio social, onde se encontra a mais expressiva parcela dos estudantes da Universidade. Assim, a distribuição racial obedece a uma gradação de prestígio e cor em que a cor mais *clara* é identificada com as carreiras de mais elevado prestígio e a cor mais *escura* com aquelas de baixo prestígio. Um dos aspectos da desvantagem que atinge os estudantes mulatos e pretos está ligada à escolaridade dos pais. Verifiquei uma relação entre o patamar de escolaridade do pai e o prestígio da carreira que cursa o estudante, de modo que aqueles que estão em cursos de elevado prestígio social, são predominantemente filhos de pais com escolaridade superior, o que favorece os brancos.

Ficou evidenciado, deste modo, que a Universidade é um espaço privilegiado de inserção de brancos e morenos. Como demonstram outros estudos, no ensino básico a evasão e a repetência são a contrapartida da ampliação da participação de mulatos e pretos no sistema de ensino, no ensino superior, constatei que a contrapartida do acesso de mulatos e pretos é a sua inserção em cursos de menor valorização, cuja conseqüência é o ingresso no mercado de trabalho em espaços ocupacionais de menor importância e de salários pouco atraentes, renovando-se, assim, o ciclo da reprodução das desigualdades.

Demonstrei que a desigualdade se expressa também, de modo significativo, entre os gênero, mas que sobre as mulheres mulatas e pretas ela se exerce com rigor especial.

Verifiquei que apesar dos avanços verificados na situação social da mulher e da sua expressiva presença na UFBA, elas seguem ainda se distanciando das carreiras tradicionalmente desempenhadas pelos homens e se inserindo em carreiras identificadas com as atividades do mundo privado, aquelas reconhecidas como “tipicamente femininas”, evidenciando que as imagens de gêneros e as expectativas da sociedade em torno do papel feminino, continuam orientando fortemente as suas escolhas e o seu desempenho.

Obsevei que as histórias escolares de homens e mulheres estão marcadas pelas representações sobre os gêneros e pela idéia de uma maior fragilidade feminina. Assim, a análise das trajetórias escolares, associada às condições de vida, evidenciou um esforço das famílias, no sentido de manter as filhas distanciadas da escola pública, aquela que supostamente representaria riscos à integridade feminina. Isso se evidenciou, inclusive, entre as mulheres mulatas e pretas, aquelas oriundas dos segmentos mais empobrecidos.

Contudo, a vantagem feminina, representada pela realização dos estudos básicos em escolas privadas, não se materializou em melhor desempenho no vestibular, sendo masculina essa vantagem. As mulheres estão também sujeitas a um maior

número de insucessos nas suas tentativas de ingressar na UFBA. Mas a situação mais desvantajosa pertence as mulheres pretas.

A atuação das representações sobre os gêneros, na escolhas femininas, se evidencia ainda quando as mulheres apresentam como razão principal da sua opção pelo curso sua “aptidões” e “interesses”, e se dirigem, predominantemente, para espaços de baixa valorização, como a área humanística, onde se situam aquelas profissões consideradas mais “apropriadas” para as mulheres. Aí elas se orientam para as carreiras ditas “femininas”, como aquelas voltadas para o magistério, tradicional espaço de inserção das mulheres. As mulheres pretas têm aí sua mais expressiva participação. As mulheres têm também participação elevada na área de saúde, onde se encontram profissões tradicionalmente femininas, voltadas para o cuidado com os demais, atividades com forte conteúdo daquilo que tem sido historicamente tarefa da mulher no mundo privado, como a enfermagem e a nutrição. Também nessa área as mulheres pretas têm participação expressiva.

A área de Artes também revela a divisão por gênero. Enquanto os homens se voltam para o desenho, a composição musical e a regência, as mulheres estão mais voltas para as artes plásticas e a decoração, representadas como de importância secundária e, até mesmo, cercadas de uma certa puerilidade. A participação das mulheres pretas na área de Artes é pouco expressiva e marcada pela ausência em certos cursos. A presença rarefeita aí, das mulheres desse segmento racial, associada à baixa concorrência por vaga, que em geral

caracteriza a área, leva a pensar num processo de auto-seleção determinada tanto pela baixa inserção da profissão de artista no mercado de trabalho, quanto por uma representação negativa da imagem do negro em geral, e da mulher negra em particular, que as afastaria dessa opção.

Deste modo, constata-se na UFBA a atuação de uma divisão das carreiras a partir da articulação entre o gênero e a cor, que privilegia os homens e os brancos. Assim, nas carreiras de mais elevado prestígio social a maior concentração é dos homens brancos, seguidos dos homens morenos, das mulheres brancas, dos homens mulatos, das mulheres morenas e dos homens pretos, cabendo às mulheres pretas a situação mais desfavorável.

A participação das mulheres, de todos os segmentos raciais, ainda que bastante reduzida nas áreas e cursos considerados “masculinos”, pode ser encarada como uma evidência animadora, no sentido de uma tendência, mesmo que discreta, de que elas estejam começando a sair do “gueto”. No entanto, é preciso não perder de vista que o acesso das mulheres às carreiras ditas “femininas” tem um significado relevante porque essa foi a estratégia de que elas dispuseram durante longo tempo, para inserir-se no mundo do trabalho. Ou seja, foi através destas carreiras que elas puderam construir significativos avanços na sua luta pela conquista de espaço.

Ficou evidenciada a articulação entre *status*, desempenho e cor, de modo que são dos brancos e daqueles de mais elevado *status*, os melhores resultados

acadêmico, ou seja, dos estudantes oriundos de escolas privadas, não-trabalhadores, cujos pais têm escolaridade elevada. Contudo, entre os estudantes oriundos da escola pública, destaca-se o bom desempenho dos pretos. Também chama atenção o bom desempenho dos mulatos do grupo de baixo *status* socioeconômico, que encontram-se em carreiras de *alto* prestígio social. O feito desses estudantes é surpreendente, frente às barreiras sociais que estão colocadas para o seu grupo, em que se associam precárias condições materiais de vida, aos efeitos da discriminação e do racismo.

É, evidentemente, pelas carreiras de alto prestígio social que se trava a disputa mais acirrada, sendo dos estudantes brancos e de elevado *status*, o melhor desempenho. No entanto, chama atenção a atuação de mulatos e pretos no curso mais prestigioso e concorrido da Universidade – Medicina. É deles o melhor desempenho, embora estejam aí em proporções bastante reduzidas. Isto sugere que somente os de excepcional desempenho entre os estudantes mulatos e pretos, se sentem encorajados a disputar esse espaço de alta valorização social.

A associação entre gênero e desempenho revelou a desvantagem feminina em situação que envolve competição, como a que caracteriza o vestibular, mostrando a atuação das imagens de gênero sobre desempenho feminino. Contudo, passado esse momento, as mulheres apresentam um desempenho superior ao masculino, em todas as áreas, destacando-se a atuação das mulatas e pretas nas carreiras mais prestigiosas, o que aponta para a superação da representação que associa a imagem da mulher negra a ocupações de baixa valorização. O rendimento

superior das mulheres, em muitas carreiras ditas “masculinas”, aponta para a tendência à superação de um padrão de socialização que conduz as mulheres para profissões assemelhadas ao seu tradicional papel no mundo privado.

Através da análise da trajetória das variáveis envolvidas no estudo buscou-se verificar a contribuição das variáveis independentes para determinar as variáveis dependentes. A cor, o gênero, o *status* socioeconômico e a renda da família, a escola de segundo grau e condição de ocupação, foram as variáveis que melhor explicaram o prestígio do curso a que tem escolhido pelo estudante, o seu desempenho no vestibular e seu rendimento no curso.

Embora as variáveis renda e *status* socioeconômico da família tenham apresentado, dentro do modelo de análise, uma contribuição mais elevada que a cor, para o acesso do estudante a carreiras de prestígio, a cor tem uma contribuição independente que não se confunde com o efeito das demais, indicando que são dos estudantes morenos e brancos as melhores chances de acesso a essas carreiras. Essa evidência é significativa porque contraria a idéia de que a desvantagem que atinge os negros advém da sua precária situação socioeconômica. A análise demonstrou, desta forma, que os mulatos e pretos estão sujeitos a uma desvantagem específica, que está ligada diretamente à sua condição racial. Assim, foi possível identificar uma linha demarcatória da desigualdade no acesso às carreiras de elevado prestígio que se coloca entre *claros* e *escuros*. Contudo, é necessário observar que, como já havia demonstrado a análise bivariada, há uma gradação de cor e prestígio que coloca os brancos na

melhor situação e os pretos na situação mais desfavorável. O impacto isolado da cor mostrou-se ainda significativo para explicar o desempenho do estudante no vestibular, evidenciando que há também com relação a esse fenômeno uma linha demarcatória da desigualdade que separa claros e escuros, mostrando que são os morenos e brancos os que atingem mais elevadas pontuações no vestibular.

As conclusões que emergiram dessa análise contrariam, deste modo, a presunção de homogeneidade na situação dos segmentos raciais presentes no ensino superior, que poderia estar implícita no silêncio que tem envolvido o tema, até aqui. Contrariam também, como aponte, anteriormente, a idéia de que as desigualdades existentes entre eles devem-se exclusivamente a fatores de natureza econômica, evidenciando a participação da raça nessa equação. Elas sinalizam para a necessidade de novas pesquisas que aprofundem o resultados encontrados, no sentido de compreender os mecanismos que atuam para determinam as “escolhas” e trajetórias dos indivíduos dos distintos segmentos raciais, no ensino superior. Os resultados apontam para a urgência na adoção de medidas que venham ampliar a participação de estudantes mulatos e pretos, bem como das mulheres, nos espaços valorizados do ensino universitário, onde sua presença é ainda bastante rarefeita.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Jane Soares, "Mulher e educação: paixão possível". São Paulo: Unesp, 1998.
- Andrews, George R. "Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)". Bauru: Edusc, 1998.
- Apple, Michael W. "Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação". Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- Araújo, Tereza Cristina N. "A classificação de 'cor' do IBGE: notas para uma discussão". *Cadernos de Pesquisa*; Fundação Carlos Chagas, nº 63, 1987, 14-16.
- Azevêdo, Eliane. "Raça. Conceito e preconceito". São Paulo: Ática, 1990.
- Azevêdo, Thales de. "As elites de cor numa cidade brasileira". Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.
- Bairros, Luiza H. Mulher Negra: o reforço da subordinação. In: Lovell, P. (org.) Desigualdades raciais no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991, p. 177-193
- Banton, Michael. "A idéia de raça". Lisboa: Edições 70.
- Barcelos, Luiz Cláudio. "Educação: um quadro de desigualdades raciais". Rio de Janeiro; *Estudos Afro-Asiáticos* (23), 37-69, dez., 1992
- Barroso, Carmem e Mello, Guiomar Namor de. "O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro". Fundação Carlos Chagas; *Cadernos de Pesquisa*, nº 15, p. 47-77, 1975

Bessa, Nícia M. Acesso ao ensino superior no Brasil. Estudos de Avaliação Educacional, S. Paulo: Fundação Carlos Chagas; (1): 47-61. jan./jun., 1990

Boudelot, C e Establet, R. L'école capitaliste en France. Paris: Maspero, 1971.

Bourdieu P. "A dominação masculina". In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre; v.20, n.2, 133-184, jul./dez., 1995.

Bourdieu P. "A escola conservadora: as desigualdades frente à cultura". In: Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio, *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a, pp.39-64.

Bourdieu P. "Os excluídos do interior". In: Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio, *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998b, pp. 217-227.

Bourdieu P. y Passeron J. C. "A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino". Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

Bourdieu P. y Passeron J. C. Los estudiantes y la cultura, Buenos Aires: Editora Labor, 1973

Bowles, S. e Gintis, H. "A educação como campo de contradições na reprodução da relação capital-trabalho: reflexões sobre o princípio da correspondência" *Teoria e Educação*. Porto Alegre; N. 1, 1990, 93-107.

Brisolla, Sandra. "Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho - o caso do Brasil". Campinas: UNICAMP, 1982, Tese de doutorado, (mimeo.)

Brisolla, Sandra. "Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras". São Paulo; *Cadernos de Pesquisa*, N. 27, dez. 1978

Bruschini. C. "O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes". In: Saffioti, H. e Muñoz-Vargas, M. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

Bruschini. C. "Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras". *Cadernos de Pesquisa*; Nº 27, dez. 1978, p. 5-17.

Brito, Luiz N. e Carvalho, Inaiá M. de. Condicionantes sócio-econômico dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. Salvador: CRH/UFBA, 1978.

Cartchevsk-Bulport, Andrée et al. "Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas" In: Cartchevsk-Bulport, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Carvalho, Marília P. de e Vianna, Cláudia P. "Movimentos sociais por educação: a invisibilidade dos gêneros". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo; nº 93, maio. 1995

Castro Nadya e Sá Barreto, V. S. "Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades ocupacionais". XVI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1992.

Castro, Cláudio Moura e Ribeiro, Sérgio. "Desigualdade Social e acesso à universidade – dilemas e tendências". *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro; 3 (4): 3-23, dez. 1979.

Castro, Mary G. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Estudos Feministas*, n. 0, CIEC/ECO/UF RJ 1992.

Castro, Mary G. e Lavinias, Lena. "Do feminismo ao gênero: A construção de um objeto" In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

Castro, Mary G. Mulheres chefes de família, racismo e códigos de idade e pobreza no Brasil (Bahia e S. Paulo). In: Lovell, P. (org.) *Desigualdades raciais no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991, p. 121-159

Censo Demográfico de 1991. “Características gerais da população e instrução (resultados da amostra)”, Bahia, nº 17, Rio de Janeiro: IBGE, 1991

Costa, Ana Alice. O Feminismo acabou? Trajetórias e perspectivas para o milênio. *Bahia Análise & Dados*. CEI, Salvador, v.7, n.2 set. 1997

Da Matta, Roberto. “Notas sobre o racismo à brasileira”. In: *Multiculturalismo e Racismo. Uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Souza, Jessé (org.), ed. Paralelo 15, 1997, 69-74

Fernandes, Florestan. “A integração do negro na sociedade de classe”. São Paulo: Ática, 1978.

Forachi, Marialice. “A universidade como opção: as condições sociais da escolha da carreira”. *Pesquisa e Planejamento*, S. Paulo; 7:102-110, jun. 1964.

Freyre, Gilberto. “Casa grande & senzala”. Rio de Janeiro: Record, 1992

Fry, Peter. “O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo (28): 122-135, dez./fev., 95/96.

Giddens, A. “Sociologia. Uma breve porém crítica introdução”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

Gomes, Nilma Lino. “A mulher negra que vi de perto”, Belo Horizonte: Maza Edições, 1995.

Gouveia, Aparecida Joly. “Democratização do ensino superior”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, MEC/INEP, V. 50, out./dez. 1968.

Guimarães, A. “Relações de trabalho e de gênero na fabrica dos homens”. Caxambu, XIV Encontro Anual da ANPOCS, out. 1990

Guimarães, A. Sérgio A. *et. al.* “Programa de pesquisa e formação sobre relações raciais, cultura e identidade negra na Bahia. Proposta de pesquisa para o biênio

1995/1997 (versão preliminar)". Mestrado em Sociologia, Programa "A cor da Bahia", 1995c (mimeo.)

Guimarães, A. Sérgio A. "Raça", racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, (27) 45-63, 1995a

Guimarães, A. Sérgio A. "Racismo e anti-racismo no Brasil", São Paulo: Editora 34, 1999

Guimarães, A. Sérgio A. "Racismo e anti-racismo no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, 1995b

Hanchard, Michael. "Americanos' Brasileiros e a cor da espécie humana". *Revista USP*, São Paulo (31): 164-175, set./nov. 1996

Harris, Marvin. Consorte, Josideth G. e Lang, Joseph. "Who are the white?: imposed census categories and the racial demography of Brasil". *Social Force*, December 1993, 72(2): 451-462

Harris, Marvin. "Padrões Raciais nas Américas". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

Hasenbalg, C. e Silva, Nelson do Valle. "Estrutura social, mobilidade e raça". Rio de Janeiro: IUPERG/Vértice.1988

Hasenbalg, C. "Discriminação e desigualdade racial no Brasil contemporâneo". Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

Hasenbalg, C. "Relações raciais no Brasil contemporâneo". Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1992.

Hasenbalg, C. "O contexto das desigualdades raciais". In: *Multiculturalismo e Racismo. Uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Souza, Jessé (org.), ed. Paralelo 15, 1997, 63-68

Hasenbalg, C. "1976: As desigualdades sociais revisitadas". In: *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, Anpocs, 1987 pp.197-178.

Kergoat, Danièle. "Qualification et rapports sociaux de sexe: le cas des ouvrières et celui des infirmières". Paris, CNRS/IRESCO, 1990.

Lavina, Lena. "Aumento da competitividade das mulheres no mercado de trabalho". In: *Estudos Feministas*, n. 1, vol.4, 1996.

Lima, Márcia. "Estrutura ocupacional e grupos de gênero e cor no Brasil: um quadro atual". Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro - Asiáticos, 1996 (mimeo.)

Lima, Márcia. "Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras". s/d, (mimeo)

Louro, Guacira Lopes. "Gênero, sexualidade e educação". Rio de Janeiro: Vozes, 1997

Lovell, P. "Raça, classe, gênero e discriminação salarial". *Estudos Afro-Asiáticos*, (22): set. 1992, 85-89

Madeira, Felícia. R. "Quem mandou nascer mulher? Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil Madeira, Felícia (org.) Trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão". Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, 45-133

Maggie, Yvonne "A ilusão do Concreto: uma introdução à discussão do sistema de classificação racial no Brasil". XVº Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

Maggie, Yvonne. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia: As categorias de cor e raça na cultura brasileira". In: Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, (225-233).

Maggie, Yvonne. "Graduação e Pós-Graduação nas Ciências Humanas no Brasil: desafios e perspectivas". IFICS – UFRJ. s./d., (mimeo.)

Maio, Marco Chor. "A história do projeto Unesco. Estudos raciais e Ciências Sociais no Brasil". Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997, (Tese de Doutorado).

Maio, Marco Chor. "Tempo Controverso. Gilberto Freyre e o Projeto Unesco". *Tempo Social*, Rev. Sociol. São Paulo, 11(1):11-136, maio, 1999.

Marx, Anthony W. "A construção da raça e o estado-nação". *Estudos Afro-Asiáticos* (29) 9-36, março, 1996.

Monteiro, Fernando B. M. "Condicionantes sociais e econômicos do acesso à universidade". *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, Nº 1, jan.-jun. 1990, p. 71-119.

Morrow, Raymond Allen e Torres, Carlos Alberto. "Teoria social e educação. Uma crítica das teorias da reprodução social e cultural". Porto: Edições Afrontamento, 1997.

Munanga, Kabengele. "Racismo. Da desigualdade à intolerância". *São Paulo em Perspectiva*, 4(2) abr./ jun., pp. 51-54, 1990

Nogueira, Maria Alice. "A construção da excelência escolar. Um estudo da trajetória feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas". In: Nogueira, Maria Alice Romanelli, Geraldo e Zago, Nadir (orgs). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 125 - 154.

Nogueira, Maria Alice. "A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural". In: *Revista Brasileira de educação*, Anped, jan./fev./mar./ abr. p. 42-56, 1998b.

Nogueira, Maria Alice. "Uma sociologia da reprodução do mundo cultural escolar". In: Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio, *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a, pp. 7-15.

Nosella, Maria de Lurdes D. As belas mentiras. A ideologia subjacente aos textos didáticos de leitura da quatro primeiras séries do 1. grau. São Paulo: Moraes, 1978.

Passos Elizete S. "A mulher na Universidade Federal da Bahia: avanços e recuos". *Bahia Análise & Dados* Salvador, v.7, n.2 set. 1997a

Passos Elizete S. "A resistência dos estereótipos sexistas no ensino superior das regiões Norte e Nordeste". *Universidade e Sociedade*, Brasília (DF), v. 9, n. 20, 83-88, 1999.

Passos Elizete S. "Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste". Salvador: Edufba, 1997b

Pierson, Donald. "Branços e pretos na Bahia". S. Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

Portela, Adélia Luiza. "Escola pública e multirrepetência: um problema superável?" In: *Educação e os Afro-Brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas*. Salvador, Coleção Novos Toques - Programa A Cor da Bahia-UFBA./Ford Foundation, 1997, pp. 133-151.

Portes, Écio Antonio. "O trabalho escolar das famílias populares". In: Nogueira, Maria Alice Romanelli, Geraldo e Zago, Nadir (orgs). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 61-79.

Prior, Wilma P. "Determinantes do rendimento no vestibular da Universidade Federal de Sergipe". Salvador, Faced/UFBA, 1984 (Dissertação de Mestrado).

Queiroz, D. M. “‘...um dia eu vou abrir a porta da frente’ : mulheres negras, educação e mercado de trabalho”. In: *Educação e os afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas*. “A Cor da Bahia”, Série Novos Toques. Salvador: FFCH/UFBa./Ford Foundation, 1997, p.47-84.

Queiroz, D. M. “Desigualdades raciais no ensino superior” In:Queiroz D. M. *et. al. Educação, racismo e anti-racismo*. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBa, Salvador: Novos Toques, n. 4, 2000, p.11- 44.

Queiroz, D. M.. “Raça’ e educação na Bahia nos anos 90”. *Revista da FAAEBA*, n. 12, jul./dez., 1999.

Ribeiro, Sérgio Costa. “A visão dos professores das IES hoje”. *Seminário vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.

Ribeiro, Sérgio Costa. “O vestibular de 1988: Seleção ou exclusão? “. *Educação e Seleção*. Nº 18, Jul. – dez. 1988, p. 93 –109.

Ribeiro, Sérgio Costa. “Mecanismos da escolha da carreira e estrutura social da universidade”. *Educação e Seleção*, Nº 3, 1981, p.

Ribeiro, Sérgio Costa. “Acesso ao ensino superior : uma visão”. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, Nº 1, jan.- jun. 1990, p. 63-69.

Ribeiro, Sérgio Costa. “Quem vai à universidade”. *Ciência Hoje*. Nº 4, 1983.

Ribeiro, Sérgio Costa e Klein, Rubens. “A divisão interna da universidade: posição social das carreiras”. *Educação e Seleção*, N. 5, Fundação Carlos Chagas, jan./ fev., 1982, p. 29-43.

Romamelli, Geraldo. “Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos. O estudante-trabalhador”. In: Nogueira, Maria Alice Romanelli, Geraldo e

Zago, Nadir (orgs). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 99 -123.

Rosemberg, Fúlvia. “Educação de Mulheres jovens e adultas no Brasil”. In: Saffioti, H. e Muñoz-Vargas, *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

Rosemberg, Fúlvia. “Educação e gênero no Brasil nos anos 80 (versão preliminar)”. Porto Alegre, 1994, (mimeo.)

Rosemberg, Fúlvia. “Educação gênero e raça”. Encontro da Latino American Studies Association, Guadalajara, México, 17-19, Abril, 1997.

Rosemberg, Fúlvia. “Raça e educação inicial”. *Cadernos de Pesquisa* (77), mai. 1991.

Rosemberg, Fúlvia. “Psicologia, profissão feminina”. *Cadernos de Pesquisa*.(47), nov. 1983, p. 32 – 37.

Rosemberg, Fúlvia. e Amado, Tina. “Mulheres na Escola”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 80, fev. p. 62-72, 1992

Rosemberg, Fúlvia. *et. al.* “Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia”. Brasília, INEP, 1990.

Saffioti, Heliete I. B. “A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

Sampaio, Helena. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2000.

Sampaio, Helena; Limongi, Fernando e Torres, Haroldo. “Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro”, INEP, Brasília, 2000.

Sansone, L. "O local e o global na afro-Bahia Contemporânea". XVIII, Reunião Anual da Anpocs, Caxambu, 1994.

Santana, M. "A evolução do sistema de ensino Baiano". *Bahia Análise & Dados*. Salvador, SEI, v.9, n.3, p. 103-110, dez. 1999.

Santana, M. "A mulher e o acesso à educação na RMS". *Bahia Análise & Dados* Salvador, v.7, n.2 set. p. 129-134,1997

Santos, Cássio Miranda dos. "A aparente responsabilidade do Vestibular na elitização da universidade pública – uma análise dos dados da Universidade Estadual Paulista – VUNESP/1993". *Avaliação Educacional*, Fundação Carlos Chagas, jan./jun., nº 15,1997, p. 226-254.

Santos, Joel Rufino dos. "A ação afirmativa é um princípio". In: *Questão de Raça*, nº 6, out./dez, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, p.9-10 1996.

Santos, Joel Rufino dos. "A Questão do negro na sala de aula". S. Paulo, Ática, 1990.

Santos, Luiz Chateaubrinad C. "Desigualdades ocupacionais entre brancos e negros na Região Metropolitana de Salvador (1987 – 1997)", Salvador, FFCH/UFBa. 1997, (Dissertação de Mestrado)

Santos, Luiz Chateaubrinad C. dos. "Desigualdades raciais e requerimentos de escolaridade no trabalho na Região Metropolitana de Salvador". Salvador, 2001, (Relatório Final, 1º Concurso Negro e Educação, Anped/Ação Educativa, [mimeo.]

Sardenberg, Cecília M. B. e Costa, Ana Alice. "Feminismos, feminista, e movimentos Sociais". In: Brandão, Margarida Luiza R e Bingemer, M^a Clara L. (Orgs) *Mulher e Relações de gênero*, São Paulo: Edições Loyola, 1994.

Schwarcz Lilian M. "O espetáculo das raças". São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Schwarcz Lilian M. e Queiroz, Renato da Silva (Org.). "Raça e diversidade". São Paulo: EDUSP, 1996.

Seyfert, Giralda. "A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos". *Anuário Antropológico/93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 175-203, 1995.

Serpa, Luiz Felipe P. "Universidade brasileira centro de excelência ou indigência?". *Cadernos Expogeo*, Nº 003, Salvador, 1992, p. 45-49.

Silva, Ana Célia da. "As transformações e os determinantes da representação social do negro no livro didático". In: Queiroz D. M. *et. al. Educação, racismo e anti-racismo*. Programa A Cor da Bahia/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador: Novos Toques, n. 4, 2000, p.97-130.

Silva, Ana Célia da. "O estereótipo e o preconceito em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1º. grau, nível 1". Salvador, FAGED/UFBA, 1988 (Dissertação de Mestrado).

Silva, Nelson do Valle "Uma nota sobre 'raça social' no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos* (26) 67-80, 1994

Silva, Nelson do Valle. "Cor e realização sócio-econômica". In: *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERG/Vértice. 1988, p.144-163

Silva, Nelson do Valle. "Morenidade: modo de usar". *Estudos Afro-Asiáticos* (30) 1996, p.79-95

Skidmore, T. "Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Sorj, Bila. "O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade". In: Costa e Bruschini (Orgs.) *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

Stolcke, Verena. "Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?". *Estudos Afro- Asiáticos* (20) 101-119, 1991.

Teixeira, Moema de P. "Identidade racial e universidade pública no Rio de Janeiro". In: Queiroz, D. M. et. al . *Educação, racismo e anti-racismo*. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador: Novos Toques, n. 4, 2000, pp.45-68.

Teixeira, Moema de P. "Negros em ascensão social. Trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós graduação em Antropologia, 1998 (Tese de Doutorado).

Telles, Edward E. "Who are the morenas?", *Social Force*, june, 1995, 73 (4): p. 1609-1611.

Telles. Edward. E. "Características sociais dos trabalhadores informais. O caso das regiões metropolitanas brasileiras". *Estudos Afro-Asiáticos*, (19): 61-80, 1990.

Telles, Edward E. e Lim, Nelson. "Interessa quem responde à questão sobre a cor? Classificação racial e desigualdade de raça no Brasil". *Estudos Afro- Asiáticos*, (36): 7-27, dez., 1999

Tosi, Lúcia. "A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica". *Ciência e Cultura*, SBPC, v. 3, N. 2, fev,1981, p167-177

Wood, Charles. "Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil". *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Lovell. P. (org.) Belo Horizonte: CEDEPLAR/ FACE/UFMG, 1991, pp.93-109.

Zucco, Cezar. "Relação entre graduação e pós-graduação". Florianópolis, Projeto de Discussão sobre a Pós-Graduação Brasileira, 1996, (mimeo.)

ANEXO METODOLÓGICO

I Construção das variáveis

1. Prestígio da carreira

O primeiro passo para a construção desta variável foi tomar a relação das carreiras³⁶ oferecidas pela UFBA e, ao lado de cada uma, criar um campo para a atribuição da pontuação, numa escala de 0 a 100. Esse instrumento foi distribuído entre empresas de consultoria em RH que atuam em Salvador, solicitando que atribuíssem pontos a cada carreira, de acordo com o prestígio por elas desfrutado. Das vinte empresas contatadas, apenas quinze (15) dispuseram-se a colaborar no preenchimento do instrumento.

Durante o processamento das informações uma das empresas foi descartada, por apresentar respostas muito distantes das demais. Computadas as pontuações das carreiras, procedeu-se ao cálculo da média para cada uma delas. Após o cálculo, as carreiras foram hierarquizadas, a partir desta medida.

O passo seguinte foi estabelecer pontos de corte que dividiram o conjunto das carreiras em cinco subconjuntos, usando-se para isso o percentil, cada um deles passando a constituir um grupo de prestígio, assim distribuídos: (1) “Alto”, (2) “Médio alto”, (3) “Médio”, (4) “Médio baixo” e (5) “Baixo”.

³⁶ Alguns cursos oferecem licenciatura e bacharelado, nesse caso foram tomados como uma única carreira. Do mesmo modo se procedeu no caso de Artes Cênicas (01 Direção Teatral, 02 Interpretação Teatral e 03 Licenciatura em Teatro) e no curso de Letra (Letras Vernáculas, Letras Vernáculas com Língua Estrangeira e Língua Estrangeira). Adotou-se este procedimento por considerar que essa é uma divisão adotada pela Universidade, e que varia na própria Universidade, conforme a época observada.

Cinco grupos de prestígio, pontos de corte:

Statistics

F2

	N	Valid	49
		Missing	0
Percentiles	20	33,9286	
	40	37,8571	
	60	47,8571	
	80	61,0714	

Grupo 1: Alto

1 ^a	205 Medicina	80,71429
2 ^a	308 Direito	78,57143
3 ^a	208 Odontologia	77,14286
	301 Administração	77,14286
4 ^a	112 Ciências Da Computação (Bac.)	76,42857
5 ^a	104 Engenharia Elétrica	68,57143
6 ^a	313 Psicologia	67,85714
7 ^a	102 Engenharia Civil	67,14286
	105 Engenharia Mecânica	67,14286
8 ^a	101 Arquitetura E Urbanismo	61,42857
9 ^a	106 Engenharia Química	61,07143

Grupo 2: Médio-Alto

10 ^a	305 Ciências Econômicas	59,28571
	307 Jornalismo	59,28571
11 ^a	206 Medicina Veterinária	57,50000
12 ^a	107 Engenharia Sanitária e Ambiental	57,14300
13 ^a	203 Enfermagem	56,42857
14 ^a	312 Pedagogia	54,28571
15 ^a	304 Ciências Contábeis	53,57143
16 ^a	207 Nutrição	51,78571
17 ^a	117 Química Industrial	49,28571
18 ^a	103 Engenharia De Minas	47,85714

Grupo 3: Médio

19 ^a	314 Secretariado	45,71429
20 ^a	204 Farmácia	43,21429
21 ^a	201 Agronomia	42,57143
22 ^a	113 Química (Licenciatura e Bacharelado)	42,14286
23 ^a	315 Educação Física (Licenciatura)	41,42857
24 ^a	510 Desenho Industrial	41,07143
25 ^a	306 Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado)	40,78571
26 ^a	501 Artes Plásticas	39,64286
27 ^a	401 Letras	37,92857
28 ^a	111 Matemática (Licenciatura e Bacharelado)	37,85714

Grupo 4: Médio-Baixo

29 ^a	309 Filosofia (Licenciatura e Bacharelado)	37,50000
30 ^a	202 Ciências Biológicas ((Licenciatura e Bacharelado)	37,21429

31 ^a	507 Música	37,14286
32 ^a	110 Geologia	36,50000
33 ^a	108 Física (Licenciatura e Bacharelado)	35,78571
34 ^a	118 Geofísica	35,71429
???	502 Composição E Regência	35,71429
35 ^a	116 Estatística (Bacharelado)	34,64286
36 ^a	506 Artes Cênicas	34,28571
37 ^a	504 Dança	33,92857
	310 História (Licenciatura e Bacharelado)	33,92857

Grupo 5: Baixo

38 ^a	505 Desenho E Plástica	33,57143
39 ^a	509 Instrumento	33,50000
40 ^a	303 Biblioteconomia	33,21429
41 ^a	508 Canto	32,57143
42 ^a	209 Licenciatura Em Ciências 1º Grau	32,28571
43 ^a	316 Geografia	30,07143
44 ^a	311 Museologia	26,07143
45 ^a	317Arquivologia	24,35714

2. Status socioeconômico (statescol, statocup)

A variável *Status socioeconômico* foi construída a partir da associação entre as variáveis *Status Escolar* e *Status ocupacional*.

Status Escolar (statescol)

A informação sobre a escolaridade do pai foi coletada através do “Questionário Socioeconômico-Cultural”, aplicado aos candidatos ao vestibular pela ASSPLAN/UFBa. Os valores desta variável foram reagrupados de onze para seis níveis, passando a ser denominada variável *Status escolar (statescol)*, com a seguinte forma:

I

- (01) nunca freqüentou escola
- (2) primário incompleto (ou até a 4^a série)

II

- (03) primário completo (4^a série completa)

(04) ginasial incompleto

III

(05) ginasial completo (ou 1º grau comp.)

(07) colegial incompleto (ou 2º grau inc.)

IV

(06) colegial completo (ou 2º grau comp.)

V

(08) superior incompleto

VI

(09) superior completo

VII

(88) Não sabe

(99) Sem informação

Status Ocupacional (statocup)

A informação sobre a ocupação do pai foi também coletada através do “Questionário socioeconômico-cultural” da ASSPLAN/UFBa., em 26 categorias de ocupações. Essas categorias foram reagrupadas em seis níveis, conforme o Quadro 1, “Estratos Ocupacionais, Valores Médios e Ocupações Representativas”, elaborado por Nelson do Valle Silva, assim distribuídos: “baixo inferior”, “baixo superior”, “médio inferior”, “médio médio”, “médio superior” e “alto”, passando a compor a variável *Status ocupacional (statocup)*.

Ocupações que compõem cada nível:

1. *Baixo-inferior* (trabalhadores rurais não qualificados)

(24) Trabalhadores do Setor Primário (agricultura e extração de matéria prima)

2. *Baixo-superior* (trabalhadores urbanos não qualificados)

(23) trabalhadores diversos não qualificados do setor da indústria, artesanato, comércio ou serviços.

3. *Médio-inferior* (trabalhadores qualificados e semi-qualificados)

- (02) mestres e contramestres
- (06) ocupações da indústria mecânica e metal mecânica
- (07) ocupações de transporte e comunicações
- (08) outras ocupações qualificadas ou semiqualficadas do setor industrial
- (09) outras ocupações qualificadas ou semiqualficadas não industriais
- (20) trabalhadores da indústria de construção
- (21) trabalhadores na indústria de madeira e móveis
- (22) trabalhadores da indústria têxtil, do couro e do vestuário, da indústria de alimentação

4. *Médio-médio* (trabalhadores não-manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários)

- (04) militares não oficiais e atletas profissionais
- (05) ocupações de escritório
- (10) professores primários e afins
- (17) proprietários de pequenas empresas (menos de 10 ou nenhum empregado)
- (19) técnicos e auxiliares

5. *Médio-superior*

- (11) professores secundários
- (13) Profissionais e técnico de nível médio
- (14) Profissionais de arte (artes plásticas, cênicas, música)
- (16) proprietários e administradores de médias empresas (mais de 10 até 100 empregados)
- (18) técnicos e administradores do setor primário (agricultura e extração de matéria prima)

6. *Alto* (profissionais de nível superior e grandes proprietários)

- (01) administradores
- (03) militares oficiais
- (12) Profissionais liberais e técnicos de nível superior
- (15) proprietários e administradores de grandes empresas (mais de 100 empregados)

7. *Outro*

(25) - outras ocupações

(26) - não se aplica (não exerce atividade remunerada)

(99) – ocupação ignorada

Status socioeconômico - (statescol, statocup)

A cada um dos valores da primeira variável *statescol*, foi associado um valor da segunda, *statocup*, em pares ordenados, passando esses pares a compor os valores da variável *Status socioeconômico*, na forma como aparecem abaixo:

Escolaridade - peso 3

Ocupação - peso 7

10 – 18 (1,1) (2,1) (3,1) (1,2) – *Status* Baixo Inferior

19 – 27 (4,1) (2,2) (5,1) (3,2) (1,3) (6,1) (4,2) (2,3) – *Status* Baixo-superior

28 – 36 (2,5) (3,3) (1,4) (6,2) (4,3) (2,4) (5,3) – *Status* Médio Inferior

37 – 45 (3,4) (1,5) (6,3) (4,4) (2,5) (5,4) (3,5) (1,6) – *Status* Médio -médio

46 – 54 (6,4) (4,5) (2,6) (5,5) (3,6) (6,5) (4,6) – *Status* Médio-superior

55 – 60 (5,6) (6,6) - *Status* Alto

1. B. I

(1,1) = 10

(2,1) = 13

(3,1) = 16

(1,2) = 17

2. B.S.

(4,1) = 19

(2,2) = 20

(5,1) = 22

(3,2) = 23

(1,3) = 24

(6,1) = 25

(4,2) = 26

(2,3) = 27

3. M.I.

(5,2) = 29

(3,3) = 30

(1,4) = 31

(6,2) = 32

(4,3) = 33

(2,4) = 34

(5,3) = 36

4. M. M.

(3,4) = 37

(1,5) = 38

(6,3) = 39

(4,4) = 40

(2,5) = 41

(5,4) = 43

(3,5) = 44

(1,6) = 45

5. M. S.

(6,4) = 46

(4,5) = 47

(2,6) = 48

(6,5) = 53

(4,6) = 54

6. A.

(5,6) = 57

(6,6) = 60

(5,5) = 50

II. Instrumentos de coleta

Escala de Prestígio dos cursos

Apresentamos a seguir um elenco de cursos que dão acesso a carreiras profissionais. Numa escala de 0 a 100 pontos, classifique o prestígio de cada carreira, de acordo com a sua avaliação pessoal, atribuindo pontuações mais elevadas às carreiras de maior prestígio e menores pontuações às carreiras de menor prestígio. Duas ou mais carreiras poderão receber a mesma classificação.

- 101 Arquitetura e Urbanismo
- 102 Engenharia Civil
- 103 Engenharia de Minas
- 104 Engenharia Elétrica
- 105 Engenharia Mecânica
- 106 Engenharia Química
- 107 Engenharia Sanitária e Ambiental
- 108 Física (Lic. Bac.)
- 110 Geologia
- 111 Matemática (Lic. Bac)
- 112 Ciências da Computação (Bac.)
- 113 Química (Lic. Bac.)
- 116 Estatística (Bac.)
- 117 Química Industrial
- 118 Geofísica
- 201 Agronomia
- 202 Ciências Biológicas (Lic. Bac.)
- 203 Enfermagem
- 204 Farmácia
- 205 Medicina
- 206 Medicina Veterinária
- 207 Nutrição
- 208 Odontologia
- 209 Licenciatura em Ciências do 1º Grau
- 301 Administração
- 303 Biblioteconomia
- 304 Ciências Contábeis
- 305 Ciências Econômicas
- 306 Ciências Sociais (Lic. Bac.)
- 307 Jornalismo
- 308 Direito
- 309 Filosofia (Lic. Bac.)

310 História (Lic. Bac.)
311 Museologia
312 Pedagogia
313 Psicologia
314 Secretariado
315 Educação Física (Lic.)
316 Geografia (Lic. Bac.)
317 Arquivologia
401 Letras
501 Artes Plásticas
502 Composição E Regência
504 Dança
505 Desenho E Plástica
506 Artes Cênicas
507 Música
508 Canto
509 Instrumento
510 Desenho Industrial

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE

1. Cor

1. Branco 2.moreno 3.mulato 4.preto

2. Número de matrícula

3. Colégio onde cursou o 2º Grau

4. Cidade onde se localiza o colégio

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO-CULTURAL*

Instruções para preenchimento

Este Questionário, parte integrante do Requerimento de Inscrição, compõe-se de 26 (vinte e seis) itens destinados à coleta dos dados necessários à caracterização da clientela inscrita no Concurso Vestibular, instrumento indispensável para o planejamento das atividades da UFBA.

Os dados fornecidos pelos candidatos receberão tratamento estatístico referente a todo o universo pesquisado, COLETIVAMENTE CONSIDERADO; na programação para o processamento de tais informações exclui-se qualquer possibilidade de análise individual dos questionários.

Visando à obtenção do melhor nível possível de fidedignidade nos dados levantados, recomenda-se aos candidatos o preenchimento cuidadoso das respostas solicitadas.

ATENÇÃO

- a) Todas as respostas deverão ter seus códigos transcritos para a grade de respostas contida no Requerimento de Inscrição (campos de 22 a 47).
- b) Nenhuma resposta deverá ficar em branco.
- c) Para cada pergunta só existe uma única resposta a ser registrada.
- d) Para responder às perguntas sobre a Ocupação, consultar a tabela que acompanha este Questionário.

ITEM	CÓDIGO
22 - ESTADO CIVIL	
• Solteiro	01
• Casado	02
• Viúvo	03
• Desquitado	04
• Divorciado	05
• Outros	06
23 - LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL	
• Capital do Estado ou Município da Área Metropolitana (Ex.: Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Simões Filho, São Francisco do Conde, Vera Cruz).	01
• Outro Estado.	02
• Interior do Estado.	03
24 - ONDE/COMO FEZ SEUS ESTUDOS DE 2º. GRAU (ENSINO MÉDIO)	
• Escola Municipal	01
• Escola Estadual	02
• Escola Federal	03
• Escola Particular	04
• Escola Comunitária	05
• Supletivo ou Madureza	06
• Maior parte em Escola Pública	07
• Maior parte em Escola Particular	08
25 - LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO ONDE CONCLUIU OU CONCLUIRÁ SEUS ESTUDOS DE 2º. GRAU (ENSINO MÉDIO)	
• Capital	01
• Interior	02
• Outro Estado	03
• Outro País	04

293

* Elaborado pela Assessoria de Planejamento—ASSPLAN da UFBA.

26 - ANO EM QUE CONCLUIU OU CONCLUIRÁ O CURSO DE 2 ^º . GRAU (ENSINO MÉDIO) (Coloque os dois últimos dígitos do ano da conclusão, na grade de respostas).	
27 - TIPO DE CURSO DE 2 ^º . GRAU (ENSINO MÉDIO) QUE VOCÊ FREQUENTOU OU FREQUENTA, ANTES DA REALIZAÇÃO DESTE CONCURSO	
. Colegial	01
. Técnico	02
. Magistério	03
. Supletivo	04
28 - EXPERIÊNCIA DE CONCURSO VESTIBULAR	
. Não, nunca prestou Vestibular anteriormente.	01
. Sim, mas foi só por experiência.	02
. Sim, em outra instituição (outra Universidade ou Escola Isolada).	03
. Sim, mas não obteve classificação.	04
. Sim, foi classificado, mas não se matriculou	05
. Sim, já se matriculou, mas pretende mudar de curso.	06
. Sim, já é formado, mas pretende fazer outro curso.	07
. Sim, outra situação.	08
29 - NÚMERO DE VEZES QUE PRESTOU CONCURSO VESTIBULAR	
. Nenhuma vez.	00
. Uma vez.	01
. Duas vezes.	02
. Três vezes.	03
. Quatro vezes ou mais.	04
30 - RAZÃO DE TER FEITO CURSO PREPARATÓRIO (CURSINHO) AO VESTIBULAR (Indique o motivo predominante)	
. Não se aplica (não fiz cursinho).	01
. O meu colégio não prepara adequadamente para o Vestibular.	02
. Porque recebi bolsa do cursinho.	03
. O cursinho ensina "macetes" para atualizar os meus conhecimentos.	04
. O meu colégio fez convênio com o cursinho.	05
31 - MOTIVOS QUE O (A) LEVARAM A ESCOLHER O CURSO DE SUA OPÇÃO (Indique o motivo predominante)	
. Oferece maiores vantagens econômicas.	01
. É fácil obter emprego.	02
. É menos exigente e de rápida conclusão.	03
. Dá grande prestígio social.	04
. Permite conciliar exercício da profissão com outros interesses. (Ex.: afazeres domésticos, outras atividades etc.)	05
. É de grande utilidade para o desenvolvimento do País.	06
. O curso tem concorrência pequena.	07
. É mais adequado às minhas aptidões e interesses.	08
. Possibilita relacionamento com pessoas interessantes.	09
. Permite conciliar aula/trabalho.	10
. Outros motivos.	11
32 - PRINCIPAL INFLUÊNCIA EM RELAÇÃO À ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR EM QUE ESTÁ SE INSCREVENDO	
. Pai e/ou mãe.	01
. Professor.	02
. Cônjuge, irmão, amigos ou parentes.	03
. Seção de Orientação – SSOA – UFBA	04
. Orientador educacional de minha escola.	05
. Serviço de teste vocacional.	06
. Indicação do cursinho.	07
. Informação de jornais, televisão, rádios, folhetos de informação profissional ou outros meios de comunicação.	08
. Leitura de livros e/ou freqüência a conferências, palestras.	09
. Ambiente de trabalho.	10
. Outras influências.	11
. Ninguém (ou nada) o influenciou	12

33 - EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AO CURSO SUPERIOR (Indique o que é predominante)		
• Aumento de conhecimento, de cultura geral etc.		01
• Formação profissional para o futuro emprego.		02
• Formação teórica voltada para a pesquisa e ensino.		03
• Melhoria da situação profissional atual.		04
• Formação de uma consciência crítica que possibilite intervenções na sociedade		05
• Outros.		06
34 - PARTICIPAÇÃO NA VIDA ECONÔMICA DA FAMÍLIA		
• Não trabalha e seus gastos são financiados pela família e/ou outras pessoas.		01
• Trabalha, mas recebe ajuda financeira da família e/ou de outras pessoas.		02
• Trabalha e é responsável pelo seu próprio sustento, não recebendo ajuda financeira		03
• Trabalha, é responsável pelo seu próprio sustento e contribui parcialmente para o sustento da família e/ou de outras pessoas.		04
• Trabalha e é principal responsável pelo sustento da família.		05
35 - CARGA HORÁRIA SEMANAL E TURNO DE TRABALHO, CASO EXERÇA ATIVIDADE REMUNERADA		
• Não trabalha.		00
• Até 20 horas semanais, pela manhã.		01
• Até 20 horas semanais, pela tarde.		02
• Até 20 horas semanais, pela noite.		03
• De 20 a 30 horas semanais, manhã e tarde.		04
• De 20 a 30 horas semanais, tarde e noite.		05
• De 20 a 30 horas semanais, manhã e noite.		06
• 40 horas semanais, manhã e tarde.		07
• 40 horas semanais, manhã e noite.		08
• 40 horas semanais, tarde e noite.		09
• Trabalha de turno.		10
36 - TIPO DE OCUPAÇÃO, CASO EXERÇA ATIVIDADE REMUNERADA (Consulte o código de ocupações; caso não trabalhe, preencha o campo com 00)		
37 - PRETENSÃO DE TRABALHAR, ENQUANTO FIZER CURSO SUPERIOR		
• Não.		01
• Sim, apenas em estágio para treinamento.		02
• Sim, apenas nos últimos anos.		03
• Sim, desde o primeiro ano em tempo parcial.		04
• Sim, desde o primeiro ano em tempo integral.		05
38 - RENDA TOTAL DA FAMÍLIA. Some todos os salários, ordenados e outras rendas dos membros de sua família com o seu. Se for casado(a), considere a sua família constituída. ATENÇÃO: os níveis de renda considerados têm como referência o salário vigente.		
• Até 1 SALÁRIO MÍNIMO.		01
• Maior que 1 salário até 2 salários mínimos.		02
• Maior que 2 salários até 3 salários mínimos.		03
• Maior que 3 salários até 4 salários mínimos.		04
• Maior que 4 salários até 5 salários mínimos.		05
• Maior que 5 salários até 6 salários mínimos.		06
• Maior que 6 salários até 10 salários mínimos.		07
• Maior que 10 salários até 20 salários mínimos.		08
• Maior que 20 salários até 30 salários mínimos.		09
• Maior que 30 salários até 40 salários mínimos.		10
• Maior que 40 salários mínimos.		11
39 - PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA		
• Seu pai.		01
• Sua mãe.		02
• Seu cônjuge.		03
• Um parente ou irmão.		04
• Você próprio.		05
• Outra pessoa.		06

40 - COM QUEM/ONDE VOCÊ MORA	
• Com a própria família.	01
• Com parentes.	02
• Em quarto alugado de uma família.	03
• Em república.	04
• Em pensionato.	05
• Em residência universitária.	06
• Sozinho.	07
41 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO SEU PAI (VIVO OU FALECIDO)	
• Nunca freqüentou a escola.	01
• Primário incompleto (ou menos da 4ª. série do 1º. grau).	02
• Primário completo (ou 4ª. série completa).	03
• Ginásial incompleto (ou mais da 4ª. série e menos da 8ª. série).	04
• Ginásial completo (ou 1º. grau completo).	05
• Colegial completo (ou 2º. grau completo).	06
• Colegial incompleto (ou 2º. grau incompleto).	07
• Superior incompleto.	08
• Superior completo.	09
• Não sabe.	10
42 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA SUA MÃE (VIVA OU FALECIDA)	
• Nunca freqüentou a escola.	01
• Primário incompleto (ou menos da 4ª. série do 1º. grau).	02
• Primário completo (ou 4ª. série completa).	03
• Ginásial incompleto (ou mais da 4ª. série e menos da 8ª. série).	04
• Ginásial completo (ou 1º. grau completo).	05
• Colegial completo (ou 2º. grau completo).	06
• Colegial incompleto (ou 2º. grau incompleto).	07
• Superior incompleto.	08
• Superior completo.	09
• Não sabe.	10
43 - SITUAÇÃO DE TRABALHO DO CÔNJUGE	
• Não se aplica - não é casado(a), é viúvo(a) ou separado(a).	00
• É dona de casa.	01
• É estudante.	02
• Trabalha (exerce atividade remunerada)	03
• Trabalha (exerce atividade remunerada) e estuda.	04
• Está desempregado(a).	05
• É aposentado(a).	06
• Vive de renda.	07
44 - PRINCIPAL OCUPAÇÃO DE SEU PAI OU RESPONSÁVEL (Consulte o Código de Ocupações. Em caso de falecimento ou aposentadoria, registre a ocupação que exerceu a maior parte da vida).	
45 - PRINCIPAL OCUPAÇÃO DE SUA MÃE OU RESPONSÁVEL (Consulte o Código de Ocupações. Em caso de falecimento ou aposentadoria, registre a ocupação que exerceu a maior parte da vida).	
46 - RESIDÊNCIA DE SEUS PAIS	
• Casa ou apartamento próprio.	01
• Casa ou apartamento alugado.	02
• Casa ou apartamento cedido.	03
47 - ESCOLHA, ENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AQUELA QUE MAIS CORRESPONDE A SUA COR	
• Branca.	01
• Parda.	02
• Preta.	03
• Amarela.	04
• Indígena.	05

CÓDIGOS DE OCUPAÇÕES

• Administradores	01
• Mestres e Contramestres	02
• Militares Oficiais	03
• Militares não Oficiais e Atletas Profissionais	04
• Ocupações de Escritório	05
• Ocupações de Indústria Mecânica e Metalúrgica	06
• Ocupações de Transportes e Comunicação	07
• Outras ocupações qualificadas ou semiqualficadas do Setor Industrial	08
• Outras ocupações qualificadas ou semiqualficadas não industriais	09
• Professores Primários e afins	10
• Professores Secundários	11
• Professores do Ensino Superior	12
• Profissionais Liberais e Técnicos de Nível Superior*	13
• Profissionais e Técnicos de Nível Médio**	14
• Profissionais de Arte (Artes Plásticas, Cênicas, Musicais)	15
• Proprietários e Administradores de grandes empresas (mais de 100 empregados)	16
• Proprietários de médias empresas (de 10 a 100 empregados)	17
• Proprietários de pequenas empresas (menos de 10 ou nenhum empregado)	18
• Técnicos e Administradores do Setor Primário (agricultura e extração de matéria prima)	19
• Técnicos e Auxiliares	20
• Trabalhadores na indústria da construção	21
• Trabalhadores na indústria de madeira e móveis	22
• Trabalhadores na indústria têxtil, do couro e do vestuário, na indústria de alimentação	23
• Trabalhadores diversos, não qualificados, do setor da indústria, artesanato, comércio ou serviços	24
• Trabalhadores no Setor Primário (agricultura e extração de matérias primas)	25
• Outras ocupações	26
• Não se aplica (não exerce atividade remunerada)	27

* religiosos de nível superior como Padres e Pastores devem constar na categoria: Profissionais Liberais e Técnicos de Nível Superior - código 13.

** exceto professores do ensino fundamental e médio e militares.

TABELA DE CURSOS, CÓDIGOS, RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA 1995 E 1996; VAGAS 1997

CÓDIGOS	GRUPOS/CURSOS	1995			1996			1997*
CÓDIGO	GRUPO A - MATEMÁTICA, C. FÍSICAS E TECNOLOGIA	VAGAS	CAND.	C/V	VAGAS	CAND.	C/V	VAGAS
101.00	ARQUITETURA E URBANISMO	120	920	7,61	120	976	8,13	120
102.00	ENGENHARIA CIVIL	160	999	6,24	160	889	5,56	160
103.00	ENGENHARIA DE MINAS	30	200	6,66	30	35	1,17	30
104.00	ENGENHARIA ELÉTRICA	60	502	8,36	60	420	7,00	60
105.00	ENGENHARIA MECÂNICA	60	392	6,53	60	370	6,17	60
106.00	ENGENHARIA QUÍMICA	60	353	5,88	60	259	4,32	60
107.00	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL	40	132	3,30	40	247	6,18	40
108.00	FÍSICA (LICENCIATURA E BACHARELADO)	50	232	4,64	50	105	2,10	50
110.00	GEOLOGIA	50	140	2,80	50	183	3,66	50
111.00	MATEMÁTICA (LICENCIATURA E BACHARELADO)	60	337	5,61	60	245	4,08	60
112.00	PROCESSAMENTO DE DADOS (INFORMÁTICA - BACH.)	70	1.243	17,75	70	1.162	16,60	70
113.00	QUÍMICA (LICENCIATURA E BACHARELADO)	50	153	3,06	50	130	2,60	50
116.00	ESTATÍSTICA (BACHARELADO)	40	108	2,70	40	160	4,00	40
117.00	QUÍMICA INDUSTRIAL	30	151	5,03	30	77	2,57	30
118.00	GEOFÍSICA	15	67	4,46	15	35	2,33	15
CÓDIGO	GRUPO B - C. BIOLÓGICAS E PROFISSÕES DA SAÚDE							
201.00	AGRONOMIA	120	518	4,31	120	427	3,56	120
202.00	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LIC. E BACH.)	80	495	6,18	80	734	9,18	80
203.00	ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA	80	1.228	15,53	80	927	11,59	80
204.00	FARMÁCIA	120	1.209	10,07	120	994	8,28	120
205.00	MEDICINA	60	3.848	24,05	160	4.018	25,11	160
206.00	MEDICINA VETERINÁRIA	100	1.057	10,57	100	832	8,32	100
207.00	NUTRIÇÃO	80	833	10,46	80	872	10,90	80
208.00	ODONTOLOGIA	120	2.136	17,80	120	1.968	16,40	120
209.00	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DO 1º GRAU	60	168	2,80	60	287	4,78	60
CÓDIGO	GRUPO C - FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS							
301.00	ADMINISTRAÇÃO	155	2.188	14,11	155	1.656	10,68	155
303.00	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	60	422	7,03	60	180	3,00	60
304.00	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	100	1.164	11,64	100	1.121	11,21	100
305.00	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	90	682	7,57	90	1.143	12,70	90
306.00	CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA E BACHARELADO)	100	774	7,74	100	612	6,12	100
307.01	COMUNICAÇÃO - JORNALISMO**	-	-	-	-	-	-	60
307.02	COMUNICAÇÃO - PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA **	-	-	-	-	-	-	20
308.00	DIREITO	200	4.232	21,16	200	4.271	21,36	200
309.00	FILOSOFIA (LICENCIATURA E BACHARELADO)	50	435	8,70	50	168	3,36	50
310.00	HISTÓRIA (LICENCIATURA E BACHARELADO)	50	563	11,26	50	381	7,62	50
311.00	MUSEOLOGIA	30	215	7,16	30	63	2,10	30
312.00	PEDAGOGIA	120	1.228	10,23	120	799	6,66	120
313.00	PSICOLOGIA (LICENCIATURA E BACHARELADO)	80	1.465	18,36	80	1.486	18,59	80
314.00	SECRETARIADO	80	578	7,22	80	479	5,99	80
315.00	EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)	40	448	11,22	40	582	14,55	40
316.00	GEOGRAFIA (LICENCIATURA E BACHARELADO)	40	228	5,70	40	353	8,82	40
CÓDIGO	GRUPO D - LETRAS							
401.00	LETRAS VERNÁCULAS (LIC. E BACH.)	80	346	4,32	80	474	5,93	80
402.00	LETRAS VERNÁCULAS COM LÍNGUA ESTRANGEIRA (LIC.)	50	485	9,70	50	214	4,28	50
403.00	LÍNGUA ESTRANGEIRA (LIC. E BACH.)	50	273	5,46	50	312	6,24	50
CÓDIGO	GRUPO E - ARTES							
501.00	ARTES PLÁSTICAS	60	260	4,33	60	269	4,48	60
502.00	COMPOSIÇÃO E REGÊNCIA	14	16	1,14	14	48	3,43	14
503.00	DANÇA ***	-	-	-	40	132	3,30	40
505.00	DESENHO E PLÁSTICA (LICENCIATURA)	60	121	2,01	60	141	2,35	60
506.01	ARTES CÊNICAS - DIREÇÃO TEATRAL (BACHARELADO)	10	13	1,30	10	23	2,30	10
506.02	ARTES CÊNICAS - INTERPRETAÇÃO TEATRAL (BACHARELADO)	20	35	1,75	20	163	8,15	20
506.03	ARTES CÊNICAS - TEATRO (LICENCIATURA)	20	30	1,50	20	38	1,90	20
507.00	MÚSICA (LICENCIATURA)	20	35	1,75	20	98	4,90	20
508.00	CANTO	06	3	0,50	06	19	3,17	06
509.00	INSTRUMENTO	20	5	0,25	20	45	2,25	20
510.00	DESENHO INDUSTRIAL COM HABILITAÇÃO EM PROGRAMAÇÃO VISUAL	20	128	6,40	20	230	11,50	20
511.00	CURSO SUPERIOR DE DECORAÇÃO	20	74	3,70	20	236	11,80	20

* NUMEROS SUJEITOS A CONFIRMAÇÃO ATRAVÉS DE EDITAL, ATÉ 30.11.96

** A PARTIR DE 1997, O CURSO PASSA A TER DUAS HABILITAÇÕES. EM 1995 E 1996, O CURSO APRESENTOU UMA RELAÇÃO C/V DE 17,90 E 12,55 RESPECTIVAMENTE.

*** A PARTIR DE 1996, O CURSO PASSOU A TER INGRESSO ÚNICO. EM 1995, OS CURSOS DE DANÇA (LICENCIATURA) E DANÇARINO PROFISSIONAL APRESENTARAM UMA RELAÇÃO C/V DE 1,06 E 1,20 RESPECTIVAMENTE.